



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

***ENTRE A ORDEM E A LIBERDADE, OS CAMINHOS DO
CONSERVADORISMO LIBERAL***

*Modelos europeus e perplexidades portuguesas, a propósito de Costa
Cabral*



32 (469) 189

SANDRA ATAÍDE LOBO

LISBOA, 2000

2000

Agradecimentos

Ter terminado este trabalho na véspera do meu aniversário é fruto da ameaça familiar de me abandonar ao meu destino, após mais dum ano de anarquia caseira, correspondente ao tempo que demorei a redigi-lo. Ninguém conseguia perspectivar a continuação dum ciclo de insuportável instabilidade, ditada por contínuas passagens duma exuberante auto-satisfação à mais desgraçada incapacidade. Pessoalmente, tinha jurado não passar por isso, passei. À minha família agradeço do fundo do coração a paciência e colaboração que todos prestaram. Ao Vitta que há 20 anos me atura e aceita o meu crescimento. Ao Ian que há 18 anos se indaga porque tem uma mãe anormal. À Suita pela incansável actividade com que procurou bibliografia preciosa e pela luta que desenvolveu com uma impressora, ultrapassando o ódio visceral para com qualquer máquina que se creia inteligente. A sua incondicional amizade, é para mim um bem precioso. À Ana que quebrou uma anual tradição de passarmos umas férias juntas em Portugal, com os nossos filhos. À minha mãe por me transmitir o valor da persistência, e ao meu pai por horas infinitas de especulação e discussão, com que acompanhou a minha adolescência e entrada na idade adulta.

As madrinhas deste trabalho são a Professor Doutora Zília Osório de Castro e a Mestre Adelaide Machado, sem as quais nunca teria vencido a insegurança preguiçosa que me levou anos a ultrapassar, podendo afirmar que gastei mais tempo a pensar que devia trabalhar no projecto do que a concretizá-lo.

A Adelaide é uma amiga com quem já passei à fase do convívio rabugento, acutilante nas observações, crítica até ao desespero, confiante ao ponto de me fazer acreditar ter algumas capacidades intelectuais.

A Professora Zília é para mim a imagem do mestre que todos devíamos ter a oportunidade de cruzar um dia, sempre pronta a entrar na aventura da reflexão, orientando para o rigor sem cortar caminhos. O seu modo de estar constitui a prova viva de que podemos conceber uma Universidade diferente. O seu papel, ao lado do Professor Doutor Esteves Pereira, na orientação dum Mestrado que tem resistido a transformar-se numa segunda licenciatura, com duvidoso proveito para o crescimento intelectual, constitui um exemplo a sublinhar. Tal como a dinamização dos diversos grupos de investigação em que se encontra envolvida, se revela importante não só para o desenvolvimento do nosso campo científico, como pela postura que lhes imprime. Quando incentiva hábitos democráticos, aposta no debate aberto, ensina a honestidade intelectual, e fomenta a passagem da concorrência com os outros para a

concorrência connosco próprios, está a assumir a responsabilidade do intelectual na vivência da democracia. E a lembrar-nos que num país tão pequeno como o nosso temos de ter um especial cuidado em não tropeçarmos uns nos outros.

O *Seminário Livre de História das Ideias* que dirige, e que é actualmente coordenado pelo Mestre Luís Crespo de Andrade, tem constituído um lugar primordial de reflexão para antigos do Mestrado de *História das Ideias Culturais e Políticas*. Os projectos de investigação que tem alimentado, apresentaram-se como a sequência natural de anos de convívio, feito de encontro de interesses e de troca de ideias. A todos os meus colegas e amigos no *Seminário* registo o agradecimento pelo partilhar dum modo de estar. Em especial, deixo um abraço ao José Duro, e o lugar reservado na primeira fila para ouvi-lo defender a importantíssima tese que está a preparar sobre o pensamento político de Oliveira Salazar.

Agradeço, ainda, ao Professor Doutor João Lisboa, director da Biblioteca Silva Dias, pela compreensão que tem demonstrado pelas atribulações que acompanharam a elaboração deste trabalho. Bem como agradeço ao Centro de História da Cultura, o ter construído na sua Biblioteca, um apoio precioso à investigação na área da História das Ideias.

Finalmente, recordo os amigos que fora do mundo universitário têm condescendido com o meu desaparecimento sem reclamações. Em particular o meu amigo Professor Vítor Vladimir Ferreira, esperando que um dia me perdoe os anos que retive a bibliografia que me emprestou. Foi com ele que aprendi o que conheço sobre o quotidiano do Portugal oitocentista. Vivo sempre a esperança de um dia retomarmos antigos projectos adiados. O Luís que tem sido um confidente e amigo precioso; a Teresa, a Gabi e a Joana, que são uma extensão da minha família. E a Patrícia a quem desde a adolescência me une uma amizade, sem nada para perdoar.

Não posso terminar, sem expressar o meu reconhecimento à Dra. Gabriela Robalo, pelo bom senso com que dirige o Arquivo Histórico da Assembleia da República, e pelo inarrável apoio que deu à presente investigação.

Oeiras, 9 de Outubro de 2000

Sandra Ataíde Lobo

ÍNDICE

I. TRADIÇÃO E MODERNIDADE. A INGLATERRA E A FRANÇA COMO MODELOS EUROPEUS	- p. 1-19
II. O LIBERALISMO CONSERVADOR ATRAVÉS DO SEU PARADIGMA: GUIZOT E OS DOCTRINÁRIOS	- p. 20-101
1. TERMINAR A REVOLUÇÃO	- p. 20-71
1.1. Os filhos da revolução	- p. 20-23
1.2. Entre a República e o Príncipe	- p. 24-25
1.3. O projecto doutrinário	- p. 25
1.3.1. Filosofia, história e sociologia	- p. 26-35
1.3.2. Providencialismo laico: a soberania da razão impessoal	- p. 35-46
1.3.2. O “indivíduo social” e a natureza da história: a luta de classes	- p. 46-61
1.3.4. O “indivíduo social” e o momento da história: a legitimação da classe média	- p. 61-65
1.3.5. O “indivíduo social” e o fim da história: o justo império da capacidade	- p. 65-71
2. CONSERVAR A REVOLUÇÃO	- p. 72-101
2.1. A última revolução	- p. 72-76
2.2. A sociedade e o poder na construção da verdade: a Monarquia de Julho e o Partido Conservador	- p. 76-101
III. O GOVERNO NO PARLAMENTO: O CONSERVADORISMO DE COSTA CABRAL	- p. 102-203
1. O POLÍTICO NA INSTANCIA PARLAMENTAR	- p. 102-109
2. O CONSTITUCIONALISMO CARTISTA	- p. 110-143
2.1. A Restauração da Carta e o problema da reforma	- p. 110-130
2.2. A vivência da Carta	- p. 130-143
3. O GOVERNO DO PARLAMENTO	- p. 144-168
3.1. O Governo, a maioria e a oposição: partidos e programas políticos	- p. 144-155
3.3. Disciplina partidária e confiança política: governamentalização do parlamento, partidarização da administração e da sociedade	- p. 156-161
3.4. A ditadura da confiança	- p. 162-168
4. O PENSAMENTO POLÍTICO DE COSTA CABRAL	- p. 169-203
4.1. Da esquerda para a direita: a experiência do poder	- p. 169-173
4.2. Poder e Liberdade na monarquia constitucional	- p. 173-187
4.3. Civilizar a nação para a libertar: aspectos dum projecto político	- p. 187-198
4.4. Do conservadorismo burkiano ao conservadorismo de Costa Cabral	- p. 198-203

Errata: por erro de paginação a página 186 não existe

«Nos Governos despóticos (todos o sabem) os homens são quase tudo; nos Governos Representativos os princípios estão acima de tudo; os homens nestes Governos são acidentes mais ou menos felizes; surgem na cena política, figuram por um momento e logo desaparecem; mas os princípios ficam permanecendo como balizas eternas, que dizem pelo andar dos séculos a governantes e a governados – *Daqui não passarás!*»

José Maria Grande

I. TRADIÇÃO E MODERNIDADE. A INGLATERRA E A FRANÇA COMO MODELOS EUROPEUS

No remanso político da Regeneração, o Marquês de Fronteira distraía o tédio viajando, acompanhado do secretário, pelos recantos da sua prodigiosa memória. Aristocrata cujas simpatias liberais, e indesmentível *curriculum* em prol da causa anti-absolutista, conviviam com o desdém pelo ambiente *parvenu* inerente à criação de novas elites, Fronteira conta-nos que um dia esclarecia o hiperactivo Saldanha da diferença entre um conservador e um progressista: «Um conservador beija a mão a Sua Majestade de pé, e os progressistas, de cócoras»¹. Atestando os preconceitos político-sociais do autor, esta anedota não deixa de ser plena de implicações, e por tal poder motivar uma cúmplice hilaridade em qualquer salão europeu.

No ocaso da vida o Marquês tinha algum gosto em trocar com os velhos amigos políticos lamentos sobre a impossibilidade de existência dum partido conservador em Portugal. Entre estes só o Visconde de Moura, há muito afastado do país pela carreira diplomática, parecia retirar algum consolo em saber-se acompanhado na Europa por alguns dos seus mais eminentes políticos².

Grupo arredado do poder pela Regeneração, ensaiara ainda demarcar um espaço próprio na arena política garantindo a sobrevivência do chamado partido *cabralista*. Fundara o jornal *O Conservador* logo após o golpe, mais tarde criara o Clube Conservador, disputara campanhas, desenvolvera alianças estratégicas, para terminar disperso pelo espectro partidário regenerador, cedendo à incapacidade de se impor como força autónoma.

Em 1847, o Conde de Tomar sentira a fragilização do seu grupo político, e apelara do exílio à protecção dos chefes da diplomacia das potências mediadoras do conflito português, em duas cartas cujo rascunho se encontra no espólio deste político depositado na Torre do Tombo.

¹ Marquês de FRONTEIRA, *Memórias*, VII-VIII, p. 440

Ambas revelam a clara intenção de sublinhar o fundo ideológico do partido, desmentindo a insinuação de caciquismo inerente à sua designação corrente, imposta pela retórica dos adversários.

Identificando a causa com a de D. Maria II e da nação portuguesa, perante Lorde Palmerston o líder carismático, pedia o reconhecimento da realidade do partido conservador e o fim das perseguições de que era vítima: «Je viens seulement vous demander au nom de la cause de la Reine de Portugal mon Auguste Souveraine, au nom de la Nation portugaise de ne pas persécuter plus longtemps tout un parti, le parti conservateur que vous me faites l'honneur d'appeler Cabraliste. Ce parti, Milord, est composé des hommes qui ont donné le plus de preuves d'amour à la Reine, à la ordre et à la prospérité du pays»³

Para com François Guizot, verdadeiro chefe do governo francês, no momento a braços com uma gravíssima crise interna e pouco predisposto a intervir no pelouro inglês quando não ameaçados os interesses sustidos na vizinha Espanha, a argumentação cruzava o pedido de atenção ao chefe de estado com a sensibilização do correligionário europeu: «Persuadé que le bonheur de ma patrie et celui de la Péninsule ne peut s'établir que sous un régime d'ordre et de tranquillité, et convaincu que les révolutions que nous voyons éclater périodiquement dans les deux royaumes, son l'œuvre de ceux qui cherchent à consolider une funeste domination, j'ai voulu exposer mes vues à Votre Excellence, à fin qu'il décidât s'il convenait mieux aux intérêts de la France d'augmenter le pouvoir des révolutionnaires de ma patrie, bien puissantes déjà aujourd'hui par l'appui de l'Angleterre, ou de fortifier au contraire le parti conservateur, qui seul peut défendre le Trône et le Pays des maux dont ils sont menacés»⁴.

Ao escolher estudar o pensamento político de Costa Cabral como essencial à compreensão do *cabralismo*, a constante reivindicação conservadora, apontou-nos um caminho

² «temos connosco homens como Guizot, Thiers, Montalembert, Villemain, Cousin, Sacy, Martinec de la Rosa e até Azeglio, que parece volver aos bons princípios» (idem, *Apêndice*, p. 183)

de esclarecimento deste enquanto corrente política. Num quadro de disputa do poder em que os diversos “partidos” reclamavam a filiação liberal⁵, impunha-se saber se na teoria política podíamos pensar o conservadorismo como programa autónomo, ou se representava antes uma idiossincrasia tradutora no campo da acção política das imagens que suscitam o uso do termo no quotidiano, e que podemos sintetizar na cautela face à inovação e na intransigência para com o radicalismo. Mas igualmente urgia lê-lo à luz da produção teórica liberal europeia, clarificando a pertença a uma família política que vimos sublinhada na epístola do Visconde de Moura, acima citada.

A pouca atenção que a história das ideias políticas tem prestado ao pensamento conservador no quadro liberal não é original a Portugal, já que o seu estudo tem sido restrito quase em exclusivo ao universo anglo-saxónico, justificado pela tradição que radica na crítica burkiana da Revolução Francesa, com continuidade na formação do partido conservador inglês, na quarta década de oitocentos, tendo por principal arquitecto Sir Robert Peel.

Nos Estados Unidos o movimento neo-conservador desde o pós-guerra provocou um redobrado interesse pela genealogia deste pensamento. Neste país sobretudo, a reflexão foi acompanhada pela demarcação entre a corrente de semblante reaccionário reclamando a herança dos valores da sociedade tradicional de raiz ruralista, na linha de Russell Kirk⁶, e conservadores como Peter Viereck, agastados com o que lhes parecia uma clara incompreensão da relação do pensamento conservador com a história e com a tradição⁷.

³ ANTT, APCC, Arq. A – Costa Cabral, Cx. 120.

⁴ *Idem*.

⁵ com excepção evidente da corrente legitimista-miguelista

⁶ «The most conspicuous result of the revolutionary destruction of the traditional society- a result, too, of mass industrialism- has been the creation of the Lonely Crowd: a mass of individuals without real community, aware that they matter to no one, and often convinced that nothing else matters. The assault on institutional religion, on old-fashioned economic methods, on family authority, and on small political communities has set the individual free from nearly everything, truly; but that freedom is a terrifying thing, the freedom of a baby deserted by his parents to do as he pleases. In reaction against these negative liberties, presently the confused and resentful masses incline towards any fanaticism that promises to assuage their loneliness- the Communist or Fascist parties, the lunatic dissidence of dissent, the totalist state with its delusions. All history, and modern history especially, in some sense is the account of the decline of community and the ruin consequent upon that loss. In this process, the triumph of our modern state has been the most powerful factor ... Hostile toward every institution which acts as a check upon its power, the nation-state has been engaged, ever since the decline of the medieval order, in stripping away one by one the functions and prerogatives of true community- aristocracy, church, guild, family, and local association.» (Russell KIRK, *Conservative mind*, p. 482-484)

⁷ «What is really rootless and abstract is not the increasingly conservatised New deal liberalism but the romantic conservatives! Own utopia dream of an aristocratic agrarian restoration. Their unhistorical appeal to history, their traditionless worship of tradition, characterise the conservatism of writers like Russell Kirk.

A polémica remete, em grande medida, para aquele que é sem contestação considerado o pai do conservadorismo anglo-saxónico e para a diversidade de leituras suscetíveis pelos seus escritos. E a questão que a sustém ajuda-nos a compreender porque para o continente europeu o conservadorismo, termo que não conseguiu impor-se no sentido de corrente política, tem sido particularmente associado à contra-revolução e ao pensamento reaccionário, em hostilidade aos valores da modernidade e ao pensamento liberal⁸. Em França, em Portugal, como em outros países europeus estas correntes representariam a réplica continental do tradicionalismo de Burke, ao pretender, na esteira deste autor, construir o futuro sobre a base segura das tradições político-sociais próprias às suas nações. No caso francês, que valeria para a maioria dos países europeus, o estado absolutista pré-revolucionário ou a monarquia corporativa medieval, teriam surgido como tradições evidentes.

Estas leituras parecem esquecer, como bem notava Viereck na crítica a Russell Kirk, o delicado equilíbrio estabelecido no tradicionalismo burkiano, entre permanência e mudança, traduzível na sua bem conhecida máxima de que um Estado incapaz de mudar, é igualmente incapaz de se conservar. Como esquecem as suas implicações civilizacionais, que o próprio pensador esclareceu, rompendo os limites duma leitura estritamente nacionalista.

Burke não era um historicista⁹, na medida em que na sua visão a complexidade, conflitualidade e renovabilidade de interesses e fins dos indivíduos em sociedade¹⁰, cuja

In contrast, a genuinely rooted, history-minded conservative conserves the roots that are really there, exactly as Burke did when he conserved not only the monarchist-conservative aspects of William the Third's bloodless revolution of 1688 but also its constitutional-liberal aspects» (Peter VIERECK, *op. cit.*, p. 125, subl. nosso).

⁸ Tal acontece, no exemplo, na pequena obra de Philippe Beneton em que o autor coloca como autores franceses de referência Joseph De Maistre e Bonald tendo por herdeiro o maurisismo: «La doctrine de Charles Maurras (1868-1952) est bien un conservatisme à la française: intransigent et réactionnaire...» (Philippe BENETON, *Le conservatisme*, p. 59). Nesta família conservadora o autor insere ainda, para além da corrente legitimista, o catolicismo social teorizado por Frédéric Le Play. Do outro lado da Mancha e do Atlântico, Tocqueville, entre os liberais, surge como referência obrigatória pela sua análise da democracia na América. Russell Kirk, de resto, só selecciona este autor para estudar em *The conservative mind*, embora reconheça em Guizot um político com ideias conservadoras, tal como De Maistre e Bonald. O inglês Roger Scruton, escolhe para a sua antologia, *Conservative texts*, De Maistre, e de novo Tocqueville, no que respeita o pensamento conservador oitocentista, e Gustave Thibon e Simone Weil como representantes do conservadorismo francês do século XX. Jacques du Perron, para quem a direita é por definição reaccionária, aceita o embora o *Orleanismo* como uma corrente tornada conservadora, considera-o uma falsa direita, pela sua filiação liberal (Jacques Du PERRON, *Droite et gauche, tradition et révolution*, p. 129 e ss.).

⁹ Aplicamos o termo, não no sentido da corrente que o consagrou em finais do século XIX, mas à classificação das correntes que criam na possibilidade de encontrar um sentido para a humanidade na análise histórica, o que pressupunha uma filosofia da história e a crença numa racionalidade própria à vivência humana, da qual decorria a esperança de decortinar as tendências do futuro que assegurariam o "cumprimento" da humanidade.

¹⁰ «The nature of man is intricate; the objects of society are of the greatest possible complexity; and therefore no simple disposition or direction of power can be suitable either to man's nature, or to the quality of his affairs. When I hear the simplicity of contrivance aimed at and boasted of in any new political constitutions, I am at no loss to decide that the artificers are grossly

harmonização integrava o papel do Estado¹¹, implicava negar um caminhar histórico para o cumprimento de alguma ideia abstracta¹². Mas o sentido da história tornava-o estruturalmente incompatível com qualquer insinuação reaccionária. Buscar compreendê-lo requer focar sobre o significado e o papel da tradição, à qual se encontram associados outros conceitos que largamente utilizou, e que a elucidam. Tais são os conceitos de prejuízo (preconceito), herança, costume, que resumem uma sabedoria colectiva lentamente maturada. Intrincado entrecruzar de intuição da ordem do mundo e capacidade de avaliação (julgamento) adquirida por um saber experiencial de racionalização desnecessária. De tal forma este é familiarmente sentido, enraizado, que dificilmente se distingue daquela¹³.

A grande virtude do modo de estar inglês e da sua história político-social radicava para Burke no acarinhar dessa sabedoria, dessa razão colectiva, consciente dos limites da razão individual¹⁴ e dos perigos que ela potenciava quando tomada como única base da acção do

ignorant of their trade, or totally negligent of their duty. ... If you were to contemplate society in but one point of view, all these simple modes of polity are infinitely captivating... But it is better that the whole should be imperfectly and anomalously answered, than that, while some parts are provided for with great exactness, others might be totally neglected, or perhaps materially injured, by the over-care of a favourite member.» (Edmund BURKE, *Reflections...*, p. 152)

¹¹ «Government is a contrivance of human wisdom to provide for human wants» (idem, p. 151)

¹² A ideia de Providência importante em Burke, prende-se não com uma gestão de fins mas com uma providência criadora do que podemos chamar a "natureza das coisas", no sentido conferido pelos moralistas escoceses: «The awful author of our being is the author of our place in the order of existence; and that having disposed and marshalled us by a divine tactic, not according to our will, but according to his, he has... virtually subjected us to act the part which belongs to the place assigned to us» (passagem de "Appeal from the new to the old whigs" cit. por Frank O'GORMAN (estudo e comp.), *British conservatism: conservative thought from Burke to Thatcher*, p. 13). Reconhecendo o mérito dum princípio congregador da história político-social, Burke avança com a ideia de "natureza plástica", a um tempo lata não submetendo o futuro a um ideário predefinido, dinâmica e gradativa (Pierre MANENT (apres.), *Les Libéraux*, v. 2, p. 26-27)

¹³ Numa das passagens mais citadas de *Reflections*, dissertando sobre a reivindicação tradicionalista (das liberdades herdadas) em que assentaram todos os grandes protestos sociais ingleses, desde a Magna Carta à Gloriosa Revolução, preferindo-a ao reclamar de direitos abstractos, Burke reflecte: «This policy appears to me to be the result of profound reflection; or rather the happy effect of following nature, which is wisdom without reflection, and above it» (Edmund BURKE, *op. cit.*, p. 119, subl. nosso). Conceção cujos pontos de encontro com a teoria do senso comum desenvolvida por Reid em *Essays on the intellectual powers of man*, nos surge evidente: «Le sens commun est ce degré de jugement qui est commun à tous les hommes avec qui ont peut converser et contracter dans les occurrences les plus ordinaires de la vie (...) Cette lumière intérieure du bon sens n'est pas accordé à tous dans la même mesure; mais il faut la posséder en quelque degré pour être obligé par les lois, capable de veiller à ses intérêts, et responsable de sa conduite envers les autres»; «L'une des plus importantes distinctions à faire entre nos jugements, c'est que les uns sont intuitifs, et les autres appuyés sur quelques preuves (...) Mais il y a des propositions qui sont crues aussitôt que comprises. Nous n'avons pas besoin de chercher des preuves, ni de peser les arguments; la proposition n'est déduite d'aucune autre; elle n'emprunte point la lumière de la vérité, elle la porte en elle-même» (cit. por Timothy SUTTON, «Thomas Reid et les fondements de la philosophie du sens commun»: COLLOQUE INTERNATIONAL, *Victor Cousin les idéologues et les écossais*, p. 22 e 23). É um facto que Burke fora um leitor e admirador da teoria do Senso Comum de Thomas Reid, ao ponto de transcrever, sem atribuir a autoria, partes da Introdução de *An inquiry into the human mind, on the principles of common sense* no *Annual register* para o ano de 1764, segundo nos esclarece Paul B. Wood na introdução à edição de Thomeas (1990). Paralelamente às críticas de que foi alvo, a importância da luta de Reid contra o cepticismo, desenvolvida num estilo extremamente cáustico, foi apreendida nos meios intelectuais saxónicos. Receptividade resumível na apreciação do actor Thomas Sheridan citado por James Boswell «Sheridan said that Reids book was the most correct of any that North Britain had produced, for that he had not found one Scotticism in it. I am amazed this book is so little known. Hume has spoiled the taste of this age. Men do not wish to be taught sound wisdom and morality» (cit. por Paul B. Wood na introdução de *An inquiry...*, p. XII). Sabedoria intuitiva, senso comum, bom senso, tornaram-se, de resto, expressões integrantes do vocabulário do conservadorismo britânico, com sentidos equivalentes.

¹⁴ «We are afraid to put each man to leave and trade each on his own private stock of reason; we suspect that the stock in each man is small, and that the individuals would do better to avail themselves to the general bank and capital of nations and ages.» (Edmund BURKE, *op. cit.*, p. 183)

homem social¹⁵. Cáustico como o seu povo, Burke humilde, confessava a fraqueza inglesa pelos sentimentos irreflectidos, a devoção particular aos ancestrais preconceitos:

«You see, Sir, that in this enlightened age I am bold enough to confess, that we are generally men of untaught feelings; that instead of casting away all our old prejudices, we cherish them to a very considerable degree, and to take more shame to ourselves, we cherish them because they are prejudices; and the longer they have lasted and the more generally they have prevailed, the more we cherish them»¹⁶

Os preconceitos eram pré juízos correntes, vividos e compartilhados pela comunidade, e aplicáveis à maioria das situações, relativamente aos quais era possível dizer que a perda de memória da sua racionalidade, significava que a longa sobrevivência os elevava a sentimento, a crença de virtualidade, razoabilidade e eficácia, tornando inútil a validação especulativa¹⁷. Ligados às prescrições morais tornavam-se insensíveis instrumentos de autodisciplina, constringendo a dualidade humana, na busca do bem e na gestão dos males, a optar pelo caminho colectivamente apropriado. Acarinhá-los equivalia a alimentá-los, a prestar homenagem à herança duma sabedoria ancestral, a revelar o sentimento de humanidade, a confortar o homem sobre a sua acção, sabendo-se conformado com a ordem universal, de sentidos inapreensíveis na efémera existência individual. A sabedoria era um processo em aberto, cumulativo, de busca de princípios consensuais, de meios de satisfação de interesses contraditórios ou com aspectos em tensão, de integração no uno e no intemporal da diversidade e da transitoriedade inerentes à natureza humana.

Condenado o homem à história, a sabedoria nela adquirida revelava, lenta mas

¹⁵ «We are not the converts of Rousseau; we are not the disciples of Voltaire; Helvetius has made no progress amongst us. Atheists are not our preachers; madmen are not our lawgivers. We know that we have made no discoveries; and we think that no discoveries are to be made, in morality; nor many in the great principles of government, nor in the ideas of liberty, which were understood long before we were born, altogether as well as they will be after the grave has heaped its mould upon our presumption, and the silent tomb shall have imposed its law on our pert loquacity» (idem, p. 181-182).

¹⁶ idem, p. 183

¹⁷ «Many of our men of speculation, instead of exploding general prejudices, employ their sagacity to discover the latent wisdom which prevails in them. If they find what they seek, and they seldom fail, they think it more wise to continue the prejudice, with the reason involved, than to cast away the coat of prejudice, and to leave nothing but the naked reason; because prejudice with its reason, has a motive to give action to that reason, and an affection which will give it permanence. Prejudice is of ready application in the emergency; it previously engages the mind in a steady course of wisdom and virtue, and does not leave the man

seguramente, a sua verdadeira natureza... natureza artística, vocacionada não para a simplicidade da utopia rousseauniana mas para a sofisticação civilizacional¹⁸: Apelar à natureza humana nunca poderia remeter para o elogio do primitivismo, mas antes para o potencial de moldagem, de aprendizagem e integração do complexo, de requintado deslumbramento do belo, de reconhecimento e submissão à ordem moral, de esforço de redenção.

Aceitar a mudança como primeira regra da natureza¹⁹, conferia uma dimensão especial ao potencial conservador do conceito de herança, já que este garantia à sociedade os mesmos princípios e benefícios que ao indivíduo no seio duma linhagem. Transmissão dum capital, humildade face ao esforço dos antepassados de o acumular, responsabilidade de melhoria pela imagem de fragilidades, satisfação pela contribuição geracional a essa longa cadeia que ligava passado, presente e futuro. Em suma, o conceito de herança traduzia o mecanismo de mudança sem ruptura, de pacificação no homem entre os fins e interesses individuais e colectivos da nação, região espiritual da humanidade, ela própria parte duma ordem de criação transcendente:

«Besides the people of England well know that the idea of inheritance furnishes a sure principle of conservation and a sure principle of transmission; without at all excluding a principle of improvement. It leaves acquisition free; but it secures what it acquires.... Our political system is placed in a just correspondence and symmetry with the order of the world, and with the mode of existence decreed to a permanent body composed of transitory parts.... Thus by preserving the method of nature in the conduct of the state, in what we improve we are never wholly new; in what we retain we are never wholly obsolete. By adhering in this manner and on those principles to our forefathers, we are guided not by the superstition of antiquarians, but by the spirit of philosophic analogy. In this choice of inheritance we have

hesitating in the moment of decision, sceptical, puzzled, and unresolved. Prejudice renders a man's virtue his habit, and not a series of unconnected acts. Through just prejudice, his duty becomes a part of his nature.» (idem. p. 183)

¹⁸ «Never, no never, did Nature say one thing and Wisdom say another. Nor are sentiments of elevation in themselves turgid and unnatural. Nature is never truly herself than in her grandest forms... The Apollo of Belvedere (if the universal robber has yet left him at Belvedere) is as much in nature as any figure from the pencil of Rembrandt, or any clown in the rustic revels of Teniers.» (Edmund Burke, «Letters on a regicide peadce» Russell KIRK, *op. cit.*, p. 51)

¹⁹ «We must all obey to the great law of change. It is the most powerful law of nature, and the means perhaps of its conservation.» (excerto de «A letter to Sir Hercules Langrish», in Frank O'GORMAN, *op. cit.*, p. 72)

given to our frame of polity the image of a relation in blood; binding up the constitution of our country with our dearest domestic ties; adopting our fundamental laws into the bosom of our family affections; keeping inseparable, and cherishing with the warmth of all their combined and mutually reflected charities, our state, our hearths, our sepulchres, and our altars»²⁰

É esta arte especial de “estar na história”²¹ tão familiar aos ingleses, que Burke se ocupou de expor, lançando as fundações do pensamento conservador saxónico. Podemos afirmar que Burke era um pensador tradicionalista, porque a tradição, nas diversas manifestações (preconceito, costume, prescrição constitucional), era no seu discurso o referencial de acção e reflexão sobre a historicidade humana, enquanto diálogo entre permanência e mudança.

Existindo a tradição pelo tempo, questionava-lhe a transitoriedade, sendo tanto afecto do passado presente, quanto aspiração de longevidade do presente no futuro. O reconhecimento consensual que lhe alimentava a sobrevivência, legitimava a reivindicação do seu ascendente sobre a mudança, contra o despotismo do espírito de inovação²². Diferentemente do espírito reformista, que aliado à cautela não confrontava a tradição antes era fonte da sua constante actualização, o espírito de inovação, era por característica revolucionário, indiferente às prerrogativas daquela, disposto a ter por guia único a vontade de criar um mundo à dimensão da convicção²³. Quando acantonado no poder abria o caminho aos piores arbítrios.

A tradição, por natureza social, funcionava como travão aos desvarios do excesso de poder, fosse ele qual fosse. Como referencial a respeitar na empresa reformista, a tradição apelava à cautela, à busca de consenso, a avanços insensíveis que afastassem o espectro da mutação, e que assegurassem a um tempo a dignidade dos velhos interesses e a lenta introdução dos novos nos mecanismos de poder, evitando o destempero provocador de ruptura social. Se era

²⁰ Edmund BURKE, *Reflexions...*, p. 119-120, subl. nosso

²¹ Expressão utilizada por Adelaide Machado quando no âmbito da reflexão para a sua tese de Mestrado, nos explicava o espírito que diferenciava a reflexão política no dealbar de oitocentos, tomando como ponto de partida a consideração do homem histórico e bebendo no enunciar dos princípios largamente na admiração pelo modelo inglês (cf. Adelaide Vieira MACHADO, *O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813)*).

²² «A spirit of innovation is generally the result of a selfish temper and confined views. People will not look forward to posterity, who never look backward to their ancestors.» (Edmund BURKE, *op. cit.*, p. 119)

do interesse do governo chamar a si a iniciativa da reforma, antecipando as comoções sociais, o interesse do povo era que esta fosse bem temperada para garantir o estatuto de permanência. O verdadeiro espírito reformista tinha presente que a reforma era um processo em aberto, sujeito à correcção da prática, e à contribuição do tempo.

Emoção da história impressa no coração das nações, e dos indivíduos que as formavam, a tradição permitia aos povos recordar os limites que a herança de direitos e deveres, liberdades, crenças e prescrições, impunha à sociedade e ao poder. No caso concreto inglês, o princípio da tradição, e o apelo a ela quando necessário, possibilitara que este povo se mantivesse ao longo dos séculos com o maior gozo de liberdades e prerrogativas da Europa, evitando os males duma governação despótica:

«For reasons worthy of that practical wisdom which superseded their theoretic science, they preferred this positive, recorded, hereditary title to all that can be dear to the man and the citizen, to that vague speculative right, which exposed their sure inheritance to be scrambled for and turn to pieces by every wild litigious spirit»²⁴.

Tradutora de hábitos e costumes, mas também de direitos, restrições e privilégios particulares, a tradição recordava, ainda, que a história era incompatível com a linguagem dos absolutos, por desapropriada à complexa realidade humana. E que de nada valia reconhecer a existência de direitos individuais a-históricos, se a garantia de cada indivíduo no gozo dos seus direitos em sociedade, condição do homem histórico, radicava na inadmissão de direitos absolutos, cuja conflitualidade apelava ao discurso das paixões e à prática da injustiça²⁵. Por tal, Burke afirmava como um dos primeiros direitos do homem social o direito de ser restringido nas

²³ «Duration is no object to those who think little or nothing has been done before their time, and who place all their honour in discovery» (idem, p.184)

²⁴ Idem, p. 118

²⁵ «These metaphysical rights entering into common life, like rays of light which pierce into a dense medium, are, by laws of nature, refracted from their straight line. Indeed in the gross and complicated mass of human passions and concerns, the primitive rights of men undergo such a variety of refractions and reflections, that it becomes absurd to talk of them as if they continued in the simplicity of their original direction.... The pretended rights of these theorists are all extremes, and in proportion as they are metaphysically true, they are morally and politically false. The rights of men are in a sort of middle, incapable of definition, but not impossible to be discerned. The rights of men in governments are their advantages; and these are often in balances between differences of good; in compromises sometimes between good and evil, and sometimes between evil and evil. Political reason is

paixões e na vontade volátil, e que sobre estas, tal como sobre as liberdades, era inútil teorizar já que o tempo e a circunstância determinavam o surgimento das primeiras e o reconhecimento da necessidade das segundas.

Ao constituir-se em sociedade o homem sujeitava-se a obrigações e beneficiava de direitos que, como em qualquer contrato, não podiam ser determinados por regras estranhas aos fins e meios estabelecidos pelas partes. Ao fazê-lo contratava um futuro, mas nada dizia sobre o passado. O que significava abdicar de quaisquer supostos direitos anteriores à fundação, e igualmente presumir o empenho das gerações futuras em honrar os termos contratuais, e em reconhecer a obrigação de só os modificar pelo acordo de todos os interessados. A sociedade civil obrigava a todos os que nela se abrigavam por uma convenção tácita ou expressa, e como qualquer obrigação ou dever não podia ser sujeita à vontade, radicasse ela no indivíduo ou na multidão, antes representava a limitação da esfera de acção desta. Se alguma soberania pudéssemos referir no pensamento político-social de Burke, aparte a soberania divina, teríamos de nos reportar ao dever moral e à restrição contratual²⁶, únicos travões eficazes ao apetite humano pelo poder absoluto subjacente ao império da vontade. Deveres e restrições que não sendo iguais para todos, a todos constrangiam²⁷. Em última instância eram eles que parametrizavam e garantiam as liberdades²⁸. Insensivelmente Burke deslocava a reflexão sobre o problema constitucional da esfera do poder constituinte para a do dever instituído, que informando tanto as leis positivas quanto a acção política e social se impunha sobretudo como dever moral, verificando-se por essa razão incontornável.

a computing principle; adding, subtracting, multiplying, and dividing, morally and not metaphysically or mathematically, true moral denominations» (idem, p. 152-153).

²⁶ «We have obligations to mankind at large, which are no in consequence of any special voluntary pact. They arise from the relation of man to man, and the relation of man to God, which relations are not matter of choice... duties are not matters of choice. They are dictated by the nature of the situation. Dark and inscrutable are the ways by which we come into the world... But put of physical causes, unknown to us, perhaps unknowable, arise moral duties, which, as we are able perfectly to comprehend, we are bound indispensably to perform.» (Edmund Burke, «Appeal...» Frank O'GORMAN, *op. cit.*, p. 96)

²⁷ «I cannot too often recommend it to the serious consideration of all men, who think civil society to be within the province of moral jurisdiction, that if we owe to it any duty it is not subject to our will. Duties are not voluntary. Duty and will are even contradictory terms. Now that civil society might be at first a voluntary act, (which in many cases it undoubtedly was), its continuance is under a permanent, standing covenant, co-existing with the society; and it attaches upon every individual of that society, without any formal act of his own» (idem, p. 95)

²⁸ «The people are not to be taught to think lightly of their engagements towards their governors: else they teach governors to think lightly of their engagements towards them. In that kind of game in the end the people are sure to be losers.» (idem, *ibidem*)

A constituição inglesa, formada por um conjunto de prescrições inerentes à própria natureza do contrato ou estabelecidas ao longo da história e garantidas pelo valor da tradição, servia ao pensador como receita alternativa, anti-revolucionária e anti-absolutista, à teoria do contrato social rousseauiano. Ao negar associar à teoria contratualista qualquer relação com a vontade, Burke estava a rejeitar a validade da ideia de soberania do povo, pelo seu carácter eminentemente voluntarista. E a alertar para o perigo que representava para a liberdade, ao tornar qualquer tirania possível, desde que desejada pelas maiorias. Excelente vigilante do actos do poder, o povo não podia ser poder. Já pela incapacidade de conceber e manter um rumo estável no governo da sociedade. Já por a restrição das paixões e vontades individuais e colectivas, requerer a existência de um poder exterior a elas. Princípio que se encontra com um dos primeiros motivos da constituição da sociedade, o de nenhum homem ser juiz da sua própria causa

Filha da convenção, a sociedade civil era coeva ao poder, necessário para harmonizar os fins particulares com os interesses colectivos, em respeito com os princípios estabelecidos ao longo da história. Sendo toda ela assente na experiência, a complexa ciência do governo, ou ciência de construir um Estado, só tinha a ganhar com o uso prudente do poder, não descurando nenhum contributo possível. O método do ensaio e correcção convinha-lhe, pois a morosidade na aquisição de perfectibilidade, implicando trabalhos nunca acabados e renovados de geração em geração, era largamente compensada pela segurança dos resultados adquiridos. Como lhe convinham mecanismos de controlo e de limitação do poder, para que a sua tentação não questionasse os direitos, sufocasse as liberdades adquiridas, interferisse nas hierarquias estabelecidas, ou desritmasse o curso natural da evolução social, por hiperactividade reformista ou resistência anacrónica.

A eficiência do sistema inglês radicava precisamente nesse tradicionalismo experimentalista, de carácter prescritivo, que permitira a fundação de instituições políticas que

garantiam a um tempo o dinamismo, a estabilidade e a coesão da sociedade civil, as liberdades e deveres adequadas aos diversos estados sociais, e que chamavam as suas franjas mais nobres e competentes à governação e à aplicação da justiça. E que possibilitara os hábitos de liberdade e de dever elevando-os à altura de sentimentos naturais. Obra colectiva de carácter hereditário, no sentido conferido por Burke ao conceito de herança, a bondade da constituição britânica era mensurável tanto pela longevidade como pela vivência dos efeitos produzidos; sendo esse conhecimento empírico que sobretudo importava relevar, tanto contra a crítica à sua imperfectibilidade, como contra as acusações reactivas que lhe apontavam a degenerescência.²⁹

Reportando-se à luta que perseguiu toda a vida em favor das liberdades adquiridas, fossem elas inglesas, americanas ou indianas³⁰, Russell Kirk pôde afirmar que Burke era liberal porque era conservador, já que tais liberdades não eram produto da especulação, mas antigas prerrogativas consolidadas pelo tempo³¹. Todo o ideário atrás exposto, torna difícil contestar a afirmação. No entanto, algumas questões nele presentes apelam a alguma cautela quanto a uma interpretação estritamente nacionalista da defesa que efectuou da monarquia constitucional inglesa. Nomeadamente a possibilidade de construção teórica, ou de verificação da validade duma teoria, através da eficácia demonstrada pela experiência, e a ideia duma tradição político-social, dum direito consuetudinário europeu, em relação aos quais a Inglaterra representava uma solução de evolução na continuidade, o que em grande medida lhe conferia um carácter modelar, constituindo-a como alternativa actualizada à aventura revolucionária iniciada na vizinha nação francesa. Hipótese adiantada pelo próprio Burke numa passagem pouco citada de *Reflections*:

²⁹ «It is true, that to say your constitution is what it has been, is no sufficient defence for those, who say it is a bad constitution. It is an answer to those, who say, that it is a degenerate constitution. To those, who say it is a bad one, I answer, look to its effects. In all moral machinery, the moral results are its test. On what ground do we go, to restore our constitution to what it has been at some given period, or to reform and reconstruct it upon principles more conformable to a sound theory of government? A prescriptive government, such as ours, never was the work of any legislator, never was made upon any foregone theory. It seems to me a preposterous way of reasoning, and a perfect confusion of ideas, to take the theories, which learned and speculative men have made from that government, and then supposing it made on those theories, which were made from it, to accuse the government as not corresponding with them. I do not vilify theory and speculation- no, because that would be to vilify reason itself... one of the ways of discovering, that it is a false theory, is by comparing it with practice. This is the true touchstone of all theories, which regard man and the affairs of men- does it suit his nature in general?- does it suit his nature as modified by his habits?» (Edmund Burke, «Speech on a committee to enquire into the state of the representation of the commons in Parliament», Frank O'GORMAN, *op. cit.*, p.102)

³⁰ «J'ai toujours combattu pour la liberté des autres» é a frase de Edmund Burke que Lucien Jaume, escolhe para epígrafe da obra *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*, que citaremos largamente ao longo deste trabalho.

«You might, if you pleased, have profited of our example, and have given to your recovered freedom a correspondent dignity. Your privileges, though discontinued, were not lost to memory. Your constitution, it is true, whilst you were out of possession, suffered waste and dilapidation; but you possessed in some parts the walls, and in all the foundations of a noble and venerable castle. You might have repaired those walls; you might have built on those old foundations....you had all that combination, and all that opposition of interests, you had that action and counteraction which, in the natural and in the political world, from the reciprocal struggle of discordant powers, draws out the harmony of the universe. These opposed and conflicting interests, which you considered as so great a blemish in your old and in our present constitution, interpose a salutary check to all precipitate resolutions; They render deliberation a matter not of choice, but a necessity; they make all change a subject of *compromise*, which naturally begets moderation.... You had all these advantages in your ancient states; but you chose to act as if you had never been moulded into civil society, and had every thing to begin anew... or, if diffident of yourselves, and not clearly discerning the most obliterated constitution of your ancestors, you had looked to your neighbours in this land, who had kept alive the ancient principles and models of the old common law of Europe meliorated and adapted to its present state- by following wise examples you would have given new examples of wisdom to the world. You would have rendered the cause of liberty venerable in the eyes of every worthy mind in every nation. You would have shamed despotism from the earth, by showing that freedom was not only reconcilable, but as, when well disciplined it is, auxiliary to law... You had a smooth and easy career of felicity and glory laid open to you, beyond any thing recorded in the history of the world; but you have shown that difficulty is good for man.»³²

Texto interessante pela forma como reporta o problema francês, que seria o dos outros estados europeus de experiência absolutista, à inexistência ou perda de memória de uma

³¹ Russell KIRK, *op. cit.*, p. 21

sociedade civil zelosa das suas esferas de autonomia, bem como dos direitos e prerrogativas que constituíam barreiras eficazes às veleidades dos governantes. Problema que a corrente liberal continental bem sentira, inspirada pela observação do caso inglês, e que tentara ultrapassar desde Montesquieu pelo projecto de tripartição do poder, mas sem contornar a linguagem dos absolutos no que respeitava a questão maior da soberania, ou seja da legitimidade do poder e da reclamação de direitos.

De momento a citação interessa-nos sobretudo pela forma como afasta o tradicionalismo anti-revolucionário burkiano de qualquer simpatia, ou mesmo reconhecimento da adequação do absolutismo ao contexto coevo europeu. Sem ser prosélito, Burke não rejeitou a responsabilidade de sugerir um modelo reformista para a Europa baseado na experiência inglesa. Modelo assente em princípios de moderação, que conferindo o sentido adequado à ideia de história erradicasse a revolução sem afastar a evolução, e permitisse a expressão da natureza sofisticada do homem e da sociedade em que se revelava.

A rejeição radical da revolução francesa e da filosofia política utópica, a par da firme defesa dos valores políticos e sociais da tradição, foram temáticas retomadas pela contra-revolução francesa, e europeia em geral. No entanto, o senso da história como processo de actualização, e a indubitável defesa das instituições liberais como garantes da almejada moderação política, fazem do conservadorismo de Burke, e inglês em geral, incompatível com o absolutismo e, portanto, com as aspirações da contra-revolução francesa. O facto da violenta hostilidade de Burke aos acontecimentos franceses o ter levado a aproximar-se dos círculos emigrados, contribuiu para a posterior associação do seu pensamento à contra-revolução. No entanto, de muito maior impacto, no plano da história das ideias, nos surge a forma como antecipou a reflexão liberal europeia oitocentista, em particular na era pós-napoleónica, quando ao lado dos pensadores que continuaram a reclamar a herança setecentista, a corrente empenhada

³² Edmund BURKE, *op. cit.*, p. 121-124; passagem que Pierre Manent insere na sua excelente antologia *Les libéraux* (Pierre MANENT (ed.), *op. cit.*, v. 2, p. 14-17)

em erradicar tanto a revolução como a contra-revolução, tanto o espectro democrático como absolutista, buscou novas bases de sustentação político-filosófica dum liberalismo que se pretendia moderado e reconciliado com as tradições socio-políticas europeias.

Reportando-nos à França, que se impôs como referencial de reflexão e como laboratório político europeu, foi esta corrente, apelidada de doutrinária, que em particular influenciou o sentido da primeira fase da Restauração, e que após romper com o poder acabaria por preparar a revolução de 1830 e por determinar o perfil da Monarquia de Julho. A ala que após esta revolução reclamou a política de resistência e dominou a governação na maior parte deste período, a ponto de se identificar com o próprio *orleanismo*, iria autodenominar-se nos anos 40 de partido conservador, em analogia clara com o homónimo inglês. Não é estranha à história posterior, em que a dinâmica política tendeu a sublinhar o confronto entre as soluções autoritárias e democráticas, a pouca atenção que a história das ideias prestou por longo tempo a esta corrente, em contraste com os estudos que sublinhavam as práticas degenerativas relativamente à generosidade dos princípios liberais.

René Rémond terá sido dos primeiros politólogos a obrigar a um re-equacionamento desta perspectiva quando, ao distinguir as diferentes tradições da direita francesa, considerou o *Orleanismo* como fundador duma corrente política com representação na actualidade, ultrapassando o momento histórico da Monarquia de Julho e dos seus herdeiros da segunda metade de oitocentos. O Orleanismo prolongaria o doutrinarismo, no qual o aprofundamento da doutrina do *juste milieu*, se revelava num programa politicamente liberal e socialmente conservador³³. Inscrito no espírito de livre exame, encontraria a sua expressão filosófica no ecletismo espiritualista, teorizado por Victor Cousin.

Pierre Rosanvallon, na notável obra *Le moment Guizot*, lançou uma nova luz sobre o estudo desta corrente, ao considerar o período de 1815 a 1848 como um momento teórico

³³ René RÉMOND, *Les droites en France*, Paris, Aubier Montaigne, 1982

autónomo³⁴ para o qual o principal problema seria harmonizar a afirmação das liberdades com o desenvolvimento do facto democrático, e ao sublinhar o papel dos doutrinários, na teorização e experimentação do liberalismo conservador francês³⁵. Historiador, teórico e activista político, Guizot foi o paradigma dessa geração de intelectuais *engagé* que tiveram a rara oportunidade de ascender ao poder, experimentando um modelo governativo por anos defendido na oposição. E, enquanto tal, impõe-se ao historiador das ideias pela «exceptionnelle adéquation qui s'opère chez lui entre un destin individuel et le problème d'une génération (...) Sous la Restauration d'abord, puis surtout pendant toute la monarchie de Juillet dont il fut à la fois le théoricien et la grande figure gouvernementale. Ses écrits et son action résument et éclairent à la fois le sens profond des années 1814-1848»³⁶. Nele essencialmente nos reteremos para delinear o modelo liberal conservador fundado por esta corrente.

Este modelo, bebendo embora na admiração pelo sucesso histórico da monarquia inglesa, ao incorporar o saldo de um século de especulação filosófica e a realidade da sociedade pós-revolucionária, ao contrário do congénere saxónico, respondeu a uma vontade projectiva que lhe moldou o carácter. Sendo esta a vontade de fundar instituições e práticas políticas que assegurassem a convivência da liberdade e do progresso com a ordem e a estabilidade, e que permitissem a almejada pacificação social, ao abrigo das possibilidades abertas pela outorga da Carta de Luis XVIII³⁷.

³⁴ Contrariando, deste modo a leitura deste período, largamente informada pelas soluções triunfantes, como momento de esterilidade teórica e de reacção à história da afirmação democrática iniciada com a revolução de 89. Momento raro, em que a reflexão político-filosófica correspondeu à necessidade de resolução de um problema pragmático colocado a uma geração: «Moment conceptuel qui coïncide avec la période historique (celle de la Restauration et de la monarchie de Juillet) (...) et qui se distingue à la fois du «moment idéologique» qui prolongue l'héritage des Lumières et du «moment démocratique» qui s'ouvre après 1848» (Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 26). Mais adiante Rosanvallon reforça, explicitando, esta ideia: «Faire des grandes auteurs de la Restauration de simples "précurseurs" de ce qui viendra après eux, ou de simples "continuateurs" de ce qui les a précédés, comme on a trop souvent pris l'habitude de le faire, conduit ainsi à totalement manquer le sens de cet extraordinaire bouillonnement intellectuel. Si la France comme l'a suggéré François Furet, fait l'expérience chaotique de toutes les formes politiques modernes de 1789 à 1804, la période 1815-1830 est quant à elle un véritable laboratoire de la pensée contemporaine. Laboratoire d'autant plus intéressant qu'il s'organise autour d'une question qui n'a rien perdu de son actualité: celle d'une politique post-révolutionnaire.... Les hommes qui sont chargés de la direction de l'ordre social, dira Guizot, avaient alors un besoin impérieux d'une théorie de la société, d'une théorie des institutions et d'une théorie de la morale» (idem, p. 75-76).

³⁵ «Ils ont en commun d'opposer «un libéralisme conservateur au libéralisme démolisseur» pour reprendre la formule de Victor Hugo dans *Les Misérables*» (idem, p. 26).

³⁶ idem, p. 28

³⁷ Elaborada por uma comissão mista de deputados, senadores e comissários do governo (cf. Armando SAITTA (ed. e apes.), *Costituenti e costituzioni della Francia rivoluzionaria e liberale (1789-1875)*, p. 569), a Carta de 4 de Junho de 1814, de acordo com o enunciado no preâmbulo, propunha-se retomar a cadeia do tempo apagando da memória já que não podia apagar da história, o movimento excêntrico que afligira a pátria francesa. Neste preâmbulo a admiração corrente pelo constitucionalismo

Projecto que ao pretender-se alternativo ao voluntarismo niilista do espírito revolucionário, mas igualmente equidistante do tradicionalismo reaccionário da contra-revolução, apelava a uma releitura da história, que permitisse a reconciliação com o passado recente, rejeitando o anátema que pesava sobre a nação francesa após a queda do Império, e que lhe devolvesse a memória social dum percurso multissecular, do qual a realidade coeva era tanto um ponto de chegada, como um momento de passagem para um futuro em aberto.

Enquanto analista do momento vivido, Guizot, diferentemente de Burke, não podia fundar na tradição multissecular nacional as instituições políticas liberais, mas podia reportar à história a condição e a dinâmica dos indivíduos e da sociedade, esclarecendo através dela questões fulcrais à experiência humana. Entre elas, revelar o longo percurso da ideia de liberdade, que tornava as novas gerações devedoras dos esforços dos antepassados, e demonstrar como esta se fundia com o complexo caminhar da civilização europeia.

Com Guizot o inquérito histórico desloca-se do tradicionalismo para o historicismo, do olhar para a história enquanto percurso de aquisição de tradições para uma leitura do percurso civilizacional à luz de uma perspectiva, duma ideia a cumprir. Lendo a história europeia em geral, e a francesa em particular, como uma luta de princípios encarnada na luta de classes, é a ideia de verdade que o político doutrinário sublinha como chave de inteligibilidade da dinâmica

historico inglês, ecoava na fundamentação tradicionalista das instituições políticas estabelecidas. Contornando o equacionamento da soberania, remetia para o rei toda a autoridade em França, e para a tradição régia a modificação do seu exercício de acordo com as necessidades do tempo. Significativamente o texto separava, quanto à fidelidade do Rei para com a Carta, a cerimónia perante a Nação representada na Assembleia onde era simplesmente afirmada a boa fé régia, e o juramento perante o altar Daquela «qui pèse dans la même balance les rois et les nations» (Pierre ROSANVALLON, *La monarchie impossible: les Chartes de 1814 et de 1830*, p. 251). É ainda, para a Providência divina que o início do preâmbulo remete o regresso do Rei à França. Nascida duma necessidade de pacificação da sociedade francesa, a Carta recomendada pelo encontro da sabedoria dos conselheiros régios e dos representantes da sociedade, era Concedida e Outorgada, sem que o Rei abdicasse dos direitos e prerrogativas, nos quais repousava a garantia da liberdade do povo. O texto constitucional que seguia este preâmbulo era um repositório de setenta e seis artigos (dois transitórios), estabelecendo os direitos dos franceses e a organização do Estado, cuidadosamente evitando quaisquer referências ideológicas que pudessem pôr em causa o anunciado projecto de reconciliação nacional. No contexto francês a sua virtualidade acabava por assentar nesse carácter inócuo, pois se dava espaço à reflexão política pós-revolucionária, condicionava-a à harmonização com um conjunto de premissas estabelecidas no articulado. Premissas essas associadas à ideia de soberania, à concepção dos direitos políticos e ao balanço de poderes, das quais destacamos: a realidade da outorga; a rejeição da soberania popular; o censo eleitoral; a predominante iniciativa régia das propostas de lei, o veto absoluto e a prerrogativa de dissolução; enfim, a Câmara dos Pares de nomeação régia, vitalícia ou hereditariamente, sem limitação de número. No plano europeu, instituiu-se como modelo de reforma para os Estados monárquicos vivendo a pressão liberalizadora, e inaugurava uma corrente constitucional decisiva para o liberalismo oitocentista, ao conciliar o universal reconhecimento dos direitos e liberdades civis, com o acesso selectivo à intervenção política, miscigenando nesta, de acordo com a lição inglesa, o princípio hereditário com o princípio electivo. O consenso que rodeava as virtualidades do modelo inglês, é sublinhado por Pierre Rosanvallon, e é paradigmático na citação do ministro Ultra, Vitrolles: «Elle fut si universellement adoptée que personne n'en concevait une autre... on dirait qu'à certains moments il y a des idées qui se répandent comme des épidémies» (idem, p. 63).

histórica, e como finalidade resolutora das contradições entre a sociedade e o poder, e o poder e a liberdade.

Historicismo que implicava a perspectivização do fim da história, sob a Monarquia de Julho converteu-se na ilusão da possibilidade da sua vivência. Não que esse fim significasse o termo da possibilidade de mudança, ou da divergência de interesses e aspirações, ambas inerentes à condição humana, mas porque o sistema, se lhe fosse dado tempo para enraizar, ao normalizá-las tornava-as controláveis, erradicando a necessidade de ruptura. Nesse sentido o conservadorismo revela-se não tanto o reclamar de heranças, embora estas não sejam afastadas do universo das preocupações, como a condição de manutenção do fim da história. É um conservadorismo de chegada, de quem se crê não no melhor dos mundos mas no seio do sistema mais capaz de revelar a verdade da contemporaneidade, sabendo que os princípios que o ergueram e que os fins que persegue são a condição da sua sobrevivência. Nesta linha, a nuclearidade do valor da ordem, do instituído, mostra-se não só legítima, como essencial ao encontro do facto com a razão. Não excluindo o aperfeiçoamento, é nos seus depositários que acaba por arrogar o exercício judicativo da relevância da mudança.

Diferença fundamental do conservadorismo britânico, que Guizot buscou expressar a propósito do bom entendimento que o ligava a Sir Robert Peel, político que admirou ao ponto de dedicar-se a traçar o seu perfil³⁸, durante a Monarquia de Julho:

«Sir Robert Peel et ses collègues étaient des conservateurs devenus libéraux; nous étions des libéraux qui devenaient conservateurs: quelles que fussent, entre les deux cabinets, les différences d'origine et de situation, nous avions, sur les devoirs et les conditions du gouvernement dans l'état des sociétés européennes, des idées fort semblables, et, partir de points divers, nous marchions au même but en suivant les mêmes pentes.»³⁹

³⁸ «le plus libéral entre les conservateurs, le plus conservateur entre les libéraux, et dans l'un et l'autre camp le plus capable de tous» (François Guizot, *Sir Robert Peel* cit. por Alan KAHAN, «Guizot et le modèle anglais» COLLOQUE DE LA FONDATION GUIZOT-VAL RICHER, *François Guizot et la culture politique de son temps*, p. 229)

³⁹ François GUIZOT, *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*, t. VI, p. 146

Anti-revolucionário na medida em pretendia salvaguardar a sociedade do caos, era uma revolução que o fundamentava. Não uma revolução feita, como Edmund Burke reclamava, em nome duma ordem tradicional violada, mas dum edifício a fundar, construído sobre as aquisições de 89, expurgadas dos erros político-filosóficos em que assentava a sua radicalidade. Sem abdicar dos princípios que o justificaram, pretendia-se edificar um edifício capaz de recuperar o passado, integrando-o na modernidade. Terminar a revolução, significava tanto fechá-la, como perpetuá-la, ao fixá-la como uma espécie de elemento constitucional da ordem presente e do futuro a construir.

II. O LIBERALISMO CONSERVADOR FRANCÊS ATRAVÉS DO SEU PARADIGMA: GUIZOT E OS DOUTRINÁRIOS

1. TERMINAR A REVOLUÇÃO

1.1. Os filhos da revolução

«Supérieures à tout ce qui les entoure, ils ne sauraient être dominés ni par le fanatisme renaissant, ni par l'égoïsme sans croyance qui couvre la société. Ils ont foi à la vérité et à la vertu; ou plutôt, par une providence conservatrice qu'on appelle aussi la force des choses, ces deux images impérissables de la Divinité se sont emparées de leurs cœurs, pour revivre par eux, et par eux rajeunir l'humanité. Aussi ont-ils le sentiment de leur mission et l'intelligence de leur époque»⁴⁰

«Ce n'est plus un homme, ce n'est plus un philosophe, c'est un prophète; il est tellement dominé par l'ascendant de la vérité qu'il s'oublie lui-même, qu'il se dévoue à elle, qu'il est elle: c'est la vérité personnifiée; ses actions la parlent, sa voix la commande»⁴¹

A auto-caracterização dos doutrinários como geração intelectual, sobre a qual o texto de Jouffroy, publicado em 1823, se tornou antológico, é importante enquanto reveladora dum universo de indivíduos cuja consciência da contemporaneidade (senão a idade) deduzia uma partilha de vivências, um particular equacionar de problemas, e mesmo uma tendencial comunidade metodológica na busca de soluções, e que por tal conheciam um sentimento de ruptura face ao passado recente e aos seus protagonistas no presente. Ligada à ideia de movimento, introduzia uma nova dialéctica entre o individual e o colectivo, pois ao estabelecer uma relação umbilical entre os percursos individuais e o projecto colectivo, dava margem à especialização de potencialidades, à conquista de notoriedades diferentes, sem deixar de dotá-las dum sentido global. Demarcavam-se os doutrinários dos *philosophes* cuja denominação reportava a um interesse especulativo comum mas sem possibilidade de intervenção⁴². E, mesmo, dos *idéologos*, cujo saber especializado fora colocado ao serviço do poder, mas sendo dele arredados quando deixaram de servir os interesses do tirano. Geração para qual a França anterior à revolução era um eco presente, mas principalmente recebido em segunda mão, não só como memória do absolutismo, mas igualmente como

⁴⁰ JOUFFROY, «Comment les dogmes finissent» cit. por Pierre ROSAVALLON, *op. cit.*, p. 168

⁴¹ idem, *ibidem*

⁴² «Les philosophes, écrit Royer-Collard, jetés au hasard dans les classes obscures de la société, n'avaient aucune part à l'autorité et aux distinctions. On régnait, on gouvernait sans eux; on avait même l'insolence de protéger quelquefois ces beinfaiteurs de l'humanité.» (in Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 146-147)

tempo de especulação frívola. Formada sob a dinâmica revolucionária, a dinâmica da concretização, era no campo intelectual que se movia, mas interligando especulação e acção. Tanto quanto os agastava o espectáculo do virtuosismo intelectual, movia-os a ambição de elevar o intelectual ao poder, como síntese desejável entre a espiritualidade e a temporalidade laica.

Consciente da importância de demarcar o ambiente de formação dos doutrinários, e a forma inovadora como intervieram na vida política, Guizot nas *Mémoires...*⁴³ reservou parte significativa do primeiro tomo, dedicado ao período da Restauração, a traçar o nascimento e evolução dos doutrinários⁴⁴ desde o Império até às vésperas da Revolução de Fevereiro. Acção que significativamente se iniciou nos debates académicos de resistência ao Império e de revisão crítica da cultura política e filosófica setecentista. Foi na Universidade, onde leccionou em 1812 o seu primeiro curso de História, no âmbito do qual pela primeira vez desenvolveu as suas teses sobre a História da civilização europeia, que Guizot conheceu o núcleo dos futuros doutrinários. A este ambiente de reflexão, no qual se destacavam Royer-Collard e Destutt de Tracy, como chefes de escolas concorrentes, Guizot traria o contributo da educação protestante e do seu fascínio pelo racionalismo alemão. Ambiente grave, de debate e livre exame, herdeiro crítico do século anterior, desaprovando naquele em particular a frivolidade e desinteresse pelos aspectos práticos do

⁴³ Temos para nós que da imensidão dos seus escritos políticos e históricos, são as memórias que permitem uma abordagem mais global ao pensamento de Guizot pois, embora não constituam uma obra informadora da sua geração, nem construtora de teoria política, espelham, ao revisita-lo, a dinâmica dum percurso marcado pelo binómio pensamento / acção, focalizando-se nos aspectos relevantes à sua clarificação. Tendo sido a primeira obra que lemos de Guizot, ainda antes de contactarmos com a bibliografia sobre o pensamento doutrinário, em nada fomos contrariados pelo posterior aprofundamento do seu pensamento, sobre as linhas de força que o demarcaram. Por tal serviram de guia imprescindível da presente reflexão. No plano literário revelam-se exemplares pela eficácia com que o estudioso e mestre de história colocou a arte analítica e narrativa ao serviço da causa política, a qual no momento em que as redigiu estava longe de considerar perdida: «Hommes ou partis, quand on a exercé quelque influence sur les événements et tenu quelque place dans l'histoire, ce qui importe, c'est de se faire bien connaître; ce but atteint, il faut rester en paix et se laisser juger» (François GUIZOT, *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*, t. I, p. 156).

⁴⁴ André TULLIER, «La bibliothèque Victor Cousin de la Sorbonne et l'influence de la philosophie écossaise en France au début du XIXe siècle» COLLOQUE INTERNATIONAL, *Victor Cousin. les idéologues et les écossais*, p. 167 e ss. Segundo este autor a designação do grupo deriva de o seu primeiro líder e patriarca, Royer-Collard, ter sido, antes da revolução, colegial e depois professor da Congregação da Doutrina Cristã, de filiação jansenista. Tullier sublinha que Royer Collard, introdutor da filosofia escocesa na Universidade napoleónica (curso 1811-1813), estaria por via da educação jansenista particularmente receptivo a buscar na filosofia do senso comum, de fundo cartesiano, um porto para reagir no campo filosófico à escola sensualista (como mais tarde o seu discípulo Cousin a baptizou), na altura representada na Universidade pela Ideologia de Destutt de Tracy, e para fundamentar a proposta política moderada. Guizot, de resto, destaca a formação jansenista na apreciação que faz de Royer-Collard: «C'était un homme, non pas de l'ancien régime, mais de l'ancien temps, que la Révolution avait développé sans le dominer... il avait reçu dans sa jeunesse, sous l'influence des traditions de Port-Royal, une forte éducation classique et chrétienne; et après la Terreur, sous le régime du Directoire, il était entré dans le petit comité royaliste qui correspondait avec Louis XVIII, non pour conspirer, mais pour éclairer ce prince sur le véritable état du pays... Il était donc décidément spiritualiste en philosophie et royaliste en politique; restaurer l'âme dans l'homme et le droit dans le gouvernement, telle était, dans sa modeste vie, sa grande pensée» (François GUIZOT, *op. cit.*, t. I, p. 18-19). Ainda referindo-nos ao nome do grupo, não sendo de afastar a hipótese avançada por André Tullier, ela não contradiz a explicação corrente, que o próprio Guizot subscreveu nas memórias, de derivar do carácter pedagógico, de tom muitas vezes catequista, do seu discurso. Gabriel de Broglie coloca a questão no devido tom: «Dès 1816, la revue le Nain jaune les avait nommés plaisamment doctrinaires, parce qu'ils abordaient toutes questions en les prenant de très haut, avec des analyses savantes et des constructions à la fois historique, philosophique et théorique. Certains les appelaient ainsi tout simplement parce que Royer-Collard avait été formé par un oncle prêtre de l'ordre doctrinaire qui était l'ordre enseignant des écoles primaires. Peu importe en vérité. L'appellation de doctrinaire leur fut accolée comme une moquerie par les uns, comme une revendication par les autres, comme une plaisanterie entre eux. Leurs enfants avaient des gestes doctrinaires. Leurs maisons avaient un style doctrinaire. Charles de Rémusat composa leur chanson que Pauline [de Meulan] chantait devant leurs amis.» (Gabriel de BROGLIE, *Guizot*, p. 65-66).

problema político, ao qual reporta a sua formação⁴⁵.

Antes da acção política, e sempre que as circunstâncias determinaram o afastamento do poder, era na produção intelectual, literária e científica, que recalibravam energias, privilegiando-a como veículo de expressão⁴⁶. Era ela que lhes garantia a independência, marcando ainda por essa via a diferença com o século anterior: duma elite que a actividade profissional levava a emergir no fervilhar da sociedade, contraposta a uma intelectualidade aristocrática perdida em reflexões de salão. Actividade imediatamente capaz de influir na formação duma opinião pública, e de receber o seu refluxo, restrita no caso do ensino académico, mais vasta por via da produção livresca e principalmente da criação de periódicos em que dialogavam directamente com o seu público. Era ela que legitimava a sua apresentação como projecto global alternativo, capaz de albergar sensibilidades e tendências diversas. Forma de afirmação de cidadania, sabendo que a própria existência de esferas da sociedade civil passíveis de se manifestarem à margem do político, dependia da delimitação do universo deste.

Tendo desde os primeiros momentos da Restauração aderido ao novo regime, dispostos a contribuir activamente para a desejada reconciliação nacional⁴⁷ sem abdicar da defesa de uma gradual implantação das instituições liberais⁴⁸, cedo compreenderam que o trabalho desenvolvido ao longo de anos no fechado

⁴⁵ Após uma juventude passada em Genebra onde a família se refugiara na sequência do guilhotinamento do pai, Guizot regressara a França para seguir os estudos em direito, conformando-se à vontade maternal. Cedo, porém, desistiu, para se dedicar às letras enquanto continuava a aprofundar conhecimentos. Foi durante algum tempo preceptor, e iniciou uma carreira de crítico literário. No âmbito desta actividade conheceu a primeira mulher, a jornalista Pauline de Meulan, com quem desenvolveu uma longa amizade e colaboração intelectual antes do envolvimento sentimental. Foi Pauline de Meulan que intuiu as aptidões de Guizot para o estudo da história, incentivando-o a aprofundar conhecimentos nesse campo. Juntos garantiram, desde 1811 até à queda do império, a publicação dos *Annales de l'éducation*. Paralelamente, Guizot passou a integrar os últimos salões franceses de tradição setecentista, formando «une opposition de spectateurs éclairés et indépendants» (François GUIZOT, *op. cit.*, t. I, p. 6), onde cedo se destacou pelo entusiasmo e eloquência com que defendia os seus pontos de vista, muitas vezes chocantes aos ouvintes atentos. E com reverência que Guizot presta homenagem nas memórias, à lição de tolerância e de genuíno prazer pelo debate de ideias recebida nesse círculo. Comparando-o ao núcleo que encontrou na Universidade, refere que este formava uma oposição «moins apparente, plus sérieuse sans être, pour le moment, plus active» (idem, p. 18). Por seu turno, o convívio universitário cedo se prolongou fora de portas, em sociedades filosóficas, como a que refere Henri Gouhier, citado por F.C. T. Moore: «A partir du mois d'août 1814 jusqu'en 1815, Maine de Biran est l'âme d'une société philosophique qui groupe les maîtres de la contre-idéologie. On se réunit chez lui tous les quinze jours, le jeudi. Il y a là Royer-Collard, Ampère, Degérando, Guizot, Georges et Frédéric Cuvier, Thurot, Durivau, directeur des études à l'Ecole polytechnique, Christian, directeur de l'Ecole des Mines, Mauric, le préfet mathématicien», o qual acrescenta o contributo “escocês” a essa sociedade «Et parmi les “correspondants”, Ancillon, Dugalt Stewart, et son traducteur, Prévost de Genève» (F.C.T. MOORE, «Une copie mal déguisée» COLLOQUE INTERNATIONAL, Victor Cousin, les idéologues et les écossais, p. 40)

⁴⁶ Reportando-se à acção desenvolvida no final da década de 20 em torno do *Globe* e da *Revue Française*, Guizot reflecte: «C'est le caractère général du mouvement intellectuel de cette époque que je tiens à mettre en lumière. Ce mouvement ne se portait plus exclusivement ni directement sur la politique, et pourtant c'était de la politique qu'il émanait» (François GUIZOT, *op. cit.*, p. 322-323)

⁴⁷ O ascendente que nesses primeiros anos o pequeno grupo ganhou na política francesa é ilustrado por Guizot através desta anedota do Duc de Richelieu, chefe do Gabinete: «Au mois de mars de 1818, quelqu'un lui demandait un jour une chose assez insignifiante: “C'est impossible, répondait-il aigrement, MM. Royer-Collard, de Serre, Camille Jordan et Guizot ne le veulent pas”» (idem, p. 196)

⁴⁸ «Je suis de ceux que l'élan de 1789 a élevés et qui ne consentiront point à descendre. Mais si je ne tiens à l'ancien régime par aucun intérêt, je n'ai jamais ressenti contre l'ancienne France aucune amertume. Né bourgeois et protestant, je suis profondément dévoué à la liberté de conscience, à l'égalité devant la loi, à toutes les grande conquêtes de notre ordre social. Mais ma confiance dans ces conquêtes est pleine et tranquille, et je ne me crois point obligé, pour servir leur cause, de considérer la maison Bourbon, la noblesse française et le clergé catholique comme des ennemis... et tout homme nouveau que je suis, quand le roi Louis XVIII est rentré la Charte à la main, je ne me suis point senti irrité ni humilié d'avoir à jouir de nos libertés, ou à les défendre, sous l'ancienne race des rois de France, et en commun avec tous les français» (idem, p. 27-29)

círculo académico e das elites oposicionistas, necessitava de ser reconvertido a uma pedagogia de acção política e de revelação da sociedade civil. O crescente ascendente da contra-revolução nos círculos do poder, determinou desde o início da década de 20 a passagem à oposição, tornando ainda mais urgente a intervenção pedagógica. O diagnóstico, que Guizot tão vivamente transmitiu nas memórias, de um país humilhado, inquieto dum futuro que se abria sem projecção, e sem solução para o confronto entre as forças do passado e as filhas da Revolução e do Império, com um poder incapaz de apontar uma via ou, sequer, de optar por uma das causas, servia para equacionar o problema francês como carecendo de uma solução na ordem intelectual, capaz de reconciliar a nação e de projectar um futuro estável. E servia, ainda, para sublinhar a ruptura introduzida pela corrente doutrinária ao devolver o debate político a esse campo⁴⁹.

Inscrevendo-se o objectivo de fechar, ou terminar a revolução, na tradição liberal pós-revolucionária, nomeadamente da parceria Constant - M.me de Stäel, o aspecto inovador introduzido pelos doutrinários reporta-se ao esforço de romper com a cultura de oposição, enquanto cultura de desconfiança para com o poder, fundada no valor da liberdade. Ao eleger como problema da sua geração a teorização e fundação do governo liberal, os doutrinários tinham presente a necessidade de desenvolver um esforço crítico em várias frentes, não só do reacçãoarismo contra-revolucionário e das teses em que bebera o jacobinismo revolucionário, mas igualmente de ideias caras à família liberal, e em particular do cepticismo crítico teorizado por Constant para fundar a proposta liberal pós-revolucionária. Localizando-se na sociedade coeva, a compreensão do seu estado, como ponto de chegada de um percurso e dado para a construção dum futuro, verificava-se uma base sólida para um primeiro momento de crítica e um referencial imprescindível à especulação político-filosófica.

⁴⁹ A passagem das *Memoires* onde Guizot mais magistralmente expõe essa postura, merece uma longa citação: «C'est le grand caractère, bien chèrement payé, de la révolution française d'avoir été une œuvre de l'esprit humain, de ses conceptions et de ses prétentions, en même temps qu'une lutte d'intérêts sociaux. La philosophie s'était vantée qu'elle réglerait la politique, et que les institutions, les lois, les pouvoirs publics ne seraient que les créations et les serviteurs de la raison savant. Orgueil insensé, mais hommage éclatant à ce qu'il y a de plus élevée dans l'homme, à sa nature intellectuelle et morale!... jusqu'en 1815 elle n'avait guère rencontré, pour commentateurs de sa mauvaise fortune, que des ennemis implacables ou des complices désabusés... Les doctrinaires repoussèrent l'une et l'autre de ses assertions; ils se défendirent à la fois et du retour aux maximes de l'ancien régime, et de l'adhésion, même purement spéculative, aux principes révolutionnaires... Appelés tour à tour à combattre et à défendre la Révolution, ils se placèrent, dès d'abord et hardiment, dans l'ordre intellectuel, opposent des principes à des principes, faisant appel non-seulement à l'expérience, mais aussi à la raison, affirmant des droits au lieu de n'alléguer que les intérêts, et demandant à la France, non pas de confesser qu'elle n'avait fait que le mal, ni de se déclarer impuissante pour le bien, mais de sortir du chaos où elle s'était plongée et de relever la tête vers le ciel pour y retrouver la lumière... C'était à la fois rendre hommage à l'intelligence humaine et l'avertir des limites de sa puissance; c'était faire acte de respect pour le passé sans déflections envers le présent et sans abandon de l'avenir. C'était entreprendre de donner à la politique une bonne philosophie, non pour souveraine maîtresse, mais pour conciliaire et pour appui... Ce fut à ce mélange d'élevation philosophique et de modération politique, à ce respect rationnel des droits et des faits divers, à ces doctrines à la fois nouvelles et conservatrices, antirévolutionnaires sans être rétrogrades, et modestes au fond quoique souvent hautaines dans leurs langages, que

1.2. Entre a República e o Príncipe

«Placée entre la République de Platon et le Prince de Machiavel elle rêve comme Harrington ou régit comme Charles Quint»⁵⁰

«La politique tomberait dans un abaissement ou un agourdissement déplorable, si l'utopie ne venait de temps en temps, la souvenir de faire une part à ses généreuses espérances»⁵¹

Ultrapassar o dilema entre o utópico e pragmático, foi o desafio aceite pelos doutrinários, certos de que o diálogo das ideias e da circunstância sendo constante na história da humanidade, nunca se verificara tão pertinente como desde a revolução, ela própria obra do encontro de ideais com interesses sociais⁵². Ao afirmá-lo, assumiam-se como reveladores e guardiões das tendências mais sãs, positivas do seu tempo, e nesse sentido do seu verdadeiro estado de espírito. Novos apóstolos da esperança, o carácter higiénico da sua mensagem, visava tanto a revitalização das forças individuais como sociais⁵³.

Dar à política uma boa filosofia, usando a expressão e o sentido de Guizot, implicava temporalizar as ideias, mas igualmente negar que a actividade política pudesse prescindir de princípios mobilizadores que a elevassem do estatuto de gestora dos interesses quotidianos⁵⁴.

O erro dos defensores do pragmatismo político radicava na indiferença para com a dimensão espiritual do homem, que apelava à satisfação, tanto quanto os interesses materiais careciam de protecção. A crítica ao século filosófico não podia cair na tentação, presente numa parte significativa do discurso pós-revolucionário, de negar positividade às ideias, sob pena de cair numa concepção da política como um campo de expedientes, sem fins que a distinguissem como missão. Nem devia ceder a um cientismo mecanicista, tal como mais tarde se apresentou no evolucionismo comtiano, arrogando a possibilidade de

les doctrinaires durent leur importance comme leur nom» (idem. p. 157-159)

⁵⁰ Charles Rémusat, sobre o lugar da filosofia política, citado por Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 157

⁵¹ François GUIZOT, *op. cit.*, t. VI, p. 391-392

⁵² «C'est d'ailleurs une marque de peu d'élévation dans l'intelligence de ne pas savoir apprécier le rôle que jouent les idées générales dans le gouvernement des hommes, et de les considérer comme vaines ou même comme ennemies, parce qu'on reconnaît qu'il ne faut pas les prendre pour guides. De nos jours surtout, et malgré le discrédit bien mérité où tant de théories sont tombées, la méditation philosophique sur les grandes questions et les grands faits de l'ordre politique est une puissance avec laquelle les pouvoirs les plus forts et les plus habiles feront sagement de compter » (idem., t. I, p. 207). Afirmção que abunda na obra de Guizot, apontando o atavismo da rejeição desta evidência, comum ao discurso contra-revolucionário.

⁵³ Albertine de Staël apelidava os doutrinários de metafísicos revolucionários, acentuando o carácter profundamente inovador da sua reflexão e postura: «Ils sont révolutionnaires d'idées morales, nullement d'idées politiques; ils ont trop d'esprit pour vouloir l'inapplicable; mais ce sont des jacobins de méditations qui rejettent les anciennes idées comme les jacobins de 89 rejetaient les titres et les privilèges, et veulent faire maison nette en philosophie, comme les autres voulaient faire en politique. C'est ce qui fait qu'ils sont obscurs. Ils ont un profond dégoût pour toutes les idées convenues. C'est pour cela qu'ils blessent tant» (Diário, cit. por Lucien JAUMÉ, *L'individu effacé...*, p. 165)

⁵⁴ «A tous les pouvoirs, surtout à un pouvoir nouveau, il faut un peu de grandeur, dans leurs œuvres et sur leur drapeau. L'ordre et la protection régulière des intérêts privés, ce pain quotidien des peuples, ne leur suffisent pas longtemps; c'est la condition nécessaire du gouvernement, ce n'est pas l'unique besoin de l'humanité. Elle peut trouver les autres satisfactions dont elle a soif dans des grandeurs très diverses, morales ou matérielles, justes ou injustes, solides ou éphémères: elle n'a pas tant de sagesse ni de vertu que la vraie grandeur lui soit indispensable; elle veut,

prescindir da moral como do mistério divino, pela assimilação de Deus ao Homem⁵⁵. E menos, ainda, havia que encontrar refúgio na desvalorização da dignidade do universo político, característica do cepticismo, trocista de toda tentativa de construir uma imagem positiva do poder.

O caminho passava por uma nova filosofia política construída por intelectuais que estavam na política, tal como os doutrinários se identificavam. Indivíduos que se queriam distinguir pela seriedade do seu envolvimento na sociedade, e pela eficácia mobilizadora das ideias que defendiam. Se o sentido activo de cidadania os encaminhara individualmente à reflexão política e cultural, a comunidade de perspectivas impulsionara a integração numa lógica de grupo, tanto na produção teórica como na acção. Em conformidade com o sentido observado no século, tinham operado a passagem do espírito filosófico para o espírito político, ansiando responder pela aplicação das suas teses. Crentes de ter chegado o momento de unir o saber ao poder e remeter o poder à sociedade, reclamavam-se como uma vanguarda desta, capaz de lhe interpretar as tendências, de as motivar e de as dirigir.

A filosofia ligava-se à arte para institucionalizar o movimento tendencial da política moderna: o governo dos espíritos, como expressão última do já multissecular processo europeu de secularização⁵⁶. Arte apoiada em sólidas bases de conhecimento do seu objecto, sublinhando a importância do espírito científico, e enquadrada por valores que lhe demarcavam os limites e apontavam os fins. Arte que se confundia com a vivência da liberdade, pois só poderia contar com tais artesãos quando assegurada a expressão do pensamento, e valorizados os seus conteúdos na existência dos indivíduos e da sociedade que integravam.

1.3. O projecto doutrinário

en tout cas, avoir devant les yeux quelque chose de grand qui attire et occupe l'imagination des hommes.» (idem, p. 208)

⁵⁵ Referindo-se a um encontro que manteve com Comte, quando era responsável pela pasta da educação, Guizot descreve os sentimentos que o assaltaram ao ouvir o jovem arrogante dissertar sobre os princípios da filosofia positiva: «J'avais quelque peine, en l'écoutant, à ne pas m'étonner tout haut qu'un esprit si vigoureux fût borné au point de ne pas même entrevoir la nature ni la portée des faits qu'il maniait ou des questions qu'il tranchait, et qu'un caractère si désintéressé ne fût pas averti par ses propres sentiments, moraux malgré lui, de l'immorale fausseté de ses idées. C'est la condition du matérialisme mathématicien. Je ne tentai même pas de discuter avec M. Comte; sa sincérité, son dévouement et son aveuglement m'inspiraient cette estime triste qui se réfugie dans le silence» (idem, t. III, p. 126-127). Sobre a filosofia positiva Guizot dissertou ainda no tomo VI das memórias, p. 349 e ss. E mais tarde em *Méditations sur la religion chrétienne*, t. II, «Méditations sur l'état actuel de la religion chrétienne», dedicou largas páginas ao positivismo acusando a arrogância desta corrente: «Le positivisme est un mot grammaticalement barbare et philosophiquement présomptueux. Il qualifie une doctrine, non par son objet, comme la géologie, l'idéologie, la théologie ou la physique, mais par le mérite qu'il lui attribue. Toute science à la prétention d'être positive, c'est-à-dire fondée en fait et en vérité. Le positivisme s'arroe seul cette qualité. Je crois cette arrogance radicalement illégitime» (p. 248)

1.3.1. Filosofia, história e sociologia

«Ce que l'homme ne se demande presque jamais, c'est ce qu'il a réellement besoin de savoir dans ce qu'il cherche si ardemment à connaître»⁵⁷

Deixando adivinhar o historiador respeitado que se tornaria⁵⁸, o discurso de abertura do primeiro

Curso de História Moderna, pronunciado por Guizot quando debutava nas problemáticas históricas, é uma peça notável pela forma como equaciona as perplexidades do historiador e aponta um caminho para a historiografia romântica.

O exemplo de Montaigne, concluindo no fim dum percurso no universo do Eu sobre a inutilidade do projecto pela instabilidade do objecto, servia-lhe de imagem não para retirar as conclusões daquele pensador, mas para admitir que a complexa teia dos sentimentos, ideias e acções humanas, filha do tempo e em interacção constante com a imprevisibilidade circunstancial, afastava a ilusão de uma apreensão total do eu (indivíduo e sociedade coeva), e menos ainda do outro (sociedades passadas). Momento de demarcação dos limites do conhecimento em ciências humanas e sociais, exigia um deslocamento de perspectiva com vista à instalação duma positividade. A questão, que Guizot explicitava na passagem acima citada, estava não tanto em assegurar o acumular de conhecimentos, mas em indagar sobre a sua necessidade/utilidade em função dum objectivo proposto.

Como explica Jacques Billard em outro contexto⁵⁹, no espírito do modelo da química lavoisiana dominante nesse princípio de século, Guizot reportava o problema do conhecimento a uma economia de meios, otimizando esforços e centrando em princípios fundamentais a resolução dos problemas colocados pelo objectivo desejado⁶⁰. No caso da história esses princípios eram ideias força, de cuja historização dependia a possibilidade de compreensão da dinâmica da sociedade e de racionalidade do percurso da

⁵⁶ Cf. Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 223 e ss. (cap. «La gestion du sens commun»)

⁵⁷ Discurso de abertura do primeiro Curso de História Moderna (1812), in François GUIZOT, *op. cit.*, t. I, p. 391

⁵⁸ Gabriel de Broglie sublinha a profunda impressão deixada em numerosos intelectuais europeus pelo contacto com a sua obra, e sobretudo com o famoso curso de 1828, em que os anfiteatros transbordaram de ouvintes fascinados pelas lições de Guizot, Cousin e Villemain nas respectivas áreas. Tocqueville, Montalembert, Saint-Beuve, Fauriel, Thierry, testemunharam o transporte que lhes motivava a capacidade analítica e o domínio rigoroso da língua francesa do professor cuja figura crescia sempre que em presença dum público. Taine falava de revelação, Sainte-Beuve referia esta trindade como os “regentes intelectuais da nossa época”. Goethe confessava a Eckermann que lia e relia as lições de Guizot, de profundidade e penetração só comparáveis ao espírito alemão: «Cousin, Villemain et Guizot se sont rendus savants comme on ne l'était jadis qu'en Allemagne... Tous trois sont des hommes supérieurs mais c'est Guizot qui m'est le plus cher.» (Victor de BROGLIE, *op. cit.*, p. 102).

⁵⁹ Para explicar a ideia de civilização, como conjunto de princípios dominantes, em Guizot (Jacques BILLARD, *De l'école à la république: Guizot et Victor*, p. 45-46).

⁶⁰ «C'est ainsi que nous retrouvons dans tous les travaux de l'homme une moitié vaine à côté d'une moitié utile; nous ne condamnerons plus alors la curiosité qui mène au savoir... mais, plus éclairés, nous nous efforcerons de ne point perdre de temps, d'aller droit au but en concentrant nos forces sur des recherches fécondes en résultats profitables; et nous ne tarderons pas à nous convaincre que tout ce que l'homme ne peut pas ne lui est bon à rien, et qu'il peut tout ce qui lui est nécessaire» (idem, p. 392, subl. nosso)

humanidade. Sendo pelos resultados duráveis, pelos bons e maus princípios sobreviventes, que havia que julgar uma época, e de buscar nela os factos que a representavam⁶¹. Sabendo ser a aquisição de luzes pela humanidade um processo de heranças jamais desperdiçado, o ponto de partida seguro para o historiador era a sociedade coeva, e a metodologia, a análise retrospectiva elucidativa dos pontos de chegada⁶².

Como abordar a história interligava-se com a determinação das funções que preenchia, tal como explicava Guizot ao referir-se à história da história. A história poética, narrativa, destinada a satisfazer a curiosidade. A história filosófica, dissertando sobre a marcha da humanidade. A história prática, exemplar para a vida vivida. Na contemporanidade, num momento em que como nunca os cidadãos eram chamados à reflexão e intervenção política, ao mesmo tempo que as liberdades adquiridas e os progressos materiais permitiam um grau inédito de indiferença individualista, a história tornara-se tão essencial ao julgamento e acção política, como à consolidação moral, revelando e fortificando a verdade em favor da sociedade:

«Découvrir la vérité, la réaliser au dehors, dans les faits extérieurs, au profit de la société; la faire tourner, au dedans de nous, en croyances capables de nous inspirer le désintéressement et l'énergie morale qui sont la force et la dignité de l'homme dans ce monde»⁶³

Função que a remetia tanto à materialidade como à espiritualidade dos factos, havia que unir a verdade histórica poética e filosófica «comme étude de l'organisation générale et progressive des faits»⁶⁴. Ligar o particular e o universal, integrar o individual no social, relacionar o material e o espiritual, tendo como ponto de partida a contemporanidade, direccionava a concepção da história para a história das ideias formatadoras da civilização e do progresso. A ideia de civilização como síntese de planos, ligada à temporalidade e à circunstância nos princípios reveladores dos diversos complexos civilizacionais que se

⁶¹ «On pourrait dire en quelque sorte qu'il y a deux passés, l'un tout à fait mort, sans intérêt réel parce que son influence n'est pas étendue au delà de sa durée, l'autre durant toujours par l'empire qu'il a exercé sur les siècles suivants, et par cela seul réservé, pour ainsi dire, à notre connaissance, puisque ce qui en reste est là pour nous éclairer sur ce qui n'est plus. L'histoire nous offre, à tous ses époques, quelques idées dominantes, quelques grands événements qui ont déterminé le sort et le caractère d'une longue suite de générations... la raison même peut ici nous offrir ses données positives pour nous conduire à travers le dédale incertain des faits... marchons donc du côté où nous pouvons avoir la raison pour guide; appliquons les principes qu'elle nous fournit aux exemples que nous prête l'histoire; l'homme, dans l'ignorance et la faiblesse auxquelles le condamnent les bornes de sa vie et celles de ses facultés, a reçu la raison pour suppléer au savoir, comme l'industrie pour suppléer à la force.» (idem, p. 393-394, subl. nosso).

⁶² Mais tarde Guizot sintetizaria esta ideia ao reflectir sobre o facto histórico: «Le passé change avec le présent» (François GUIZOT, *Histoire des origines du gouvernement représentatif en Europe*, p. 2; cit. por Dominique POULOT, «L'archéologie de la civilisation» COLLOQUE DE LA FONDATION GUIZOT-VAL RICHER, *François Guizot et la culture politique de son temps*, p. 267).

⁶³ (Dominique POULOT, *op. cit.*, p. 268. Trata-se de uma passagem de *Histoire de la civilisation en France depuis la chute de l'Empire romain jusqu'en 1789*)

⁶⁴ idem, p. 269

sucediam ou coexistiam, tinha por referência um conceito atemporal, o conceito de espírito humano, medida da sua referência à verdade e à possibilidade duma ideia de progresso.

Perspectiva partilhada pelo teorizador do eclectismo espiritualista, Victor Cousin, para quem história e filosofia não eram na verdade disciplinas separadas⁶⁵. Definido o espírito como tudo o que podia ser, como potência da humanidade, a história era o lugar da sua revelação⁶⁶. Se um surgia como garante de verdade, a outra impunha-se como lugar da liberdade, de escolha de concretização, de tal modo que o que era distinto na ideia acabava por ser distinto no real: «En histoire, comme en toute science, c'est la vérité qui éclaire le réel et non l'inverse. Mais, on n'accède à la vérité que par l'étude du réel»⁶⁷. A reconstituição do espírito remetia assim para a acção, pensá-lo implicava reflectir sobre o seu percurso e estágio.

A reflexão sobre a história e sobre a sociedade coeva concretizavam o inquérito sobre a verdade. Pensar o progresso era julgar, avaliar uma civilização na sua relação com a verdade, absoluta e universal. Destacando-se a civilização moderna por se situar na ordem da verdade, enquanto gosto e aspiração, e nessa medida na ordem da justiça, enquanto reivindicação de imparcialidade, justificava-se o centramento no seu estudo. Se o papel da história era reconstituir-lhe o percurso, o da análise da sociedade contemporânea era desmontar os seus conteúdos e restabelecer-lhes as relações. Complementares e indissociáveis, funcionavam como reveladoras da sociedade, devolvendo-lhe a racionalidade, e ao fazê-lo exerciam um papel incentivador da reforma aprofundadora do encontro da verdade social com a realização da humanidade. O optimismo histórico⁶⁸ que transportavam era, na tese de Cousin, a última grande ideia filosófica, a um tempo

⁶⁵ Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 144

⁶⁶ *idem*, p. 146. Por outras palavras, definido o espírito como potência, o homem define-se como acção, como concretização de tudo o que pode ser, decorrendo que a potência só pode ser clarificada pelo que manifestamente é. Recordamos que Cousin foi um grande leitor de Leibniz e de Vico, cuja herança espiritualista, sujeita sempre ao esteio da crítica, reclama na sua construção filosófica. Se em Vico teve de rejeitar o conteúdo que atrevemo-nos a chamar de pré-romântico *avant la lettre* (a crítica da razão pela valorização do obscuro e da inventividade compreensiva), interessaram-no profundamente a ideia de história como história do espírito e a valorização das suas manifestações na tradição dos estudos humanistas, em particular da filologia. Sendo sobretudo a reflexão sobre a teoria dos possíveis e a epistemologia liebniziana, bem como sobre o optimismo da teoria do melhor dos mundos, que subjaz aspectos fundamentais do eclectismo espiritualista de Cousin.

⁶⁷ *idem*, p. 148

⁶⁸ «Je regarde l'idée de l'optimisme historique, l'idée d'un plan générale de l'histoire, comme la plus haute idée à laquelle la philosophie soit encore parvenue. Seule elle rend possible une philosophie de l'histoire» (Victor Cousin, «Cours de 1828», cit. in Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 148). Optimismo que supõe a luta contra o ceticismo que, como nunca é demais sublinhar, foi dos traços marcantes da acção doutrinária, verificando-se uma constante no seu discurso. Segundo Royer-Collard «Il n'est pas aisé de faire au scepticisme sa part; dès qu'il est introduit dans l'entendement, il l'envahit tout entier. Quand tout les existences sont en problème, quelle autorité rest-t-il aux rapports qui les unissent? C'est cependant de ces rapports qui dérivent les lois des sociétés, tous les droits et tous les devoirs qui constituent la morale publique et privée» «la philosophie s'arrête là; elle consiste à ignorer ce qu'elle ne peut savoir; elle est précisément cette ignorance savante dont parle Pascal» (cit. por Jean-Pierre COTTEN, «La philosophie écossaise en France avant Victor Cousin, Victor Cousin avant sa rencontre avec les écossais», COLLOQUE INTERNATIONAL, *Victor Cousin, les idéologues et les écossais*, p. 118).

Guizot distinguiria na esteira de Jouffroy o ceticismo experimental e o ceticismo sistémico « Le premier est le résultat de l'incertitude qui naît dans les esprits à la vue de l'infinie variété, discordance et mobilité des opinions humaines. Le second s'attaque à la puissance même de l'esprit humain, et le déclare incapable de connaître le fond des choses, la réalité en soi. L'un est le doute mis en pratique; l'autre est le doute érigé en

instituindo a possibilidade duma filosofia da história, e afirmando a liberdade humana de escolha, contra o fatalismo presente no mecanicismo cientista e no providencialismo simplista. Assentes nestas bases cumpriam o papel de referencial imprescindível da filosofia e da acção política, permitindo devolver uma positividade ao poder, pensando a governabilidade⁶⁹ da sociedade pela dinamização dos elementos que a constituíam.

Pouco preocupados em estabelecer ascendentes de influência, quando a circulação de ideias num círculo intelectual com uma abordagem cultural e político - filosófica comuns supõe mútuos tributos⁷⁰, pensamos que merece ser sublinhada a complementaridade da acção do filósofo que moldou o carácter da universidade francesa oitocentista⁷¹ para uma pedagogia da reflexão, e do político que teorizou o liberalismo governamental e associou o destino da Monarquia de Julho ao seu nome. De tal modo que podemos afirmar que a proposta metodológica de Cousin para a reflexão filosófica, foi plenamente usada por Guizot na construção teórica e na polémica política, sem que seja seguro que um decorra do outro.

Para Cousin, o problema e a vocação da filosofia coeva, não era de ordem criativa, já que o universo de ideias essenciais necessárias ao homem se encontrava enunciado nos sistemas filosóficos disponíveis, sem que algum o englobasse; mas sim o estabelecimento dum bom método de reflexão filosófica, correspondendo o eclectismo ao método adequado ao estágio da humanidade⁷². Método de decomposição, julgamento e reorganização, o eclectismo correspondia a uma postura de valorização da reflexão e da

principe» (*Méditations sur la religion chrétienne*, t. II, p. 335); para rejeitar o antigo discípulo de Cousin na defesa que fez do cepticismo sistémico, desprezando o cepticismo experimental. «Je ne partage pas le dédain de M. Jouffroy pour le scepticisme expérimental et pratique: ce n'est pas, il est vrai, un système que les philosophes aient à réfuter, mais c'est un fait dont ils doivent tenir grande compte, car en nous montrant combien la science humaine est incomplète et l'erreur humaine fréquente, il nous met en garde contre la confiance présomptueuse dans nos propres idées et contre l'intolérance envers les idées d'autrui, deux des plus dangereuses maladies de l'intelligence et de la société humaines» (p. 337). Partindo da célebre frase de Royer-Collard «On ne divise pas l'homme», que se reportava ao perigo da análise sem síntese, Guizot acusava o cepticismo filosófico, ou sistémico, de querer dividir o homem ao contrapor a fé instintiva e a razão céptica: «Il y a là une étrange méconnaissance (je me permets ce terme incorrect) de la réalité des faits et de la valeur des mots: ce que M. Jouffroy appelle instinct, c'est l'intuition de la réalité intérieure et extérieure que l'être humain acquiert directement par l'exercice complet et indivisible de toutes ses facultés; ce qu'il appelle raison, c'est le résultat du travail isolé de l'une des facultés de l'être humain qui s'oublie lui-même en se décomposant pour s'étudier. Le scepticisme n'est pas "le dernier mot de la raison sur elle-même"; c'est le suicide de la raison par la négation, fausement scientifique, de l'évidence naturelle et du bon sens humain.» (p. 351)

⁶⁹ Neologismo que surge na Restauração (Pierre ROSANSALLON, *op. cit.* p.37)

⁷⁰ «En marge de l'Université, Royer-Collard introduisit Guizot dans son cercle d'amis philosophes, petite société d'inspiration spiritualiste dans laquelle il rencontra Degérando, Ampère, Gallois, Raynouard, Fauriel, et surtout Maine de Biran et Victor Cousin. Guizot subit profondément l'ascendant de Maine de Biran sans se l'avouer. Il s'établit entre lui et Victor Cousin, de cinq ans son cadet, une affinité intellectuelle et une amitié de cinquante ans» (Gabriel de BROGLIE, *op. cit.*, p. 43)

⁷¹ De herança hoje problematizada e reclamada: Cf. Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 203-220

⁷² Postura que já fora defendida por Maine de Biran na declaração anti-sistémica, feita na obra «Defense de la philosophie» de polémica com Bonald, para assinalar a necessidade duma filosofia pós-revolucionária equacionada em função de objectivos morais: «A l'âge où nous sommes parvenus, ce qu'il faut appeler philosophie n'est pas celle de Descartes, de Leibniz, de Reid, de Condillac, de Kant, mais le choix formé de ce que chacune de ces doctrines contient de vrai, de favorable aux valeurs, de conforme à la religion, car voilà la véritable éclectisme qui nous convient aujourd'hui, le vrai moyen de réforme approprié à notre âge, la vraie philosophie appelée aujourd'hui, comme du temps de Socrate, à reformer l'homme, plutôt qu'à se réformer elle-même» (cit. por F.C.T. MOORE, *op. cit.*, p. 46)

“frequência filosófica”⁷³, a um tempo aberta a extrair a positividade dos diversos sistemas, e dogmática quanto à fé numa verdade transcendente e à possibilidade de reconhecer a manifestação dos seus conteúdos. Era, ainda, um sistema filosófico, na medida em que um sistema nada mais era que a aplicação de um método⁷⁴, consistindo uma “boa filosofia” a consequência natural de um bom método.

Pretendendo lutar contra o que considerava as três grandes ilusões metodológicas da filosofia- a hipótese, a abstracção e a dedução⁷⁵ -, Cousin apontava a necessidade de uma teoria das ideias, que à semelhança do que se passava nas ciências naturais, assentasse na observação. No caso da filosofia, na observação dos conteúdos do espírito. Concordando nesse ponto com os ideólogos, acusava-lhes o erro de remeter a origem das ideias para a sensação, apriorismo não comprovado pela observação, e de consequências desastrosas, por desaguar no cepticismo. O método devia reclamar a herança, não do “sensualismo”, mas do centramento no espírito proposto por Descartes, e do desenvolvido da evidência cartesiana pela teoria do senso comum da escola escocesa de Reid⁷⁶. Neste havia, no entanto, a criticar a separação que fizera entre concepção, sem ligação necessária à observação e, por isso, sem prova de verdade, e julgamento pelo confronto com a experiência. No seu entender, era uma hipótese absurda que a teorização pudesse preceder a experiência. Pelo contrário, conceber era o continente do julgamento, sendo esse o significado do Cógito cartesiano, o julgamento pelo Eu da experiência da inseparabilidade de duas observações distintas⁷⁷. Em ambas o eixo era o Eu complexificando, pela desmontagem descritiva, uma

⁷³ na expressão de Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 107

⁷⁴ *idem*, *ibidem*

⁷⁵ Apelo a realidades inobserváveis (hipótese), satisfação por explicações inverificáveis (abstracção), assegurar de realidades inobserváveis pela remissão a realidades observadas (dedução) (*idem*, p. 110)

⁷⁶ Para a reflexão de Cousin sobre o cartesianismo e a filosofia do senso comum, ver em particular o excelente artigo de George Elder DAVIE, «Victor Cousin et les philosophes écossais», COLLOQUE INTERNATIONAL, *Victor Cousin, les idéologues et les écossais*, p. 177-199 e Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 106 e ss. Relação sustentável apesar da implacável crítica de Reid ao cógito cartesiano, ao qual reportou a origem do cepticismo: «A man that disbelieves his own existence, is surely as unfit to be reasoned with, as a man that believes he is made of glass. There may be disorders in the human frame that may produce such extravagancies, but thy will never be cured by reasoning. Des Cartes indeed would make us believe, that he got out of this delirium by this logical argument, Cogito, ergo sum. But it is evident he was in his senses all the time, and never seriously doubted of his existence. For he takes it for granted in this argument, and proves nothing at all. I am thinking, says he, therefore I am: and is it not as good reasoning to say, I am sleeping, therefore I am? or, I am doing nothing, therefore I am?» (Thomas REID, *An inquiry into the human mind, on the principles of common sense*, p. 14).

⁷⁷ É a evidência / percepção primeira, que Cousin reporta a herança escocesa da teoria do senso comum: «L'intuition ou l'inspiration est dans tous les langages distincte de la réflexion ou du raisonnement. C'est la simple perception de la vérité, je veux dire des vérités essentielles et fondamentales, sans l'intervention d'aucun acte ou volonté personnels. Cette intuition ne nous appartient pas. Lorsque l'acte s'accomplit dans nos esprits, nous en sommes simplement les spectateurs, non les agents; toute notre action se limite à avoir conscience de ce qui se passe. Notre perception des vérités simples et premières peut donc être séparée de la raison faillible de l'homme, et liée à cette Raison qui est universelle, absolue, infaillible, et éternelle, au delà des limites de l'espace et du temps, au dessus de tout contact avec l'erreur ou le désordre, à cette Intelligence dont la nôtre, ou ce qui prend son apparence en nous-mêmes, n'est qu'un fragment, à cet Esprit, pur et incorruptible, dont le nôtre n'est que le reflet.» (cit. por J.C. STEWART-ROBERTSON, «Un cheval de Troie dans la citadelle écossaise: l'idéologie et la prétendue conspiration de Thomas Brown et Destutt de Tracy», COLLOQUE INTERNATIONAL, *Victor Cousin, les idéologues et les écossais*, p. 85, n. 21). Surge aqui evidente o fundo neo-platónico da concepção do espírito em Cousin.

evidência. Descartes por uma abstracção imediata⁷⁸, definira o fenómeno da consciência do Eu, que se descobre como pensamento e como existência⁷⁹, e julga o acto de pensar como prova de existência. Dela decorrendo que pensar é julgar a existência, e que nesse sentido nada se passa fora da consciência. Por outro lado, a consciência do Eu implicava a demarcação, por oposição, da experiência do não-eu, do Outro. Percepção dum princípio de oposição, entre dois factos (constatações inalisáveis) a um tempo correlativos e independentes⁸⁰, que impulsionava a reflexão, o movimento do pensamento para uma síntese substancial.

Nesta questão, a clarificação da proposta metodológica, beneficiava da recuperação cartesiana que Cousin fez da doutrina hegeliana do mundo. Na sua versão, unidade orgânica formada pela identidade na variedade, o mundo hegeliano reportava-se a duas leis opostas e complementares: a lei atomista, sobre a tendencial divisibilidade ao infinito, e a lei da atracção universal, de reorganização, remissão da variedade à unidade, de tal forma que sendo esta substancialmente diferente daquela, era-o enquanto seu continente⁸¹. Sob esta a luz a análise definia-se como decomposição de contrários. E em termos da teoria das ideias implicava que estas eram a um tempo unidade numa rede relacional, e História.

Se o espírito era tudo aquilo que podia ser, só sendo conhecível como manifestação, tanto mais próxima da plenitude quanto mais diversa, tal não significava que todas as ideias eram desprovidas de erro, mas sim que todas as ideias se reportavam a factos bem ou mal relacionados. O que permitia o aprofundamento, a complexificação da verdade, era uma lógica indutiva, e o que fazia o erro era uma falha lógica, sendo ambas possibilidades inerentes ao movimento do pensamento. De tal modo que se só o regresso aos factos primitivos permitia expurgar o erro, só o arriscar do relacionamento levava ao aprofundamento da verdade, com vista à integração das contradições que aqueles apresentavam.

O bom método que permitia alimentar o impulso humano para a verdade do espírito, era aquele que

⁷⁸ Cousin distinguia a abstracção imediata, decomposição de uma experiência, e abstracção mediata, comparação de diversas experiências da mesma coisa (George Elder DAVIE, *op. cit.*, p. 191)

⁷⁹ «Nous ne commençons pas par nous chercher, car ce serait supposer que nous savons déjà que nous sommes; mais un jour, une heure, un instant, instant solennel dans l'existence, sans, nous être cherchés nous nous trouvons. nous nous apercevons» (passagem do «Cours de 1828», cit. por George Elder DAVIE, *op. cit.*, p. 194)

⁸⁰ Davie reporta a este aspecto a grande fórmula filosófica de Cousin: como conciliar a percepção de que o mundo exterior é em função de nós com a admissão de que nós somos em função do mundo exterior? - «le monde extérieur qui tourne autour de nous», «nous tournons autour du monde extérieur» (idem, p. 190, 198). Formulação que levará o seu antigo discípulo Ferrier ao enunciado da seguinte generalização: a decomposição do auto-conhecimento permite afirmar que nos conhecemos quer por observação directa e quer por simpatia, ou seja, pelo conhecimento do eu moral pelo outro informante.

⁸¹ Idem, p. 185.

pela análise psicológica da ideia desmontava os factos da consciência, e pela retrospectção lhe reconstituía o percurso⁸², de modo que, por um novo esforço indutivo, pudesse retomar a ideia tendo por preocupação retirá-la da esfera do erro. Método de ensaio e erro que só a frequência podia apurar, correspondia à aplicação dos procedimentos da ciência ao conhecimento do espírito⁸³. À unidade primitiva assegurada pela intuição individual e isolada das verdades primeiras do espírito, sucedia o erro e a correcção, o movimento de reflexão para uma unidade terminal relacional e universal⁸⁴. Uma era o domínio do senso comum, impresso em todos indivíduos e inerente à vivência do homem, o outro era o domínio da filosofia, reflexão sobre a relação das verdades primeiras, imprescindível ao cumprimento da humanidade.

Consciência sem reflexão, a faculdade que correspondia ao senso comum era o bom senso, que permitia emitir juízos a partir da sabedoria dos grandes princípios morais. Se o senso comum não era individualizável nem passível de erro, pois era a voz da razão, os juízos do bom senso, sendo iguais em todos os homens, eram necessariamente individuais. Havia pois que distingui-los dos preconceitos, juízos colectivos não restritos aos factos da razão cuja força advinha do número⁸⁵. Um dos problemas do homem na sua relação com a verdade, provinha, precisamente da tendência para, cedendo à pressão social, fazer equivaler o bom senso aos preconceitos das maiorias.

Estamos num ponto em que se apresenta com clareza o método de Cousin, quando propunha que a filosofia devia partir das ideias utilizadas pela linguagem corrente, analisando as suas relações lógicas, para posteriormente reconstituir as relações cronológicas. Se o primeiro momento permitia distinguir a verdade, isolar os factos, através do segundo era possível a um tempo detectar o erro e colocar na via direita a relação entre os factos. “Cientificando” o bom senso, as verdades simples do senso comum eram reorganizadas em verdades complexas, correspondentes a um estágio avançado da revelação do espírito humano.

⁸² «Une méthode sévère n'hésitera point à placer l'actuel avant le primitif; car, en commençant par le primitif, on pourrait bien n'obtenir qu'un faux primitif» («Fragments de philosophie» cit. por George Elder DAVIE, *op. cit.*, p. 198).

⁸³ «Par cette théorie de la vérité au fond très classique, Cousin prend place parmi les cartésiens. Pourtant cette théorie s'accompagne d'une autre théorie, qui est plus de son temps, une théorie positive de l'erreur... en elle réside la puissance du mouvement, c'est-à-dire l'histoire. Ce n'est pas d'avancer vers la vérité qui fait qu'il y a histoire, mais de vaincre les erreurs les unes après les autres. La vérité est statique. Elle est le lieu même du repos, étant le point d'arrivée... [l'erreur] D'un côté elle ressemble à la vérité, puisque toute erreur se donne pour vraie. Mais d'un autre côté, elle est fausse, et par conséquent rien de ce qui sera bâti sur elle ne pourra être stable.... La thèse constante de Cousin, est qu'il ne saurait exister d'erreur absolue. De même qu'un savoir absolu, au sens d'un savoir à la fois inconditionné et total, est impossible, de même se trouve hors de portée humaine son exact opposé de l'erreur absolue» (Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 118-119)

⁸⁴ *idem*, p. 120

⁸⁵ Reportando-nos a Burke ressalta desta leitura uma diferença fundamental, já que neste pensador o preconceito corresponde à expressão colectiva dos julgamentos suportados pelo senso comum. Em Burke o senso comum é por via dos juízos formatadores do preconceito,

O eclectismo, ao contrário das insinuações dos críticos, não era uma predação de ideias na ausência de ideais próprias, mas a valorização da filosofia como movimento de reflexão alimentado pela dialéctica da verdade e do erro; nem significava a incapacidade de optar por um sistema, mas tão somente o alerta de que nenhum bastava à tomada da verdade como um todo. O espiritualismo para Cousin, informado pelo eclectismo, significava uma opção pragmática conformada ao “espírito da época”: no plano filosófico apontava a resolução do confronto entre o idealismo e o empirismo⁸⁶, no político-social para o cumprimento do movimento de secularização, pela apropriação do governo dos espíritos pelo Estado laico.

Retomando Guizot, verificamos que o método eclético lhe serviu o esforço teorizador, já que é estrutural à sua obra, a análise dos “factos” da sociedade coeva preceder a reconstrução histórica e desaguar, através da indução, na generalização fundamentadora da proposta política. Este deslocar do equacionamento do problema político, correspondendo à valorização do espírito científico, da segurança oferecida pelo conhecimento estabelecido nessas bases, vinha sublinhar a potencialidade das ciências sociais e humanas. Disciplinas nascentes, de ponta, que permitiam a um tempo conhecer a multitude e reconduzi-la à unidade, conceptualizar e idear sobre a base sólida da realidade⁸⁷. Atitude inovadora, que pela simples valorização do momento vivido, como luz de leitura do passado e potencial construtor de um futuro em aberto, o dotava duma positividade. Tratava sobretudo de harmonizar razão e experiência, de modo a sair do impasse entre um pragmatismo de vistas curtas e um idealismo que negara dignidade e maioridade ao eixo tempo / espaço

assimilado a uma sabedoria histórica colectiva. Cf. supra, p. 5-6.

⁸⁶ «Le fonde de notre doctrine est donc un idéalisme tempéré par une juste part d'empirisme» («Cours de 1828», cit. por Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 140). «Une psychologie profonde comme point de départ, et pour dernier une grande philosophie, morale et religieuse et en même temps libérale, telle est mon œuvre, s'il m'est permis de parler ainsi, en opposition à l'athéisme que produit la psychologie superficielle de l'empirisme, en opposition aussi à la métaphysique hypothétique de l'école allemande, née du dédain de la psychologie» (idem, p. 106). Sobre a equivalência entre os termos metafísica e psicologia, desde o século XVIII até a segunda metade do séc. XIX, ver Edward S. REED, «The separation of psychology from philosophy: studies in the sciences of mind 1815-1879» *Routledge history of philosophy. Vol. VII, The nineteenth century*, p. 297-356. Esclarecedor sobre o processo de fundação da psicologia como ciência, parece-nos, no entanto, no que respeita a Cousin que o autor subestima no seu pensamento quer o papel do senso comum como experiência da verdade, em resposta aos dois tipos de cepticismo sensualista e idealista, quer o da filosofia como aprofundamento dessa experiência. Por outro lado, se o espiritualismo de Cousin remete para um dogmatismo moral, e para a fé na existência de Deus como garante da possibilidade de verdade, dificilmente se compatibiliza com a ortodoxia religiosa (p. 301). Basta recordar os severos ataques de que foi alvo pelos católicos tradicionalistas pela sua política de ensino, os quais se desdobraram na acusação de o espiritualismo encerrar uma concepção panteísta da divindade (cf. Louis FOUCHER, *La philosophie catholique en France au XIXe siècle avant la renaissance thomiste et dans son rapport avec elle (1800-1880)*, cap. «L'accusation de scepticisme théologique», p. 145-166). Sobre a importância do diálogo interconfessional no movimento doutrinário cf. Gabriel de BROGLIE, *Guizot*, p.91, referindo-se ao envolvimento na Société de la morale chrétienne, e Laurent THEIS, «Guizot et le problème religieux», COLLOQUE DE LA FONDATION GUIZOT-VAL RICHER, *François Guizot et la culture politique de son temps*, p. 251-263. Foi como cristão, e não particularmente como protestante, que Guizot efectuou as suas *Méditations sur la religion chrétienne* [ed. 1866-1868], obra em que leu os principais princípios político-filosóficos que toda a vida defendeu à luz do que no ocaso da vida considerou o grande confronto do século XIX, a luta entre o espiritualismo e o materialismo, entre a fé e a incredulidade. Nela Guizot lamentou a timidez do movimento espiritualista em estabelecer as ligações possíveis entre as reflexões sobre a moral e a divindade e a dogmática cristã.

⁸⁷ É em Charles Remusat que Roussanvaillon encontra a expressão sintética da virtualidade deste espírito científico: «Elle [a ciência] a fait une tentative assez singulière, celle d'être à la fois dévouée à une cause et à la vérité» (cit. Pierre ROSANSALLON, *ob. cit.* p. 160)

como palco de construção das aspirações e do crescimento do homem. Reconhecimento de que se a história sem filosofia não podia escapar ao fatalismo, a filosofia sem história fazia o papel da louca da casa. A imanência do espírito definia o movimento humano como permanente busca de encontro entre o vivido / observado e o projectado / idealizado.

Este mecanismo metodológico de Guizot revela-se claro desde *Des moyens de gouvernement et d'opposition...*, manifesto que publicou em 1821 para a França nova⁸⁸ e dirigiu ao governo que a ignorava⁸⁹, no qual expôs o essencial da sua teoria de governo, como resumo dum olhar sobre o universo social e político.

Fazendo seu o princípio doutrinário, “retomemos os factos”⁹⁰, clarifiquemos a experiência⁹¹, constituiu um desafio a retomar a verdade social como um todo, nos aspectos morais e materiais, nos movimentos convergentes e divergentes, nas opiniões como nos sentimentos. Utilizando a análise para estabelecer as linhas de força do objecto, combateu, no entanto, o sentido manipulador da decomposição, quando desligada do estabelecimento das relações necessárias entre os diversos níveis de manifestação dos homens, como da sociedade⁹².

Em segundo lugar, estabeleceu que tal investigação beneficiaria em ater-se à sondagem da linguagem quotidiana reveladora do “instinto público”, demarcando os princípios políticos que tinham entrado na esfera dos “sentimentos” para isolar nos sentidos correntes os conteúdos de verdade e os erros, como única hipótese de redireccionar o “espírito” público em proveito da governabilidade⁹³. Tratava-se não de argumentar sobre

⁸⁸ Foi igualmente um importante texto de reforço da propaganda antireaccionária, enquadrador do violento panfleto, *Du gouvernement de la France depuis la restauration et du ministère actuel*, que publicara no ano anterior com esse fim: «Si la révolution n'a pu encore fonder le gouvernement qui convient à la société qu'elle a faite, elle a du moins enfanté cette société elle-même, à qui le gouvernement de l'ancien régime ne saurait nullement s'adapter. Ce fait seul, la seule existence de la France nouvelle, oppose à l'ancien régime les plus rudes obstacles. Ce que la révolution a fait ne lui suffit point à elle-même; mais c'en est assez pour que l'ancien régime n'ait aucune chance s'il ne détruit ce qui est déjà fait.» (François GUIZOT, *Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*, p. 40).

⁸⁹ Com uma grande eficiência retórica Guizot fez do governo o interlocutor directo do seu libelo acusatório, colocando-o no banco dos réus.

⁹⁰ «Les faits sont la vérité vivante» (idem, p. 107).

⁹¹ «Le monde est sous le joug de l'expérience, et l'expérience est confuse dans l'esprit de l'homme» (idem, p. 51).

⁹² «C'est que rien n'est plus vain, plus faux que ces distinctions par où l'on prétend décomposer la société, isoler les unes des autres les forces qui s'y meuvent, donner un nom à chacune d'elles, et n'appeler ensuite à soi que celles qui se laissent plus commodément manier... Il n'est pas vrai que les intérêts se puissent ainsi séparer des opinions ou les opinions des intérêts... Les uns et les autres sont étroitement, fortement ensemble; une sorte de susceptibilité nerveuse leur est commune et les unit... dans le corps social comme dans le corps humain, rien n'est insensible et tout se tient... Les principes ont engendré les faits; les faits se retranchent derrière les principes. C'est ainsi que dans leur intime union, le monde moral et le monde matériel se produisent et se garantissent l'un l'autre.» (idem, p. 112-113). Mais adiante utilizaria o mesmo tipo de raciocínio para a valorização das paixões, como expressão duma dimensão incontornável da natureza humana: «Faites d'hommes, la société n'est pas autrement faite que l'homme. Comme lui, elle est d'une nature riche et variée... C'est l'erreur des gouvernements inhabiles que de regarder les passions publiques comme leurs adversaires déclarés... Toujours la même prétention à mutiler la nature humaine, à en oublier une partie! Toujours la même incapacité de la voir sous toutes ses faces, de la saisir par tous les côtés, de lui répondre dans tous ses besoins, d'en porter enfin tout le poids! C'est cependant la mission, que dis-je? La nécessité des gouvernements.» (idem, p. 149).

⁹³ Dirigindo-se ao governo coevo Guizot acusava: «Subissez les effets de la situation que vous avez choisie; elle vous condamne à ne rencontrer

princípios filosóficos, mas de ceder à evidência de que estes tinham deixado o campo especulativo para a transformação da realidade sócio-política, adquirindo um valor ideológico. Havia que compreender que o movimento do espírito humano tornara o pensamento um poder temporal, e que o movimento revolucionário lhe confirmara a força, unindo-o aos interesses e moldando as paixões. Os sentidos conferidos às ideias tinham-se transformado num credo, partilhado por tanto seguidores como por adversários. Ideias que eram redutíveis a três axiomas sobre a origem do poder, a concepção da sociedade e o exercício do poder, a saber:

«La souveraineté du peuple; Point d'aristocratie, point de privilège, point de classification légale et fixe de la société; Le gouvernement est un serviteur qu'il ne faut recevoir qu'à deux conditions: savoir qu'il agira peu, sera humble, et prendra sa charge au rabais»⁹⁴

Clarificar estes axiomas, relacioná-los entre si e ligá-los às diversas dimensões da realidade, construir teoria política e projectá-la a partir desse percurso, por fim, intervir em coerência, era a tarefa de quem quisesse agir na política coeva. Agir era a um tempo reflectir, propor e realizar, a prática supunha um pensamento teórico, a teoria só se impunha pela adequação à realidade. A via do meio da proposta ecléctica era precisamente a união dessas duas dimensões, sabendo-as distintas, mas reclamando-as indeligiáveis.

1.3.2. Providencialismo laico: a soberania da razão impessoal

«Mon dessein n'est point de discuter philosophiquement ces axiomes... Je veux seulement savoir quel est le vrai sens qu'attache, à ses maximes générales, le public qui les professe, ou même y croit sans les professer. Je veux rechercher si en effet elles ne recèlent que l'anarchie, n'offrent aucune prise à l'autorité, ne renferment pas enfin le germe méconnu de quelque profession de foi, de quelque symbole politique, propre à devenir le drapeau d'une société qui veut être régulière, et la doctrine avouée d'un pouvoir qui veut être fort»⁹⁵

Na sequência do isolamento dos axiomas atrás referidos, importava saber qual o verdadeiro sentido conferido à soberania popular, e se esta encerrava a possibilidade de uma prática coerente com o princípio, para, em seguida, desmontar os conceitos que a formavam. Afastada a hipótese da democracia directa, a

dans les préjugés publics que des obstacles, à n'en tirer jamais aucun des moyen de gouvernement qu'ils livreraient à d'autres mains. Que dis-je? Le mal va plus loin; ce qui ont de faux et d'antisocial les idées communes sur la souveraineté du peuple, l'aristocratie, la nature du pouvoir, c'est vous qui le ramenez: c'est vous qui rendez à l'erreur force et crédit... il y a moyen de traiter avec les théories politiques que vous a léguées le dernier siècle. La part de vérité qui s'y trouve offre au pouvoir un point d'appui suffisant pour combattre avec avantage ce qu'elles contiennent d'erreur... Voyons si les intérêts de la révolution sont d'une autre nature et susceptibles d'être gouvernés autrement que ses croyances.» (idem, p. 132-133)

⁹⁴ idem, p. 114

⁹⁵ François GUILZOT, *Des moyens...*, p. 115

delegação do poder assente na soberania popular, remetia para o princípio de que ninguém tinha de obedecer a um poder que não escolhera, ou a leis que não consentira. Partindo da constatação de que a unanimidade das escolhas era inatingível, qual a opção das minorias? Retirarem-se? Opção aberrante, que conduziria em curto prazo à dissolução do próprio facto em que se fundava o princípio, ou seja, ao desaparecimento do povo, numericamente cada vez mais estreito, pela inevitável flutuação das maiorias e minorias. Permanecerem e submeterem-se? Então a soberania popular não significava mais que a soberania da maioria. Tornavam-se as minorias escravas da maioria, ou traduzia a maioria a razão e monopolizava ela a vontade do bem? Se a primeira hipótese era iníqua, a segunda era absurda⁹⁶.

No plano lógico desmontado o princípio e demonstradas as consequências, o que motivara no plano cronológico o aparecimento da ideia de soberania popular? O desfasamento entre a realidade social e a base social do poder. A realidade multissecular duma minoria que detinha toda a força- das armas, da riqueza e das luzes -, justificara o direito do pequeno número a dirigir o governo em função dos interesses privados, cristalizando esse direito no privilégio herdado⁹⁷. Mas essa realidade também mudara imperceptivelmente ao longo dos séculos, crescendo o número dos detentores de riqueza e de luzes, de tal modo que o direito do pequeno número deixara de reflectir o interesse das superioridades reais da sociedade. A soberania do número, que significava a soberania do povo, opusera um a outro direito, coroando um processo de afirmação dum sector da sociedade que reflectia a aspiração da sua generalidade. Substituir o governo dos interesses privados de minorias, na realidade já destituídas de força, pelo governo dos interesses gerais, tal era o significado da teoria da soberania popular, teoria de circunstância e de transição:

«Voilà tout ce qu'il y a de légitime et aussi ce qui reste aujourd'hui dans un principe en lui-même absurde et barbare... **Que l'autorité renonce à prétendre exister isolément et pour elle-même; qu'elle consente à puiser son droit dans la conformité de ses actes avec la raison, la justice, le bien commun;**

⁹⁶ idem, p. 115-6. Por volta da mesma altura, num manuscrito que deixou inédito e que constituiu a sua única tentativa de escrever uma obra de fôlego sobre filosofia política, Guizot argumentava ainda o absurdo da crença num soberano condenado à obediência: «Le nouveau souverain gouvernera-t-il? C'est son droit; nul gouvernement ne sera légitime si ce n'est le sein. Mais le peuple ne saurait gouverner: bien plus, il doit obéir. Et à qui? à un gouvernement dont il est, dont il ne cessera pas d'être le souverain. Ainsi voilà un souverain qui obéit toujours, excepté quand il se vante de créer ou de détruire le pouvoir qui donne des lois. Voilà un gouvernement qui commande à son maître, à un maître absolument légitime et qui a, sur le serviteur auquel il obéit, droit de vie et de mort» (François GUIZOT, «Philosophie politique: de la souveraineté» in *Histoire de la civilisation en Europe*, ed. Pierre Rosanvallon (1985), p. 39-330).

⁹⁷ Guizot vinha apurando esta tese desde o curso de 1812, estreitamente ligada à sua concepção a um tempo psicológica e histórica sobre o poder, a qual abordaremos mais adiante.

qu'elle se résigne à prouver sans cesse la légitimité de son origine par l'excellence de sa nature; on ne lui demandera pas davantage; on ne s'armera point de la souveraineté du peuple contre une souveraineté qui reconnaîtra qu'elle ne doit s'exercer que selon la vérité, et sous la condition d'en convaincre le public... *Je suis venu*, dit le Christ, *pour ceux qui sont malades, non pour ceux qui se portent bien*. La mission du pouvoir est la même; c'est surtout avec les maladies sociales qu'il a à traiter. Son art consiste à trouver dans la société elle-même le point d'appui dont il a besoin. Or ici le point d'appui est clairement indiqué; il n'existe ni dans la vieille théorie du droit divin, ni dans celle de la soumission passive, ni dans le mystère de l'obéissance et du pouvoir. Ce sont là, qu'on me passe l'expression, des planches pourries sur lesquelles l'autorité ne se sauvera point du naufrage. La souveraineté de la justice, de la raison, du droit, c'est là le principe qu'il faut opposer à la souveraineté du peuple; et celle-ci se retirera tôt ou tard devant une doctrine qui satisfait pleinement aux intentions véritables comme aux besoins légitimes de la société»⁹⁸

Absurda e contraditória, perigosa à liberdade como à estabilidade, a soberania popular, como teoria de circunstância verificava-se descartável se compreendida a pertinência do problema que visara resolver. A soberania da razão, da justiça, do direito, na economia discursiva do texto citado, validava o centramento da reflexão sobre o poder na sua legitimidade, sendo esta uma legitimidade suspensa, tanto pela presunção de direito na origem⁹⁹, como pelo julgamento contextual do exercício, em função da sua conformidade à verdade social e moral. Mas carecia ela própria de esclarecimento de fundamentação e de sentido, questão que não ocupou Guizot em *Des moyens*, obra em que visou principalmente estabelecer uma teoria da governabilidade. Questão que de certa forma só ganha plena luz no conjunto do discurso doutrinário sobre a soberania da razão.

⁹⁸ François GUIZOT, *Des moyens...*, p. 117-118, subl. nosso. Em *Philosophie politique*, Guizot definiria de forma semelhante a soberania, substituindo a ideia de direito pela de verdade: «Ce souverain, seul légitime éternellement et par sa nature c'est la raison, la vérité, la justice; ou pour parler un langage plus philosophique, c'est l'être immuable de Qui la raison, la justice et la vérité sont les lois» (François GUIZOT, «Philosophie politique: de la souveraineté», *op. cit.*, p. 321).

⁹⁹ Escrevendo sobre o contexto da revolução de Julho, Guizot diria nas Memórias: «On parle beaucoup de la puissance des intérêts, et bien de gens croient faire preuve de sagacité et de bon sens en disant que l'intérêt seul fait agir les hommes. Ce sont de vulgaires et superficiels observateurs. L'histoire est là pour montrer quel degré d'oppression, d'iniquité, de souffrance, de malheur peuvent supporter les hommes, quand les intérêts personnels sont seuls en jeu, avant de recourir pour se délivrer, aux conspirations et aux insurrections. Si au contraire ils croient, ou si seulement certaines groupes d'hommes dans la société croient que le pouvoir qui les gouverne n'a pas lui-même, par son origine et sa nature, droit de gouverner, tenez pour certain que les conspirations et les insurrections naîtront et renaîtront obstinément parmi eux. Tant l'idée du droit à d'empire sur les hommes. Tant la dignité instinctive de leur nature leur inspire le besoin de ne se soumettre qu'au pouvoir qui, dans leur pensée, a droit à leur obéissance, et de le chercher jusqu'à ce que leurs yeux, le voient en effet au-dessus d'eux!» (François GUIZOT, *Memoires...*, t.

O aspecto inovador do posicionamento doutrinário radica na ideia de Razão que o consubstancia. Resultando esta ideia do esforço de recuperação do cartesianismo, informada pelo debate sobre a possibilidade de conhecimento- que desde Descartes vinha decorrendo entre a corrente empírica, ou sensualista, e a corrente racionalista, e que as grandes sínteses alemãs buscaram fechar. E, ainda, pela filosofia escocesa do senso comum da segunda metade de setecentos, centrada sobretudo na análise e ordenação das faculdades intervenientes na formação das ideias¹⁰⁰. Tal recuperação obrigou a uma releitura da razão cartesiana, expurgando-a do sentido em que assentou a crítica iluminista da razão, sendo tanto o ceticismo crítico como a confiança ilimitada no sujeito que buscou desestruturar. Desde Descartes a razão era vista como uma capacidade, propriedade do sujeito pensante, podendo-se, nesse sentido, falar duma razão individual, ou dum racionalismo do sujeito, que por presente em todos os indivíduos era universal¹⁰¹. Sendo esta razão individual formatadora duma concepção de liberdade que teve a sua expressão acabada em Kant, ao definir a vontade como a faculdade de agir segundo os imperativos da consciência / senso moral, e a liberdade como a independência / autonomia das causas determinantes no mundo.

Ora foi precisamente essa ideia de razão individual, como propriedade universal duma capacidade, que os doutrinários rejeitaram, sendo à luz dessa rejeição que podemos compreender a particular leitura do percurso da filosofia europeia operada por Cousin, bem como a ideia de soberania, comum à corrente. Para tal, sublinharam a distinção entre a esfera da pensabilidade, da reflexão sobre a razão, cuja potencial universalidade se submetia à contingência, atendo-se sobretudo à problemática metodológica, e a esfera da razão transcendente, cuja imanência era experiência universal. Ou seja, o que era universal, não era a propriedade, mas a experiência da razão. A razão não podia ser encarada como uma propriedade porque

II, p. 331-332)

¹⁰⁰ «It must therefore require great caution and great application of mind, for a man that is grown up in all the prejudices of education, fashion, and philosophy, to unravel his notions and opinions, till he finds out the simple and original principles of his constitution, of which no account can be given but the will of our Maker. This may be truly called an analysis of the human faculties; and till this is performed, it is in vain we expect any just system of the mind; that is, an enumeration of the original powers and laws of our constitution, and an explication from them of the various phaenomena of human nature» (Thomas REID, *An inquiry into the human mind...*, p. 10-11)

¹⁰¹ Correndo os riscos inerentes à simplificação, podemos afirmar que a polémica iluminista residira, essencialmente, em saber se o conhecimento tinha de partir da experiência dos fenómenos ou se, pelo contrário, a razão podia ou devia prescindir da experiência para a descoberta da verdade, descodificando os fenómenos com base em princípios lógicos apriorísticos, que se constituíam como referências de estabilidade no julgamento das informações contingentes e enganosas dos sentidos. A segunda via não podia prescindir duma metafísica validadora, nem escapar à crítica de instituição dogmática da verdade do sujeito, enquanto que a primeira prescindia da pretensão de acesso à verdade, defendendo somente a sua aproximação pelo método de ensaio e erro. Partilhara, ainda, dessa visão da razão, o racionalismo alemão, quer na versão de Leibniz que radicara o optimismo epistemológico e a liberdade humana na ideia de *monada*, como cintilar da consciência divina no universo, e, nesse sentido, como esperança de harmonia entre o sensível e o inteligível. Quer na versão de Kant, que pretendia fechar a polémica iluminista ao distinguir o conhecimento científico, de base necessariamente experimental, da moral, ditada pela razão prática.

transcendia o indivíduo, pertencia a uma esfera mais alta, a esfera do espírito como potência, das ideias absolutas¹⁰², da lei moral, onde a relatividade e a contingência não tinham cabimento. Mas como potência que era, a razão revelava-se e era impulsionada à imanência, sendo acessível a todos os indivíduos como experiência parcial. Sinónimo da verdade cujo garante era Deus¹⁰³, a razão representava para o homem, tanto a possibilidade como o impulso de agir reflectindo sobre o absoluto.

A teoria da razão impessoal esclarece-nos sobre as implicações da teoria do senso comum, na versão doutrinária, e do papel da filosofia, pendendo eminentemente para a acção e para o julgamento da experiência, na medida em que reflectir era (re)agir sobre a experiência. E confere um significado pleno à ideia de que nenhum indivíduo ou grupo, época, crença ou filosofia detém a verdade, mas que todos a transportam parcelarmente, sendo raciocináveis em função da relação com ela estabelecida. Por outro lado, ao transcender o sujeito, a razão desliga-se da esfera da vontade, e como tal da esfera da liberdade, já que a vontade deixa de poder ser encarada como a faculdade de manifestar a autonomia da consciência. A vontade doutrinária era a expressão da liberdade humana, enquanto capacidade de escolha entre o bem e o mal reconhecido, mas o seu exercício revelava-se a expressão acabada dos limites e da falibilidade do homem e da tendência para tomar o interesse contingente, o capricho individual, pela lei da razão¹⁰⁴. Na definição de liberdade por Guizot, nitidamente kantiana na inspiração formal, a diferença revela-se subtilmente clara: «La liberté n'est dans l'homme que la puissance d'obéir à la vérité qu'il peut reconnaître, et d'y conformer ses actes. À ce titre, la liberté est très respectable, mais elle n'est respectable qu'à ce titre.»¹⁰⁵. O bom uso da

¹⁰² Recordemos a definição de Espírito por Cousin: *O espírito é tudo o que pode ser*.

¹⁰³ Como já referimos, nesta linha de pensamento a mentira, o erro ou o mal radical não são possíveis, pois a perfeição divina não o comporta, podendo-se dizer que pertencendo à esfera da contingência, estão inerentemente ligados à limitada capacidade humana de compreender a verdade e à vontade de lhe obedecer.

¹⁰⁴ Reflectindo sobre o dogma do pecado original, Guizot relacionava-o com as consequências da liberdade enquanto escolha de obediência ou desobediência ao dever: «L'autorité de Dieu, le devoir d'obéissance à la loi de Dieu, la liberté et la responsabilité de l'homme, l'héritage de la responsabilité humaine, tels sont, dans leur chronologie morale, les principes et les faits compris dans le dogme du péché originel» (*Méditations sur la religion chrétienne*. T. I, «Méditations sur l'essence de la religion chrétienne», p. 39-40). Deus era soberania, o homem era liberdade de sujeição. A liberdade não era razão, esta era a lei moral imposta por Deus, mas deliberação informada pela vontade; o mal traduzia o teste da liberdade perante a autoridade: «La liberté existe à côté de l'autorité et lui résiste sans l'abolir. L'autorité préexiste à la liberté, et ne lui cède pas plus qu'elle ne la supprime. L'homme rend hommage à l'autorité en lui désobéissant, car il sait qu'il désobéit. L'autorité rend hommage à la liberté de l'homme en le condamnant pour en avoir mal usé, car il ne serait pas responsable de ses actes s'il n'était pas libre. La coexistence de ces deux puissances, l'autorité et la liberté, et tantôt leur accord, tantôt leur lutte, c'est là le grand fait de la nature et de la destinée humaine, le fond de l'homme et du monde» (idem, p. 42). A liberdade reportava o homem ao mundo moral, já que no mundo material «il n'y a ni autorité ni liberté; il n'y a que des forces, des forces fatales et inégales... Quand l'homme obéit ou désobéit, il sait que l'autorité est devant lui, comme la liberté est en lui. Il sait ce qu'il fait, et il en répond. L'ordre moral est là tout entier.» (idem, p. 43, subl. nosso). A liberdade humana definida pela acção consequente à deliberação, acto simples e independente de todos os factos que a precediam, envolviam ou dos resultados obtidos, era resumível na máxima «Je veux, ainsi je ferai» (idem, p. 47).

¹⁰⁵ cit. por Pierre BOURETZ, «L'héritage des lumières» COLLOQUE DE LA FONDATION GUIZOT-VAL RICHER. *François Guizot et la culture politique de son temps*. p. 53.

liberdade humana reportava-se à obediência a uma lei, a uma regra, a um princípio de justiça na essência imparcial porque transcendente.

Significando o conceito de soberania a concepção dum poder absoluto, a soberania da razão servia tanto para apontar-lhe a transcendência, como para indicar o seu império sobre o poder imanente. A soberania da razão era incompatível com a nomeação, e portanto com um poder absoluto imanente, de tal forma que Royer-Collard podia afirmar que «demander où est la souveraineté, c'est être despotique et déclarer qu'on l'est»¹⁰⁶.

Sendo possível, sem contradição, afirmar com Guizot que o único soberano nomeável era Deus: «Il ne faut jamais se lasser de répéter, pour rabattre et retenir à son juste niveau l'orgueil humain: Dieu seul est souverain, et personne ici-bas n'est Dieu, pas plus les peuples que les rois»¹⁰⁷. E que «Je ne crois, ni au droit divin ni à la souveraineté du peuple, comme on les entend presque toujours. Je ne puis voir là que les usurpations de la force. Je crois à la souveraineté de la raison, de la justice, du droit: c'est là le souverain légitime que cherche le monde et qu'il cherchera toujours; car la raison, la vérité, la justice ne résident nulle part complètes et infaillibles. Nul homme, nulle réunion d'hommes ne les possède et ne peut les posséder sans lacune et sans limites»¹⁰⁸.

Estamos longe da razão individual de Constant, como faculdade de busca da verdade, que motivou a sua definição radical da liberdade individual como o direito ao erro¹⁰⁹, bem como a crítica de qualquer tentativa de instituição duma positividade do poder que ultrapassasse as suas funções arbitrais¹¹⁰. Em Constant a autonomia da razão individual, não uma autonomia definida no sentido kantiano de independência do contingente mas como liberdade de reflexão a um tempo estranha ao poder e plasmada no tempo, compagina-se com a soberania das ideias, fundadora duma teoria do necessário impulso da humanidade para a perfectibilidade. Diferença que, como Lucien Jaume bem assinala, se sintetiza na crítica de Rousseau por Constant e Guizot, acusando-lhe o primeiro de matar a liberdade individual ao transportar

¹⁰⁶ cit. Lucien JAUME, *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*, p. 185

¹⁰⁷ François GUIZOT, *Memoires*, t. II, p. 237.

¹⁰⁸ Passagem de «Du gouvernement de la France depuis la Restauration...» cit por Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 89, subl. nosso.

¹⁰⁹ Sobre uma nova leitura da liberdade em Constant ver Lucien JAUME, *op. cit.*, em particular o cap. «La constitution du libéralisme du sujet».

as suas propriedades para a vontade colectiva e operar nessa passagem a associação entre a liberdade e o poder, e o segundo de fundar o contrato social no anárquico capricho individual¹¹¹. A separação que em ambos é efectuada entre liberdade e poder tem fundamentos e sentidos radicalmente diferentes, sendo fulcral à compreensão das duas correntes pós-revolucionárias que Lucien Jaume apelida de liberalismo do sujeito e de liberalismo elitário, e que nós preferimos, quanto ao segundo, nomeá-lo conservador, adoptando a nomenclatura que os próprios acabaram por utilizar para se definir.

Para os doutrinários, a soberania de direito marcava o limite do poder do homem, significando a histórica busca de um soberano de facto o inconformismo pela condição humana¹¹². Para a reflexão política possibilitava uma nova interpretação da separação entre a soberania e o governo, com vastas implicações na ideia de representação. Donde a separação, ao contrário do que propunha o liberalismo do sujeito, não decorria da necessidade de conformar as vontades ou opiniões decorrentes da razão individual, mas da sua separação essencial, sendo o governo o domínio do homem, e a soberania do transcendente¹¹³. A operação pela qual os governos processavam essa união, chamando a si a soberania, sem poder reclamar directamente o seu primeiro atributo, a infalibilidade, radicava na reclamação duma legitimidade inerente à origem¹¹⁴, o que só era sustentável pela negação do direito de contestação. Como nota Pierre Manent a propósito de Royer-Collard, os doutrinários intuíram que a impossibilidade de representar a vontade exigia a renúncia a uma teoria da representação da vontade. «Ils ont le sentiment que c'est vraiment leur découverte, que c'est le fond de leur doctrine politique, que c'est cela autour de quoi peut se reconstituer une doctrine cohérente de la société moderne, autour de quoi la pensée de la France nouvelle doit se concentrer. Qu'est-ce que doit être représenté? Ce n'est pas la volonté, ce ne sont pas les volontés, ce ne sont pas les personnes, ce ne sont pas

p. 63-117.

¹¹⁰ *Que o poder se limite a ser justo, que nós nos limitaremos a ser felizes*, constitui a grande mensagem política de Constant (idem, p. 172).

¹¹¹ idem, p. 127-128.

¹¹² «L'homme s'est fait des idoles... Comme il s'est fait des dieux, l'homme s'est fait des maîtres. Il a essayé de placer la souveraineté sur la terre aussi bien que la divinité. Il a voulu que sur lui régnât un pouvoir qui eût, à son obéissance, un droit immuable et certain. Il n'a pas mieux réussi à fixer, sans limite et sans retour, son obéissance que sa foi... Elles [as sociedades humanas] redoutent les despotes et veulent le despotisme quelque part, à tout prix. Fréquemment déplacé, le pouvoir absolu a toujours obtenu un asile, un trône» (François GUIZOT, «Philosophie politique : de la souveraineté», *op. cit.*, p. 319-320).

¹¹³ No mundo material «Il n'y a que des gouvernements; et la souveraineté, essentiellement distinct du gouvernement, ne saurait lui appartenir» (idem, p. 327).

¹¹⁴ «D'ordinaire, les gouvernements ont interverti les idées. Ils n'ont point affirmé leur infailibilité; mais ils se sont attribué une légitimité indépendante de leurs actes, inhérente à leur nom, à leur origine, c'est-à-dire absolue et inaliénable. Une légitimité emportent la souveraineté de droit, et le gouvernement de droit a supposé l'infailibilité à qui seule elle peut échoir» (idem, p. 326).

les individus, ce sont les intérêts»¹¹⁵. Mas, como igualmente sublinha Manent, os seus autores acabariam, em última instância, por matar a própria ideia de representação, ao reportá-la à capacidade iniciática do representante à ciência dos interesses, negando o princípio consagrado desde Hobbes e fundador da noção de direito individual, de que cada um é o melhor juiz do seu interesse¹¹⁶. O interesse abandonava assim o campo da opinião para o do conhecimento, da "ciência da verdade", para usar uma expressão de Guizot¹¹⁷.

O reconhecimento da soberania da razão, referencial absoluto ao qual os falíveis poderes humanos deveriam submeter-se, consubstanciava a possibilidade de instituição dum espiritualismo laico, operando o casamento entre a moral e a política¹¹⁸. As condições de restituição de uma positividade do poder estavam criadas, unindo os seus fins à realização da verdade do espírito, ou seja, era chegada a altura de defender a instituição do governo dos espíritos, o que significava tanto assentar neles como orientá-los no sentido da unidade vocacional da humanidade.

O que é o poder? tornava-se a grande questão preliminar do pensamento político, indispensável à formação duma teoria como duma prática de governo. Retomemos as reflexões de Guizot em *Des moyens*:

«Mais qu'est-ce que le pouvoir? Quand on l'a nommé, on n'a rien dit; il ne réside pas dans un mot. Qui l'a aujourd'hui? Qui l'aura demain? Tout dépend de là; car le pouvoir, c'est celui qui le possède et paraît destiné à le garder»¹¹⁹.

O poder era quem o detinha, sendo certo que nenhuma sociedade podia dele prescindir. Afastada a ideia de soberania imanente, havia que desmontar a teoria do contrato social, como acto de vontade de indivíduos independentes e iguais, criador das leis positivas e do poder governativo. Hipótese absurda, segundo Guizot, de que a sociedade pudesse preceder a lei social e o poder, e perigosa, pois suponha que a sociedade era essencialmente estranha ao direito¹²⁰. Hipótese fragilizadora da ideia de sociedade, ao assentar a sua origem em dois princípios essencialmente contingentes, a vontade e o contrato humano. Ao contrário

¹¹⁵ Pierre MANENT, «Royer Collard et le problème de la représentation» in ACTES DU COLLOQUE, *Guizot, les doctrinaires et la presse (1820-1830)*, Le Val Richer, 23-24 septembre 1993, p. 128).

¹¹⁶ idem, p. 129-130.

¹¹⁷ François GUIZOT, «Philosophie politique: de la souveraineté», *op. cit.*, p. 322.

¹¹⁸ Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 90. Em outra obra Rosanvallon («Le sacre du citoyen», 1992), utiliza a feliz expressão *A mão invisível da razão*, que já insinuara em *Le moment Guizot*, para exprimir o projecto político doutrinário (referido por Lucien JAUME, *op. cit.*, p. 135-136).

¹¹⁹ François GUIZOT, *Des moyens...*, p. 43

¹²⁰ Para esta questão ver Pierre BOURETZ, *op. cit.*, p. 42 e ss.

do afirmado pela tese contratualista a lei era inerente à sociedade, e a sua origem tinha necessariamente que ultrapassar a esfera da individualidade humana. Tal como no indivíduo a lei transcendente presidia ao senso moral¹²¹, também a lei transcendente presidia à formação da sociedade e ao direito social contingente que a acompanhava¹²². O paralelismo, era igualmente aplicável à transcendência da soberania da razão e à imanência/contingência do poder, coevo da existência da sociedade, do qual decorria a subordinação do poder ao direito, à legitimidade socialmente reconhecida.

Qual a origem, a base da legitimidade do poder? A mesma que fazia com que os filhos obedecessem aos pais, que em qualquer brincadeira de crianças sempre se destacasse um líder. O reconhecimento da superior capacidade de satisfazer o interesse comum e de realizar o pensamento de todos:

«La supériorité sentie et acceptée, c'est le lien primitif et légitime des sociétés humaines; c'est en même temps le fait et le droit; c'est le véritable, le seul contract social.»¹²³

Ao contrário do que Rousseau afirmava a sociedade e o poder tinham origem, não na liberdade igual, mas no direito reconhecido pela desigualdade. Entre iguais nem a sociedade seria necessária, nem o poder legítimo¹²⁴. A desigualdade era o grande motivador da sociedade, que surgia como o fruto do impulso humano à totalidade. A complementaridade das diferenças que se aproximavam constatados os limites individuais, revelava-se a possibilidade de responder à aspiração de humanidade¹²⁵. Desigualdade de espíritos tanto natural porque inerente às capacidades individuais, como histórica porque potenciada e condicionada pelas realidades contextuais. A desigualdade constituía, assim, a única igualdade do homem, permitindo distinguir a universalidade dos direitos sociais nascidos da igual desigualdade natural¹²⁶, da

¹²¹ «Il les reçois de plus haut; elles lui viennent d'une sphère supérieure à celle de la liberté, d'une sphère où la liberté n'est pas» (François GUIZOT, «Philosophie politique: de la souveraineté», *op. cit.*, p. 367; cit. por Lucien JAUME, «La raison politique chez Victor Cousin et Guizot», revista *La pensée politique*, Jun. 1994, p. 248).

¹²² «Comme être raisonnable et moral, il est sujet, sujet de lois qu'il ne fait point et qui l'obligent en droit, bien que, comme être libre, il possède le pouvoir de leur refuser, non pas son assentiment, mais son obéissance» (François GUIZOT, *op. cit.*, p. 368).

¹²³ François GUIZOT, *Des moyens...*, p. 125, subl. nosso

¹²⁴ Ainda sobre o exemplo do poder paternal, Guizot usou-o para demonstrar mesmo a precedência do poder relativamente à sociedade, afirmando que a família só formava uma verdadeira sociedade, quando os filhos reconheciam em consciência o direito dos pais ao poder, antes só existia o paradoxo duma sociedade unilateralmente reconhecida, justificada pelo dever dos pais protegerem os interesses dos filhos. Tal não significava que esse poder fosse ilimitado, pelo contrário, na família, como nas sociedades humanas, era o exercício que o legitimava como a qualquer governo (François GUIZOT, «Philosophie politique: de la souveraineté», *op. cit.*, p. 331-332).

¹²⁵ «Il n'est pas vrai que tous les hommes sont égaux: ils sont inégaux, au contraire, par la nature comme par la situation, par l'esprit comme par le corps; et leur inégalité est l'une des plus puissantes causes qui les attirent les uns vers les autres, les rendent nécessaires les uns aux autres et forment entre eux la société» (François Guizot, «Trois générations. 1789-1814-1848» in *Complément des Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps: histoire parlementaire de France, recueil complet des discours prononcés dans les chambres de 1819 à 1848 par M. Guizot*, t. I, p. XXI; cit. por Lucien JAUME, *L'individu effacé*, p. 130). Em termos do raciocínio couseauniano podemos inferir que a dialética espiritualista implica a criação da multiplicidade individual pela lei da infinita divisibilidade, e a criação da sociedade pela lei da atracção universal.

¹²⁶ No t. III de *Méditations sur la religion chrétienne*, Guizot transcreveu significativamente um texto - «Essais sur l'homme, les mœurs, les

particularidade dos direitos políticos assente na desigualdade “histórico-natural”¹²⁷.

Equacionada a desigualdade neste sentido podia-se afirmar que o poder era a superioridade reconhecida, mas também que esta superioridade era complexa e não exclusiva a um grupo social ou indivíduo, e que variava no tempo. As superioridades (este plural é significativo) estavam sujeitas ao reconhecimento, e a legitimidade da aspiração de comando dependia do seu impacto, do reconhecimento da capacidade de interpretar a verdade social, por um espectro significativo da sociedade.

A fonte da legitimidade não era portanto individual mas social. E, embora fosse universal o direito de desobedecer a uma legitimidade não reconhecida, o julgamento da legitimidade só podia ser exercido por procuração e de forma restrita, por depender da capacidade de identificar os verdadeiros interesses gerais da sociedade¹²⁸. Ora a capacidade casava-se historicamente no indivíduo ou com o lazer para se dedicar à reflexão intelectual que só a independência económica permitia, ou com a actividade que especificamente obrigava à aquisição de conhecimentos e ideias que o punham em contacto com a inteligência das relações e dos interesses gerais. Se os segundos não possuíam necessariamente toda a inteligência dos interesses gerais tinham a capacidade de reconhecer a superioridade intelectual. Lazer ou actividade que excluía da capacidade política, quem o trabalho impedia de ultrapassar os limites dos interesses individuais e quotidianos¹²⁹.

Começamos a descortinar o pleno significado da afirmação de Guizot, “o poder é quem o detém”. O poder era objectivado nas pessoas a quem era reconhecida capacidade de o exercer nas instituições políticas próprias, mas era antes de mais uma força que naturalmente se impunha. De tal modo que era possível afirmar que se os poderes sociais eram sempre congregadores de parcelas da verdade social, os poderes políticos podiam ou não reflectir e agir em conformidade com essa verdade. No primeiro caso estavam

caractères, le monde, les femmes, l'éducation, etc.» - de Pauline de Meulan, no qual a sua primeira mulher negava a existência de direitos naturais. A linguagem dos direitos era a linguagem da sociedade, da relação, decorrendo do dever de obediência à moral: «Un droit n'est que le pouvoir moral d'un individu sur la liberté d'un autre. Ce pouvoir lui est attribué en vertu de la loi morale qui règle les relations des hommes entre eux. Le devoir est l'unique base du droit... Le devoir de chaque homme, appliqué à ses relations avec ses semblables, est la justice... si l'idée de devoir est le lien social, le moyen de paix et d'union entre les hommes, l'idée de droit est l'arme sociale, le moyen de défense que donne aux hommes la société, les uns contre les autres» (p. 66-67).

¹²⁷ «Ce qui est vrai, c'est que les hommes sont tous semblables et de même nature, sinon de même mesure, et que la similitude de leur nature leur donne à tous des droits qui sont les mêmes pour tous et sacrés entre tous droits» (François Guizot, «Trois générations...», *op. cit.* p. XXI-XXII ; cit. por Lucien JAUME, *L'individu effacé*, p. 131).

¹²⁸ «Les droits permanents et universels aboutissent au droit de n'obéir qu'à des lois légitimes. Les droits variables sont tous contenus dans le droit de suffrage c'est-à-dire le droit de juger en personne, directement ou indirectement, de la légitimité des lois et du pouvoir» (idem, *ibidem*)

¹²⁹ idem, *ibidem*

vocacionados para a estabilidade oferecida pela legitimidade reconhecida, no segundo condenavam-se à contestação, cuja radicalidade era ditada pela circunstância. A descoberta do poder de direito era o destino do poder de facto.

O poder político legítimo era por vocação activamente conservador e promotor da realidade que o reconhecia, sendo possível mesmo falar dum processo recíproco de legitimação, como brilhantemente nota Lucien Jaume, o primeiro estudioso que vimos equacionar claramente essa relação binária no pensamento político doutrinário, que instituía o exercício político como um duplo processo de descoberta e provocação da verdade.

Este binarismo revela-se na afirmação de Guizot de que a legitimidade absoluta, tal como o direito absoluto, não existiam, o que tornaria a ideia de legitimidade um paliativo da soberania absoluta. O que era possível afirmar era que todos os factos se colocavam na escala da legitimidade, do direito, devendo nesse sentido ser respeitados, tal como todos continham elementos de ilegitimidade, de violência, de injustiça. Sendo frequente que uma legitimidade nascesse dum processo ilegítimo de afirmação de uma força. A ilegitimidade se podia servir para conquistar o poder, não reunia em si condições de o manter, sendo só concebível a duração de um poder pelas concessões feitas à legitimidade... constatação que se dava parcialmente razão à radicação da legitimidade na ancestralidade¹³⁰, não permitia a ilação de que só a hereditariedade a assegurava.

A legitimidade não era um princípio mas um processo de reconhecimento pela sociedade, do grau de compreensão pelo governo das suas necessidades e aspirações através do julgamento da sua acção. O governo ao reconhecer a sociedade legitimava-se e legitimava-a, e nesse processo governo e sociedade engrandeciam-se mutuamente. O ideal de governabilidade era a aproximação do facto ao direito, sendo eminentemente moral, enquanto aspiração de conformidade às leis eternas da razão¹³¹. Sob o ponto de vista da perfectibilidade do direito, governo e sociedade longe de se posicionarem face a face, deviam aspirar à imersão, operando o incentivador processo de identificação dos poderes sociais e políticos.

¹³⁰ «Du seul fait de la durée, on peut conclure qu'une société n'est pas complètement absurde, insensée, critique; qu'elle n'est pas absolument dépourvue de cet élément de raison, de vérité, de justice, qui seul peut faire vivre les sociétés» (François Guizot, «Histoire du gouvernement

Sendo este o ideal de governabilidade, natural era deduzir que na sua escala o governo representativo exprimia um salto qualitativo, ao pretender conformar a norma sociológico-histórica à norma substancial. Tomado institucionalmente como um todo «le gouvernement représentatif échappe à ce cycle de légitimations et de révolutions, car il traduit les intérêts les plus généraux de la société... vérifie pleinement la présomption morale qui est à l'œuvre depuis les temps barbares. En cela, la légitimité, norme socio-historique, devient connaissance vraie réalisée de façon substantielle, gouvernement scientifique et qui se sait tel... Le cours sur le gouvernement représentatif énonce triomphalement la légitimité insurpassable d'un pouvoir en symbiose avec la société»¹³².

Ligando a ideia do poder à problemática da verdade e reconhecendo o papel intrinsecamente activo do governo, os doutrinários podiam fazer corresponder o governo representativo ao estado civilizacional da modernidade, na medida em que a verdade definia a sua essencialidade. E podiam, ainda, definir-lhe a vocação no governo dos espíritos.

1.3.3. O “indivíduo social” e a natureza da história: a luta de classes

«The liberal and conservative agree in doting on the golden eggs of individual liberty though the former may prefer them soft boiled and the later cooked longer before opening. Dispute arises about the all too killable goose that lays the eggs»¹³³

Notava com muita pertinência uma das críticas atentas do evoluir deste trabalho, a contradição nos termos da expressão “indivíduo social” que une os títulos que se seguem¹³⁴. Esclarecer no quadro doutrinário o que é o indivíduo, categoria a que associamos a fundação da modernidade, remete-nos antes de mais para o questionamento no plano filosófico para concluirmos que se afirma como categoria histórico-filosófica. As noções de indivíduo, individualidade e individualismo, tal como têm surgido no presente texto, apontam o sentido do “indivíduo social”, expressão que utilizamos com uma intenção a um tempo provocativa e fotográfica sobre o destino da ideia de indivíduo no pensamento doutrinário.

representatif...», cit. por Lucien JAUME, *op. cit.*, p. 152)

¹³¹ idem, p. 153.

¹³² Lucien JAUME, *op. cit.*, p. 154-155.

¹³³ Peter VIERECK, *Conservatism revisited*, p. 46

¹³⁴ Expressão que, de resto, traindo a convicção de originalidade com que a utilizara a memória recordou-me que já vira aplicada por Pierre

Sob o ponto de vista da liberdade, quando definida como expressão da autonomia que distingue o indivíduo no homem, Lucien Jaume resumiu esse destino nas correntes liberais francesas divergentes do liberalismo constantiano, no título *L'individu effacé*. Mas este omite a intenção sobretudo transformadora, não aniquiladora, que preside todo o programa doutrinário. Em termos da dialéctica cousiniana, podemos afirmar que a unidade do “indivíduo social” estrutura-se, relendo-a, sobre a contradição original do indivíduo e da sociedade, ultrapassando-a sem a apagar. O “indivíduo social” faz-se, e ao fazer-se realiza-se como vocação da humanidade.

A pergunta- O que é o indivíduo?- surgia na sequência lógica da constatação de que não era sujeito de razão, definida esta como regra transcendente revelada na imanência e não como propriedade do indivíduo. Destronado o indivíduo proprietário de vontade racional pelo homem sujeito a leis transcendentais, uma primeira marca de individualidade reportava-se à actividade reflexiva, cuja potencial universalidade se submetia à capacidade contingente. O indivíduo era temporalidade reflectindo sobre a atemporalidade. Sujeito pensante, o indivíduo era igualmente sujeito de diálogo das paixões, dos interesses, da fé, que expressavam a diversidade das dimensões material e espiritual de que participava, cujo conjunto marcava a sua unicidade. Reportando à humanidade o indivíduo verificava a teoria atomista¹³⁵, sendo um aspecto daquela, uma particularidade incompleta¹³⁶.

Noutro sentido, o indivíduo era igualmente imagem, oposição e simpatia do outro e pelo outro¹³⁷. Enquanto tal o indivíduo definia-se pela relação. O outro introduzia no indivíduo a consciência dos seus limites, e a necessidade de ultrapassá-los impulsionava-o à relação, correspondendo deste modo a uma lei fundamental da natureza, a lei da atracção universal. Bem como, a vontade de ver reconhecida a sua verdade, e a necessidade de reconhecer a verdade identificada no outro, gerava o sentimento de justiça, a noção de direito.

Rosanvallon à ideia de indivíduo em Guizot (*op. cit.*, p. 61, 253).

¹³⁵ Tal como Cousin nos oferece

¹³⁶ Referindo-se à república social, em *De la démocratie en France*, Guizot criticava nela precisamente o tomar o indivíduo isolado como base de criação da sociedade atomista: «Elle ne voit dans les hommes que des êtres isolés et éphémères qui ne paraissent dans la vie et sur cette terre. théâtre de la vie, que pour y prendre leur subsistance et leur plaisir, chacun pour son compte seul, et au même titre et sans autre fin. C'est précisément la condition des animaux» (cit. por Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 60)

¹³⁷ De tal modo que Ferrier, podia afirmar a partir de Cousin, que a decomposição do auto-conhecimento leva à constatação de que nos conhecemos quer por observação directa, quer pelo conhecimento do eu moral pelo outro informante. Cf. p. 31, nota 80.

A sociedade como relação, tornava-se o lugar de aprendizagem do indivíduo, na sua singularidade e na cadeia da humanidade. Crescendo juntos, o indivíduo e a sociedade definiam-se dialecticamente. A natureza temporal do indivíduo era um caminhar para um ponto de chegada, sendo este o “indivíduo social”. A sociedade era uma verdade necessária sucessivamente descoberta pelo indivíduo, alimentada pela essencial tensão entre a pacificadora unidade primitiva e a criadora busca de relação incorporadora da oposição. Como tal a história do “indivíduo social” unia-se à história da sociedade.

O que marcava a modernidade do ponto de vista do indivíduo, era a descoberta do primarismo do indivíduo a-social face ao inédito aprofundamento da natureza social do indivíduo moderno. Do ponto de vista da sociedade destacava-se a modernidade pelo impulso centralizador dos recursos da humanidade. A criação da modernidade correspondia a um complexo movimento de diversificação, sociabilização e centralização do homem. Movimento que exprimia a história das ideias e que por ela se expressava, sintetizava-se na ideia de unificação moral.

Tendo presentes esta reflexão, aprofundemos as ideias de história e de civilização já avançadas. Facto filosófico¹³⁸ por excelência, a civilização podia ser abordada sob perspectivas diferentes mas complementares. Como facto universal, a civilização concretizava a ideia dum destino do género humano¹³⁹, mas pouco dizia sobre os processos de realização. Como facto delimitado expressava uma região da humanidade¹⁴⁰, sendo possível falar no sincronismo da civilização europeia e da francesa ou inglesa, ou na diacronia das civilizações antigas e moderna. A particularidade destes factos podia e devia ser lida na relação com o facto universal, ganhando aqueles em sentido, e enriquecendo este em concretização. Alimentando-se do diálogo entre o uno e o múltiplo, investigar e reflectir sobre a civilização revelava-se um subtil jogo de reconstrução da natureza e da história, da humanidade enquanto ser em revelação.

¹³⁸ Em *Histoire générale de la civilisation en Europe*, Guizot distinguiu as diversas categorias de factos passíveis de abordagem histórica, respondendo às polémicas que envolviam a matéria: «Depuis quelque temps on parle beaucoup de renfermer l'histoire dans les faits, de la nécessité de raconter; rien de plus vrai; mais... il y a des faits matériels, visibles, comme les batailles, les guerres, les actes officiels des gouvernements; il y a des faits moraux, cachés, qui n'en sont pas moins réels; il y a des faits individuels, qui ont un nom propre; il y a des faits généraux sans nom, auxquels il est impossible de renfermer dans des limites rigoureuses» «La portion même qu'on est accoutumé à nommer la portion philosophique de l'histoire... c'est de l'histoire, tout comme les récits des batailles et de tous les événements extérieurs. Faits de ce genre, sans nulle doute, sont plus difficiles à démêler; on s'y trompe plus souvent» (François GUIZOT, *Histoire générale...*, p. 5-6).

¹³⁹ «On peut se demander si c'est un fait universel, s'il y a une civilisation universelle du genre humain, une destinée de l'humanité... Pour mon compte, je suis convaincu qu'il y a en effet une destinée générale de l'humanité, une transmission du dépôt de la civilisation, et par conséquent une histoire universelle de la civilisation à écrire... Ne semble-t-il, en effet, Messieurs, que le fait de la civilisation soit le fait par excellence, le fait général et définitif, auquel tous les autres viennent aboutir, dans lesquels ils se résument?» (idem, p. 6-7).

¹⁴⁰ «La civilisation est une espèce d'Océan qui fait la richesse d'un peuple; et au sein duquel tous les éléments de la vie du peuple, toutes les

Ao buscar delimitar a ideia fundamental associada ao conceito de civilização na linguagem comum¹⁴¹, Guizot encontrava a ideia de progresso¹⁴². Repugnando o instinto humano uma ideia de progresso unicamente associada ao desenvolvimento material e à justiça social, havia que concluir que esta era uma aceção pertinente mas não exclusiva¹⁴³. Mais conforme à experiência humana verificava-se a ideia de que o progresso implicava dois elementos: «Le développement de l'activité sociale et celui de l'activité individuelle, le progrès de la société et le progrès de l'humanité»¹⁴⁴. A civilização era definível como progresso das condições materiais e de justiça da sociedade, e moral e intelectual do indivíduo. Elementos que, embora nem sempre evoluindo ritmados, necessariamente dialogavam. Reforma exterior e interior, eram factos mutuamente provocatórios, que natureza activa e comunicativa do homem explicava¹⁴⁵ e a história provava¹⁴⁶.

Torna-se evidente que esta ideia de progresso revelava a redundância do problema de saber por onde iniciar a reforma, mas, de acordo com Guizot, não resolvia o problema maior de saber se a sociedade existia para servir o indivíduo, ou o indivíduo a sociedade. Royer-Collard respondera à questão ao descrever o homem como ser moral perfectível, cujo destino imanente se cumpria em sociedade, tendo o absoluto como horizonte de reflexão e a imortalidade como destino transcendente¹⁴⁷. Para esta noção de homem Guizot remetia o problema último da civilização: tudo o que somos é tudo o que podemos ser? Existe um fim da história?

A resposta de Guizot é complexa e sobretudo inferível do conjunto da sua obra, sendo ela que em particular nos impulsiona a ter presente o casamento entre o filósofo da história e o pensador cristão. Tendo

forces de son existence, viennent se réunir» (idem, p. 7-8).

¹⁴¹ «C'est le bon sens qui donne aux mots leur signification commune, et le bon sens est le génie de l'humanité. La signification commune d'un mot se forme successivement et en présence des fait... le sens s'étend, s'élargit, et peu à peu les divers faits, les diverses idées qu'en vertu de la nature des choses mêmes, les hommes doivent rallier sous ce mot, s'y rallient en effet» (idem, p. 10-11)

¹⁴² «L'idée du progrès, du développement, me paraît être l'idée fondamentale contenue sous le mot de civilisation» (idem, p. 13, subl. nosso).

¹⁴³ «Le développement de la vie individuelle, de la vie intérieure, le développement de l'homme lui-même, de ses facultés, de ses sentiments, de ses idées... Partout où le genre humain voit resplendir ces grandes images, ces images glorifiées de la nature humaine, partout où il voit créer ce trésor de jouissances sublimes, il reconnaît et nomme la civilisation» (idem, p. 15)

¹⁴⁴ idem, p. 16.

¹⁴⁵ «Si de l'histoire nous passons à la nature même des deux faits qui constituent la civilisation, nous sommes infailliblement conduits du même résultat... Quand un changement moral s'opère dans l'homme... quel est le besoin qui s'empare de lui à l'instant même? C'est le besoin de faire passer son sentiment dans le monde extérieur, de réaliser au dehors sa pensée» (idem, p. 20).

¹⁴⁶ «Une révolution s'est accomplie dans l'état de la société... Eh bien! Croyez-vous que la vue de ce spectacle, que cette amélioration des faits extérieurs, ne réagissent pas sur l'intérieur de l'homme, sur l'humanité?... qu'un monde mieux réglé, un monde plus juste, rende l'homme lui-même plus juste; que l'intérieure se réforme par l'extérieur, l'extérieur par l'intérieure... qu'il est possible qu'ils aient à subir mille transformations pour se rejoindre l'un l'autre; mais qui tôt ou tard ils se rejoignent; que c'est la loi de leur nature, le fait général de l'histoire, la croyance instinctive du genre humain» (idem, p. 21).

como referência o absoluto, havia que admitir que o fim da história era um horizonte inatingível pela natureza imperfeita do homem. O preço da liberdade da vontade perante a lei era o mal, que não podendo ser absoluto obscurecia o bem buscado¹⁴⁷. Sendo o homem a liberdade emanada do poder que o criara, esta manifestava-se como exigência de inteligência da lei em preliminar à conformação da vontade. Condenado o homem à história, ao trabalho sem fim, à condição de ser em busca da unidade quebrada, o reconhecimento da dualidade humana se não servia o pessimismo antropológico, dado o poder de atracção do absoluto, necessariamente rodeava de precauções a esperança sobre o destino humano. O absoluto era o ideal de perfeição transcendente ao homem, a sua aspiração permanente, o seu horizonte sem fim. Do ponto de vista do progresso, era possível considerar um fim da história numa civilização que assentando nas suas leis, tomasse consciência dos mecanismos que o asseguravam e trabalhasse para os institucionalizar. Essa civilização definiria a sua essencialidade nas ideias de progresso e de conservação. Tendo por referência a civilização, a história definia-se como história do progresso, como revelação da verdade humana, e implicava o processo de construção de heranças. Neste sentido, o fim da história não era o fim do progresso, mas a possibilidade duma realidade que garantisse a cada indivíduo tudo o que podia ser, nos planos material da sua relação com a sociedade e moral do seu lugar na humanidade, e que assegurasse à sociedade a evolução sem ruptura.

Tomada a história como um gigantesco fresco do progresso da humanidade, a história do progresso desenhava-se como um movimento não linear, mas cuja tendência era centralizar uma realidade de complexidade crescente. Tal como no indivíduo o movimento de reflexão era provocado pela contradição, o movimento da sociedade advinha da tensão de princípios emanados de interesses e forças divergentes. O homem resolvia a tensão através duma metodologia absolutista ou eclética, ou impondo um princípio subjugando a oposição, ou aceitando a diversidade buscando harmonizá-la em princípios superadores. Pela primeira via, retirava todas as consequências dum princípio, pela segunda, forçava os diversos princípios a explorar vias de relacionamento. Destas abordagens decorriam diversos modelos de organização da

¹⁴⁷ idem, p. 23

¹⁴⁸ Cf. a meditação de Guizot sobre o dogma do pecado original nas *Méditations sur la religion chrétienne*, t. I, p. 38-59.

sociedade, de estruturação do poder, e mesmo de expressão cultural.

Do ponto de vista do progresso, uma civilização sem abertura à contradição, progredia num só sentido e condenava-se à estagnação ou à desagregação. Tal civilização entrava numa fase que na verdade podemos chamar a-histórica, por bloquear a possibilidade de progresso. Desaparecendo o jogo entre permanência e mudança, a sua compreensão podia prescindir da narrativa e centrar-se na descrição.

Sendo este o modelo das civilizações antigas¹⁴⁹, a Europa moderna apresentava-se, por contraste, como um palco de complexidade, em que uma actividade fervilhante traduzia uma sociedade marcada pela diversidade de princípios e de forças exercendo e sofrendo contínua pressão¹⁵⁰. Nela os factos sociais e morais, e as ideias e crenças que os traduziam, revelavam a impossibilidade de radicalismo prático, de tirania permanente¹⁵¹. A Europa constituía uma panóplia não especializada de princípios explorados pelas civilizações antecedentes e uma esperança de síntese das que coevamente se confrontavam¹⁵². Dela decorria uma nova forma de encarar a unidade, substituindo a ideia de exclusão pela de centralidade, alimentada pela tensão inerente às contradições humanas.

No sentido em que a condição e o destino da humanidade se traduziam na ideia de história como progresso, cuja fonte era a contradição e o centro a tendência, Guizot podia identificar a moderna civilização europeia com a história. A condição e o destino da civilização europeia era a história, era a realização da humanidade. Nas palavras de Guizot: «La civilisation européenne est entrée, s'il est permis de le dire, dans l'éternelle vérité, dans le plan de la Providence; elle marche selon les voies de Dieu. C'est le principe rationnel de sa supériorité»¹⁵³.

Este quadro conceptual revelava a naturalidade de considerar a Europa moderna referencial de

¹⁴⁹ «Quand on considère les civilisations antiques, on les trouve toutes empreinte d'un singulier caractère d'unité dans les institutions, les idées, les mœurs; une force unique, ou du moins très prépondérante, gouverne et décide de tout». (François GUIZOT, *Histoire générale...*, p. 31).

¹⁵⁰ «Toutes les formes, tout les principes d'organisation sociale y coexistent; les pouvoirs spirituel et temporel, les éléments théocratique, monarchique, aristocratique, démocratique, toutes les classes, toutes les situations sociales se mêlent, se pressent; il y a des degrés infinis dans la liberté, la richesse, l'influence. Et ces forces diverses sont entre elles dans une état de lutte continuelle, sans qu'aucune parvienne à étouffer les autres et à prendre seule possession de la société» (idem, p. 34).

¹⁵¹ «Tandis qu'ailleurs la prédominance d'un principe produisait la tyrannie, en Europe, la liberté est résultée de la variété des éléments de la civilisation et de l'état de lutte dans lequel ils ont constamment vécu» (idem, p. 36).

¹⁵² «C'est l'état général du monde que la diversité des formes, des idées, des principes, et leur combats, et leurs effort vers une certaine unité, un certain idéal qui ne sera peut-être jamais atteint, mais auquel tend l'espèce humaine par la liberté et le travail. La civilisation européenne est donc la fidèle image du monde comme le cours des choses de ce monde, elle n'est ni étroite, ni exclusive, ni stationnaire. Pour la première fois, je pense, le caractère de la spécialité a disparu de la civilisation; pour la première fois elle s'est développée aussi diverse, aussi riche, aussi laborieuse que le théâtre de l'univers» (idem, p. 37, subl. nosso).

¹⁵³ idem, p. 37-38.

julgamento dos diversos modelos civilizacionais e, na reconstituição do seu percurso, justificava uma atenção especial dada à França pelo papel de agente centralizador e universalizador dos progressos emanados da diversidade europeia¹⁵⁴. Sendo a problemática da contemporaneidade incontornável ao historiador de qualquer época, impunha-se duplamente ao europeu oitocentista pelo privilégio dum olhar informado por um estágio inédito do progresso e duma época vocacionada para a imparcialidade¹⁵⁵. Desta consciência decorria a revisão do passado, desprendida do niilismo filosófico e da idolatria¹⁵⁶. A imparcialidade, companheira da verdade, repelia tanto o desprezo quanto a manipulação das heranças.

Tendo presentes estas prevenções havia que buscar a difícil verdade encerrada nos factos, o que só um estudo persistente tornava acessível¹⁵⁷. Nesta busca, Guizot despendeu quicá o melhor das energias intelectuais, transmitindo as conclusões na vida académica e na vastíssima bibliografia que legou¹⁵⁸.

Guizot tomou como ponto de partida consensual a construção da moderna civilização europeia sobre os elementos romano, cristão e bárbaro. Roma legara a civilização urbana e municipal e a ideia de império, isto é, a liberdade cívica local, a organização central e o poder absoluto¹⁵⁹. A preservação e domesticação do elemento bárbaro fora assegurada pelo cristianismo- que operara uma revolução espiritual no mundo romano ao introduzir as noções de lei divina e de liberdade de consciência, sobre as quais crescera a ideia dum poder espiritual demarcado e superior ao temporal -, e pela igreja cristã que lhe garantira a sobrevivência tanto pelo império sobre as opiniões como pela capacidade organizativa. Finalmente, os

¹⁵⁴ «Je crois qu'on peut dire sans flatterie que la France a été le centre, le foyer de la civilisation de l'Europe... il est impossible de méconnaître que, toutes les fois que la France s'est vue devancée dans la carrière de la civilisation, elle a repris une nouvelle vigueur, s'est élancée et s'est retrouvée bien tôt au niveau ou avant de tous... les idées, les institutions civilisantes, si je puis ainsi parler, qui ont pris naissance dans d'autres territoires, quand elles ont voulu se transplanter, devenir fécondes et générales, agir au profit commun de la civilisation européenne, on les a vues, en quelque sorte obligées de subir en France une nouvelle préparation; et c'est de la France, comme d'une seconde patrie, plus féconde, plus riche, qu'elles se sont élancées à la conquête de l'Europe» «C'est qu'il y a dans le génie français quelque chose de sociable, de sympathique... soit notre langage, soit le tour particulier de notre esprit, de nos mœurs, nos idées sont plus populaires, se présentant plus clairement aux masses, y pénètrent plus facilement». (François GUIZOT, *Histoire générale...*, p. 4-5). Estudar a França seria, assim, «se placer, en quelque sorte, au cœur de la civilisation elle-même» (idem, *ibidem*).

¹⁵⁵ «L'impartialité, qui est le devoir de tous les temps, est à mon avis, la vocation de nôtre; non cette impartialité froide est stérile qui naît de l'indifférence, mais cette impartialité énergique et féconde qu'inspirent l'amour et la vue de la vérité. La justice égale, universelle, qui est maintenant le besoin le plus profond de la société, est aussi l'idée supérieure qui marche la première et domine partout où se porte l'esprit humain» (François GUIZOT, *Histoire des origines...*, p. 13).

¹⁵⁶ «Platon et Harrington, dans la pleine liberté de leur pensée, avaient construit l'idéal de la République; on a construit, avec plus confiance encore, l'idéal de la féodalité, et celui du pouvoir absolu, et même celui de la barbarie... on a demandé aux faits anciens d'accueillir ces théories et de s'y adapter» (idem, p. 11).

¹⁵⁷ «Il faut que vous entriez en possession des faits eux-mêmes. Il faut que les vérités qu'ils contiennent en sortent sous vos yeux et ne s'établissent dans votre esprit que munies de titres qui les prouvent. Or la vérité, Messieurs, quelque part qu'on la cherche, n'est point d'un accès facile» (idem, 27).

¹⁵⁸ Recordamos, ainda, que enquanto ministro Guizot foi responsável pelo enorme impulso dado ao inventário patrimonial e aos estudos históricos, transformando o ministério da instrução pública, num verdadeiro ministério da cultura (cf. François GUIZOT, *Memoires...*, t. III; Dominique POULOT, *L'archéologie...*, p. 265-289, Pierre Rosanvallon, *Le moment Guizot*, p. 223-254).

¹⁵⁹ «D'une part, le régime municipal, ses habitudes, ses règles, ses exemples, principe de liberté; de l'autre, une législation civile commune, générale, et l'idée du pouvoir absolu, de la Majesté sacrée, du pouvoir de l'Empereur, principe d'ordre et de servitude» (François GUIZOT, *ibidem*).

conquistadores tinham trazido o contributo do forte gosto pela independência individual¹⁶⁰ e a patronagem militar, forma de subordinação hierárquica assente na fidelidade pessoal sobre o qual se estruturara a aristocracia medieval. Na Idade Média encontraram-se as diversas dimensões de liberdade e as formas essenciais de concepção e organização do poder: liberdade política clássica, liberdade de consciência cristã, ambas ligadas à ideia de pertença, e liberdade individual bárbara; poder democrático, teocrático, monárquico, e aristocrático.

À queda de Roma que constituíra um império sem construir uma unidade, seguiu-se a conquista da Europa pelos bárbaros e a constituição da feudalidade. Ao povo vencido, formando a massa da nação, mais por esquecimento do que por respeito tinham deixado a capacidade de manter os costumes. Nascido da força das armas, e engrandecido com a acumulação de riqueza, o poder aristocrático, dos vencedores, legitimara-se pelo tempo tornando-se um poder de direito, e perpetuara-se no tempo pelo princípio hereditário. Convertidos ao cristianismo, este fora o único veículo de comunicação entre os bárbaros e os autóctones, facto que reforçara o poder e independência do clero, e o constituíra como reserva espiritual da Europa.

Da feudalidade sobrevivia uma imagem de dispersão, de domínio dos interesses locais e individuais, conflituosa na resolução das tensões, radical no isolamento e hierarquização dos elementos sociais. Culturalmente assistira o desenvolvimento das línguas, dos costumes, das expressões artísticas locais, sedimentara o processo de diferenciação fundador das reivindicações nacionalistas modernas. No plano político, o poder aristocrático, embora arbitrário e tirânico representara uma evolução, pois os seus detentores quotidianamente reconhecíveis e impossíveis de contornar, tornavam-se alvo de sentimentos de ódio e revolta, e como tal insusceptíveis de divinização¹⁶¹. Se houvesse que seleccionar duas marcas da feudalidade, estas seriam o impulso dado ao desenvolvimento interior dos indivíduos e à noção de direito de resistência individual. A feudalidade era o desenvolvimento do indivíduo que o carácter bárbaro

Histoire générale..., p. 45).

¹⁶⁰ « Il y a un sentiment, un fait qu'il faut avant tout bien comprendre pour se représenter avec vérité un Barbare : c'est le plaisir de l'indépendance individuelle, le plaisir de se jouer, avec sa force et sa liberté, au milieu des chances du monde et de la vie ; les joies de l'activité sans travail ; le goût d'une destinée aventureuse, pleine d'imprévu, d'inégalité, de péril... Cependant, lorsqu'on regarde au fond des choses, malgré cet alliage de brutalité, de matérialisme, d'égoïsme stupide, le goût de l'indépendance individuelle est un sentiment noble, moral qui tire sa puissance de la nature moral de l'homme ; c'est le plaisir de se sentir homme, le sentiment de la personnalité, de la spontanéité humaine dans son libre développement » (idem, p. 55-56).

¹⁶¹ Jacques BILLARD, *op. cit.*, p. 53.

formatara¹⁶².

Estando o regime feudal constituído no século X, a universalidade da sua forma não traduzira a universalidade do princípio, por as instituições sobreviventes nunca renunciarem dos princípios que as informavam¹⁶³. Ao impulso anti-social e atentatório da liberdade universal que distinguira a feudalidade, sempre se opuseram as forças de aprofundamento da sociedade, da ordem e liberdade social, o princípio monárquico e o democrático, o poder régio ferido e o povo vencido.

A passagem da resistência a movimento correspondera à luta de libertação das comunas. O lento ressurgimento urbano sedimentando um certo gosto pelo progresso, e o direito de asilo atraindo proscritos ricos convertidos às actividades urbanas, tinham gerado o desejo de libertação da tirania senhorial¹⁶⁴. Movimento cuja universalidade decorria das múltiplas revoltas locais, resolvera-se na proliferação de cartas comunais, «purs traités de paix entre les bourgeois et leurs seigneurs»¹⁶⁵. As características e o saldo do processo teriam vastas consequências para a dinâmica da Europa moderna.

No plano material, permitira a formação da burguesia com elementos de origem diversa que sucessivamente a enriqueceram. Em segundo lugar, revelara para o poder régio o papel de moderador e garante da justiça, e colocara a burguesia em relação com o centro do Estado. Finalmente, consagrara a luta de classes como facto essencial da europeidade:

«Le troisième grand résultat de l'affranchissement des communes, c'est la lutte des classes, lutte qui constitue le fait même, et remplit l'histoire moderne. **L'Europe moderne est née de la lutte des diverses classes de la société...** la lutte, au lieu de devenir un principe d'immobilité, a été une cause de progrès... Les classes ont lutté constamment; elles se sont detestées; une profonde diversité de situation, de intérêts, de mœurs, a produit entre elles une profonde hostilité morale ; **et cependant elles se sont progressivement rapprochés, assimilés, entendues...** Ainsi, au sein de la variété, de l'inimitié, de la guerre, est sortie dans

¹⁶² «Ce que l'homme lui-même apporte dans un système social au moment où il y entre, ses dispositions intérieures, morales, influent puissamment sur la situation où il s'établit... L'individu dominait dans la société germanique ; c'est au profit du développement de l'individu que la société féodale, fille de la société germanique, a déployé son influence» (François GUIZOT, *Histoire générale...*, p. 115).

¹⁶³ «L'Eglise féodale ne cessa pas d'être théocratique ; et pour le faire prévaloir, elle essayait sans cesse, de concert tantôt avec le pouvoir royal, tantôt avec le pape, tantôt avec le peuple, de détruire ce régime, dont elle portait pour ainsi dire la livrée. Il en fut de même de la royauté et des communes : dans l'une, le principe monarchique ; dans les autres, le principe démocratique continuèrent au fond de dominer» (idem, p. 93).

¹⁶⁴ «Il y a, dans le mouvement progressif qui élève vers une fortune nouvelle un homme ou une population, un principe de résistance contre l'iniquité et la violence beaucoup plus énergique que dans toute autre situation» (idem, p. 188).

¹⁶⁵ idem, p. 191

l'Europe moderne l'unité nationale»¹⁶⁶.

No plano moral, determinara o carácter da burguesia, cujo aspecto mais surpreendente, era a falta duma ambição política que acompanhasse o ascendente material e moral adquirido ao longo dos séculos. O facto da fonte da liberdade burguesa medieval ser associativa, socorro difícil e precário que incentivara o espírito de transacção, perfilara a timidez, o receio das grandes aventuras, o desconforto burguês quando colocado na esfera dum poder geral. No entanto, se o burguês medieval não era um dirigente audacioso, também não era o “burguês de comédia” que Walter Scott retratara: uma energia obstinada, uma paciência inultrapassável, uma perseverança constante na defesa dos interesses locais, tinham-no tornado o líder natural da sociedade comunal. Aí, após o movimento de libertação, tornara-se um dos pólos duma outra luta de classes, que o opusera à “população” (na expressão de Guizot) formada pelos excluídos dos privilégios corporativos e da organização municipal. Na origem da não expansão política das comunas havia que ver esta luta de classes desdobrada, motivo da ambiguidade burguesa perante os poderes concorrentes ou aliados¹⁶⁷.

Do ponto de vista da sociedade e do poder a Europa medieval constituía uma multitude de forças particulares em confronto, sem algum facto geral que as unisse, ou que alguma noção de público e de político sobrevivesse¹⁶⁸. Este estado seria modificado com as cruzadas, vasto movimento trans-social de impulso religioso que revelara tanto a universalidade da Europa cristã como a existência de unidades nacionais, e que tivera como saldo moral a abertura do homem europeu a novos horizontes. O convívio com a civilização islâmica e o reencontro com a Grécia, libertara o espírito europeu para esferas estranhas à crença religiosa, e motivara a vontade de descoberta do outro, fonte do sentimento de tolerância e da necessidade intelectual de julgamento imparcial.

Na vida social e económica o estreitar dos elos sociais e diversificar da actividade revelara-se numa

¹⁶⁶ idem, p. 195-196, subl. nosso. Tem sido dado suficiente ênfase ao facto de Marx ter sido um leitor atento de Guizot. Surge-nos claro que segundo o historiador doutrinário uma aproximação das classes só era concebível a partir do confronto, sem este somente subsistiria a radical separação característica das sociedades orientais.

¹⁶⁷ «Deux esprits s'y combattaient sans cesse: dans la population inférieure, un esprit démocratique aveugle, effréné, féroce; et par contre-coup, dans la population supérieure, un esprit de timidité, de transaction, une excessive facilité à s'arranger, soit avec le roi, soit avec les anciens seigneurs afin de rétablir dans l'intérieur de la commune quelque ordre, quelque paix. Ni l'un ni l'autre de ces esprits ne pouvait faire prendre aux communes une grande place dans l'état» (idem, p. 203-204).

¹⁶⁸ «Du cinquième au douzième siècles, la société contenait tout ce que j'y ai trouvé et décrit, des rois, une aristocratie laïque, un clergé, des bourgeois, des colons, des pouvoirs religieux, civil, les germes en un mot de tout ce qui fait une nation et un gouvernement, et pourtant point de

sociabilidade aprofundada e nas novas desigualdades surgidas¹⁶⁹. No mundo senhorial, o desaparecimento de inúmeros feudos, trocados pela aventura oriental, fora acompanhado pelo nascimento de grandes senhorios. O senhorio tornara-se o centro da vida da nobreza, com novos hábitos de convívio adquiridos na camaradagem das cruzadas. No mundo comunal, assistira-se o engrandecimento de algumas comunas, graças ao impulso oferecido pelo grande comércio oriental. Nelas sobretudo a diversidade da vida urbana florescera, a burguesia desenvolvera-se através do trabalho e duma actividade diversificada envolvendo um relacionamento social cada vez mais abrangente.

Entre os séculos XIII e XVI, o relacionamento com o mundo iniciado nas cruzadas e culminado nas descobertas, fora acompanhado e mesmo sobreposto pelo aprofundamento europeu, num movimento que passara pelo reencontro e revisão de heranças. Período confuso, de profundas crises, representara a passagem para a Europa moderna. No ponto de partida, os povos descobriram o valor do trabalho como meio de aquisição de riqueza; e os monarcas tinham descoberto a Europa como espaço a conquistar e meio de consolidar o poder pessoal.

Tempo de ensaio, no qual o problema político-social fora fazer viver e agir em comum, sob um poder central, os diversos elementos sociais. Nele sobretudo radicava a diferenciação entre as vias continental e inglesa, tendendo o mosaico da primeira a fazer predominar um dos elementos sociais pela subordinação dos outros, caracterizando-se a segunda pelo respeito pelas liberdades e influências particulares, facto que elevara a Inglaterra a indicador da tendência da civilização moderna¹⁷⁰. Se a característica da civilização francesa era a comunicabilidade, a da civilização inglesa era um enraizado bom senso prático. No continente, a radicalidade estrutural fora alimentada pelas idiossincrasias locais, e o impulso especulativo fazendo confluir a luta de classes e de poderes e a luta ideológica, motivara a conflitualidade prolongada¹⁷¹.

gouvernement, point de nation» (idem, p. 209)

¹⁶⁹ « Telles sont, messieurs, a mon avis, les grands, les véritables effets des croisades : d'une part, l'étendue des idées, l'affranchissement des esprits ; de l'autre, l'agrandissement des existences, une large sphère ouverte a toutes les activités : elles ont produit a la fois plus de liberté individuelle et plus d'unité politique. Elles ont poussé a l'indépendance de l'homme et a la centralisation de la société... elles ont commencé cette transformation des divers éléments de la société européenne en gouvernements et en peuples, qui est le caractère de la civilisation moderne » (idem, p. 212).

¹⁷⁰ « Nul doute par exemple, que ce développement simultané des divers éléments sociaux n'ait beaucoup contribué à faire arriver l'Angleterre, plus vite qu'aucun des états du continent, au but de toute société, c'est-à-dire à l'établissement d'un gouvernement à la fois régulier et libre. C'est précisément la nature d'un gouvernement. De même l'essence de la liberté, c'est la manifestation et l'action simultanées de tous les intérêts, de tous les droits, de toutes les forces, de tous les éléments sociaux » (idem, p. 360).

¹⁷¹ « Chaque système, chaque principe ayant eu son tour, ayant dominé d'une façon s'est fait sur une plus grande échelle, avec plus de grandeur et d'éclat... toutes les expériences politiques, pour ainsi dire, ont été plus larges, et plus achevées. Il en est résulté que les idées politiques, je

Do ponto de vista do poder, a experiência europeia consagrara a validade da forma monárquica, enriquecendo-lhe o significado simbólico de imagem terrena da soberania. Do potencial de moldagem aos modelos sociais mais diversos, e da paleta de conteúdos experimentada e teorizada¹⁷², sobrevivera a imagem da monarquia como poder superior ao império da vontade individual, alheado dos interesses de classe, garante a um tempo duma esfera de ordem pública, de unidade e de aplicabilidade da justiça¹⁷³. Na diacronia, a consolidação da monarquia pressionara a emergência do político, caminhando do transformar da questão monárquica em questão nacional, para a europeização da política à “italiana”. Face a uma sociedade em busca de segurança e progresso, a Europa organizara-se e buscara formas de relacionamento. A diplomacia, passando a reger a vida dos estados, apresentara-se como solução, cuja factura fora o desmesurado crescimento do poder régio e o nascimento da política como arte que os povos não podiam compreender, e menos ainda controlar.

Época de transformação material, fora igualmente de mudança espiritual. Reforma moral protagonizada tanto pela igreja como pela sociedade civil. Reforma cultural e intelectual por via da escola dos livres pensadores nascida no movimento do Renascimento. Formada por uma nova elite de jurisconsultos, de clérigos, de eruditos, do reencontro com a cultura clássica avançara para a reflexão sobre a condição humana e sobre a realidade coeva. O movimento reformista abria a caixa de Pandora donde emergiria o livre exame.

Deste processo nascia a Europa moderna, assente nos factos gerados pela Europa primitiva, e cujo potencial conflito lhe cabia resolver: «la monarchie pure d'un côté et le libre examen de l'autre»¹⁷⁴. A reivindicação da liberdade de reflexão individual, fonte do nascimento da opinião pública como soma das opiniões particulares. A centralização do poder sintetizada na monarquia absoluta. Movimento de centralização por um lado, reivindicação de liberdade e diversidade por outro. Movimento de centralização

parle des idées générales, et non du bon sens appliqué à la conduite des affaires; que les idées, dis-je, les doctrines politiques se sont élevées bien plus haut et déployées avec plus de vigueur rationnelle» (idem, p. 161).

¹⁷² « Dans l'Europe moderne, la royauté a revêtu tous les caractères sous lesquels elle s'était montrée dans l'histoire du monde. Si je puis me servir d'une expression géométrique, la royauté européenne a été en quelque sorte la résultant de toutes les espèces de royauté possibles» (idem, p. 223-224).

¹⁷³ «C'est, je le répète, comme dépositaire et protectrice de l'ordre public, de la justice générale, de l'intérêt commun, c'est sous les traits d'une grande magistrature, centre et lien de la société, qu'elle s'est montrée aux yeux des peuples et s'est approprié leur force en obtenant leur adhésion».

¹⁷⁴ idem, p. 357

paralelo na sociedade, com o nascimento da ideia de povo, categoria social transcendente às classes, que não apagando a realidade conflitual a superava na afirmação duma esfera de interesses gerais. Paralelamente, transformação da burguesia em Terceiro Estado, adquirindo uma unidade moral e representatividade, essencial à emergência duma grande classe. Através da burguesia, o valor do trabalho perfilava a mentalidade moderna, legitimando-se como veículo de ascensão social ¹⁷⁵, alternativo aos meios tradicionais e adequado aos excluídos dos privilégios feudais. Por outro lado, sendo a sua actividade essencialmente ligada ao uso dos recursos intelectuais, cedo se envolvera no movimento reflexivo provocador da revolução cultural, científica e moral que acompanhara o nascimento da modernidade.

No prefácio à *Histoire de la révolution d'Angleterre*, Guizot podia posicionar as revoluções inglesa e francesa na continuidade dos séculos antecedentes, e lê-las na sequência da tomada de consciência da opinião pública da desfuncionalização dos poderes tradicionais:

«Au XVII siècle en Angleterre, au XVIIIe siècle en France toute lutte entre ces trois pouvoirs avait cessé... On peut même dire qu'ils avaient perdu leur caractère historique et jusqu'au souvenir des travaux qui avaient fait jadis leur force et leur éclat... Abandonné de ses anciens chefs, surpris de leur apathie, de leur humeur, et de voir qu'on faisait moins pour lui à mesure que croissaient ses forces et ses désirs, le public en vint à penser qu'il lui appartenait de faire ses affaires lui-même, et se chargeant seul de tous les rôles, dont personne ne s'acquittait ».

E podia lê-las, ainda, como reivindicação da moderna síntese, a partir do capital da civilização europeia, das diversas dimensões da liberdade humana contra os poderes que a afrontavam:

«Plus, il réclama à la fois la liberté contre la couronne, l'égalité contre l'aristocratie, les droits de l'intelligence humaine contre le clergé. Alors éclatèrent les révolutions» ¹⁷⁶.

Em *Histoire générale de la civilisation en Europe*, que temos acompanhado, as diferenças entre as revoluções eram relacionadas com as vocações próprias, e lidas à luz dos factos da monarquia pura e do livre

¹⁷⁵ «Il est le successeur, non le contemporain des communes... Il a persisté, il a grandi dans tout le cours de notre histoire; et au bout de cinq siècles, en 1789, quand les communes étaient depuis longtemps tombées dans la langueur et l'insignifiance politique... un homme, d'un esprit plus puissant que juste, l'abbé Sieyès, a pu dire: "Qu'est-ce que le tiers état?" Tout. - Qu'a-t-il été jusqu'à présent dans l'ordre politique? Rien. - Que demande-t-il? A être quelque chose» (François Guizot, «*Histoire de France... racontée à mes petits-enfants*» in Paul VIALLANEIX, *op. cit.*, p. 237). Se bem que nem sempre surja claro qual o significado do Terceiro Estado em Guizot, verifica-se uma nítida tendência para a sua

exame. Em Inglaterra, onde a tradição moderada permitira o desenvolvimento paralelo da centralização e das liberdades, a revolução decorrerá cedo, coarctando os excessos da monarquia e provando a viabilidade das implicações sociais e políticas do livre exame. A Inglaterra encontrara o equilíbrio entre o poder e a liberdade, no respeito de todos os interesses e numa moral pública moldando a acção individual.

A França, sem poder reclamar os direitos de progenitura, estava destinada a importar os factos sucessivamente, a monarquia pura espanhola e o livre exame inglês, para os aprofundar e transformar em modelos europeus. Contrastando com a Inglaterra, onde a nobreza assumira o papel de elite vocacionada para o poder, servindo de poderoso travão às aspirações absolutistas e de referência à causa da liberdade pública, em França, como no resto da Europa, «la noblesse, ne sachant être ni politique ni, libérale, est restée étrangère et au gouvernement et au peuple ; la démocratie, manquant d’alliés et d’appui pour ses libertés, n’a pu s’élever qu’à l’aide du pouvoir royal ; et le pouvoir royal, profitant de l’alliance démocratique,, a pu quelques temps être à la fois populaire et absolu »¹⁷⁷.

A monarquia pura nascera sem oposição séria na Europa, acompanhada pela sociedade de Corte, mantendo os privilégios da nobreza à custa da aspiração de intervir francamente no poder central. O seu esplendor com Luís XIV, decorrerá duma acção política em favor da consolidação do Estado e da ideia de equilíbrio europeu. Com este rei surgirá o primeiro governo europeu com segurança para avançar sem reticências, «le premier uniquement appliqué à faire ses affaires, comme un pouvoir à la fois définitif et progressif, qui ne crainte pas d’innover parce qu’il compte sur l’avenir»¹⁷⁸. A sua meteórica decadência, derivara do vício estrutural deste poder, incompatível com a existência de instituições livres, únicos bastiões seguros da sobrevivência dos governos¹⁷⁹.

À monarquia seiscentista sucedera no século XVIII francês o poder do espírito humano, retirando todas as consequências do livre exame. Movimento universal nas dimensões que abarcava, *universalizado* à Europa pelo génio francês. Movimento puramente especulativo, soberbamente convencido das ilimitadas

identificação com a burguesia.

¹⁷⁶ François GUIZOT, «Histoire de la révolution d’Angleterre», *Oeuvres choisies de M. Guizot*, p. 4

¹⁷⁷ François GUIZOT, «Trois générations... », *op. cit.* p. XIII

¹⁷⁸ François GUIZOT, *Histoire de la civilisation...*, p. 376.

¹⁷⁹ « Il n’a a pas de mœurs politiques sans indépendance... Les caractères énergiques disparaissent avec les situations indépendantes, et la fierté

possibilidades criativas do espírito. «Jamais la philosophie n'a plus aspiré à régir le monde et ne lui a été plus étrangère. Il a bien fallu un jour en venir un fait»¹⁸⁰. Nele, de algum modo, tinham-se encontrado o diletantismo próprio à imaginação aristocrática, a reivindicação cristã do primado espiritual, a tentação teocrática e imperial de imposição dum poder absoluto, a aspiração democrática de universalidade. A sua imensa virtude fora reivindicar a maioria humana, a relevância dos valores da liberdade, base duma acção responsável, e da igualdade, base da justiça. O seu erro fora convencer-se que ao absolutismo régio sucederia o do espírito, e, como tal, o seu destino fora o reservado a todas as tentativas de domínio absoluto na história da humanidade.

«C'est le pouvoir, et ce sera, je crois, le mérite particulier de notre temps, de reconnaître que tout pouvoir, qu'il soit intellectuel ou temporel, qu'il appartienne à des gouvernants ou à des peuples, à des philosophes ou à des ministres... apporte en lui-même une vice naturel, un principe de faiblesse et d'abus qui doit lui faire assigner une limite. Or, il n'y a que la liberté générale de tous les droits, de tous les intérêts, de toutes les opinions, la libre manifestation de toutes ces forces, leur coexistence légale, il n'y a, dis-je, que ce système qui puisse restreindre... faire en un mot que le libre examen subsiste réellement et au profit de tous. C'est là pour nos, Messieurs, le grand résultat, la grande leçon de la lutte qui s'est engagée à la fin du dix-huitième siècle entre le pouvoir absolu temporel et le pouvoir absolu spirituel»¹⁸¹.

Com esta reflexão Guizot terminava a *Histoire de la civilisation en Europe*, sintetizando a leitura doutrinária do passado herdado, para plasmar o futuro. Capital imenso de experiência de poder e de insubmissão da liberdade, revelava que esta era, antes de mais, reivindicação da liberdade de julgar a adequação do poder ao direito de manifestação da complexidade humana.

A revolução francesa concretizara o movimento especulativo do século ao exigir que a utopia racionalista moldasse a vida humana, consagrando o império do espírito, convictos que estavam os filósofos da bondade natural e do poder soberano do homem¹⁸², e, portanto, que o mal radicava na sociedade e não no

des ames naît de la sécurité des droits » (idem, p. 379)

¹⁸⁰ idem, p. 381.

¹⁸¹ Idem, p. 384-385.

¹⁸² «Je ne crois ni à la bonté essentielle de l'homme, ni à sa souveraineté ici-bas. Il est à la fois capable du bien et enclin au mal, à la fois libre et sujet : «s'il se vante, je l'abaisse; s'il s'abaisse, je le vante», dit admirablement Pascal... il y a de la dépendance dans sa condition et de la révolte

indivíduo. À história, vista como processo de degenerescência, o século XVIII contrapusera o paradigma da natureza redescoberta pela filosofia. O questionar do modelo de poder, denunciado ilegítimo, unira-se ao rejeitar do modelo de sociedade, acusado de injusto. Casadas as conclusões dos filósofos com o percurso das tensões europeias, a revolução ocorrera, primeiro como movimento reformista, depois como revolta do povo vencido explodindo o ódio da democracia contra a aristocracia. Com uma elite sem vocação para o poder, com um poder sem vocação reformista, com uma nação sem saber sustentar a liberdade, enfim, mobilizado por princípios cuja verdade intrínseca era obscurecida pelo erro, o projecto reformista falhara, e a revolução viera desnudar o homem, em toda a sua violência e imperfeição, para expor os direitos da realidade face à utopia.

1.3.4. O “indivíduo social” e o momento da história: a legitimação da classe média

«Pour moi, je suis de ceux qui combattent le nivellement, sous quelque forme qu'il se présente; je suis de ceux qui provoqueront sans cesse la nation à s'élever»¹⁸³

A civilização europeia construíra-se como processo de diversificação e centralização das ideias e práticas da liberdade, da justiça e do poder, alimentado por tensões múltiplas que desaguarão no fantástico confronto revolucionário. Filha da revolução e herdeira da história, a França da Restauração debatia-se com a constelação de problemas legados por este processo, sendo sua responsabilidade retirar-lhe o sentido e projectar um futuro em conformidade.

Tendo por referência este universo de ideias, a história do povo vencido e do povo vencedor, servia a Guizot para desenvolver a tese da luta de classes como fonte da dinâmica europeia, e provar a legitimidade tanto da reclamação democrática de justiça universal, como da reivindicação aristocrática da desigualdade. O que, por um lado, apontava a essencial necessidade de consagrar um conjunto de direitos que satisfizessem as expectativas democráticas; e, por outro, naturalizava na história o fenómeno de emergência de elites. Em sentido contrário, esta história demonstrava a ilegitimidade seja da aspiração democrática de criar uma

dans sa nature.. Quand l'homme les méconnaît.. c'est qu'il oublie Dieu et se croit Dieu» (François GUIZOT, «Trois générations... », *op. cit.*, p. XXIII-XXIV).

igualdade social e política¹⁸⁴, seja da vontade de cristalizar o movimento social pelo privilégio aristocrático. Na segunda perspectiva, ambos os princípios não só traíam a natureza do homem e a dinâmica social, como geravam uma relação desvirtuada entre o poder e a sociedade.

Dependendo a justiça da equidade e a liberdade do respeito da diversidade- e não pressupondo as maiorias julgamentos necessariamente justos e a ciência dos interesses a harmonizar -, em coerência, o governo devia recair naqueles com capacidade presumida e interesse em assegurar estes princípios. Ao contrário dos direitos humanos universais, os direitos políticos constituíam sobretudo o dever das elites, por serem elas a deter a maior fatia de capital intelectual e material das sociedades. Enquanto poderes sociais só elas podiam alimentar a estabilidade dos poderes políticos, dotá-los da inteligência dos problemas e da capacidade de apontar soluções. Ao assumir tal responsabilidade cumpriam o papel de vanguardas de conservação e progresso da sociedade, saindo do ciclo individualista para o circuito dos interesses e aspirações colectivas.

Na Europa moderna, a associação histórica entre a centralização política, essencial à criação duma ordem pública e dum governo geral, e o absolutismo régio, devera muito à renúncia da nobreza em reclamar os princípios da liberdade colectiva, abdicando assim do papel de condutor da sociedade em favor duma interpretação autofágica dos interesses de classe. Na Revolução, a falta de vocação das elites reformistas para o exercício do poder, tivera o pesado custo do avanço da democracia. Se a Revolução consagrara, que qualquer ordem política a fundar dependeria do consenso público quanto à legitimidade dos detentores de poder, a história sequente evidenciara, que a estabilidade e o dinamismo do poder tinham de ser assegurados por elites empenhadas no seu êxito.

Provada a não adequação da democracia e da aristocracia para fundar uma ordem política assente nos princípios consagrados pela Revolução, havia que olhar para a classe que aos interesses aliava uma constituição coerente com aqueles princípios. O objectivo de fazer emergir para a cena política uma classe

¹⁸³ François GUIZOT, *Mémoires...*, t. IV, p. 274

¹⁸⁴ «N'est-il pas évident, aux yeux du simple bon sens, que les hommes ne sont pas tous égaux, et que la prétention d'établir entre eux l'égalité sociale, en dépit des inégalités naturelles, aboutit, comme l'ont reconnu les logiciens conséquents de l'école, à la folle tentative d'abolir, à chaque génération, l'hérédité des biens et des noms, c'est-à-dire la propriété et la famille, c'est-à-dire la société elle-même?» (François GUIZOT, «Trois générations...», *op. cit.*, p. XXV).

capaz de retirar as consequências da sociedade nascida da revolução, foi brilhantemente traduzido por Pierre Rosanvallon na frase *Révéler une classe à elle-même*¹⁸⁵, e implicava diagnosticá-la, reconstituir-lhe o percurso, e contextualizá-lo na dinâmica da civilização europeia. Implicava igualmente que tomasse consciência da sua alteridade relativa aos princípios sociais que secularmente se gladiavam, a democracia e a aristocracia, bem como da capacidade de assumir a resolução dos confrontos entre a liberdade e o poder absoluto, o poder espiritual e o poder temporal, num poder laico, que tivesse a liberdade como meio de governo e a organização do progresso do espírito humano como fim. Referindo-se obviamente à burguesia, ou à classe média como preferiam denominá-la, os doutrinários tomaram a cargo levá-la a ultrapassar a repugnância em intervir na esfera política e o particular receio em chamar a si as responsabilidades do poder.

Esta ligação entre os doutrinários e a burguesia foi plenamente assumida por Guizot, existindo uma passagem das suas memórias esclarecedora do significado que atribuiu a tal combate. Aí, após apontar a incapacidade do poder de decretar a hierarquia social e a não vocação burguesa para o domínio absoluto da sociedade¹⁸⁶, Guizot esclarecia que qualquer projecto político contemporâneo teria de contar com a consagração dos direitos universais e individuais. Se os primeiros surgiam evidentes, os segundos careciam de clarificação, por a sua universalização depender na objectivação dos méritos individuais. Os direitos individuais correspondiam ao direito inerente ao indivíduo de realizar todo o seu potencial, precisando-se coevos com a afirmação da superioridade, e como tal reflectiam a condição humana ao *historicizar* a sua natureza¹⁸⁷. Em conjunto os direitos universais e individuais, traduziam as aspirações da justiça e da liberdade. Inimigos do absolutismo, afastavam qualquer vontade do domínio da classe média ser exercido em prejuízo dos legítimos direitos das outras classes¹⁸⁸.

¹⁸⁵ Que dá o título a um capítulo de *Le moment Guizot*, p. 177 e ss.

¹⁸⁶ «De 1814 à 1848, sous le gouvernement de la Restauration et sous le gouvernement de juillet, j'ai hautement soutenu et quelquefois j'ai eu l'honneur de porter moi-même ce drapeau des classes moyennes qui était naturellement le mien. Quelle était, pour nous sa signification? Avons-nous jamais conçu le dessein ou seulement entrevu la pensée que les bourgeois devinssent des privilégiés nouveaux, et que les lois destinées à régler l'exercice du droit de suffrage servissent à fonder la domination des classes moyennes en enlevant, soit en droit, soit en fait, tout influence politique d'une part aux restes de l'ancienne aristocratie française, d'autre au peuple? La tentative eût été étrangement ignorante et insensée. Ce n'est par des théories politiques, ni par des articles de loi que s'établissent des privilèges et la domination d'une classe dans l'État; ces moyens savants et lents n'y suffisent point: il y faut la force de la conquête ou l'ascendant de la foi. C'est aux aristocraties militaires ou théocratiques, jamais aux influences bourgeoises qu'il appartient de s'approprier exclusivement la société» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. I, p. 168).

¹⁸⁷ «Deux idées sont les grands caractères de la civilisation moderne, et lui impriment son redoutable; je les résume en ces termes: - Il y a des droits universels, inhérents à la seule qualité d'homme, et que nul régime ne peut légitimement refuser à nul homme; - il y a des droits individuels qui dérivent du seul mérite personnel de chaque homme, sans égard aux circonstances extérieures de la naissance, de la fortune ou du rang, et que tout homme qui les porte en lui-même doit être admis à déployer» (idem, p. 169).

¹⁸⁸ «Le respect légal des droits généraux de l'humanité et le libre développement des supériorités naturelles... Lesquels de ces principes provoque, ou seulement admet, la domination exclusive des classes moyennes? A coup sûr, ni l'un ni l'autre: l'un œuvre aux supériorités

A breve viagem que empreendemos no percurso da civilização europeia guizoteana, permite traçar o perfil da classe média. Nascida no seio do povo vencido, com ele partilhara a luta pela conquista de direitos, ligando-se desde o movimento comunal à acção e à reivindicação colectiva. As origens conferiam-lhe o sentimento dum percurso devedor e a compreensão das aspirações democráticas nascidas dum partilhado sofrimento da injustiça. Ao lado da democracia reclamava a justiça social e a realização individual independente das condições de origem. Mas contra o abuso democrático, ao fundar a existência na recusa de submeter as capacidades à fatalidade de condições adversas- devendo a progressão a um obstinado trabalho individual e geracional -, caucionava a hierarquia do mérito e da herança.

Na classe média a natureza cumpria os preceitos da justiça e a realização constituía-a como afirmação positiva de liberdade. Tendo a actividade virada para a relação com todas as esferas da sociedade, esta vivência em relação marcara a individualidade, obrigando-a a afirmar-se no respeito pela diferença. A diversidade dessa actividade, obrigara ao investimento na aprendizagem contínua e na utilização das capacidades intelectuais, e traduzira-se numa formação de síntese entre a dimensão material / pragmática e a espiritual / teórica. Reflectir sobre a classe média permitia uma inédita esperança para as aspirações humanas de compatibilização da diversidade com a unidade, de conformação da liberdade aos preceitos da razão, de moldagem da individualidade na sociedade. Sendo uma classe aberta às aspirações do mérito identificava-se com o movimento. Afirmando-se pela actividade adaptava-se à mudança e enriquecia-se no progresso. A natural falta de ousadia aliada aos interesses que constituíra tornavam-na predisposta à conservação do adquirido face às incertezas do prometido.

Enfim, do complexo retrato oferecido podemos retirar que a classe média era o grande legado social da civilização europeia, para cujo delineamento caminhara a modernidade. Evidenciar a sua transformação na grande força social do século permitia identificá-la como natural protagonista dos ideais morais, das realidades sociais e aspirações políticas do momento. Assegurar-lhe a influência política, era dar ao poder o

individuelles toutes les portes; l'autre veut, pour toute créature humaine, sa place et sa part; aucune grandeur n'est inaccessible, aucune existence n'est comptée pour rien. De tels principes sont inconciliables avec toute domination exclusive; celles des classes moyennes, comme de toute autre, serait en contradiction directe avec les tendances souveraines des sociétés modernes» (Idem, ibidem).

apoio dessa aristocracia natural, a um tempo progressista e conservadora¹⁸⁹.

Na espantosa coerência do pensamento doutrinário a classe média constituía a verificação social de que o eclectismo filosófico tinha correspondência na construção do processo civilizacional. Produto da civilização europeia, o progresso encontrava nela o princípio social conservador. Na sociedade pós-revolucionária, funcionava para o povo como garante de luta pela justiça e esperança de ascensão pelo trabalho, e para a constituição da nova ordem política como a possibilidade de consagração do princípio electivo sem cedências ao princípio democrático. Uma vez garantido o seu predomínio político, pelo menos parte da aristocracia perderia as esperanças e poderia com franqueza aceitar as regras do novo regime. Para tal, e antes de mais, o poder político teria de definir a ligação aos novos interesses.

1.3.5. O “indivíduo social” e o fim da história: o justo império da capacidade

«Pascal a dit : «*La multitude qui ne se réduit pas à l'unité est confusion. L'unité qui n'est pas multitude est tyrannie*».... La multitude, c'est la société: l'unité, c'est la vérité, c'est l'ensemble des lois de justice et de raison qui doivent gouverner la société»¹⁹⁰.

Isolar as elites susceptíveis de reflectir a realidade social no centro do poder e de reconduzir a sua positividade à sociedade, correspondia à possibilidade de objectivar o ideal de governabilidade¹⁹¹ na instituição dum governo livre. Nesse movimento, Guizot, reflexivo, demonstrava a conformidade da filosofia política, da história e dos interesses da sociedade pós-revolucionária com o regime constituído pela Carta de Luís XVIII. Nas *Memórias* radicaria no próprio facto da Carta a legitimidade da aliança entre o poder político e o novo poder social: «Le roi se fit, par ce seul acte, le chef des conquérants nouveaux»¹⁹². Tendo sido no poderoso libelo *Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France* que a explicou a *Restauração*¹⁹³.

¹⁸⁹ «Par leurs dispositions comme par leurs intérêts, les classes moyennes étaient les plus propres à lutter à la fois contre l'un et l'autre péril [a conspiração revolucionária e contra-revolucionária]; opposées aux prétentions de l'ancien régime, elles avaient acquis, sous l'Empire, des idées et des habitudes de gouvernement; quoi-qu'elles n'accueillissent la Restauration qu'avec quelque méfiance, elles ne lui étaient point hostiles; car, sous l'empire de la Charte, elles n'avaient rien à demander à des révolutions nouvelles; la Charte était pour elles à la fois le Capitole et le port. Faire tourner au profit de l'ancienne monarchie, devenue constitutionnelle, cette situation antirévolutionnaire des classes moyennes, assurer à cette monarchie leur adhésion et leur concours en leur assurant à elles-mêmes, dans son gouvernement, une large influence, c'était une politique clairement indiquée par l'état des faits et des esprits» (idem, p. 170-171)

¹⁹⁰ François GUIZOT, *Histoire des origines...*, p. 93-94

¹⁹¹ Ver o ponto em que abordámos a questão da soberania.

¹⁹² François GUIZOT, *Mémoires...*, t. I, p. 297.

¹⁹³ «Après les droits qu'elle assure à tous, les intérêts que la Charte a spécialement consacrés ce sont les intérêts nouveaux» (François GUIZOT, *Des moyens...*, p. 138).

Das constatações de que partiu para desenvolver esta tese, interessa-nos em particular o ponto da situação da multissecular luta de classes: após a Revolução o jogo das forças sociais invertera-se irreversivelmente, os vencidos da véspera eram os vencedores do dia e do futuro. E, igualmente nos interessa, a análise dum “axioma” revolucionário já citado: «Le gouvernement est un serviteur qu’il ne faut recevoir qu’à deux conditions: savoir qu’il agira peu, sera humble, et prendra sa charge au rabais»¹⁹⁴.

O revirvalho que o ministério promovia, desde a viragem para a década de 20, pensando lutar contra aquele axioma na verdade estimulava-o. Sem que pudesse assumir o retorno ao antigo regime, mas aliando-se ao seu partido, votava o poder à imobilidade¹⁹⁵. A quimérica convicção de que «On peut enfin gouverner à la façon et avec le secours de l’ancien régime sans le rétablir»¹⁹⁶, não só criava uma insuportável indefinição¹⁹⁷, como retomava o caos revolucionário, por alimentar as esperanças do partido do antigo regime¹⁹⁸ e confundir nas legítimas aspirações dos filhos da revolução o extremismo democrático dos pais.

O governo devia capacitar-se de que tinha de clarificar a posição face ao conflito de classes¹⁹⁹. Para tal convinha saber que se optasse pela contra-revolução, não poderia escamotear o facto da ilegitimidade das aspirações do partido o tornar incapaz de fortificar qualquer governo. A associação entre o poder e os derrotados era uma situação contrária à natureza das coisas. A força e o poder eram aliados naturais²⁰⁰. O argumento de Guizot, que as palavras enfatizavam, traduziria uma cruentíssima lição de maquiavelismo se desenquadrado da problemática da verdade em que ancorou a reflexão sobre a arquitectura e práticas do sistema representativo. Reportando a ela surgia na sequência lógica das ideias de que o *poder não criava a*

¹⁹⁴ *idem*, p. 114.

¹⁹⁵ «Isolés, ils sont faibles; unis, ils demeurent stériles». «On a voulu arrêter tout progrès; on a ébranlé tous les droits. On a demandé à un système qui veut le mouvement, la règle et la vérité, de servir l’immobilité, l’arbitraire, et le mensonge» (*idem*, p. 73, 78).

¹⁹⁶ *idem*, p. 103.

¹⁹⁷ «On se refuse à marcher vers l’avenir et à retourner vers le passé» (*idem*, *ibidem*).

¹⁹⁸ «Quand le pouvoir faite fausse route, quand un parti qui ne doit pas régner prétend usurper l’empire, leur situation les domine, même à leur insu. Ils ne savent pas toujours ce qu’ils font; mais ils font toujours ce qui leur convient et ne convient qu’à eux seuls» (*idem*, p. 73).

¹⁹⁹ «Vous voulez guérir la France de la haine de la noblesse; soyez un gouvernement bourgeois. Parlez-vous, à votre tour, d’impartialité, d’égalité constitutionnelle? Les mots vous trompent, ce n’est pas de cela qu’il s’agit. L’impartialité est due, sévèrement due aux individus, point aux partis. Il n’est pas vrai que les partis sont égaux, ni qu’ils doivent être également appelés à gouverner. Quand ils existent, quand ils sont disputé l’empire, en définitif l’un est bon, l’autre mauvais, l’un fort, l’autre faible, l’un monte, l’autre descend. Il faut choisir et se tenir à son choix» (*idem*, p. 153; *subl. nosso*).

²⁰⁰ «Notre révolution a été la lutte terrible d’intérêts ennemis; sinon, pourquoi une révolution? Cette lutte dure encore; sinon pourquoi tant de peur?... Le premier fait qui se présente à moi dans cette recherche, c’est que les intérêts nouveaux sont les plus forts. Pour là seul, ils sont les alliés naturels du pouvoir... Je ne adore point la force et sais qu’il est des cas où un honnête homme doit se refuser à son empire. Mais un honnête homme se retire des affaires quand il ne veut pas s’associer au vainqueur... C’est par l’alliance avec les forts qu’un gouvernement peut être; c’est par-là aussi; et seulement par-là, qu’il peut être juste et régulier... La force invoque et produit l’anarchie pour briser le règne de ses ennemis; mais ce qu’elle veut pour son propre compte, c’est le pouvoir... Le pouvoir s’abuse donc étrangement quand il se place hors du camp des vainqueurs- il se trahit ainsi lui-même et ment à sa propre nature. Il quitte ceux qui veulent et doivent posséder l’empire pour aller à ceux que ne peuvent que la liberté» (*idem*, p. 136-137, *subl. nosso*)

*sociedade mas encontrava-a, e de que o poder era quem o detinha. Se entregue à superioridade reconhecida e dela fazendo-se rodear, retirava a legítima força da verdade social e nesta descobria os meios de governo. Caso contrário, situava-se na ordem da mentira condenando-se a usar a violência e a injustiça ao serviço das aspirações ilegítimas e egoístas da fraqueza*²⁰¹. O apoio das forças dominantes era o destino do poder que buscasse a legitimidade, e a protecção dos direitos de todos o do poder situado na ordem da liberdade e da justiça²⁰².

Só por essa postura o poder evidenciaria o erro contido na confusão da ideia de governo mínimo com o ideal dum governo livre. Este era totalmente legítimo, correspondendo à aspiração de estabelecer entre a sociedade e o poder a sua relação natural, ao fazer corresponder o poder de direito ao poder de facto²⁰³. Aquela era aberrante, pois supunha a subversão dos papéis do dirigente e do dirigido²⁰⁴, e a abolição da hierarquia que subjazia a existência do poder²⁰⁵. O poder concretizava-se na acção, e mesmo a aspiração da sociedade se libertar duma excessiva intervenção do poder, carecia paradoxalmente duma intensa actividade governativa²⁰⁶. Uma sociedade revista no governo que a comandava, exigiria que agisse: «C'est en lui qui vient se résumer et se manifester la vie sociale; c'est à lui qu'appartient et qu'écheoit naturellement l'initiative de tout ce qui est objet d'intérêt public ou occasion de mouvement générale»²⁰⁷. Apoiar essa tarefa nos interesses conservadores da nova ordem, era promover a elevação do homem e da sociedade²⁰⁸, conformando a acção à razão, e dar uma prova de bom senso político²⁰⁹.

²⁰¹ «La vérité n'a point de moyens de gouvernement qui soient bons à qui n'est pas dans la vérité» (idem, p. 132)

²⁰² «Soyez juste, sage, ferme et ne vous inquiétez de rien – Le pouvoir n'est pas libre d'être ainsi excellente à lui tout seul. Il ne fait pas la société, il la trouve» (idem, p. 105).

²⁰³ «Système admirable, car il est conforme à la vérité des choses, car il résout le problème de l'alliance du pouvoir avec la liberté; d'une part, en n'accordant le pouvoir qu'à la supériorité, de l'autre, en imposant à la supériorité la loi de se prouver elle-même, de se faire constamment accepter» (idem, p. 126).

²⁰⁴ «Les contraires ne se laissent point accorder; on ne peut commander et suivre, gouverner et obéir, agir en chef et penser en serviteur. Quand le pouvoir n'a plus le sentiment de son droit, quand la société n'a plus celui du droit du pouvoir, le pouvoir a cessé d'être; la société et lui se sont séparées» (idem, 128).

²⁰⁵ «Des chefs de la société qui ne sont rien! Des magistrats posés çà et là comme des machines, pour intervenir seulement à jour et heure fixes, dans des cases rares et réglées! Un gouvernement à peu près nul et cependant debout! Quelle chimère! et aussi quelle méprise sur les choses humaines et le cours de ce monde! Qu'on dirige toute cette théorie contre un pouvoir qu'on veut démolir, je le conçois; l'instrument est bon et d'un effet sûr. Mais qu'on prétende la prendre pour régler lorsqu'il s'agit de fonder un ordre nouveau, de constituer un pouvoir durable: l'erreur est bien grande» (idem, p. 129).

²⁰⁶ «La maxime laissez faire, laissez passer, est un de ces axiomes vagues, vrais ou faux, selon l'application qu'on en fait, et qui avertissent, mais ne guident point. M. Turgot la professait plus que personne; et dans sa courte administration, c'est le ministre qui a fait rendre le plus d'ordonnances, d'arrêts du conseil; qui s'est mis en rapport avec le plus grand nombre d'intérêts, et a fait de l'autorité le plus fréquente usage» (idem, 129-130).

²⁰⁷ Idem, p. 130-131.

²⁰⁸ «Ce qui lui manque c'est précisément d'être accompli. Elle est assez haut pour ne plus descendre, pas assez encore pour fournir à la société et au pouvoir cette véritable aristocratie d'ont l'un et l'autre ont besoin. Voyez l'ardeur avec laquelle les jeunes gens de cette classe se précipitent vers les études sérieuses, vers les professions qui procurent la considération, les nombreuses clientelles, et placent les hommes à la tête de l'ordre social. Emparez-vous de cette ardeur» (idem, p. 154)

²⁰⁹ «Je dis que la Raison la leur reconnaît aussi bien que la Charte, qu'elle leur appartient comme la force, et qu'ils ont aussi ce titre à devenir le

Pacificar as inquietações dos novos interesses²¹⁰, promovendo a paz social, garantindo a segurança da propriedade e efectivando as garantias à liberdade e à justiça enunciadas pela Carta. Certificar que ocupavam o pensamento do poder²¹¹. Envolvê-los na actividade do poder por via eleitoral e administrativa. Compreender a actividade governativa no universo dos seus interesses. Estes constituíam poderosos meios de governo à disponibilidade do poder.

Governar era a arte de agir sobre as massas e através dos indivíduos²¹². Quanto às primeiras consubstanciava-se em descobrir a verdade subjacente aos sentimentos, às ideias, às aspirações públicas, fundar sobre ela o governo como projecto e incentivar a sociedade, a também ela, descobri-la e revelá-la. Relativamente aos segundos, a arte estava em congregar as forças dispersas da sociedade, em conferir-lhes um sentimento de importância ao repartir com elas o poder, em ligá-las ao centro pela segurança de serem escutadas²¹³. Num sistema representativo, a arte de governar era toda ela mestria de transformar a liberdade em meio de governo, de habituar a sociedade ao uso da liberdade e de chamar os melhores filhos à convivência com o poder.

O governo nesse sentido podia ser pensado como a acção dos actores empenhados num projecto, sabendo que o êxito dependia de convencer a sociedade tratar-se do mais conforme à sua verdade, capaz de assegurá-la e dirigir-lhe as tendências utilizando os meios que tinha à disposição. Chefe natural dum partido, unia-se-lhe no destino. Essa postura de governo era partilhável, tanto pelo partido que era, pelo efectivo detentor do poder, o vencedor lutando por manter tal posição, quanto pelo que aspirava a sê-lo, que se opunha ao instituído, agindo para demonstrar a não legitimidade do partido do poder e reclamando a capacidade de devolver o poder ao direito de governar. Perspectiva de luta sem dúvida, mas de luta em

point d'appui du pouvoir. Qui ne voit en effet qu'il est voué pour sa nature, à se séparer des intérêts agressifs, à s'entourer des intérêts conservateurs? Il existe; sa place est au milieu de ce qui existe; il a besoin d'ordre; sa force est dans les défenseurs de l'ordre établi» (idem, p. 139).

²¹⁰ «Vous forcez des propriétaires à craindre l'influence de la propriété, des citoyens paisibles à se méfier de l'ordre, des amis de la liberté à douter qu'elle soit compatible avec la sûreté de la révolution, des négociants riches et actifs à ne pas jouir avec calme des avantages de la liberté et de la paix, des esprits éclairés à chercher, dans des déclamations vieilles, des garanties qu'elles n'ont jamais données, qu'elles donneront point, mais qu'ils demandent vainement aux réalités. Croyez-vous que tout cela leur plaise, que ce soit là leur pente naturelle où les poussent leurs intérêts et leurs véritables sentiments» (idem, p. 146).

²¹¹ «Ce que demandent les intérêts, c'est qu'on songe à eux quand il n'est pas question d'eux, qu'on s'occupe d'eux quand ils ne sont pas là: ils veulent être présent à la pensée du pouvoir qui ne leur parle point» (idem, p. 141).

²¹² Idem, p. 107.

²¹³ «Si donc vous voulez profiter de tous les moyens de gouvernement qui contiennent les supériorités et les influences individuelles, remettez-leur en réalité, une part du gouvernement. Ne faites pas du pouvoir ce que l'avare fait de l'or; ne l'entassez pas pour le laisser stérile. L'art de gouverner consiste, non à s'approprier en apparence toute la force, mais à employer toute celle qui existe; car la force existe par elle-même, et ne laisse point déplacer au gré de l'autorité» (idem, p. 182).

campo aberto que obrigava ao respeito mútuo, à consciência dos delicados equilíbrios que ditavam o jogo político, à transacção decorrente do reconhecimento da força dos oponentes.

Reportando à arquitectura do sistema esta ideia de governo subvertia a reflexão liberal clássica sobre a separação e equilíbrio de poderes²¹⁴, ao deslocar o foco da conflitualidade da demarcação das esferas do legislativo e do executivo para o confronto de projectos políticos²¹⁵. Perante ela passava a carecer de sentido as ideias quer do executivo como pouco mais que um executor e vigilante da ordenação jurídica emanada do legislativo, quer do corpo legislativo como constelação de individualidades respondendo pela vontade soberana dos eleitores.

Clara e assumidamente inspirada na experiência inglesa, apontava para a ideia de governo parlamentar, que entre os problemas que solucionava, o menos importante não seria o da legitimidade do poder executivo. Na situação constitucional do cartismo, que instituía um regime reconhecendo duas fontes de legitimação dos governantes, a eleição e o direito hereditariamente transmitido; no caso que de momento nos interessa a câmara electiva e o rei, a posição do executivo encontrava-se marcada pela ambiguidade, já que não podia autonomamente reclamar qualquer das fontes. Nomeado pelo rei, cuja irresponsabilidade ficava salvaguardada, os elementos que o constituíam eram eles próprios apontados como responsáveis, sem que ao longo da Restauração fosse esclarecido em que consistia essa responsabilidade²¹⁶. Transformar essa aparente fragilidade de partida numa força, subjazia à ideia expressa por Guizot. Através dela o ministério era elevado a actor principal da monarquia representativa. No jogo de conquista de confiança que a representação supunha, o ministério tinha de provar-se o campeão, servindo de ponte entre duas legitimidades potencialmente conflituais, sem perder de vista que o último juiz de qualquer delas era a sociedade por intermédio da opinião pública reconhecida.

Tal posicionamento implicava uma leitura aprofundada da configuração dos poderes

²¹⁴ «Comment s'établira l'harmonie entre des pouvoirs séparés ? C'est là le problème fondamental du gouvernement libre» (François GUIZOT, «Trois générations», *op. cit.*, p. LXXI)

²¹⁵ Tal como abria caminho à reflexão que Guizot posteriormente efectuaria, já no âmbito da monarquia de Julho, sobre a figura régia numa monarquia constitucional, questão que trataremos mais adiante.

²¹⁶ Para este assunto ver Pierre ROSANVALLON, *La monarchie impossible: les Chartes de 1814 et de 1830*, p. 72 e ss. Segundo este autor «La notion parlementaire de responsabilité politique n'est pas encore précise dans son esprit, comme en témoigne sa difficulté de dissocier sanction juridique et perte de confiance dans la vie parlementaire» (p. 87). Prova de que esta questão não foi resolvida na Restauração é o facto de nunca um ministério ter caído devido a um voto de desconfiança, permanecendo a formação ministerial presa a uma leitura estrita da prerrogativa régia (p. 88).

constitucionalmente instituídos. Isto é, implicava um ministério coeso e politicamente responsável perante o parlamento, o que só era praticável se o gabinete reflectisse a maioria parlamentar, e se o próprio parlamento se organizasse em torno de partidos, ou blocos políticos, capazes de apoiar ou combater, de forma coesa e consistente, a acção governamental. Dela decorria uma revisão das próprias prerrogativas régias no que respeitava a formação do gabinete e a dissolução do parlamento, ao reportar a primeira ao respeito pelo sentido do voto nacional, e a segunda ao apelo do julgamento da acção dos governantes pela opinião pública. Indirectamente, embora, o ministério legitimava-se duplamente pelo sufrágio e pelo indigitamento régio.

Aparentemente a visão expressa em pouco ou nada avançava ao tom da discussão política que vinha decorrendo desde 1814 em França. E parecia mesmo vir dar razão aos Ultras, já que tinham sido estes os primeiros a defender o governo parlamentar como inerente à monarquia representativa contra a objecção liberal e, mesmo, do moderado grupo doutrinário. Facto que o próprio Guizot reconheceria²¹⁷ e que é explicável pelo contexto duma teorização pressionada por um crescente domínio da direita contra-revolucionária²¹⁸. A novidade introduzida por Guizot radicava na leitura histórico-sociológica da ideologia política e do processo de legitimação do poder. Permitia-lhe no plano conjuntural, denunciar a manobra contra-revolucionária e revelar a nação como uma imensa oposição silenciosa que não se revia nos poderes que a governavam. No plano teórico tornava possível tanto reconhecer o governo parlamentar como concretização da aspiração de fundar um governo livre, quanto ligar a sua viabilidade à ascensão política da classe média; e no plano estratégico apresentar a luta pela institucionalização dessa evidência como o projecto político duma oposição com aspirações a governar, apontando os meios que o regime disponibilizava para o concretizar.

O discurso político, filosófico, científico doutrinário destes anos foi o de quem tinha o conhecimento

²¹⁷ «Invoquant alors à chaque pas les maximes et les exemples de l'Angleterre, M. de Vitrolles établissait que les ministères, qu'il apellait une institution, devait avoir dans son sein une rigoureuse unité, avec la majorité des chambres une intime union, et dans la conduite des affaires une responsabilité réelle qui lui assurât, auprès de la couronne, la mesure nécessaire d'influence et de dignité. A ces trois conditions seulement le gouvernement pouvait être fort. Curieux souvenir à retrouver aujourd'hui! C'est par le plus intime confident de Monsieur Le Comte d'Artois, et pour faire monter au pouvoir le parti de l'ancien régime que le gouvernement parlementaire a été pour la première fois célébré et réclamé parmi nous, comme conséquence nécessaire du gouvernement représentatif» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. I, p. 137).

²¹⁸ Cf. Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 75 e ss. Entre os liberais, na altura Constant terá sido dos poucos a procurar retirar as consequências do regime (idem, 63), marcando, uma vez mais, a postura excêntrica no espectro político francês, assente na intransigente defesa dos direitos da opinião individual, paradoxal neste caso, se pensarmos que esta é irredutível à lógica da representação e da disciplina partidária.

objectivo de que o poder lhe estava no caminho e calmamente se preparava e preparava o país para o reconhecer. Referindo-se nas *Memórias* a esse tempo, Guizot confessava a pouca apetência pessoal pelo papel de oposição:

«J'ai peu de goût pour l'opposition, et plus j'ai avancé dans la vie, plus j'ai trouvé que c'était un rôle à la fois trop facile et trop périlleux. Il n'y faut pas un grand mérite pour réussir, et il y faut beaucoup de vertu pour résister aux entraînements du dehors et à ses propres fantaisies.... Une autre vérité commençait aussi dès lors à m'apparaître: dans nos sociétés modernes, quand la liberté s'y déploie, la lutte est trop inégale entre ceux qui gouvernent et ceux qui critiquent le gouvernement; aux uns, tout le fardeau et une responsabilité sans limites; on ne leur passe rien: aux autres, une entière liberté sans responsabilité; de leur part, on accepte ou l'on tolère tout»²¹⁹.

Tendo o poder por vocação e por projecto o retirar de todas as consequências do regime criado pela Carta, sabendo que a sua viabilidade passava por convencer a burguesia do interesse e necessidade de assumir a responsabilidade dum poder destinado a imergir na sociedade, a oposição ao governo, ao abrigo do quadro constitucional, podia reclamar um papel activo na construção da sociedade civil e da vida política.

«La France n'avait connu la liberté politique que par les révolutions et l'ordre que par le despotisme; leur harmonie paraissait une chimère. J'entrepris d'établir, non-seulement que cette chimère des grands cœurs pouvait devenir une réalité, mais qu'il dépendait de nous de la réaliser, car le régime fondé par la Charte contenait, et contenait seul, pour nous les moyens essentiels de gouvernement régulier et d'opposition efficace que pouvaient souhaiter les sincères amis du pouvoir. Mon ouvrage *Des Moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France*, publié en 1821, fut tout entier consacré à ce dessein... C'était mon ardente préoccupation d'élever la politique hors de l'ornière révolutionnaire, et de faire pénétrer au sein du régime constitutionnel des idées de légale et forte conservation»²²⁰.

²¹⁹ François GUIZOT, *Mémoires...*, t. I, p. 300

²²⁰ idem, p. 301-302.

2. CONSERVAR A REVOLUÇÃO

2.1. A última revolução

«J'entre dans l'époque où j'ai touché de près, et avec quelque puissance, aux affaires de mon pays. Si j'étais sorti de l'arène comme un vaincu renversé et mis hors de combat par ses vainqueurs, je ne tenterais pas de parler aujourd'hui des luttes que j'ai soutenus. Mais la catastrophe qui m'a frappé et brisé a tout frappé et brisé autour de moi, les rois comme leurs conseillers, mes adversaires comme moi-même. Acteurs de ce temps, nous sommes tous des vaincus du même jour, les naufragés de la même tempête»²²¹

Um inevitável embaraço perpassa as recordações de Guizot sobre a Revolução de Julho. Embaraço pelo próprio facto do acontecimento revolucionário, fazendo renascer as esperanças democráticas e por momentos devolvendo à rua o poder de pressionar os políticos. Embaraço pela incapacidade destes, enquanto oposição legal, evitarem que a ruptura com Carlos X questionasse o regime, mais uma vez confirmando o pendor radical francês. Enfim, embaraço pelas ambiguidades que legou ao novo regime.

A cadeia dos acontecimentos parcialmente frustrara os objectivos doutrinários ao promover em 1827 a criação da sociedade *Aide-toi le ciel t'aiderá*, encabeçando a oposição à crescente protecção de Carlos X à contra-revolução. No quadro da estratégia política defendida pelo grupo a constituição da sociedade, sob a presidência de Guizot, apresenta-se coerente. Surgida por ocasião das eleições desse ano, organizara a oposição moderada e de esquerda apresentando-a capaz de construir uma alternativa política coerente. Ao mesmo tempo pretendia desencadear o processo de comprometimento da burguesia nessa acção. O nome da sociedade, que em si constituía um mote, traduzia o apelo ao eleitorado para em massa ocorrer às urnas, fazendo uso dos direitos legais²²². A sociedade conseguira garantir duas significativas vitórias à oposição liberal, mas no plano mediato careceu de tempo para alargar a consciencialização política da burguesia, e no imediato foi incapaz de pressionar a conformação de Carlos X à monarquia liberal. A imprevisível revolução eclodira, decorrente do desafio à constituição lançado pelo rei com a publicação das ordenações, e se bem

²²¹ François GUIZOT, *Mémoires...* t. II, p. 1-2.

²²² Pierre Rosanvallon vê na organização desta sociedade uma pré-figuração do moderno partido político: «La société Aide-toi, le ciel t'aiderá, préfigure le parti moderne: organisation des électeurs et pas seulement des élus, financement autonome, structure développée sur l'ensemble du territoire, système d'association volontaire et public» (Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 219). Se no plano organizativo concordamos com o Rosanvallon, há uma ressalva a fazer, reportando ela ao carácter frentista da sociedade, abrigando sensibilidades com significativas diferenças de fundo, o que dificilmente permitiria converter a aproximação circunstancial num programa político comum. O próprio Guizot parece avançar com esta ideia quando, ao citar o elogio de Béranger à sociedade, comenta: «La cause de M. Béranger et la nôtre étaient très-différentes: laquelle des deux profiterait le plus des services électoraux rendus par la société Aide-toi, le ciel t'aider? C'était du roi

que tivesse os doutrinários entre os protagonistas, o seu envolvimento afirmava-se ensombrado pela angústia da queda da Restauração e, principalmente, pela preocupação de conter o curso dos acontecimentos²²³.

O consenso reunido em torno da elevação ao trono do duque de Orleães, assegurara a manutenção do regime monárquico constitucional, mas não erradicara o espírito republicano que acompanhara as jornadas de Julho²²⁴, nele confundindo as reivindicações da liberdade e da democracia. Esse espírito estava certamente presente na ideia, largamente defendida, da Carta de 1830 como uma constituição nova, que, sufragada pela revolução, consagrava uma quase república, porque no mesmo passo que instituía o regime monárquico o rodeava de instituições republicanas. As divergências de fundo da família liberal surgiam, desde o primeiro momento, objectivadas nas diferentes interpretações da revolução, tendo o debate constituinte substanciado alguns pontos fulcrais, que se mostrariam recorrentes ao longo da Monarquia de Julho. Conseguindo impedir a eleição duma assembleia constituinte, os moderados apressaram o fim do ciclo revolucionário²²⁵ e frustraram a expectativa dum regime nascido do sufrágio nacional²²⁶, mas de modo algum evitaram importantes concessões à esquerda.

A esta altura Guizot reportava o nascimento da resistência²²⁷, atitude dum grupo de políticos da constelação doutrinária que, em coerência com o discurso sustentado durante a Restauração, propunha consagrar a França nova, reconciliá-la com os legítimos interesses sobreviventes da velha sociedade e lutar contra o avanço do radicalismo democrático. Por esta acção constituíam-se em vanguarda dum partido conservador, vocacionado a ser o partido do governo na nova ordem. Parto que vimos gizado no discurso vintista, mas que, na coerência dum pensamento expresso na acção, carecia de contexto que o aprofundasse. Retomando a ideia de progresso, negava à mudança revolucionária um valor intrínseco, mas simplesmente circunstancial aos valores que transportava e aos caminhos que abria à sua consagração. À mudança havia

Charles X que devait bientôt dépendre la solution de cette question» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. I, p. 328)

²²³ «Quelques esprits sensés et fermes, entre autres, M. Casimir Périer et le général Sebastiani, essayaient de résister et se montraient résolus à ne pas devenir des révolutionnaires, même en faisant une révolution» (idem, t. II, p. 7)

²²⁴ simbolicamente consagrado na cena de La Fayette e Luis Filipe na varanda do Hôtel de Ville

²²⁵ «Sur un seul point, notre succès fut complet; nous réussîmes à écarter toute lenteur, tout vain débat: en deux séances, la Charte fut modifiée; en huit jours la révolution fut close et le gouvernement établi» (idem, p. 23).

²²⁶ «Bien de gens voulaient que cette révision fût lente, soumise à des débats solennels, et qu'il en sortît une Constitution toute nouvelle qu'on aurait appelée l'oeuvre de la volonté nationale... on voulait introduire dans la nouvelle de nombreux changements, tous favorables à la brusque extension des libertés populaires et à la domination exclusive de l'esprit démocratique» (idem, p. 22)

²²⁷ contra a política do *Laissez-faire*, como Guizot definia a atitude do grupo disposto à negociação com as vozes que reclamavam mudanças mais profundas no regime.

que conferir um sentido mais complexo, conforme aos males que pretendia curar. Numa situação em que os valores da revolução estavam legalmente garantidos, a mudança podia tão simplesmente significar o abandono do espírito revolucionário²²⁸, por incompatível com o governo do adquirido.

Num discurso proferido em 1830 na Câmara dos deputados, Guizot, então ministro do interior, identificava essa necessidade de mudança da sociedade pós-revolucionária: «La France désire l'amélioration, le progrès, mais une amélioration tranquile, un progrès régulier. Satisfaite du régime qu'elle vient de conquérir, elle aspire avant tout à le conserver, à le consolider. Elle veut jouir sa victoire, et non entreprendre de nouvelles luttas. Elle saura bien mettre elle-même le temps à profit pour perfectionner ses institutions, et elle regarderait tout tentative désordonnée comme une atteinte à ses droits aussi bien qu'à son repos. Ce repos, messieurs, le gouvernement, fort de ses droits e du concours des Chambres, saura le maintenir, et il sait qu'en le maintenant il fera prévaloir le voeu national»²²⁹.

Cumprindo a promessa que a Restauração não soubera concretizar, Julho significava duplamente o fecho da revolução, por assegurar os valores de 1789 separando-os do espírito revolucionário, e por, enquanto acontecimento, reclamar a reposição da ordem constitucional violada²³⁰. Relativamente aos fins simples que normalmente caracterizavam as revoluções, sendo feitas em nome da liberdade ou da ordem, a revolução de Julho distinguia-se pela complexidade, «elle avait à la fois les libertés publiques à attendre et le gouvernement à fonder»²³¹

Sublinhar uma linha de continuidade entre as esperanças abertas pela Restauração e a Monarquia de Julho, servia esta postura pós-revolucionária. Mais profundamente, correspondia, na perspectiva de Guizot, à afirmação de que o articulado da Carta de 1814, longe de esgotado, era suficiente à criação dum governo

²²⁸ «Le progrès ne consiste pas à marcher aveuglement et toujours dans la même sens, dans la même voie; le véritable progrès pour la société, c'est d'obtenir ce qui lui manque; quand la société est tombée dans la licence, le progrès, c'est de retourner vers l'ordre; quand on abuse de certaines idées, le progrès, c'est de revenir de l'abus qu'on en a fait. Je ne médis point notre passé; oui, nous avons fait des révolutions, des révolutions inévitables, nécessaires, glorieuses; mais après quarante ans de révolution, après tant et de telles explosions de principes, des habitudes, des pratiques révolutionnaires, ce dont notre France a besoin c'est de s'établir, de s'affirmer sur le terrain qu'elle a conquis, de s'éclaircir, de s'organiser, de retrouver les principes de l'ordre et de conservation qu'elle a long temps perdus». (idem, t. IV, p. 123-124)

²²⁹ idem, t. II, p. 384

²³⁰ «L'argumentation historique de Guizot vise parallèlement à épurer l'événement, à le dépouiller de sa matérialité (l'insurrection) pour le sublimer dans sa signification (achever 1789). 1830 devient dans ces conditions l'avènement d'un sens presque extérieur aux acteurs. Les journées de Juillet sont déchargées du spectre de souveraineté du peuple qu'elles pouvaient véhiculer. «Nous n'avons pas la prétention d'avoir fait le gouvernement de Juillet, dira-t-il; il a été fait par une puissance bien supérieure à la nôtre et à celle des hommes; il a été fait par un arrêt de la Providence, exécuté par les bras du peuple français». La révolution de Juillet devient un quasi-événement, réunissant le double caractère d'être rupture et continuité en même temps, accident et nécessité à la fois» (Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 272)

²³¹ François GUIZOT, «Trois générations», *op. cit.*, p. CVII

livre, com a vantagem, sobre a Carta de 1830, de estar instituído e de oferecer mais claras garantias à monarquia²³². As memórias deste político evidenciam que não só sentia a revisão constitucional desnecessária²³³, como considerava geralmente negativas as alterações efectuadas, por prematuras ou essencialmente más.

A política de resistência iniciada no combate pela manutenção da Carta de 1814 com alterações mínimas, num segundo momento, reportara a interpretação da Carta de 1830 na continuidade da primeira, especificando as características políticas do regime que confirmara. Na acção governativa, o desafio radicava na instituição dum governo parlamentar, trabalhando para a afirmação da sociedade pós-revolucionária, sem concessões à “anarquia democrática”. A vocação conservadora do governo ganhava em conteúdo teórico, precisando-se na medida em que crescia o sentimento de conquista do fim da história, isto é, da institucionalização dos valores mobilizadores do progresso, anacronizando a ruptura revolucionária. A consciência do carácter reversível desta conquista, que não precisou esperar pela queda do regime para nascer, empolgava a responsabilidade conservadora do governo e apelava a uma actividade de incessante promoção do seu enraizamento na sociedade.

No discurso de 1830 que acima citámos, Guizot claramente enunciava esse programa que comprometia numa mesma causa governo e sociedade, fundando-o nos contornos da recente revolução:

«C'est dans ce caractère de l'événement au sein duquel il est né, et des espérances dont la France est animée, que le gouvernement trouve la règle de sa conduite. Il se sent appelé à puiser sa force dans les institutions qui garantissent la liberté du pays, à maintenir l'ordre légal en améliorant progressivement les lois, à seconder sans crainte, au sein de la paix publique fortement protégée, le développement de toutes les facultés, l'exercice de tous les droits. Telle est, à ses yeux, la politique qui doit faire porter à notre révolution tous ses fruits. Pour la réaliser, une première tâche lui était imposée. Il fallait prendre partout possession du pouvoir et le remettre à des hommes capables d'affermir le triomphe de la cause nationale. Grâce aux

²³² «Nous maintenmes la Charte comme la constitution préexistante et permanent du pays; mais nous n'empêchâmes pas qu'on se donnât la puérile satisfaction de l'intituler Charte de 1830, comme si une constitution de seize ans avait besoin d'être rajeunie» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. II, p. 23).

²³³ «La complète fixité de la Charte, proclamée le lendemain de la Révolution, eût certainement beaucoup mieux valu, pour les libertés comme pour le repos du pays. Mais personne n'eût la proposer» (idem, *ibidem*).

conquêtes de 1789, l'état social de la France a été régénéré; grâce à la victoire de 1830, ses institutions politiques ont reçu en un jour les principales réformes dont elles avaient besoin. Une administration partout en harmonie avec l'état social et la Charte, une constante application des principes consacrés sans retour, tel est aujourd'hui le besoin pressant, le vœu unanime du pays»²³⁴.

2. 2. A sociedade e o poder na construção da verdade: a Monarquia de Julho e o Partido Conservador

«C'est un régime qui anime et contient à la fois les hommes engagés dans les affaires publiques, et qui les oblige à déployer tout ce qu'ils sont et tout ce qu'ils valent, dans les limites de ce qu'ils doivent et peuvent réellement exécuter»²³⁵

Retomemos a ideia de regime que temos avançado, para precisar as reflexões de Guizot sobre a sua arquitectura e dinâmica, bem como a forma como fundamentou a pertinência do governo misto no encontro entre a história e a razão. Na Monarquia de Julho, a tensão política equacionada, secundarizava a luta entre a nova e a antiga sociedade para se focar na relação do poder instituído com a sociedade. Regime potencialmente definitivo ou de passagem, são imagens que em grande medida exprimem o confronto.

Na óptica desta luta de ideias insere-se a insistência de Guizot no casamento entre a monarquia e o parlamentarismo, apresentando-o com aspiração à permanência, e não como transição para a monarquia pura ou para a república. À ideia de que a opção monárquica se justificava pelo estado social francês²³⁶, juntava o potencial projectivo, fundado na afirmação histórica da superior racionalidade do princípio monárquico²³⁷. Afirmação concretizada na expansão quase universal e no sucesso com que se adaptara aos mais diversificados contextos históricos, acompanhando com particular persistência o progresso da humanidade.

²³⁴ Idem, p. 374.

²³⁵ François GUIZOT, «Trois générations...», *op. cit.*, p. CXI

²³⁶ «C'est une grande forme de gouvernement, qui répond à des grands côtés de la nature humaine, et qui peut se trouver en harmonie avec la situation, les antécédents et les tendances de telle ou telle époque, de telle ou telle nation.... Comme la République aux États-Unis en 1776, la monarchie est de nous jours, en France, le gouvernement naturel et vrai, le plus favorable à la liberté comme à la paix publique, le plus propre à développer les forces légitimes et salutaires comme à réprimer les forces perverses et destructives de notre société» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. II, p. 25-26).

²³⁷ «Je suis profondément convaincu, d'une part, que la République n'est point, en principe, le plus rationnel et le plus naturel des gouvernements, d'autre part, qu'elle est de tous les gouvernements le plus difficile à pratiquer, et en outre que, par une multitude de causes sociales, morales, historiques, géographiques, elle ne convient nullement à la France» (François GUIZOT, «Trois générations», *op. cit.*, p. XCI)

Na economia de meios própria à natureza do progresso civilizacional²³⁸, o sucesso do princípio monárquico reportava ao elevado capital de legitimidade reconhecida, acumulado na relação de sucessivas dinastias monárquicas com a sociedade.

Consagrar o governo misto através da monarquia constitucional, significava reconhecer a paralela validade histórica e racional dos princípios monárquico e electivo, da capacidade historicamente reconhecida e da socialmente afirmada. E, ainda, que nenhum princípio, indivíduo ou grupo podia por direito arrogar o monopólio da legitimidade, estando os seus portadores obrigados pela acção a confirmar a confiança de que eram depositários. Sendo o mais adequado a responder às ansiedades da contemporaneidade, a própria natureza o impulsionava ao respeito pelas liberdades e direitos de todos, à promoção controlada do progresso e ao investimento na estabilidade governativa.

A monarquia constitucional, apesar de todas as pontes de diálogo que construía, não era confundível com a república ou passível de ser encarada como sua antecâmara²³⁹. A batalha por desligar do princípio electivo a elevação de Luís Filipe ao trono mostrava-se pois fulcral ao grupo político que, com Guizot, pretendia estabelecer como primeira característica do governo misto a consagração de duas fontes de legitimidade essencialmente diversas. A manutenção do regime que a Carta de 1814 consagrara, após uma revolução que a evocara, passava pela afirmação dos processos próprios à monarquia.

A polémica foi ilustrada por Guizot através do debate parlamentar que sustentou com Dupin em 1834: «Ce fut dans ce débat que se produisit en termes formels le dissentiment tant de fois rappelé entre ma définition de l'appel de M. le duc d'Orléans au trône en 1830, *parce que Bourbon*, et celle de M. Dupin, *quoique Bourbon*: dissentiment un peu puéril en apparence, car les deux assertions étaient vraies; si M. le duc d'Orléans n'eût pas été prince et Bourbon, personne n'eût pensé à lui; et s'il eût été un autre Bourbon, un Bourbon engagé dans la cause de l'ancien régime, le prince de Condé, par exemple, personne n'eût voulu de lui. Mais malgré la vanité de son motif apparent, la dissidence était sérieuse et caractérisait deux politiques très diverses; où je voyais un roi nécessaire et la charte maintenue en même temps que modifiée,

²³⁸ cf. *supra* p. 28

²³⁹ «Il y avait autant de légèreté que de confusion dans les idées à parler sans cesse d'un trône entouré d'institutions républicaines comme de la

M. Dupin voyait «un roi élu et une charte faite par vous, disait-il à la Chambre, et imposée par la nation à la royauté». Je réclamaï, au profit de l'établissement de 1830, les traditions monarchiques; M. Dupin lui donnait la révolution pour unique berceau»²⁴⁰.

Sendo verdade que só o filho de Filipe *Égalité* apresentava o perfil próprio para fundar a nova dinastia, se não fosse um Bourbon ninguém o recordaria. Luís Filipe simbolizava o retomar da tradição monárquica constitucional criada por Luís XVIII e violada por Carlos X, e não a invenção duma realza à medida da revolução que, a qualquer momento, o poderia despromover.

Como sobressai na citação, o debate sobre a monarquia enlaça com o debate constituinte. A recusa de sufragar em 1830 uma assembleia constituinte servira as circunstâncias vividas mas, sobretudo, fora coerente com o princípio cartista, o único a respeitar o monárquico hereditário²⁴¹. Para além disso, ao depositar a resolução do problema constitucional nas mãos dos deputados eleitos antes da revolução, impedidos por Carlos X de constituir a assembleia, reforçara a ideia de continuidade e de reposição da ordem legal, e remetera para o poder constituído a inteligência das aspirações e interesses da nação²⁴². O que tornava tão interessante a ideia cartista era precisamente o facto de retirar a constituição política do sufrágio, colocando-a a salvo das facções e sem um momento constituinte demarcado do constituído, sendo para a acção política que encaminhava o princípio electivo. Respeitava o princípio monárquico, salvava o regime da conexão revolucionária e obrigava a vida política ao encontro com a sociedade.

Sendo esta a vitória de momento, nem por isso a ideia de uma constituição nova e da consagração dum rei quase eleito fora vencida. Decorrente do texto constitucional, a mudança mais grave apontada por

meilleure des républiques. Des institutions libres ne sont point des institutions républicaines.... on les compromet autant qu'on les dénature quand on prétend les assimiler» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. II, p. 26).

²⁴⁰ Idem, t. III, p. 222-223.

²⁴¹ «Nous ne choisissons point un Roi; nous traitons avec un prince que nous trouvions à côté du trône et que pouvait seul, en y montant, garantir notre droit public et nous garantir des révolutions. L'appel au suffrage populaire.... il eût mis l'élection à la place de la nécessité et du contrat. C'eût été le principe républicain profitant de l'échec que le principe monarchique venait de subir pour l'expulser complètement et prendre, encore sous un nom royal, possession du pays» (Idem, t. II, p. 26-27). Mais adiante Guizot reforçava a ideia de contrato entre duas forças, sem que nenhuma pudesse arrogar a soberania: «En présence de l'anarchie imminente, un tel contrat peut devenir une bonne base de gouvernement, et de gouvernement libre, car il a lieu entre des forces réellement distinctes l'une de l'autre, et il admet des droits et des devoirs mutuels sans que, ni à l'un ni à l'autre des contractants, il suppose ou confère la souveraineté. Il ne faut jamais se lasser de le répéter, pour rabattre et retenir à son juste niveau l'orgueil humain: Dieu seul est souverain, et personne ici-bas n'est Dieu, pas plus les peuples que les rois. Et la volonté des peuples ne suffit pas à faire des rois; il faut que celui qui devient roi porte en lui-même et apporte en dot, au pays qui l'épouse, quelques-uns des caractères naturels et indépendants de la royauté» (idem, p. 236-237).

²⁴² «L'adhésion de la France, en 1830, au gouvernement nouveau, fut parfaitement libre, générale et sincère; elle était beaucoup plus pressée de le voir établi que jalouse de le voter expressément, et nous obéîmes à son véritable désir comme à son intérêt bien entendu en mettant, sans complication ni délai, une prompte fin à la Révolution et un pouvoir régulier à la tête du pays» (idem, p. 24-25).

Guizot, reportava-se à abolição do pariatto hereditário. Para o campeão da aristocracia do mérito²⁴³, esta resolução desde logo se apresentara como um erro circunstancial e de princípio. Terem, os adeptos da política de resistência, conseguido remeter a decisão para uma lei não constitucional, de pouco valera a uma causa à partida perdida.

Uma vez garantido o predomínio político burguês e desaparecida a fonte da inquietação perante a aristocracia, o reconhecimento político do princípio que sustentava esta classe, teria incentivado o duplo desígnio de pacificação e aproximação destas elites, de cuja união só poderia aproveitar a ordem e a resistência ao espírito revolucionário²⁴⁴. No plano dos princípios, o pariatto hereditário confirmaria o carácter misto da monarquia constitucional²⁴⁵ e revelar-se-ia uma importante mais valia para o regime²⁴⁶.

A monarquia constitucional, era um regime eclético por extrair um princípio superador das fontes contrárias e concorrentes em que se alimentava, sendo este a unidade do governo misto. Como tal, era o único a ler na história a mensagem que a razão nela imprimira, podendo nele o conservadorismo reclamar-se paladino do encontro da liberdade com a razão²⁴⁷.

Sustentar o princípio hereditário equivalia a apostar no sucesso do governo misto, forma de governo livre, como única possibilidade de estabilização da história. Defender que a esse princípio estava reservado um papel activo na acção governativa, significava combater a versão republicanizada do regime. Nos sete volumes que Guizot reservou nas memórias à Monarquia de Julho, ressalta a preocupação de sublinhar a relação de mútuo respeito existente entre Luís Filipe e o seu ministro mais emblemático, como expressão prática do lugar reservado à personalidade régia no concerto de poderes que caracterizava o governo misto.

²⁴³ «Nous siégeons dans la Chambre des députés, M. Royer-Collard, M. Thiers et moi, tous trois représentants, avec des principes et à des degrés divers, du régime monarchique constitutionnel, et tous trois bourgeois. Nous soufimes tous trois l'hérédité de la pairie, également convaincus tous trois de son importance pour le succès du gouvernement que nous tentions de fonder» (idem, p. 229)

²⁴⁴ «Que les anciennes et les nouvelles influences sociales, que des gentilshommes et des bourgeois se mêlent dans la Chambre héréditaire comme dans la Chambre élective, un peu plus tôt ou un peu plus tard la paix s'y fera entre eux, et la paix entre eux, c'est la fin de la révolution. En 1814 la Charte avait commencé cette œuvre; en 1830, le nouveau parti monarchique, vainqueur dans la lutte, pouvait l'accomplir: il pouvait, avec dignité et sans péril, offrir à l'ancien parti monarchique, dans la Chambre héréditaire, une situation que, dignement aussi, celui-ci pouvait accepter» (idem, p. 228)

²⁴⁵ «Les grands pouvoirs politiques ne naissent qu'à deux sources, l'élection ou l'hérédité; hors de là, il n'y a que des magistratures. La monarchie représentative peut combiner et faire agir ensemble ces deux principes: c'est surtout par-là, et à ce prix, qu'elle est un gouvernement excellent, qui donne à tous les intérêts sociaux, aux intérêts civils comme aux intérêts politiques, à la famille comme à l'État, à la liberté comme au pouvoir, les meilleurs gages de force et de sécurité» (idem, p. 226-227, subl. nosso).

²⁴⁶ «Une garantie à la fois de stabilité et de liberté, une école de gouvernement légal et d'opposition tempérée» (idem, p. 226).

²⁴⁷ «La règle fondamentale de toute bonne organisation politique, qui est de mettre les lois que font les hommes en harmonie avec les lois providentielles que Dieu a établies sur les sociétés humaines, et d'assurer, à chacun des grands principes qui gouvernent le monde, sa part dans le gouvernement des nations. Or l'hérédité est évidemment l'un de ces principes; elle joue, dans la vie sociale de l'humanité, un rôle si important que tout État qui ne sait pas, sous telle ou telle forme, par telle ou telle institution, en tenir suffisamment compte, demeure incomplètement constitué, et porte dans son sein des germes de désordre et de fragilité qui ne manquent jamais de se développer» (Idem, p. 227).

A citação de Luís Filipe – «Le mal, c'est que tout le monde veut être chef d'orchestre, tandis que, dans notre constitution, il faut que chacun fasse sa partie et s'en contente. Je fais ma partie de roi; que mes ministres fassent la leur comme ministres; si nous savons jouer, nous nous mettrons d'accord»²⁴⁸ –, esta citação, dizíamos, servia a um tempo para desdramatizar o carácter da relação entre o rei e o ministério constitucional, e para enquadrar a refutação da máxima, defendida entre os herdeiros das teses constantianas sobre o poder moderador, de que “o rei reina mas não governa”.

Pretender remeter a inviolabilidade para a consagração da acefalia régia era um atentado à pessoa humana e um insulto ao poder monárquico²⁴⁹. Sujeito de direitos e deveres como qualquer homem, como instituição, o rei, mais do que direito, tinha o dever de governar, em sintonia com os outros poderes públicos e dentro dos limites consagrados na Carta. Num discurso, pronunciado em 1846 perante a câmara dos deputados²⁵⁰, Guizot rejeitava a acusação de que um inconstitucional gosto de Luís Filipe pelo exercício do poder, encontrava abrigo na excessiva submissão do ministério à sua vontade. E fazia-o, precisamente, recordando que se estava a falar de um homem em plena posse das capacidades de sentir e reflectir, ao qual fora pedido que se sentasse na cadeira da chefia do estado.

«Le trône n'est pas un fauteuil auquel on a mis une clef pour que personne ne puisse s'y asseoir, et uniquement pour prévenir l'usurpation.... il faut que nous ayons pour la couronne, comme nous demandons à la couronne de l'avoir pour nous ce respect de croire qu'elle est porté par un être intelligent et libre avec lequel nous traitons, et non par une pure machine inerte, vaine, faite pour occuper une place que d'autres prendraient si elle n'y était pas»²⁵¹.

O governo misto implicava o concerto dos três poderes que o constituíam, o rei, as câmaras e o ministério, no qual o último, e não o primeiro, exercia uma função activamente moderadora, enquanto intermediário e gestor das relações dos parceiros cuja natureza e funções colocava face a face. Entre as

²⁴⁸ Idem, p. 186

²⁴⁹ «Que des partisans de la monarchie constitutionnelle prétendent que la maxime *le roi ne peut mal faire* signifie *le roi ne peut faire rien*, et que l'inviolabilité royale entraîne la nullité royale, c'est un étrange oubli de la dignité comme de la liberté morale de la personne humaine, même placé sur un trône et entourée des conseillers, qui répondent de ses actes, soit qu'ils les lui aient inspirés, soit qu'ils aient accepté de sa volonté» (idem, t. VIII, p. 85).

²⁵⁰ Guizot conferiu-lhe tal importância que o reproduziu, com pequenas variantes, em duas passagens das memórias (t. II, p. 184-185; t. VIII, p. 84-85). Para citar seguimos a versão do t. II.

²⁵¹ Idem, t. II, p. 184

câmaras de cujo apoio maioritário dependia e o rei cuja decisão final tinha de aceitar ou rejeitar retirando-se, parte significativa do trabalho ministerial reportava à sondagem, explicação e esforço de aproximação dessas sensibilidades diversas, de tal modo que a decisão reflectisse uma opinião por todos reconhecida e não melindrasse a influência por todos reclamada²⁵². Num governo de sacrifícios mútuos, que só poderiam ser significativos se os actores soubessem o que estavam a sacrificar, esta actividade posicionava o ministério como verdadeiro centro do poder, sem que pudesse arrogar o estrelado.

«Je me regarde, à titre de conseiller de la Couronne, comme chargé d'établir l'accord entre les grands pouvoirs publics, non pas d'assurer la prépondérance de tel ou tel de ces pouvoirs sur les autres.... amener ces pouvoirs divers à une pensée et à une conduite communes, à l'unité par l'harmonie, voilà la mission des ministres du Roi dans un pays libre; voilà le gouvernement constitutionnel: non-seulement le seul vrai, le seul légal, mais aussi le seul digne»²⁵³.

Sendo este o verdadeiro sentido da inviolabilidade régia e da responsabilidade ministerial, implicava que o ministério fosse portador dum programa de governo enunciado e que a sua formação fosse da confiança da maioria parlamentar. Aprofundando a ideia de governo parlamentar, Guizot ligou-a à evolução do espectro partidário parlamentar após 1830 e a reflexões sobre os partidos naturais no teatro político dum regime livre. Na monarquia de Julho a consagração do governo parlamentar nem fora linear, nem se processara sem tensões, tendo a primeira década sido marcada por governos de perfil amiúde estranho ao parlamento, na formação dos quais sobressaíam sobretudo os juízos políticos de Luis Filipe.

Tal quadro muito devia a uma incipiente constituição partidária, como Guizot reconhecia. Neste campo germinava o salto para o partido moderno²⁵⁴, prevalecendo o modelo do partido como união informal de sensibilidades políticas e interesses comuns, muitas vezes estrategicamente construída e desfeita em sede

²⁵² «Le devoir des conseillers de la couronne, c'est de faire prévaloir auprès d'elle les mêmes idées, les mêmes mesures, la même politique qu'ils veulent et peuvent faire prévaloir dans les Chambres» (idem, *ibidem*). Notemos que Guizot opta por uma terminologia tradicional para se reportar à relação entre o ministério e o rei, como forma de reforçar o facto da deliberação final ancorar neste e não naquele. Esta opção aplica-se igualmente ao uso do termo "súbdito", sendo explicada pelo político orleanista nos seguintes termos: «dans les républiques comme dans les monarchies, au sein des villes libres et commerçantes aussi bien que dans les châteaux des seigneurs terrains, ce mot exprimait simplement la relation du citoyen ou de l'habitant avec le pouvoir suprême de l'État.... Il serait choquant que ce pouvoir ne fût traité par ses subordonnés qu'avec la simple politesse que se témoignent entre eux des égaux; la vérité comme le bon ordre veulent autre chose, et ni la fierté, ni la liberté de l'honnête homme n'ont à en souffrir» (idem, t. II, p. 239-240).

²⁵³ Idem, p. 185.

²⁵⁴ No qual, na esteira de Rosanvallon (cf. supra p. 84, n. 227), destacamos as seguintes características: associação política com órgãos hierarquicamente organizados e territorialmente disseminados; com uma actividade que não se esgota na vida parlamentar; apelando a uma filiação formal miscigenadora do eleitor comprometido, do activista com aspirações políticas e do político profissional; e obrigando a uma

parlamentar e de existência tantas vezes justificada por chefes de fila concorrentes. A expressão “amigos políticos”, que Guizot gostava de empregar, reflectia o jogo de fidelidades inerente a este pulsar partidário.

Surge-nos que a dificuldade de estabelecer maiorias parlamentares estáveis em tais condições, associada ao facto de tornar impossível um sistema de eleição alternativo ao nominal, terá pesado na forma como se processou a passagem duma interpretação restrita da prerrogativa régia de nomear o ministério para a prática do governo parlamentar. Bem como terá sido decisiva na fecundidade com que, um pouco por toda a Europa liberal, o apelo a eleições para confirmar a legitimidade de governos constituídos à margem do parlamento, se casou com uma prática sucedida da fraude e do caciquismo eleitoral²⁵⁵.

No caso francês, de acordo com Guizot, uma revolta parlamentar levava Luís Filipe a definitivamente reconhecer a necessidade de vingar este modelo de governo. Revolta que em 1839 tomara a forma duma coalizão, para fazer cair o ministério Molé, da esquerda, centro esquerda e centro direita liberal, sob a liderança respectiva de Odilon Barrot, Thiers e Guizot²⁵⁶. Se a vida da coalizão fora efêmera, falhando a vaga ideia de criar um partido congregador da família monárquica liberal, e a vitória eleitoral garantira uma escassa e precária maioria²⁵⁷, o objectivo principal sucedera: após o revés de Molé, o próprio Luís Filipe pressionara o parlamento a criar condições para indicar um gabinete que pudesse apoiar²⁵⁸.

Com a maioria parlamentar partilhada pelo centro esquerda e centro direita, Guizot em breve beneficiava de tal clarificação política. Tendo servido o governo de Thiers desde 1839 como embaixador em Inglaterra, em Outubro de 1840 era nomeado ministro dos negócios estrangeiros dum gabinete presidido por Soult²⁵⁹. Justificado pela necessidade de evitar uma guerra eminente com a Inglaterra, posição que a direita parlamentar sustentava contra a crescente subida de tom das relações sob o governo de Thiers, o ministério

disciplina definida em função da necessidade de credibilizar uma acção consequente com um programa político comum.

²⁵⁵ Guizot, de resto, desvalorizava o impacto da fraude eleitoral, considerando que estas pequenas misérias que de parte a parte ocorriam (cf. *Mémoires...*, t. VII, p. 9-10, t. VIII, p. 33-34), em nada influíam a expressão dos sentimentos do país, num quadro político em que a ordem legal funcionava como garante da liberdade. Nesse sentido, discursou em 1846 respondendo às acusações da oposição: «Je ne suis pas, je crois, trop exigeant. Prenons-nous les uns les autres par nous bons côtés. Soyez sûrs que nos institutions, que notre pays, que cette Chambre, que tous, vous comme nous vous grandirez par cette pratique. Ne cherchez pas dans de petits incidents, dans de petites causes, la vraie explication de ce qui vient de se passer dans les élections dont cette Chambre est sortie. Laissez aux pays qui ne sont pas libres, laissez aux gouvernements absolus cette explication des grands résultats par les petites faiblesses et les petites hontes humaines» (idem, t. VIII, p. 33-34).

²⁵⁶ Os dois últimos chefes da dissidência doutrinária.

²⁵⁷ «Nous n'avions pas pressenti tout l'effet qui produiraient, sur beaucoup d'hommes sensés, honnêtes, amis de l'ordre et spectateurs plutôt qu'acteurs dans les luttes politiques, le rapprochement et l'alliance des partis qui se combattaient naguère, et dont les maximes, les traditions, les tendances restaient essentiellement diverses» (idem, t. IV, p. 292).

²⁵⁸ «Elle avait mis en lumière l'importance péremptoire de la Chambre des députés dans le gouvernement, mais aussi son inhabilité à créer elle-même son gouvernement» (idem, p. 311).

²⁵⁹ O nascimento do ministério marcaria uma nova separação de Guizot de alguns companheiros doutrinários de longa data, que sentiram a

dava início ao ciclo de governo de Guizot²⁶⁰, visto como o verdadeiro chefe do gabinete que poucas alterações sofreria até 1848. Após as importantes experiências de 1830 e de 1832 a 1837, respectivamente como ministro do interior e da instrução pública, Guizot sentia que finalmente estavam reunidas as condições de hegemonizar o projecto conservador²⁶¹. Quando ocupou a pasta da presidência do ministério, já em finais de 1847, tratou-se duma formalidade decorrente da retirada sem ruptura de Soult, que veio confirmar o ascendente incontestado. O simples facto de, desde sempre, ter sido o redactor dos discursos do trono, diz tudo sobre o papel que assumiu ao longo da vida do ministério.

Sob a orientação deste brilhante orador, de quem se dizia que o corpo crescia quando subia à tribuna, numa perturbante simbiose de autoridade física e intelectual²⁶², o governo parlamentar instalava-se promovendo a desejada sintonia entre o rei, o ministério e o parlamento. A prioridade de organizar a maioria dava frutos e, pelo menos no que respeitava a disciplina partidária, o partido conservador ganhava contornos dum verdadeiro partido político²⁶³. Desejando ilustrar o entrosamento entre o governo e o partido, Guizot conta-nos o pedido logo atendido, feito por Duchâtel em 1843, para que passasse, nos discursos, a partilhar com o partido conservador as honras da política governamental, em vez de a associar em exclusivo ao gabinete. Pouco depois o partido fundava o jornal *Le Conservateur*, para aproximar do público a política governamental e passar a mensagem da ideologia conservadora.

Como gostava de repetir, a maioria natural num governo representativo e livre, por vocação anti-revolucionária e liberal, constituía-se em partido de governo, isto é, em partido conservador. A frequência

aceitação da pasta como uma traição ao esforço de reencontro do centro sob o ministério de Thiers.

²⁶⁰ A 19 de Outubro Guizot recebia uma carta de Duchâtel resumindo a situação política do momento «Toutes les nuances du parti conservateur, depuis M. Molé jusqu'à M. Calmon, vous appellent.... Ajoutez que la situation intérieure vous sert admirablement. La gauche dynastique est discréditée; la gauche radicale est plus insensée que jamais. Il y a autant à faire qu'au mois de mars 1831, et le danger est moins grand; la fièvre révolutionnaire d'alors, bien que factice, avait cependant plus de réalité que le petit mouvement d'aujourd'hui.... Il n'est pas donné tous les jours de pouvoir sauver son pays» (idem, t. V, p. 403-404).

²⁶¹ «Le cabinet s'était formé sur une question de politique extérieure et pendant tous le cours de sa durée, de 1840 à 1848, ce furent surtout les questions de politique extérieure qui remplirent et animèrent la scène.... Chargé de diriger cette portion des affaires de la France, je n'en avais pas moins la profonde conviction et le sentiment constant que c'était surtout du bon gouvernement intérieur qui dépendaient la force et le succès de l'État. L'harmonie des grands pouvoirs constitutionnels, l'ordre public, la prospérité publique, la bonne administration des finances, l'autorité contrôlée par la liberté, la liberté contenue par les lois, à ces conditions seulement la bonne politique extérieure est possible. C'est au dedans que sont les causes premières et décisives de l'influence au dehors et de la solide grandeur des peuples» (idem, t. VI, p. 343-344).

²⁶² «Le discours de Guizot n'empruntait rien au charme, pas même à la persuasion. C'était un discours impérieux. Rémusat, pour l'avoir beaucoup admiré, en avait bien démonté le mécanisme: «Il procédait par affirmation, et non par raisonnement, il prêchait au lieu de discuter.... C'était saint Bernard prêchant la croisade et faisant crier à son auditoire: Dieu le veut!» (Gabriel de BROGLIE, *Guizot*, cap. «Le gouvernement par la parole», p. 267-268).

²⁶³ A disciplina partidária correspondia à disposição de rever o juízo individual à luz do emanado pelos líderes, cuja capacidade judicativa era reconhecida como a mais apta a defender os pontos de vista e interesses colectivos. Guizot encontrava o espelho da disciplina partidária em Dugan-Montbel, ao responder, quando lhe perguntaram se o facto de votar sistematicamente a favor do governo significava que concordava sempre com o ponto de vista dos ministros, «je ne fais pas toujours ce que je veux, mais je fais toujours ce que j'ai voulu» (François GUIZOT, *Mémoires*..., t. III, p. 194).

com que usava indiferentemente as duas designações para expressar a mesma realidade, indicia o que considerava um xadrez parlamentar ideal, onde tomassem assento os partidos naturais de um governo livre. Nele, a oposição teria por principal função pressionar o governo à mudança e recordar-lhe que à verdade que afirmava dominar na sociedade outras leituras se contrapunham²⁶⁴, lutando para que a sociedade se reconhecesse nas alternativas que representavam. Em tal quadro, a própria oposição tornava-se a um tempo o governo virtual da parte da sociedade que não se reconhecia no instituído²⁶⁵, um meio de controlo social da actividade do governo, e um instrumento de governo ao obrigar à constante transacção, atenção e actividade de relacionamento com a sociedade.

Representantes da sociedade, os grandes partidos políticos seriam «les armées de l'ordre civil, au sein de la liberté»²⁶⁶. Combinando a admiração pelo bipartidário modelo parlamentar inglês com a leitura sociológica da ideologia política, Guizot cria estarem reunidas as condições para a formação dos grandes partidos necessários ao governo livre: um partido da conservação, da ordem, e outro do progresso, da inovação, da liberdade²⁶⁷. Correspondendo às disposições que atravessavam a sociedade francesa, estes partidos, conservador e progressista, bastariam para reflectir a diversidade social e alimentar a dinâmica do sistema político. Como tal, justificariam a desvalorização e marginalização das correntes cuja radicalidade colocava na margem, a saber, as democratas, as republicanas, as socialistas, as contra-revolucionárias. Sendo ambos encabeçados pelas elites, informalmente a base social de apoio diferenciá-los-ia. Um representaria os interesses reconhecidos como dominantes na sociedade, as classes com capacidade política, o outro, os interesses que a tal aspiravam, reclamando que estes, e não aqueles, transportavam a verdade social do momento e a tendência do progresso futuro. Um ligava-se ao estabelecido, o outro ao que aspirava estabelecer-se. Um era vocacionado para o governo, o outro para a oposição. Conforme a conjuntura pedisse movimento ou resistência, um ou outro poderia ascender ao governo, mas tal não impedia que, uma vez

²⁶⁴ «La longue et laborieuse expérience de la vie politique m'a enseigné, non pas le doute, mais l'équité. Je dis l'équité, non pas la modération, mot banal, ni l'indulgence, mot impertinent, qui n'exprimeraient pas ma pensée. Dans les temps de profonde fermentation sociale et morale, quand les nations et les âmes sont violemment agitées, il y a dans les opinions et les conduites les plus diverses, plus de sincérité et de désintéressement qu'on ne croit... La vérité se brise en fragments épars, et chacun des acteurs politiques en saisit quelqu'un» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. VIII, p. 519-520).

²⁶⁵ Tese que Guizot avançara em *Des moyens*: «Elle est le gouvernement de cette portion du public qui désapprouve le système qui gouverne et aspire à le changer; gouvernement purement morale, il est vrai» (François GUIZOT, *Des moyens...*, p. 222-223).

²⁶⁶ François GUIZOT, «Trois générations», *op. cit.*, p. CXVIII.

²⁶⁷ «Cette classification spontanée des intérêts, des idées, des instincts, des passions, peut se transformer en organisation des partis politiques»

concretizada a mudança, a sociedade esclarecida se revisse nos valores da conservação.

A partir desta visão da monarquia constitucional, do governo parlamentar e do sistema partidário fica esclarecida a síntese operada por Guizot entre a Monarquia de Julho, o governo livre, o partido conservador e a sociedade pós-revolucionária. Síntese que adquire o carácter dum projecto em permanente construção, relativamente ao qual os elementos que o questionavam surgiam essencialmente como instrumentos de actualização inevitável do governo à sociedade.

«Le gouvernement parlementaire, forme pratique du gouvernement libre sous la monarchie constitutionnel; l'influence prépondérante des classes moyennes, garantie efficace de la monarchie constitutionnelle et des libertés politiques sous cette forme de gouvernement; le parti conservateur, représentant naturel de l'influence des classes moyennes et instrument nécessaire du gouvernement parlementaire: tels étaient, dans notre profonde conviction, les moyens d'action et les conditions de durée de la politique libérale et anti-révolutionnaire que nous avions à cœur de pratiquer et de maintenir»²⁶⁸.

No eixo desta constelação sobressaía o ministério incentivando o encontro político das diversas partes do poder central. Condição fundamental da prática dum governo livre, era, no entanto, na eficaz organização e direcção política da administração pública, bem como na harmonização da sua actividade com as esferas de autonomia local, que Guizot sabia fundear a oportunidade de sucesso do projecto liberal. Em países, como os anglo-saxónicos, onde se encontravam separadas as águas dos interesses locais e centrais, e por isso uma desdobrada relação entre a administração e a representação se apresentava evidente, «le régime représentatif se concilie sans peine avec un régime administratif»²⁶⁹. Pelo contrário, num país em que a tradição do poder central se confundia com a tradição absolutista, estranguladora da liberdade local e da iniciativa individual, enredada na vontade de tudo controlar; num país em que a centralização era um facto, o ministério lidava com uma realidade de complexidade diferente, reportando a sua arte ao equilíbrio entre a atenção e a influência exigidas e a liberdade desejável. Aí havia que utilizar os meios disponíveis para assegurar o concurso das forças sociais no processo administrativo. À representação política eleitoral,

(idem, p. CXIX).

²⁶⁸ François GUIZOT, *Mémoires...*, t. VIII, p. 524

sediada no centro do poder, juntava-se o uso das capacidades disseminadas, intuídas pelo poder administrativo. Nesta instância, o critério não se apegava tanto ao alinhamento partidário, embora a adesão ao regime fosse uma condição *sine qua non*, como à selecção dos indivíduos capazes de a um tempo garantir o domínio das matérias especializadas, respeitar a fidelidade hierárquica e guardar a iniciativa na vontade de fazer fluir a satisfação dos interesses locais. Na direcção administrativa encontrava-se um dos principais meios de revelação das aristocracias naturais da nova sociedade, sem o contributo das quais o regime estava destinado a soçobrar²⁷⁰.

Partindo do ponto de vista que realmente lhe interessava, o do poder central, a questão administrativa resolvia-se na intercessão entre a descentralização e a persecução dos grandes objectivos políticos respeitantes ao interesse geral. A descentralização, a liberdade dos agentes, revelava-se a um tempo o mais eficaz e económico meio de governo, libertando o poder central para se concentrar na direcção política do país, e a melhor forma de garantir que os hábitos de liberdade e de ordem caminhassem coesos na sociedade. Para os agentes do poder, como para os indivíduos particulares, «la liberté consiste à faire soi même, dans ses affaires, tout ce qu'on peut faire avec sagesse et selon le bien commun»²⁷¹. Que o poder central renunciasse à pretensão de ser tudo para que deixasse de estar só²⁷². Esta máxima de Guizot em *Des moyens* perspectivava o repensar da centralização como direcção dos recursos sociais necessária e desejavelmente descentralizados. A liberdade ao serviço do poder ou a arte de governar pela valorização e emprego de toda a força existente na sociedade e não pela vã procura do centro se apropriar de toda a força²⁷³, eram formas diferentes de traduzir os conteúdos da postura aconselhável a um governo livre.

No já referido relatório apresentado à câmara dos deputados em 1830, Guizot esclarecia a intenção que presidira às abundantes substituições na hierarquia do Estado, e em particular na administração pública: «Il fallait prendre partout possession du pouvoir et le remettre à des hommes capables d'affermir le triomphe de la cause nationale.... Une administration partout en harmonie avec l'état social et la charte, une constante

²⁶⁹ idem, t. I, p. 188

²⁷⁰ «Il fallait, d'une part, faire pénétrer la liberté dans l'administration des affaires locales, de l'autre seconder le développement des forces locales capables d'exercer, dans leur sphère, le pouvoir. On ne crée point d'aristocratie par les lois, pas plus aux extrémités qu'au sommet de l'État; mais la société la plus démocratique n'est pas dénuée de pouvoirs naturels, prêts à se déployer si on les y appelle» (idem, p. 189).

²⁷¹ François GUIZOT, *Des moyens...*, p. 180.

aplicação dos princípios consagrados sem retorno, tal é atualmente o necessário, o desejo máximo do país. De numerosos mudanças no pessoal estavam portanto a primeira necessidade do governo; por ali, ele devia fazer sentir em todos os lugares a sua presença, e proclamar para si mesmo o seu advento»²⁷⁴.

Enquanto ministro do interior, Guizot fizera questão em manter uma correspondência quotidiana com os prefeitos de todo o país²⁷⁵, através da qual a um tempo se inteirava dos problemas, esclarecia dúvidas e os instrua sobre os pressupostos políticos do novo regime. Nela era constante a advertência de que na mudança dos actores contava tanto o perfil individual quanto a convicção liberal²⁷⁶, bem como o apelo ao pessoal empenhamento no sucesso da máquina administrativa²⁷⁷. Diferentemente da centralização dos espíritos, aniquiladora da liberdade de adequar o agir ao reflectir, o governo dos espíritos, nesta instância, passava por seduzir a reflexão e o impulso de acção à perspectiva do dirigente, de tal modo que a causa deste fosse a expressão da liberdade dos seus agentes. A frase de Casimir Périer – «Ce ne sont pas des agents qu'il me faut, ce sont des complices»²⁷⁸ -, nem excedia, nem defraudava, a expectativa deste governo. A escolha dos elementos adequados aos cargos, permitia revelar as elites locais, consciencializando-as que o seu reconhecimento estava unido à vida do governo livre. A capacidade de chamá-los à política governamental testava a capacidade do governo imergir na sociedade a mensagem política que transportava. Mensagem essa que, como temos visto, submetia a organização e a dinâmica política a uma ideia de homem e a um ideal de humanidade, que se fundiam na realização da sociedade.

«Gouverner par le maniement des esprits et non par le bouleversement des existences» - nesta afirmação de Guizot, na *História da civilização europeia*, Rosanvallon encontra traduzida a grande ideia doutrinária para o governo da modernidade²⁷⁹ em resposta ao problema aberto pela secularização²⁸⁰. O

²⁷² idem, p. 181

²⁷³ «Car la force existe par elle-même, et ne se laisse point déplacer au gré de l'autorité» (idem, p. 182).

²⁷⁴ François GUIZOT, *Mémoires...*, t. II, p. 374.

²⁷⁵ São repetidas, ao longo dos seus escritos, as reflexões de Guizot sobre a importância política de exercer o poder cimentando as relações pessoais e mesmo permitir algum grau de intimidade com os subordinados hierárquicos.

²⁷⁶ «N'hésitez pas à changer les maires qui la population repousse, et qui vous embarrassent au lieu de vous fortifier... Cherchez des hommes qui pensent et agissent par eux-mêmes. Le premier besoin de ce pays-ci, c'est qu'il s'y forme, sur tous les points, des opinions et des influences indépendantes. La centralisation des esprits est pire que celle des affaires» (idem, p. 57).

²⁷⁷ «Ne vous y laissez pas tomber, je vous prie; ne devenez pas ce que tant de gens appellent un excellent préfet, c'est-à-dire un homme qui ne laisse aucune pétition, aucune lettre sans réponse écrite, mais qui ne s'inquiète guère de savoir si ses réponses font vraiment marcher les affaires, et si ses écritures deviennent des réalités» (idem, p. 57-58).

²⁷⁸ idem, t. VIII, p. 7.

²⁷⁹ Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 223.

²⁸⁰ «Sécularisation qui s'opère en deux temps. Elle fonde d'abord la naissance de l'État à travers la différenciation du spirituel et du temporel. Elle aboutit ensuite à l'émancipation de l'intelligence avec la séparation de la science et de la foi. D'où l'équation nouvelle que doit résoudre

esclarecimento das implicações do governo dos espíritos²⁸¹ constitui o nó do debate historiográfico, em aberto, sobre o projecto doutrinário.

A ideia de governo dos espíritos, vive da tensão entre a constatação da impossibilidade de impor a lei à liberdade intelectual e a necessidade da inteligência, libertada da influência eclesiástica mas ameaçada pela anarquia moral e tirania das filosofias sistémicas, ser protegida e influenciada por um poder político situado na ordem da razão²⁸². Propondo-se encaminhar a autogestão do espírito às leis da razão, enquanto programa político o governo dos espíritos desmonta-se em soluções parciais, mas coerentes entre si, adequadas a uma realidade social complexa determinadora da realidade individual. Neste plano o poder pós-revolucionário tinha um triplo problema a resolver. A existência duma elite intelectual dotada dum elevado grau de politização, caracterizada por uma cultura de desconfiança pelo poder, e reclamando a consagração prática da liberdade de expressão e da autonomia intelectual. A explosão duma nova burguesia enriquecida ao abrigo da revolução e do império, não tendo neste movimento adquirido os instrumentos intelectuais que a preparassem para o poder. Enfim, a pulverização confusa das novas ideias políticas nas ignorantes massas populares que, consciencializadas pela experiência revolucionária do potencial subversivo da revolta, pairavam como uma ameaça constante à ordem social²⁸³.

Num momento em que as ideias adquiriam uma relevância inédita na acção individual e social, e em que o progresso científico dava passos firmes na aliança com o progresso material, tal diagnóstico trazia para primeiro plano da vida política a reflexão sobre o lugar da moral, da cultura e do conhecimento na estruturação da sociedade e do poder. Do mesmo modo sublinhava a importância do poder político tomar

l'action gouvernementale : concilier l'ordre et la liberté, l'autorité de l'État et l'autonomie des individus, l'esprit universel et l'indépendance des intelligences. Dans une société laïcisée et sécularisée, la question de l'influence et de l'opinion change ainsi de sens. De périphérique, tactique, elle devient centrale, stratégique» (idem, p. 224).

²⁸¹ Expressão criada por Victor Cousin (cf. Lucien JAUME, *L'individu effacé...*, 145).

²⁸² «Le grand problème des sociétés modernes, c'est le gouvernement des esprits. On a beaucoup dit dans le siècle dernier, et on répète encore souvent que les esprits ne doivent point être gouvernés, qu'il faut les laisser à leur libre développement, et que la société n'a ni besoin ni droit d'y intervenir. L'expérience a protesté contre cette solution orgueilleuse et insouciance; elle a fait voir ce qu'était le déchaînement des esprits, et rudement démonté que dans l'ordre intellectuel aussi, il faut des guides et des freins.... Jamais les esprits n'ont été plus violemment pourchassés, jamais ils n'ont été moins libres de s'instruire et de se développer à leur gré, jamais plus de systèmes n'ont été inventés, ni plus d'efforts tentés pour les dominer que sous l'empire des partis qui avaient réclamé l'abolition de toute autorité dans l'ordre intellectuel.... Parce qu'elles sont maintenant plus laïques, plus puissantes et plus libres que jadis, l'intelligence et la science ne sauraient rester en dehors du gouvernement de la société. Qui dit gouvernement ne dit pas nécessairement autorité positive et directe: «l'influence n'est pas le gouvernement», disait Washington, et dans l'ordre politique il avait raison; l'influence n'y saurait suffire; il y faut l'action directe et promptement efficace. Il en est autrement dans l'ordre intellectuel; quand il s'agit des esprits, c'est surtout par l'influence que le gouvernement doit s'exercer.» (François GUIZOT, *Mémoires...* t. III, p. 14-16)

²⁸³ «Ce n'est plus en haut, c'est en bas que les théories qui portent le dérèglement dans les âmes et dans les peuples sont favorablement accueillies et deviennent aisément puissantes; ce n'est plus dans le monde savant, c'est dans le monde ignorant qu'il faut les redouter et les poursuivre. Sur les hauteurs, la tendance actuelle de l'esprit est de se redresser et de s'épurer; c'est dans les rangs obscurs et pressés des régions

posição sobre estas matérias. Quando em 1832, Guizot aceitara o ministério da instrução pública, exigira que lhe fossem acoplados pelouros relacionados com a actividade cultural e científica, bem como separada a gestão dos cultos, relevando o papel integrado que reservava ao Estado na orientação da educação e instrução nacional²⁸⁴. Já nos anos 40, aquando dos debates sobre a liberdade de ensino, permaneceu activo na explanação das perspectivas que defendia. A acção que desenvolveu, concretizando o possível do desejado²⁸⁵, encontrou-se com a reflexão que vinha aprofundando desde 1811, ano em que, com Pauline de Meulan, iniciara a redacção dos *Annales de l'éducation*.

A arte do governo dos espíritos era concebida como arte de educar a liberdade ao governo²⁸⁶. Assumir o papel modelar do estado na instrução e a sua responsabilidade educativa; combater o perigo de dissolução da sociabilidade e de alienação das elites intelectuais; valorizar a cultura humanística clássica na formação dessas elites, a par da protecção da ciência avançada; constituíam vertentes fundamentais da ideia doutrinária de governo dos espíritos, que Guizot em pleno assumiu.

Tomado o indivíduo como síntese das capacidades individuais e das potencialidades do seu lugar social, a universalidade da educação e a diversificação dos meios e conteúdos, revelava-se a única apropriada a contê-lo sem o limitar. «Quand il faut gouverner, civiliser, instruire, écrit-il, alors la condition sociale, le degré de civilisation, de loisir, de lumières, sont de faits impérieux qu'il faut bien prendre en considération»²⁸⁷. Institucionalizar a diferença passava por uma concepção de escola em que a

inférieures qu'habitent et travaillent aujourd'hui les démons pervers et ardents à répandre leur perversité» (idem, p. 147-148).

²⁸⁴ «Le grand-maître de l'Université avait prit le titre de ministre d'instruction publique en général, mais sans le devenir effectivement. Je réclamai pour ce ministère ses possessions et ses limites naturelles. D'une part, tous les grands établissements d'instruction fondés en dehors de l'Université, le Collège de France, le Muséum d'histoire naturelle, l'Ecole des Chartes, les Ecoles spéciales des langues orientales et d'archéologie; d'autre part, les établissements consacrés, non à l'enseignement mais à la gloire et au progrès des sciences et des lettres, l'Institut, les diverses sociétés savantes, les bibliothèques, les encouragements scientifiques et littéraires furent placées sous la main du ministre de l'instruction publique». A esta lista haveria que juntar a batalha perdida das artes, cuja ligação ao universo das letras considerava essencial: «Les arts ont, avec les lettres, de liens naturels et nécessaires; ce n'est que par ce commerce intime et habituel qu'ils sont assurés de conserver leur propre et grand caractère qui est le culte du beau, et sa manifestation aux yeux des hommes... Placés hors de la sphère des lettres et dans le domaine de l'administration ordinaire, les arts courent grand risque de tomber sous le joug, ou de la seule utilité matérielle, ou des petites fantaisies du public» (idem, p. 34-35).

²⁸⁵ «Mais ce qui manque, de nos jours, aux desseins un peu plus difficiles, c'est le temps: nous avons à peine quelques heures d'activité puissante et tranquille. nous vivons au milieu tantôt de la tempête, tantôt du calme plat, condamnés tour à tour au naufrage ou à l'immobilité. Plus rapides et plus forts que nous, les événements emportent nos idées et nos intentions avant qu'elles aient pu passer dans les faits, souvent même avant qu'elles soient devenues seulement des tentatives. J'ai peut-être moins à me plaindre que d'autre de ce trouble continu de mon temps, puisque j'ai pu, comme ministre de l'instruction publique laisser çà et là quelques traces durables de mon passage. Pourtant, je ne puis me défendre de quelque tristesse quand ma pensée se reporte vers les projets que j'avais formés, que je croyais bons, et qui ne se sont pas même laissés entrevoir» (idem, p. 144-145).

²⁸⁶ Como explica Jacques Billard, «le gouverne des esprits, ce n'est pas le gouvernement de la raison. En elle-même, la raison est proprement ingouvernable... L'esprit, au contraire, a besoin d'être gouverné, car l'esprit c'est l'âme et c'est la volonté [em resumo a liberdade] Le problème est le suivant: ce qui gêne l'esprit est également ce qui lui est intérieure. La solution est alors d'apprendre à se conduire. Au plan personnel, cela s'appelle l'éducation. Au plan politique, c'est le gouvernement des esprits» (*De l'école à la république*.... p. 85-87).

²⁸⁷ François Guizot art. «Encyclopédie», cit por Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 243.

hierarquização iniciática e social se encontrassem. Tal era o objectivo duma estruturação da escola com ambição de permanência²⁸⁸, capaz de sobreviver a uma previsível evolução dos conteúdos que acompanhasse tanto as aquisições da ciência e da cultura quanto a mutação das necessidades duma sociedade cada vez mais instruída e carente de instrução, sem pôr em causa o princípio que a informava. «L'instruction n'est pas un moyen de faire progresser l'égalité entre les hommes. Elle a pour but de rendre cohérente une société qui repose sur l'inégalité des facultés. Elle a pour objet de prévenir le péril démocratique défini comme confusion sociale»²⁸⁹.

Retomando a ideia napoleónica de Universidade, como corpo público laico, produtor e reproduzidor de saberes, vocacionado para a instrução nacional, e aproveitando nas grandes linhas as estruturas legadas pelo imperador, Guizot submeteu-a à leitura sociológica da função educativa do estado. Do nível primário ao superior, dois circuitos completos coexistiriam, entre os quais as relações seriam necessariamente hierárquicas e dentro dos quais uma hierarquia intelectual se criava. Para todos, com excepção do ensino superior, a defesa da abertura à concorrência privada, em particular das instituições religiosas, em respeito ao direito das famílias prometido pela Carta²⁹⁰, duplicava a responsabilidade do ensino público emergir como modelar.

Na instrução popular, as escolas primárias elementares de nível comunal, pretendiam criar o ensino universal não obrigatório, gratuito para as famílias que não o pudessem comportar. Nelas, a iniciação a um conhecimento elementar mas sólido²⁹¹, andava a par, ou era mesmo sobreposta por uma educação moral²⁹²

²⁸⁸ «Tout comme sont stables et même définitifs les principes sur lesquels une société libre se construit, ceux sur lesquels l'école repose le sont aussi. On peut dire que l'école, pourtant produit de l'histoire, puisqu'elle n'apparaît qu'à un certain moment du développement de la civilisation, est cependant une institution non historique puisqu'une fois établie, si elle l'est correctement, elle l'est définitivement» (Jacques BILLARD, *De l'école à la république*..., p. 76).

²⁸⁹ Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 246.

²⁹⁰ «En matière d'instruction publique, dis-je, tous les droits n'appartiennent pas à l'État; il y en a qui sont, je ne veux pas dire supérieures, mais antérieurs aux siens, et qui coexistent avec les siens. Ce sont d'abord les droits de la famille. Les enfants appartiennent à la famille avant d'appartenir à l'État... il n'a pas le droit d'imposer arbitrairement et exclusivement aux familles sans leurs consentement et peut-être contre leur vœu... Le droit qu'ont les hommes chargés du dépôt des croyances religieuses de les maintenir et de les transmettre, de génération en génération, par l'éducation et l'enseignement. Ce n'est pas là un privilège de la religion catholique» (François GUIZOT, *Mémoires*..., t. VII, p. 138-139). «La liberté de l'enseignement est la conséquence nécessaire de l'incompétence de l'état en matière religieuse» (idem, p. 385).

²⁹¹ «Je ne connais rien de plus nuisible aujourd'hui pour la société, et pour le peuple lui-même, que le mauvais petit savoir populaire, et les idées vagues, incohérentes et fausses, actives pourtant et puissantes, dont il remplit les têtes» (idem, t. III, p. 64-65).

²⁹² «J'aime le peuple avec un dévouement profond, mais libre et un peu inquiet... Je le respecte en l'aimant, et parce que je le respecte, je ne me permets ni de le tromper, ni de l'aider à se tromper lui-même... J'ai cru que le peuple avait droit et besoin de devenir capable et digne d'être libre, c'est-à-dire d'exercer, sur ses destinées privées et publiques, la part d'influence que les lois de Dieu accordent à l'homme dans la vie et la société humaines. C'est pourquoi, tout en ressentant pour les détresses matérielles du peuple une profonde sympathie, j'ai été surtout touché et préoccupé de ses détresses morales, tenant pour certain, que, plus il se guérirait de celles-ci, plus il lutterait efficacement contre celles-là, et que, pour améliorer la condition des hommes, c'est d'abord leur âme qu'il faut épurer, affermir et éclairer» (idem, p. 54-55).

que formasse os costumes²⁹³. Sendo claro que só a religião podia assegurar a universalidade deste objectivo, o instituidor (professor) da escola laica não podendo enveredar pelo catecismo de alguma igreja, devia a todo o momento espalhar o sentimento religioso, ligando-o aos objectivos de pacificação social e política²⁹⁴. O primário superior só se diferenciava quanto à instrução, que de acordo com as necessidades diversificadas das populações da área de implantação, as cidades, pedia conhecimentos mais alargados e flexíveis. Num último nível, para os mais ambiciosos, as escolas profissionalizantes coroariam o sistema público de instrução popular. Para assegurar a reprodução do saber, a escola normal primária criaria as gerações de instituidores, que saídos do seio das classes populares formariam a sua elite intelectual, sem que uma instrução académica ou um fosso nas condições materiais e origens sociais, gerassem o desajustamento à missão que se propunham cumprir²⁹⁵. Instituições descentralizadas, intimamente ligadas às realidades locais, sendo o seu sucesso colocado nas mãos dos pais, das elites civis e eclesiásticas e das autoridades, as escolas populares ligavam-se simultaneamente ao centro do poder político que lhes orientava as metas e colmatava os meios, e ao centro do poder intelectual, pela subordinação à Universidade, responsável por vigiar e orientar a qualidade científica e pedagógica.

O outro circuito de ensino, destinado à classe média, iniciava-se com o secundário, sendo neste que se tornava praticável começar a preparar as elites sociais para a representação dos papéis que lhe estavam reservados. Neste campo, mais ainda do que relativamente ao primário, a homenagem é prestada a Napoleão pela intuição que tivera das carências que afectavam esta classe, necessitada duma outra legitimação que a da força económica: «il fallait cultiver et développer dans ces classes, les études fortes, les habitudes du travail d'esprit, le savoir, la supériorité intellectuelle, et par là les montrer, les rendre en effet dignes de leur

²⁹³ «La liberté n'est assurée et régulière que chez un peuple assez éclairé pour écouter en toute circonstance la voix de la raison. L'instruction primaire universelle est désormais une des garanties de l'ordre et de la stabilité sociale» (carta aos instituidores que acompanhou a distribuição da lei de Julho de 1833 sobre o ensino primário, idem, p. 345).

²⁹⁴ No relatório que apresenta a Luís Filipe justificando a criação dum jornal destinado aos instituidores primários, Guizot afirma essa ligação: «Si les institutions font les destinées des peuples, ce sont les mœurs, qui font les institutions nationales, et que la base la plus inébranlable de l'ordre social est l'éducation morale de la jeunesse. Il [o instituidor] comprendra aussi que les mœurs se rattachent aux convictions religieuses, et que l'action de sa conscience ne se remplace par aucune autre» (idem, p. 343). A forma de garantir essa educação moral pela escola laica é transmitida aos instituidores na carta já citada: «Il doit se garder d'ouvrir son école à l'esprit de secte ou de part, et de nourrir les enfants dans des doctrines religieuses ou politiques qui les mettent pour ainsi dire en révolte contre l'autorité des conseils domestiques..... La foi dans la Providence, la sainteté du devoir, la soumission à l'autorité paternelle, le respect dû aux lois, au prince, aux droits de tous, tels sont les sentiments qu'il s'attachera à développer.... La paix et la concorde qu'il maintiendra dans son école doivent, s'il est possible, préparer le calme et l'union des générations à venir» (idem, p. 348).

²⁹⁵ «Une carrière intellectuelle ouverte à ses classes de la population qui n'ont guère devant elles, à leur entrée dans la vie, que des professions de travail matériel; c'est enfin une influence morale placée au milieu de ce peuple» (idem, p. 70).

range »²⁹⁶. Antecâmara dos estudos superiores, o ensino secundário, visava sobretudo extrair as elites funcionais, políticas e intelectuais de que se alimentava a barca do estado e o progresso da sociedade, sendo nele que a iniciação às humanidades e aos rudimentos da ciência se fazia. Aqui sobretudo, a obra não foi mexida, tendo faltado as condições para fazer passar uma lei que, à semelhança do popular, regulasse a liberdade de ensino, em concorrência com o estado.

Finalmente, o nível superior da instituição universitária, no qual a reflexão, a produção e a reprodução do saber se encontravam, era, por excelência, um dos espaços de afirmação intelectual, e como tal, daqueles em onde governo dos espíritos adquiria os contornos mais delicados e com mais propriedade reivindicava o sentido filosófico da ideia que o informava. A Universidade de Paris, justamente dotada por Napoleão duma gestão autónoma²⁹⁷, cumpria plenamente a função instrutora²⁹⁸, mas, ao mesmo tempo que falhara no enquadramento moral e cívico das gerações que preparava, a sua realidade única perpetuara a tendência centralizadora da sociedade francesa, mal fundada porque nascida na tradição absolutista, que se espelhava na macrocefalia da capital.

Na vida intelectual como na vida política, o centro que se elevava como o único capaz, traía a verdade, pois negava-lhe o espaço da diversidade. Sendo seguro que num país a diversidade radicava no local, a necessidade duma intelectualidade local tornava-se evidente. Do ponto de vista do indivíduo tal enraizamento teria, igualmente, vantagens, ao permitir-lhe harmonizar o cumprimento das potencialidades com as idiossincrasias próprias²⁹⁹. Na construção duma unidade e identidade nacional que se alimentasse das partes constitutivas, a descentralização da vida intelectual pedia a criação de Universidades regionais, congregadoras da inteligência local. Só assim, «Paris sans cesser d'être, parmi nous le grand théâtre de l'activité littéraire et savante, cessera d'être le gouffre où viennent s'engloutir tant d'esprits capables d'un

²⁹⁶ idem, p. 101.

²⁹⁷ «Je sais gré à l'empereur Napoléon d'avoir dit un jour à M. de Fontanes «Laissez-nous au moins la république des lettres» et je prends cette parole plus aux sérieux que ne le faisait probablement Napoléon» (idem, p. 164; cit. por Jacques BILLARD, *De l'école à la république...*, p. 79). Guizot, mostra-se, por exemplo, absolutamente contra a exigência de juramento de fidelidade aos professores universitários e aos académicos em geral, considerando que tal corresponderia a um atentado à independência da república das letras.

²⁹⁸ «Ni l'efficacité pratique pour les jeunes gens destinées aux diverses professions libérales, ni le luxe intellectuel pour les amateurs d'esprit et de science ne manquaient à ce grand ensemble d'instruction supérieure» (idem, p. 114).

²⁹⁹ «[As nações] quand elles ont été et pour que elles restent grandes, il faut que la culture de l'esprit n'y soit pas un phénomène rare et concentré au seul sommet de la société... Paris attire et absorbe moralement la France», «il lui faut des esprits variés, originaux, indépendants, qui travaillent par eux-mêmes, pensent en liberté, et restant, en se développant, tels que les ont faits leur nature et les accidents particuliers de leur destinée. Or, les esprits ne conservent guère ces précieuses qualités, que lorsqu'ils grandissent et vivent là où ils sont nés... L'homme peut vivre partout, corps et âme; pourtant la transplantation lui enlève beaucoup de sa beauté propre et de sa vigueur naturelle... L'uniformité des

meilleur sort»³⁰⁰. Por outro lado, a própria manutenção do equilíbrio social requeria a conformação da hierarquia social à hierarquia intelectual, tornando premente a sedimentação das elites intelectuais como contraponto da universalização da instrução popular³⁰¹.

Se a descentralização do ensino superior incentivaria a diversidade nacional, o monopólio do estado respeitaria tanto a vontade de o assegurar como bastião da liberdade espiritual laica, quanto a necessidade de, na instância responsável pela ligação entre a produção e a reprodução de saber, unir a liberdade de pensar ao interesse público do pensamento. Um estado que reconhecia nas ideias e no saber a expressão do poder do espírito na modernidade, a ponto de exigir que o poder político se reencontrasse com o poder intelectual, conhecia «l'extrême péril et partant l'impossibilité de reconnaître au premier venu le droit d'ouvrir à tout venant un lieu de réunion, d'y élever une chaire, et de professer publiquement, toutes les idées qui peuvent traverser l'esprit humain»³⁰². A integração no próprio espaço universitário do princípio da liberdade através do concurso de professores agregados, oferecendo visões alternativas às veiculadas pelos professores titulares, revelava-se a forma de prevenir que a anarquia intelectual que ameaçava corroer a sociedade fosse caucionada pelo estado³⁰³. Lugar onde a única paixão mobilizadora devia ser a aprofundamento da verdade, dar garantias à liberdade de espírito passava pela diversificação das abordagens, e pela rejeição do pensamento único que as teorias sistémicas engendravam. Se estas deviam ser objecto de estudo e não impostas como guias do espírito, era à entidade ensinante que cabia o direito de julgar a sua pertinência. Na formação das elites intelectuais, o enquadramento filosófico eclético que orientou o ensino superior orleanista, justificava-se, assim, e de acordo com as próprias teses desenvolvidas por Victor Cousin, por ser a abordagem metodológica que mais garantias oferecia à reflexão e ao encontro da liberdade com os

esprits fait tôt ou tard leur faiblesse et leur servitude» (idem, p. 136-138).

³⁰⁰ Idem, p. 139.

³⁰¹ «La France d'aujourd'hui, bien mieux pourvue d'écoles élémentaires et de bons praticiens en divers genres qu'elle ne l'était jadis, offre loin de la capitale, bien moins d'esprits richement cultivés, et noblement ambitieux qu'elle ne possédait en 1789» (idem, p. 136). Ao contrário do que Guizot pretendia ao conceber a criação de universidades compreendendo os diversos ramos do saber, tal como se encontravam representados nas faculdades parisienses, o projecto global de descentralização da Universidade fora convertido pelo ministério Cousin em experiência desmembrada e ainda mais amputado pelo parlamento que o desprovera de meios. Assim, longe de romper com a menoridade criada por Napoleão, perpetuara-a.

³⁰² Idem, p. 134.

³⁰³ «En 1840, M. Cousin... La développa en donnant aux agrégés, dans toutes les facultés, le droit de faire cours libres à côté des cours des professeurs titulaires de l'Etat. C'était précisément ce que je me proposais de faire en 1835 pour ouvrir, dans le haut enseignement, une place convenable au principe de la liberté. J'en aurais réglé des conditions un peu autrement que ne le fit M. Cousin : j'aurais donné à la liberté, soit pour l'ouverture, soit pour la suspension des cours des agrégés, quelques garanties de plus, et fait une plus large part à l'intervention des facultés elles-mêmes entre le ministre de l'instruction publique et les professeurs libres» (idem, p. 135).

princípios universais da razão.

Ao contrário duma simplista tentativa de criar uma ideologia oficial à dimensão dos interesses do poder político, tratava-se de eleger o ensino superior como o lugar por excelência vocacionado para a criação de hábitos de reflexão serena sobre as grandes ideias e perplexidades que ocupavam o espírito humano, tanto quanto impulsionador do progresso do conhecimento. A intenção era sobretudo formar uma massa crítica capaz e interessada em equacionar os problemas que ocupavam o estado, a sociedade, a humanidade, que ao mesmo tempo estivesse habituada ao confronto de ideias e soluções, e, nesse sentido, unisse os sentimentos de tolerância, a abertura à influência intelectual, a um corpo de convicções fortemente cimentadas.

Consciente da puerilidade de qualquer tentativa de imposição ideológica, o papel do poder político, na organização do ensino superior como na promoção de outras grandes instituições de carácter cultural e científico, era encarado por Guizot em resposta a uma tripla necessidade que lhe demarcava os limites de acção. Permitir a afirmação autónoma das elites intelectuais³⁰⁴. Criar espaços de sociabilidade que as retirasse do isolamento para que pendiam³⁰⁵, e as consciencializasse da existência como corpo diferenciado mas com responsabilidades claras perante a sociedade³⁰⁶. Por fim, chamar essas elites ao convívio com o poder político, vendo-o como um natural aliado e protector da sua actividade autónoma³⁰⁷.

Ao planificar a descentralização e a liberdade controlada do ensino superior, ao reavivar a Academia de ciências morais e políticas do Instituto de França, ao incentivar as Academias e Sociedades espalhadas

³⁰⁴ «Le gouvernement des esprits repose tout entier sur la mise en œuvre de ce schéma: constitution de pôles organisateurs et régulateurs autonomes, immergés dans la société civile mais structurés par l'État et unis à lui» (Pierre ROSANVALLON, *Le moment Guizot*, p. 234).

³⁰⁵ «Nous vivons dans une société plus équitablement réglée et plus soigneuse du bonheur de tout que ne l'ont été la plupart des sociétés humaines; mais les centres variés, les groupes durables, les agrégations fortes, les impulsions indépendantes y manquent; c'est une société à la fois dissoute et concentrée, qui montre partout l'individu isolé en face de l'unité toute-puissante de l'État. Nous cherchons depuis longtemps déjà, et jusqu'ici sans beaucoup de succès dans l'ordre politique, quelque remède à ces lacunes d'un état social qui, à côté des grands bienfaits publics, laisse les droits bien faibles, les libertés bien mal assurées et les existences individuelles à la fois bien languissantes et bien mobiles. Les académies sont aujourd'hui, dans l'ordre intellectuel, le remède naturel et presque unique à ce grave défaut de notre société générale; elles groupent sous un drapeau pacifique, sans leur imposer aucun joug, ni aucune unité factice, des hommes distingués qui, sans ce lien, resteraient absolument étrangers les uns aux autres; et en les groupant elles leurs procurent à tous, avec les plaisirs de généreuses relations, des moyens d'influence et des garanties d'indépendance. Au dehors, elles attirent les esprits vers les études et les questions où ils peuvent s'exercer et se satisfaire sans se déchaîner; elles les contiennent dans certaines limites de raison et de convenance en provoquant leur activité et en soutenant leur liberté» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. III, p. 158-159).

³⁰⁶ Dirigindo-se em circular às sociedades locais agrupadas sob o nome de *Institut des Provinces*, Guizot doutrina: «Plus l'instruction élémentaire deviendra générale et active, plus il est nécessaire que les hautes études, les grands travaux scientifiques soient également en progrès. Si le mouvement d'esprit allait croissant dans les masses pendant que l'inertie régnerait dans les classes élevées de la société, il en résulterait tôt ou tard une dangereuse perturbation. Je regarde donc comme le devoir du Gouvernement, dans l'intérêt de la société tout entière, d'imprimer, autant qu'il est en lui, une forte impulsion aux études élevées et à la science pure, aussi bien qu'à l'instruction pratique et populaire» (idem, p. 161-162).

³⁰⁷ «Il ne s'agit ici d'aucune centralisation d'affaires et de pouvoir. Je n'ai nul dessein de porter atteinte à la liberté et à l'individualité des sociétés savantes, ni de leur imposer quelque organisation générale ou quelque idée dominante. Il s'agit uniquement de leur transmettre, d'un centre commun, les moyens de travail et de succès qui ne sauraient leur venir d'ailleurs, et de recueillir, à ce même centre, les fruits de leur activité pour les répandre dans une sphère étendue. Loin qu'une telle mesure puisse rien faire perdre aux sociétés savantes de leur indépendance et de leur importance locale, elle doit au contraire l'assurer et l'accroître en donnant plus d'efficacité et de leur portée à leurs efforts» (idem, p. 161-162).

pela sociedade, o objectivo estratégico mantinha-se inalterável, como explica Pierre Rosanvallon, a propósito da activação do Comité dos trabalhos históricos e científicos «loin de chercher à simplement diriger les idées nationales, il se préoccupe plutôt de faire exister des milieux intellectuels et d'assurer des conditions de leur symbiose avec l'État»³⁰⁸. Neste nível o governo dos espíritos promovia o encontro entre o poder político e intelectual, através duma centralização construída sobre a descentralização das esferas de governo e de influência, e da criação de elites intelectuais extraídas das elites materiais da sociedade. Em última instância, abria a possibilidade do governo pela elite dos espíritos, que às qualidades intelectuais unissem as capacidades dirigentes e a apetência para a prática da vida política.

As linhas gerais do programa do governo dos espíritos remetem-nos, uma vez mais, para o centro da abordagem do indivíduo e da sociedade pelo pensamento doutrinário. Dando continuidade à relevância que o iluminismo conferira à educação, a reflexão, uma vez mais, visara recuperar a ideia criticando embora os pressupostos e objectivos que a informara. O racionalismo do sujeito, o optimismo antropológico permitindo conceber uma infinita capacidade de aperfeiçoamento e moldagem individual a um ideal de homem, e, por fim, a suposição duma inalterável positividade moral e material do conhecimento, tinham enquadrado a ideia de universalização das luzes. O conhecimento como veículo de aperfeiçoamento moral e de libertação dos preconceitos e superstições que embrumavam a razão, serviria a recuperação da autonomia do pensamento individual, coarctado por séculos de subjugação intelectual. Habilitados ao pleno uso das faculdades naturais, mais livres e sábios, os indivíduos seriam mais aptos tanto para perseguir a felicidade pessoal, como para o exercício da cidadania activa. A instrução universal apresentava-se, assim, um precioso veículo de libertação individual e de justiça social, que abriria as portas da mobilidade social, colocando-a nas mãos da vontade e do esforço de cada indivíduo, e permitiria vislumbrar a pertinência futura da democracia política. A felicidade e progresso público tendo por força motriz a busca da felicidade e progresso individual que só a liberdade podia proporcionar, para o indivíduo reverteria na forma de direito à partilha das responsabilidades da liberdade.

A passagem desta ideia de educação como instrumento de libertação individual para a ideia doutrinária de educação como instrumento de governo da liberdade, encerrava a alternativa ao ideal autonómico do indivíduo, espelhado na concepção da sociedade atomista, legado pelo iluminismo à revolução. Nela convergia a fundamentação filosófica, histórica e sociológica, do projecto político e cultural doutrinário para a sociedade pós-revolucionária. A ideia de razão transcendente mas vocacionada à revelação na realidade; a teoria do carácter progressivo do processo cognitivo e das faculdades nele intervenientes; o reconhecimento da essencial dualidade que informava a liberdade humana, mitigando o optimismo antropológico decorrente do poder de atracção exercido pelo absoluto sobre a humanidade; a radicação da sociedade no impulso à relação motivado pela desigualdade e do poder na força reconhecida à superioridade; a ideia de história como processo de aprofundamento da humanidade, marcada por uma centralização da diversidade e pela revelação da natureza social do indivíduo; são dados que a um tempo atravessam a crítica do ideal educativo das luzes e possibilitam a teorização do governo dos espíritos.

Dirigido à educação da vontade (liberdade) individual, o programa doutrinário não só buscava conformá-la a uma racionalidade transcendente e identificar a imanência desta na sociedade coeva, como ia ao ponto de estabelecer um paralelismo entre o processo cognitivo e as faculdades envolventes, e uma leitura sociológica das capacidades e necessidades intelectuais. A potencialidade do progresso individual espelhava, e desejavelmente devia espelhar, a síntese entre as faculdades próprias à natureza de cada indivíduo e a capacidade e a função socialmente determinada. O indivíduo não seria servido por uma instrução indiferenciada que passasse ao lado da utilidade da matéria instruída para as expectativas que se abriam na entrada na vida adulta. Quando pertencesse às classe baixas, tendo por destino uma rápida entrada no mundo do trabalho e uma vida presa à perseguição do progresso material, uma instrução preparatória de hábitos de reflexão a explorar na vida académica, sendo inacessível às faculdades que estava habilitado a desenvolver, poderia revelar-se contraproducente ao iniciá-lo a um turbilhão de conhecimentos que não podia compreender, e mesmo gerar desajustamentos de efeitos sociais irreversíveis. A universalidade pelo nivelamento intelectual, só poderia, neste sentido, ser imaginável ou pelo drástico empobrecimento do

horizonte intelectual de todos os indivíduos, ou pela exigência de iniciação universal aos mais altos níveis de reflexão. Uma opção traía as expectativas dos espíritos destinados a outros voos, a outra gerava confusão e inadaptação. Universal e permanente era a necessidade de educar o espírito humano a governar-se pela submissão às leis da razão. Positiva era a instrução que não alimentava a patologia social através da alienação individual. Perfectíveis eram os indivíduos na medida das capacidades. Moldáveis eram os indivíduos a uma educação que os orientasse no sentido da verdade que podiam reconhecer e a uma instrução que lhes permitisse ser tudo o que podiam ser³⁰⁹.

Ao encerrar as possibilidades individuais num determinismo social, ao qual só os espíritos de excepção poderiam escapar, Guizot lançava os pressupostos que justificavam a imobilização da hierarquia capacitária na hierarquia social. Se a mobilidade desejavelmente era uma possibilidade aberta ao esforço individual, o ponto de partida necessariamente condicionava os parâmetros. Antes de querer atravessar as fronteiras duma situação, os indivíduos deviam ser preparados a explorar os recursos próprios, perspectivar o que podiam ser sobre o que eram. Por esta via abria-se a possibilidade de, pela primeira vez na história, converter a dinâmica da luta de classes numa dinâmica de concorrência, orientada por uma lógica de progresso interno, tendo por horizonte a elevação social, e não por uma lógica de eliminação própria das aspirações tirânicas. Se a meta das classes populares era o melhoramento justificativo da elevação ao estatuto burguês, a da burguesia era a prova da superioridade que legitimava o seu domínio social. O governo dos espíritos, concebido como educação da liberdade às leis da razão, traduzia-se na actividade dinamizadora da relação entre a ordem intelectual e a ordem social. Sendo o progresso da instrução inevitável no seio de todas as classes, acompanhando o progresso das condições materiais, necessário se tornava a fixar os pilares do sistema educativo, conformando os indivíduos ao processo de hierarquização da sociedade e do poder assente na hierarquia do ter e do saber³¹⁰. De simples reflector da realidade social, o poder político, ao chamar a si a direcção espiritual da sociedade, na sua dimensão moral e intelectual, assumia o papel de

³⁰⁹ «Guizot est relativement déterministe à cet égard; il conçoit l'individu comme un produit social; il est individu social et non individu atomistique. C'est pourquoi l'éducation est plus un moyen de gouvernement qu'un instrument d'émancipation individuelle chez lui» (idem, p. 253).

³¹⁰ «L'instruction n'est pas un moyen de faire progresser l'égalité entre les hommes. Elle a pour but de rendre cohérente une société qui repose sur l'inégalité des facultés. Elle a pour objet de prévenir le péril démocratique défini comme confusion sociale» (idem, p. 246).

instituidor da estática e da dinâmica social. E ao fazê-lo mostrava-se coerente com a crença de ter a responsabilidade de governar uma sociedade, que não sendo totalmente justa e comportando muitas patologias, era essencialmente justa nos princípios em que assentava. Ao esforço individual integrado no colectivo sob orientação dum poder esclarecido e activo, e à acção do tempo, havia que confiar um encontro cada vez mais alargado e esclarecido do destino da humanidade com as leis que a condicionavam. A esperança num progresso infinito e indefinível nunca poderia ser cumprida pela aposta no individualismo, mas pela integração da diversidade individual no corpo social, e na manutenção dos mecanismos sociais e políticos que o asseguravam.

O projecto de governo dos espíritos que permite aprofundar as consequências da visão doutrinária do indivíduo³¹¹, ao ponto de através dela pôr em causa os mais essenciais valores da modernidade, revela-se igualmente essencial para compreender a posição deste liberalismo conservador sobre a verdade social e a sua dinâmica, na qual tem de ser inserida a recusa de ceder à mudança na prática política. Na comparação, citada no início deste trabalho, que Guizot fez entre os percursos do conservadorismo inglês e francês, entre o conservador tornado liberal e o liberal tornado conservador, encontra-se a intuição de dois modos visceralmente diferentes de estar na política, de ler a história e de equacionar a razão, que, se permitia a circunstancial identificação de pontos de vista entre estas correntes, a evolução da sociedade condenava a destinos divergentes. Radicavam eles no mar que separava a sensibilidade duma sociedade civil, consciente dos seus direitos e liberdades que a tradição garantia, e trabalhando para demarcar entre ela e a tentação tentacular do estado a separação de esferas, sendo esta luta que justificava o sacrifício de envolvimento na política activa, de resto desvalorizada, e duma sociedade crescida à sombra do movimento de centralização e da luta pela libertação, tornando improvável a distinção entre a dimensão civil e política da liberdade. São

³¹¹ Lucien Jaume, abre a obra que temos citado, com uma estimulante reflexão sobre as ideias de corporação e corpos sociais nas diversas correntes liberais francesas diversas da constantiana, sublinhando as ambiguidades que as atravessam, particularmente presentes entre os doutrinários. A crítica da corporação de tradição medieval, com continuidade no antigo regime, passava tanto pela crítica do princípio de privilégio que encerrava, quanto pelas acusações de lógica a um tempo individualista, particular, estranha aos interesses gerais, e afrontadora do poder geral do estado. Crítica que convivía com a tentativa de recuperação da ideia, expurgando-a da vertente individualista e usando-a, mesmo, para combater as possibilidades abertas ao individualismo na modernidade. O lugar ocupado pela perspetivação sociológica do problema político, o esforço feito para remeter o indivíduo para o berço do corpo social, a assumpção das instituições públicas como lugar próprio para a recriação da corporação, são vertentes que permitem a Lucien Jaume equacionar a alternativa representada por Guizot ao liberalismo da dupla Mme. De Stael / Constant: «*privilégier l'individu, jusqu'à, éventuellement, un libéralisme du sujet (Mme de Stael), assujettir l'individu à un esprit de corps qui le discipline (point de départ de Guizot). Le libéralisme français a, très majoritairement adopté la seconde voie, celle d'un libéralisme par l'État, et non contre ou hors l'État*» (Lucien JAUME, *op. cit.*, p. 11).

identificáveis no paradoxo do fascínio exercido pela experiência inglesa na reflexão liberal francesa, cujas correntes nunca abandonaram a busca duma solução moderada entre o absolutismo monárquico e democrático que a Inglaterra lhes apontava, e a acusação conservadora inglesa, vinda de Burke, de radicalismo e abstraccionismo francesista dum certo liberalismo político britânico. Identificáveis, ainda, no casamento em Burke do liberalismo económico smithiano com o conservadorismo político, e a desvalorização no pensamento doutrinário, senão submissão, da reflexão económica à reflexão política. Identificável, finalmente, na observação de Sir Robert Peel a Guizot, admirado com a facilidade com que este cedia aos amigos políticos quando o seu problema era o de medir as cedências a fazer aos adversários políticos. Um reportava à função do político conservador que consciente da inevitabilidade da mudança, e pronto a ceder ou mesmo antecipar a sua evidência, reclamava a sua harmonização com os valores da tradição, em nome das prerrogativas da sociedade civil e do respeito pela sabedoria ou razão colectiva, traduzida na noção de senso comum, que encontrava a medida da defesa da sua liberdade na hostilidade ao voluntarismo do poder informado por um racionalismo abstracto. O outro reportava ao objectivo de fixação pela instância política duma realidade social situada no encontro entre a razão e os fins da história, da qual decorria a crença de que as condições de progresso contínuo dessa realidade dependiam da erradicação da mudança que lhe questionasse os pressupostos, e a convicção da necessidade de conformar os espíritos à aceitação desse facto e de disciplinar os actores sociais à representação dos papéis que lhes cabiam.

«Être conservateur, c'est en effet gérer et contempler une société qui sait qu'elle n'a plus de révolution devant elle. Perspective qui bouleverse toutes les représentations antérieures du politique puisqu'elle assigne à l'histoire un état terminal stable. On peut même estimer dans cette perspective que le conservatisme constitue depuis le XIXe siècle l'idéal historique indépassable de toutes les pensées révolutionnaires.... L'unité du XIXe siècle est à cet égard étonnante. Si tous les auteurs, ou presque, divergent sur l'estimation des conditions de réalisation de la révolution, ils s'accordent en même temps finalement sur l'idée d'une clôture possible et souhaitable de celle-ci qui marque l'entrée de l'aventure humaine dans une temporalité lisse. D'où la fameuse apostrophe de Guizot, souvent si mal comprise, dans sa

déclaration de 1846 aux électeurs du Calvados : «Tous les partis permettent le progrès, les conservateurs seuls peuvent le donner. » Seuls les conservateurs, en effet abolissent le dilemme du mouvement et de la stabilité, seuls les conservateurs inscrivent délibérément leur action dans un ordre régulier et durable.... Le conservateur ne s'oppose plus au révolutionnaire, puisque tout le monde l'est devenu, mais au radical : celui qui continue à croire la révolution *devant lui*»³¹².

Seguindo esta leitura de Pierre Rosanvallon, podemos corrigir a leitura de Guizot sobre o percurso dos doutrinários como liberais tornados conservadores, que abre caminho à ideia dum hiato entre o rigor da leitura da dinâmica da realidade social, informada pela ideia de progresso, na teorização política doutrinária durante a Restauração, e a alienação dessa realidade na prática conservadora do poder. Mais do que liberais tornados conservadores, a fundamentação e a proposta política doutrinária permite afirmar que o objectivo conservador da sua teorização liberal adquire possibilidade de concretização na prática do poder.

O conselho de Guizot aos franceses, "enriquecei-vos", que acompanhou a constante recusa de reformar o sistema eleitoral, quando era evidente que os parâmetros vigentes por um lado excluía do direito à política activa uma larga faixa da classe média e mesmo membros da inteligência francesa, e por outro lado favoreciam a instrumentalização do corpo administrativo, é geral e justamente evocado como impulsionador da queda da Monarquia de Julho. Sendo certo que a dimensão moral que continha foi eliminada do debate político e da mensagem da oposição à opinião pública, sobrevivendo no imaginário político e popular as implicações da dimensão material, não menos certo é que o elitismo que subjazia à sua inflexibilidade remete mais para o ideal político e social doutrinário, do que para a incompreensão da mudança da realidade social e da sensibilidade política da opinião pública francesa, evidenciada no concerto da oposição nos acontecimentos de 1848.

Na leitura política dos acontecimentos que levaram à queda do regime, a acusação feita aos amigos políticos de amolecimento perante a estabilidade e mesmo de confusão entre eclectismo e cedência, que teria motivado a passagem à oposição dos conservadores progressistas chefiados por Cousin, casou-se com o desgosto pela incapacidade dos actores políticos, congregados em torno dos partidos, representarem os

³¹² Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 278-279.

papéis naturais que garantiriam a estabilidade do sistema: «pour que les partis politiques fussent pleinement à leur tâche, il faut qu'il soient complets et compacts.... tel a été, de 1814 à 1848, le malheur de la liberté politique en France, soit sous la Restauration, soit sous le gouvernement de Juillet, les deux partis appelés à mettre les institutions libres en pratique ont été profondément incomplets et discordants.... Le gouvernement n'a pas eu tous ses appuis naturels. L'opposition a eu des alliés qui l'ont dénaturée. Tout le régime de la liberté politique a été ainsi frappé tantôt de faiblesse, tantôt de désordre, et tantôt il n'a pas été au niveau, tantôt il a été jété en dehors de sa mission»³¹³.

Recordando a sua relação com Luís Filipe na crise que antecedeu a revolução de 1848, e durante a qual se recusou a dirigir uma política de mudança deixando o monarca livre para usar a prerrogativa régia, Guizot reproduzia as palavras do Rei, consciente de que a queda do seu ministro significaria a queda dum projecto em que pessoalmente se envolvera, mas também consciente da solidão desse projecto na realidade da nação:

«Tenez, mon cher ministre, me dit-il, je souhaite de tout mon couer que vous ayez raison; mais ne vous y trompez pas: un gouvernement libéral en face des traditions absolutistes et de l'esprit révolutionnaire, c'est bien difficile; il y faut des conservateurs libéraux, et il ne s'en fait pas assez. Vous êtes les derniers des Romains»³¹⁴.

³¹³ François GUIZOT, «Trois générations....», *op. cit.*, p. CXX-CXXI.

³¹⁴ François GUIZOT, *Mémoires*..., t. VIII, p. 91.

III. O GOVERNO NO PARLAMENTO : O CONSERVADORISMO DE COSTA CABRAL

1. O POLÍTICO NA INSTÂNCIA PARLAMENTAR

Nos dois primeiros capítulos buscámos a sustentabilidade do conservadorismo no universo de valores políticos liberais. Neste âmbito distinguimos a corrente anglo-saxónica, construída a partir das teses tradicionalistas burkianas, da corrente francesa nascida na Restauração por acção dos doutrinários. Embora o conservadorismo em França seja sobretudo conotado com o pensamento contra-revolucionário, estamos cientes que conseguimos provar a pertinência do conceito na construção teórica liberal, e portanto a sua operacionalidade para a investigação histórica. Propomo-nos reflectir agora em que medida estas correntes encontraram eco em Portugal, e se as perplexidades e contingências portuguesas ditaram idiossincrasias no nosso liberalismo oitocentista.

A fonte, o momento e a personalidade que privilegiámos, traduzem algumas preocupações que persistem desde os nossos primeiros contactos com o pensamento liberal, tendo-as encontrado magnificamente sintetizadas na distinção que Pierre Manent estabelece entre *liberalismo de oposição* e *liberalismo de governo*. O indivíduo definido como proprietário de liberdade que situa a natureza a-social do homem, encerra todas as contrariedades que atravessam a reflexão liberal, pois se no plano ontológico poder e liberdade se identificam, no plano histórico do homem em relação, as duas faces do conceito revelam-se uma fonte de inevitável conflitualidade. Da consciência teórica e vivencial deste problema de complexidade inesgotável, decorre o esforço de conceptualização duma organização social e política que na segurança dos direitos de todos os indivíduos reflectisse a segurança dos direitos de cada. Dela

decorre, igualmente, a tendência para conotar a ideia de liberdade aos aspectos positivos do conceito de liberdade, e concentrar na ideia de poder o potencial tirânico da liberdade sem freio.

Se setecentos provou a incompatibilidade da liberdade dos cidadãos com o absolutismo régio, oitocentos nasceu sob o trauma primeiro do Terror e depois do Império, sendo neste despertar que realmente podemos situar o nascimento do liberalismo, como doutrina política oposta ao absolutismo sob qualquer forma que se apresentasse. A ele se liga a subvalorização da especulação filosófica desligada da vivência humana em favor da filosofia da história e da sociologia, que permitiam o estudo das situações complexas próprias a essa vivência. E dele é, igualmente, característica a forte cultura de prevenção contra o poder, cujo expoente foi, sem sombra de dúvida, Benjamin Constant. Vimos como os doutrinários, ainda na linha desta reflexão anti-absolutista, exploraram outra via quando devolveram uma conotação positiva ao poder, sem a qual viam que o Estado liberal não poderia impor-se e estabilizar. Mas as implicações desse esforço para a liberdade, e mesmo para o valor do indivíduo, reforçou a primeira das nossas preocupações: dentro duma ordem política liberal o que define, ou o que constitui o limiar duma concepção e prática liberal do poder. Entre uma e outra cultura política onde se situa o espírito liberal.

A escolha de Costa Cabral, que ficou ligado à história com o espectro da acusação de um exercício ditatorial do poder³¹⁵, justificava-se enquanto representante duma situação limite e, por isso mesmo, ideal para pensar o problema. O simples besteiário que inspirou aos primeiros caricaturistas portugueses, que usaram essa arte como veículo de combate político, revela o impacto do Conde de Tomar sobre o imaginário nacional. Muito a propósito, há dias conversando com um respeitado académico sobre o tema da presente dissertação tivemos por reacção - *Ah, o ditador Costa Cabral* - e de seguida a pergunta, reforçada por um olhar cintilante de provocação: - *Mas diga-me lá, acha que Costa Cabral era miguelista?*! Tal pergunta sobre

³¹⁵ Imagem que, no entanto, não impediu a recuperação política na Regeneração, tendo representado o Estado português e sido elevado a Marquês por um dos homens que mais militantemente o combateram na década de 40.

um homem em quem a Rainha confiou até ao fim da vida. Um homem que se envolveu na primeira revolta após o regresso de D. Miguel e por isso sofreu uma emigração feita de agruras, iniciadas na marcha dos derrotados através de Espanha e continuadas nas longas noites dos barracões ingleses e belgas em que foram amontoados. Tal pergunta, dizia-mos, reconhecemos apesar de tudo pertinente no sentido em que foi feita, e nessa perspectiva teria o mesmo sentido se nos perguntasse se D. Maria II³¹⁶ não era um pouco miguelista na preferência, que nunca escondeu, pela política cabralista.

Entre as pistas de reflexão sobre Costa Cabral, tínhamos a sugestão de José Esteves Pereira, há anos em uma aula de mestrado, de que o cabralismo poderia ser visto como um ensaio falhado de Regeneração, faltando estudos que informassem o problema. Sugestão que já insinuavam as páginas dessa inesgotável fonte de reflexão que constitui a obra *Portugal Contemporâneo*. Tínhamos ainda o relevo conferido por Pinto dos Santos ao facto de Costa Cabral ter sempre convivido com a realidade parlamentar, sendo o primeiro estadista português a conseguir a proeza de cumprir um mandato eleitoral³¹⁷. E mais recentemente, Maria de Fátima Bonifácio ligando o programa político de Costa Cabral ao doutrinário³¹⁸, num artigo em que afirmava que o político podia orgulhar-se de ter governado constitucionalmente embora com mão forte e sem concessões³¹⁹. Ligação que, uma vez mais, Oliveira Martins já avançara.

A perspectiva do poder que buscávamos ditou a opção de nos concentrar no momento em que por mais tempo o exerceu e em que verdadeiramente pôde influir no destino da Monarquia

³¹⁶ Rainha que não tem merecido a atenção da nossa historiografia, provavelmente influenciada pela imagem construída no séc. XIX de que foi sobretudo um títere nas mãos das mais contraditórias facções e interesses, ou, ainda, que esta jovem mulher ao conviver até à morte com o peso de partos quase anuais pouco tempo teve para pensar nas matérias de Estado. Estamos convencidos, sem que o possamos justificar senão pela intuição que só uma biografia política poderá confirmar, que em D. Maria II existe uma verdadeira dimensão de estadista, que manipulando, sempre que podia, os cenários políticos em favor das suas convicções, foi capaz de ceder à evidência da oscilação da opinião política nacional, e talvez por essa clarividência tenha ajudado a salvar a continuação da monarquia portuguesa.

³¹⁷ Cf. Manuel José Pinto dos SANTOS, «Sobre o Cabralismo» *Do antigo regime ao liberalismo. 1750-1850*, p. 149-155, artigo publicado no decurso da investigação para dissertação de doutoramento sobre as *Estruturas políticas do Cabralismo*, que infelizmente circunstâncias extraordinárias o impediram de defender.

³¹⁸ «O essencial do seu programa consistia em fundar e conservar a ordem susceptível de produzir o progresso material e social do país. Sabendo-se quais eram as respectivas premissas, compreende-se que o «centro» do cabralismo se configurava, não como consenso, não como síntese, mas sim como exclusão, unicamente aberto a quem aprovasse e cooperasse na repressão antidemocrática necessária para liquidar de vez a revolução» (Maria de Fátima BONIFÁCIO, «Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário», *Análise Social*, v. XXVIII, nº4-5, p. 1086). Ideia que retoma em *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*, p. 160-161.

³¹⁹ *idem*, p. 1090.

constitucional. Interessando-nos não tanto a descrição da acção governativa, mas a sua fundamentação, bem como a movimentação no seio das instituições liberais, considerámos o palco parlamentar como o lugar próprio para essa abordagem. O modo como se posicionava perante as questões fulcrais à definição do regime, e à sua vivência política. A delimitação dum programa através da clarificação dos pressupostos da acção legislativa. A justificação das opções governativas pressionada por uma oposição atenta. O relacionamento com a maioria e com a oposição parlamentar, e a postura destas face ao Governo. A detecção dos encontros e desencontros ideológicos, que nublam a identificação das tendências políticas, mas que igualmente esclarecem, a longo prazo, incompreendidas opções. Estas eram algumas questões que uma paciente leitura dos debates parlamentares poderia ajudar a apurar, e que considerávamos fulcrais para iluminar o nosso problema.

A escolha da fonte parlamentar ia, ainda, ao encontro duma cadeia de reflexões e que partia da constatação de ser o Parlamento uma instituição imprescindível ao regime liberal, significando a sua suspensão a própria suspensão do regime. Instituição sazonal, na vida política o Parlamento constitui, por excelência, a instância da representação. Sendo a instância que vive do confronto político, que transforma em debate de opiniões, é igualmente a própria para a legitimação da acção política através da sua explicação e fundamentação. O discurso parlamentar é duplamente dirigido ao país, representado nos pares que o escutam e a ele reagem, e, ainda mais directamente, na publicidade que espera conquistar. Nesse sentido, é um discurso que se alimenta do jogo de expectativas.

Relevante para a história das ideias políticas, à qual interessa particularmente a vida das ideias, consideramos os factos de ser, por um lado, um lugar privilegiado de formação do político, e, por outro, a instância de encontro entre a teoria e a acção política. Nela a cada momento a realidade do debate obriga à reflexão, à aquisição de conhecimentos, à movimentação não só no campo ideológico próprio, mas igualmente do adversário que se busca

“apanhar” em contradição ou simplesmente desvalorizar na argumentação. No momento estudado, o carácter didáctico da dinâmica parlamentar para políticos cujo percurso e educação muitas vezes impedia uma sólida formação teórica, e mesmo para aqueles que tendo-a sentiam necessidade de especificá-la ou actualizá-la, encontra-se nos arquivos particulares onde um abundante epistolário revela a circulação de obras para preparar debates. Que para cada matéria a plêiade de referências era circunscrita e geralmente reconhecida, embora melhor ou pior dominada e sujeita às mais contraditórias interpretações, é testemunhado nos inúmeros discursos reflectindo ou mesmo mencionando essa realidade.

Se a análise do real, as expectativas do ideal e a avaliação do possível, obrigavam a um constante esforço de encontro entre o teórico e o pragmático, nos casos mais brilhantes, em particular numa época em que tudo ou quase tudo estava por construir, esse esforço levava a conclusões verdadeiramente inovadoras constituindo doutrina para além da circunstância a que buscava responder. Que o discurso parlamentar se podia impor como referente teórico, tornando lícito falarmos dum parlamentarismo doutrinário de impacto transnacional, e não raras vezes era da obra falada que nascia a obra escrita, comprova-se na atenção da imprensa periódica aos grandes oradores nacionais e estrangeiros, na edição de compilações, na citação em sede parlamentar. No momento em que a teoria política abandonava o gabinete do filósofo para se encontrar com o actor político, nada mais natural que este sentisse a necessidade de correcção que só a prática pode ditar, e nesse movimento se fizesse ele próprio filósofo. Nesse percurso as ideias enriqueciam em significados, alimentavam ambiguidades, insinuavam-se muitas vezes mais no que ficava por dizer e por fazer do que no dito e no feito.

Movimento da teoria à prática e da prática à teoria, implicava uma atitude na acção governativa. Ao Governo não bastava definir-se por uma política de resultados, mas tinha constantemente de justificar-se por uma política de princípios, mesmo que fossem os do pragmatismo político. O Governo tinha de apresentar-se como programa e por via da confiança

parlamentar de provar a sua sintonia com as aspirações nacionais, sob pena de não conseguir governar. Como vimos na primeira parte deste trabalho, a constatação esteve longe de surgir óbvia aos liberais do início do século XIX. Sendo longa e acidentada a história da sua teorização, esta traduziu a passagem da primitiva ideia de Poder Executivo para a moderna ideia de Governo Parlamentar.

Passagem que igualmente implicou a modificação do estatuto parlamentar, tornando impossível o Parlamento, tal como se apresentou no vintismo. Isto é, como reunião de cidadãos que necessitando embora encontrar consensos para legislar, se concebiam somente responsáveis perante os eleitores e a sua consciência, e que encaravam o Executivo como um poder que lhes era totalmente estranho e do qual se sentiam juizes. Face a um Executivo que desde a doação da Carta Constitucional adquiriu, para não mais perder, a capacidade de iniciativa legislativa, e que caminhou após a guerra civil para a transformação em Ministério carente da caução parlamentar para prosseguir uma política governativa, o Parlamento necessariamente caminhou para uma constituição partidária. À custa da independência do deputado, as declarações de princípios tiveram de encontrar os seus centros, que com o tempo se transformariam em partidos formais, sendo eles que decidiam a manifestação a favor ou contra o Ministério. A constituição de Ministérios saídos do Parlamento acabou, tal como no resto da Europa, por se impor ao longo da década de trinta. Como Jorge Borges de Macedo assinalou, a ideia de programa político, exigível a qualquer “partido” candidato a ser Governo, abriu caminho, sentindo-se, tanto quanto pudemos constatar, a pressão para essa evolução nos debates parlamentares pelo menos desde os finais da década de trinta.

O processo saldou-se na identificação e coordenação do discurso do poder, sùmula da maioria e do Governo que a representava, que compreendendo embora sensibilidades diversas não compactuava com a dissidência. E para a oposição na urgência de constituir-se como contrapoder com credibilidade para aspirar ao Governo. Urgência tanto mais dolorosa quanto ao

facto de ser minoria acrescentava a natural divisão interna em grupos com profundas divergências ideológicas, que opções estratégicas podiam ou não aproximar.

Finalmente, o estudo do discurso parlamentar justificava-se duplamente no caso de Costa Cabral, por não ser um intelectual com livros ou artigos assinados³²⁰, tendo somente escrito alguns folhetos polémicos durante os exílios por que passou. Esta característica de Costa Cabral é, de resto, atípica relativamente aos políticos oitocentistas de renome e com aspirações de liderança, pois sendo certo que a maioria não deixou obra monográfica publicada, a colaboração e mesmo a direcção de jornais foi um veículo de comunicação e sedimentação de prestígio político de que raros prescindiram. Aspecto que corrobora a imagem que criou de homem impulsionado para a acção, que se impôs pelas qualidades de liderança e pela capacidade de manipular os bastidores da política.

Chegando ao Parlamento por via de cumplicidades políticas, que remontavam aos tempos da emigração em que esteve ligado a alguns dos futuros setembristas, foi a eleição para deputado que o trouxe para a capital, e foi a vida parlamentar que lhe permitiu construir a carreira política. Como orador, ao contrário dos mais admirados parlamentares como um José Estevão³²¹, um Passos (Manuel), um Garrett, os discursos de Costa Cabral eram normalmente curtos, cortavam a direito, às vezes bastando-lhe um comentário para mudar o rumo da discussão. Nos primeiros anos, ainda antes do golpe de 1842, quando se alongava era normalmente para responder a ataques pessoais, exaltando nessas ocasiões o tom da voz e das palavras. Com o tempo obrigou-se a estender sem perder o registo sintético, a apurar o jogo da argumentação, a fundamentar posições, especializando-se, como ressaltou o seu correligionário D. José de Lacerda, em deixar correr a discussão dando a primazia aos adversários políticos, para no fim desmontar-lhes os discursos, apontar fraquezas e incoerências, contrapor com autoridade. As preocupações que

³²⁰ O próprio confessava que não sabia escrever um artigo. Tanto quanto sabemos a única ocasião em que recorreu com alguma regularidade à imprensa periódica foi durante a estadia em Espanha, após a Maria da Fonte, quando publicou artigos sobre a situação portuguesa e passou informações aos jornais espanhóis *Faro* e *Heraldo*, conforme atesta a correspondência existente no seu arquivo particular (ANTT, APCC, Arq. A - Costa Cabral, Cx. 120). Esta confissão daria azo a que José Estevão, de resto cansado de conhecê-la, comentasse: «Neste sistema actual, quando um Ministro diz que não sabe escrever artigos, vai tratar de

vimos assinalando ditam que tenhamos optado por primeiro integrarmos o seu discurso no debate parlamentar sem nos concentrarmos em sublinhá-lo, para depois o isolarmos buscando demarcar as linhas de força do seu pensamento político.

outra coisa» (*DCD*, 13.07.1841, p. 136).

³²¹ De quem Costa Cabral dizia que no fim dos seus longos discursos já não se recordava do que tinha afirmado no princípio.

2. O CONSTITUCIONALISMO CARTISTA

«Nada há mais estúpido, mais imoral, mais anticivilizador do que trazer cada partido a sua constituição na algibeira, e acompanhar sempre a sua ascensão ao poder do funeral da constituição dos seus adversários, e da inauguração da sua»³²²

2.1. A Restauração da Carta e o problema da reforma

A elevação de Costa Cabral ao poder marca a viragem à direita da política nacional³²³ e do político que chamaria a si a consagração constitucional e direcção governativa da nova situação. A crónica da ascensão e queda do futuro Marquês de Tomar³²⁴ não permite escamotear que o seu consulado se saldou em aquisições de relevante importância para o destino da Monarquia, entre as quais se destaca a restauração da Carta Constitucional.

Reflectir sobre a restauração decorre da forte contestação com que o país político a recebeu, unindo os sectores setembristas a significativas personalidades do cartismo em protesto contra o movimento revolucionário e pelo cumprimento do decreto de 10 de Fevereiro. Decreto este que, sob influência decisiva de Mousinho de Albuquerque, acompanhara em 1842 a proclamação da Carta da promessa de convocar Cortes Constituintes. Em defesa da reforma Almeida Garrett chegaria a evocar em pleno Parlamento o próprio Imperador, que reconheceria os graves defeitos na Carta que outorgara³²⁵. Tal protesto, miscigenando os juízos políticos sobre o acto e sobre o articulado da Carta, implicava em ambas vertentes o enunciar de princípios e

³²² “Programa” da Coalizão publicado na *Revolução de Setembro* de 2 de Outubro de 1843, In Jorge de MACEDO, *O aparecimento em Portugal do conceito de programa político*, p. 412

³²³ É sobejamente citada a passagem em que Fronteira traça o retrato do Senado eleito após a proclamação da Constituição de 38 «O Senado era composto pela maior parte dos Pares que formavam as maiorias cartistas desde 1834 a 1836. Parecia-nos, entrando na Câmara, que a Carta tinha sido restaurada e que estávamos funcionando no centro da Câmara hereditária.» (Marquês de FRONTEIRA, *Memórias*, V-VI, p. 284). A situação evoluiria nesse sentido, tendo as eleições de Maio de 1840 servido para reforçar a maioria governamental na Câmara dos Deputados, e o Ministério de Junho de 1841 confirmado o ascendente político cartista: «O Ministério, começando pelo seu Presidente [Joaquim António de Aguiar], era puro *cartista*; o único Ministro que tinha saído das fileiras *setembristas* era Costa Cabral. Um novo e terrível golpe para os *setembristas* e um triunfo completo para os *cartistas* que exclamavam em voz alta: *Só nos falta a Carta e a época aproxima-se*» (idem, p. 317).

³²⁴ Estamos convencidos de que o facto de não ter assegurado o envolvimento de personalidades chave do cartismo lisboeta no movimento do Porto, motivado provavelmente por uma inoportuna fome de protagonismo, foi decisivo para a duríssima oposição que logo enfrentou. A esta notável falta de tacto político, da qual os acontecimentos de 1842 se revelam sintomáticos, uniu-se o pendor autoritário evidenciado no relacionamento com os ritmos próprios à vida parlamentar, não tornando difícil prever a violência da reacção que suscitou.

³²⁵ «Eu entendo que as eleições indirectas são uma fatalidade. Já lhes disse que até o ouvi ao Augusto Outorgador da Carta, a quem muito desagradou este, assim como outros defeitos que nela havia, o que não podia deixar de acontecer, porque é obra humana» (*Diário da Câmara dos Deputados*, 22.07.1842, p. 115-125 – debate sobre as eleições de 1842). A partir de agora passaremos a citar os diferentes diários com as siglas DCD (da Câmara dos Deputados), DCP (da Câmara dos Pares) e DG (do Governo). Por comodidade, citamos as páginas limite dos discursos. Salvo indicação contrária, as citações feitas aos discursos de cada deputado remetem ao mesmo lugar referenciado na primeira citação.

aspirações, bem como remetia para a leitura de percursos e para a comparação com as constituições concorrentes.

Sendo este o universo de reflexão a mover-nos, balizamo-lo pelo saldo duma apaixonada luta constitucional que remontando ao vintismo se prolongou até à Regeneração. Isto é, pela sobrevivência da Carta de D. Pedro IV até à revolução republicana, tendo provado pela prática tanto a adequação do regime que definira o Portugal oitocentista, quanto a permeabilidade à mudança da sensibilidade política e da realidade social nacional. Neste sentido também relevante se apresenta o facto da primeira revisão constitucional, que finalmente decorreu em 1852, ter deixado ileso a arquitectura do regime, visando sobretudo a transparência dos processos políticos e o controlo parlamentar dos actos governativos. Ninguém duvidava que se tratava duma situação de compromisso, que tocara levemente ou mesmo evitara algumas das reformas genericamente reclamadas. A Câmara dos Pares permaneceu intocada, tendo de esperar trinta e três anos para ser equacionada. As eleições directas foram finalmente consagradas, o abaixamento do censo permitiu uma mais efectiva participação da classe média na vida política e a capacidade académica foi considerada na escolha dos representantes, mas o capítulo deixava vaga a questão das incompatibilidades tão reclamada contra o caciquismo e a funcionalização do Parlamento, e ao omitir o controlo independente das eleições deixava o caminho aberto à fraude.

A Regeneração veio consagrar a ideia, já presente na constituinte de 1837-1838, de que a conquista da estabilidade só se apresentaria como horizonte viável, quando vingasse o deslocamento da cisão partidária do plano constitucional para o programático. Ao consenso constitucional entre as correntes liberais monárquicas, ou ao constitucionalismo desenvolvido no âmbito da Carta, havia que aliar o rotativismo, compatibilizando a ordem com a moderada liberdade de mudar.

O debate parlamentar sobre o movimento de Janeiro de 42 e a exigência de reforma da Carta Constitucional, tendo sido recorrente até à Maria da Fonte, foi primeiro equacionado na

discussão da *Resposta ao Discurso do Trono* em Agosto de 1842. O primeiro parágrafo do *Discurso* deu-lhe o mote quando ofereceu uma apreciação política do movimento³²⁶.

Tendo por porta-voz Almeida Garrett, a oposição coligada subscrevia uma resposta alternativa à da maioria, onde defendia o decreto de 10 de Fevereiro pela dupla necessidade de interrogar pelo voto a adesão da Nação à Carta e de eleger mandatários habilitados a reformá-la³²⁷. Ostensivamente a oposição denunciava a cisão entre D. Maria II e a acção do Governo, quando atribuía à vontade régia o decreto restaurador. A Rainha mostrara-se uma justa herdeira de D. Pedro IV, provando tanto o apego aos direitos da nação quanto a sensibilidade reformista.

O autor da *Resposta* alternativa acabaria reconhecido como líder da oposição por Passos Manuel, que regressara ao Parlamento após a revolta de Torres Novas³²⁸. Significativamente a liderança era depositada numa figura insuspeita de sentimentos radicais, membro do que podemos considerar a ala “esquerda” dos Ordeiros³²⁹, cuja filiação ideológica no doutrinarismo se encontra estabelecida³³⁰. O moderantismo de Garrett assegurava, por um lado, um *juste-milieu* à diversidade de opiniões reunidas na oposição e, por outro, credibilizava-lhe o discurso numa assembleia de esmagadora maioria governamental³³¹, onde abundava um cartismo inflexível.

Em 1842, a *Resposta* alternativa que concertou permitiu à oposição apresentar uma crítica

³²⁶ «O Voto Nacional, espontaneamente manifestado nestes Reino, Me determinou, em desempenho do mais Sagrado dever, a Declarar em vigor, como lei fundamental do Estado, a Carta Constitucional da Monarquia, outorgada por Meu Augusto Pai de Saudosa Memória. É vossa missão consolidá-la, e Eu confio em que a desempenhareis» (DCD, 1.07.1842, p. 3).

³²⁷ «A Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa vem respeitosamente protestar a Vossa Majestade, que ela há de corresponder à confiança que Vossa Majestade se Dignou Expressar-lhe, fazendo todos os esforços para consolidar a Carta Constitucional da Monarquia que Vossa Majestade Houve por bem declarar em vigor pelo Seu Decreto de dez de Fevereiro deste ano. Mas a Nação reconhece com Vossa Majestade que, desde que o Augusto Dador da Carta Acompanhou a sua restauração de tantas Leis que inteiramente mudaram toda a antiga face e toda a antiga organização da Sociedade Portuguesa, aquele venerando Código só podia ser consolidado por avisadas e graves reformas que o acomodassem ao novo estado social. E consolidar hoje, Senhora, a primeira e imortal Obra do Senhor D. Pedro IV, nosso Rei, de Saudosa Memória, é pô-la em harmonia com a maior e mais imortal obra do Duque de Bragança, nosso Libertador. Este foi, em todas as crises e por qualquer modo que se expressasse, o voto nacional; e a este voto sabiamente Atendeu Vossa Majestade quando, por aquele Seu novo acto de Real Prudência; Se Dignou Pôr termo às irregularidades que o provocaram, Mandando consultar a Nação sobre um facto que precisa legitimado pela intervenção dela, e pela revisão das estipulação pactuadas» (idem. 9.08.1842, p. 44-45, subl. nosso).

³²⁸ Discurso de Passos (Manuel) (DCD, 18.10.1844, p. 185-196P)

³²⁹ Enquanto Benedicta Vieira dilui os Ordeiros entre a Direita e o Centro direita parlamentar, repartida em função das votações nas Constituintes (*A Revolução de Setembro e a discussão constitucional de 1837*), Júlio Silva considera a direita parlamentar como um bloco coerente formado pelos Ordeiros, cuja acção concertada em torno de princípios políticos fundamentais comportava sensibilidades e percursos políticos diversos (*As Cortes Constituintes de 1837-1838: liberais em confronto*).

³³⁰ Cf. Júlio SILVA, *op. cit.*; mais recentemente, Júlio Silva aprofundou esta reflexão, sublinhando, a par da natural influência dos teóricos franceses, a forte presença do doutrinarismo espanhol no seu órgão oficial («O liberalismo de “O Constitucional” (1838-1839): a Ordem e a Liberdade», *Cultura: revista de história e teoria das ideias*, v. VIII (1996), p. 91-114). Numa leitura diferente, Maria de Fátima Bonifácio, identifica os ordeiros com o *tiers parti* francês, tão criticado por Guizot por a sua cultura de moderação alimentar uma crítica constante do poder e o enjeitar da responsabilidade de se assumir como alternativa (Maria de Fátima BONIFÁCIO, *Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário...*, p. 1066)

³³¹ O conjunto dos deputados da oposição atingia pouco mais de 1/5 da Câmara, sendo este número ainda mais reduzido após as

programática ao Governo e orientar decisivamente o rumo do debate. Nele, a par do duro ataque a Costa Cabral, a oposição questionou a justificação da restauração da Carta Constitucional pelo voto nacional. Apurar em que consistia esse voto e quais os meios aceitáveis de expressá-lo, serviu o questionar da pertinência e da legitimidade do movimento e introduziu a reclamação do cumprimento do Decreto de 10 de Fevereiro.

Garrett, pronunciaria, dias depois, um discurso para clarificar o conteúdo da *Resposta*, o que passava tanto por enunciar o universo de princípios em que o seu autor se movia, como por ler a história político-constitucional recente à sua luz³³². A divisa Liberdade e Ordem, expressando a inseparabilidade destas ideias enunciada pelo programa ordeiro, foi o referencial evocado para demonstrar a coerência entre a teoria e a prática política³³³. Ideário que casava com a concepção de Soberania Nacional enquanto expressão da Soberania da Razão³³⁴, e com o sublinhar da dimensão pactualista do regime monárquico constitucional³³⁵. Anti-revolucionário por excelência, determinava as condições de eficácia desta postura: a abertura reformista das elites políticas vocacionadas para julgar a justiça das reclamações populares³³⁶; a consciência de que terminar a revolução instituindo o império da lei, passava pela criação de consensos entre opiniões e interesses combatentes³³⁷; o apoio dum programa de Governo que pusesse em prática as reformas estruturais e conjunturais³³⁸ geradoras do progresso tranquilo do país.

eleições de 1845..

³³² «Restituir pois a verdade dos factos políticos, defender e explicar o nosso programa ou manifesto, consignado naquela substituição, são os dois únicos objectos do meu discurso» (idem, 11.08.1842, p. 81-94).

³³³ «Aceitei e aceitarei sempre a liberdade com todas as circunstâncias, e por todos os modos por que ela venha, uma vez que elas tragam ou comportem a ordem, sua essencial garantia».

³³⁴ «Nós invocamos a Soberania Nacional, a Soberania Popular louca e desmanhada? Não, Sr. Presidente, nós não invocamos assim estupidamente esse princípio; nós o invocamos sim, e o queremos entender pela verdade, a razão, e a justiça».

³³⁵ «Nós somos súbditos fiéis da Rainha, nós respeitamos o seu voto, nós respeitamos a sua proposição tão inteiramente como ela no-la fez [no decreto de 10 de Fevereiro]: porque um soberano não pode dar uma Constituição, segundo as minhas opiniões, pode propô-la mas as circunstâncias em que o pacto tinha sido feito em 26 mudaram, e mudaram altamente, a mesma Soberana o reconhece, e quando a propõe ao povo, lhe diz – *examinai-a e dai o vosso assenso*».

³³⁶ «No País clássico da Liberdade, e também da Ordem, a Inglaterra, País onde (como já disse outro dia) a sua Aristocracia, a sua Coroa, os seus homens mais elevados são os primeiros a vir ao meio das agitações populares, e dizer ao povo. «Far-vos-emos justiça, e razão até aonde entendermos que a tendes». E fazem-lha, não mentem, nem faltam; aqui está o segredo da conservação, da ordem, e da tranquilidade pública naquele País, acompanhada do constante progresso social, que nunca e justo, nunca é prudente querer contrariar».

³³⁷ «Mas a Constituição foi concluída, foi aceita livremente pela Soberana, foi acompanhada de todas as providências que podiam chamar a Família Portuguesa ao centro da união e concórdia; não houve Partido nenhum que o não reconhecesse; todos disseram «agora sim que podemos aceitar o Pacto; agora sim que a Revolução acabou e a Ordem legal está estabelecida; agora sim, que com a Rainha à frente a Nação pode aceitar este Pacto, que é o resultado de se terem posto em comum as exigências de todos os partidos».

³³⁸ «[A administração de 26 de Novembro de 1839] composta, na maior parte, de Cavalheiros que representavam o antigo Partido Cartista, ela arvorou todavia uma bandeira, que o centro da Câmara Constituinte tinha levantado; a bandeira das reformas administrativas, que nós queríamos; e a do censo, que nós reclamávamos; invocou todos os nossos princípios, princípios tão

Ideário, ainda, que dava razão à exigência de reforma da Carta Constitucional. Exigência longínqua porque expressa já em 1833, decorria do reconhecimento de que a realidade social e a sensibilidade política do país mudara desde a outorga em 1826³³⁹. A revolução de Setembro, nesse sentido, devia ser avaliada pelas consequências legais: a Constituição de 1838 elaborada pelos representantes da Nação, aceite e jurada pela Rainha e pelo povo, viera consagrar essa nova realidade nacional. Pelo contrário, o movimento de 27 de Janeiro não podia considerar-se a expressão do Voto Nacional, tanto pela forma incurial que o evocara³⁴⁰, como pelo carácter retrógrado dos princípios que suportara. No momento em que Costa Cabral recusara cumprir o Decreto de 10 de Fevereiro, inviabilizara a consumação do novo pacto³⁴¹.

Apesar do concerto crítico presente na oposição, os acentos tónicos revelam a diversidade da paleta política, esforçando-se cada deputado por provar a coesão entre a postura presente e os princípios defendidos. No contexto vivido, relevante foi o facto de contar com figuras de primeiro plano do cartismo, cuja maioria se envolvera na Revolta dos Marechais de 1837, ou a ela aderira: Joaquim António de Aguiar, Luís Mousinho de Albuquerque³⁴², António José de Ávila, João Baptista Felgueiras... Como rejeitar os acontecimentos de Janeiro em face deste antecedente? Lidando com as ideias de poder constituinte e poder constituído, para demonstrar que as circunstâncias ditavam a legitimidade de 37 e ilegitimidade de 42, o sentido restaurador dum movimento e revolucionário do outro. Para o credo anti-revolucionário, comum ao centro e direita liberais, tal distinção mostrava-se importante.

santos e tão justos que a Esquerda da Câmara, que tanto combateu o Gabinete de 26 de Novembro, só negava a sinceridade, mas não a bondade do seu programa.... programa que tinha feito acabar revoltas, em nome do qual se empreenderam e conseguiram operações financeiras difíceis e arriscadas, daquele programa em nome do qual se deu ao País uma aparência nova de tranquilidade e confiança que parecia não dever acabar tão cedo».

³³⁹ «Era já a Nação Portuguesa, a mesma Nação Portuguesa de 1826? A sua terra governava-se pelas mesmas leis? A sua organização era a mesma? A sua riqueza estava d' mesmo modo distribuída? As suas antigas Instituições tão velhas como a Monarquia subsistiam ainda? Era o mesmo o modo de possuir, o modo de transmitir a propriedade de impor os tributos? Eram as fortunas as mesmas? Eram em fim as circunstâncias as mesmas que em 826?... Essa opinião grassou nesta mesma Casas, esta opinião foi ouvida no primeiro Parlamento que se convocou, esta opinião foi escrita, e ventilada pela imprensa, foi discutida entre as pessoas mais sensatas, mais pacíficas e mais desejosas da ordem no País».

³⁴⁰ «Não houve tal Voto Nacional, não pode haver Voto Nacional senão depois que se convocou o Parlamento (Apoiados). Eu não reconheço esse Voto».

³⁴¹ «Os ilustres Deputados que o disseram consumado, faltaram a todos os princípios de Direito Público, a todas as regras, a todas as luzes. Para tal facto estar sancionado é necessário que a Nação o sancione pelas suas Cortes, que elas examinem o que fazem, que não dêem o voto cego, surdo e mudo...».

³⁴² Que deixara um filho estendido no campo de batalha de Chão da Feira.

João Baptista Felgueiras³⁴³ ao abrir a discussão avançara o argumento, apoiado nos princípios do Direito Público universal³⁴⁴. O momento constituinte em 1837, na medida em que prolongava o estado revolucionário, ditara a pertinência e a legalidade da revolta, inserindo-a no esforço restaurador; a Constituição de 38 proclamada e jurada atirava, pelo contrário, a iniciativa de 1842 para o campo revolucionário³⁴⁵.

Indo mais longe, Joaquim António de Aguiar acusava Costa Cabral de seguir as mais radicais teses da Soberania Popular, contrariando a recente viragem política de sentido anti-revolucionário³⁴⁶. Para os cartistas de longa data, que tinham acompanhado o *Libertador* até à sua morte, que tinham sido vencidos em 36, e vencidos ainda em 37, o regresso à vida pública com o juramento da constituição de 38 só podia ter significado o abandono das esperanças numa restauração e a franca aceitação da nova ordem política que pusera fim ao ciclo revolucionário³⁴⁷.

No dia seguinte, Mousinho de Albuquerque corroborava com esta leitura dos acontecimentos, mas, sobretudo, intervinha como membro do Ministério de 9 de Fevereiro para esclarecer o espírito que presidira o Decreto do dia 10, num desmentido formal da interpretação oferecida pela maioria. Tratando-se dum acto ministerial³⁴⁸, ninguém melhor do que um dos

³⁴³ Fora Ministro da Justiça entre os dias 20 e 24 de Fevereiro em substituição de Mousinho (Oliveira MARTINS, *Portugal contemporâneo II*, p. 353), demitindo-se com a entrada de Costa Cabral para a pasta do Reino. Apesar de fazer campanha pela maioria na província do Minho, como denunciou Silva Cabral (DCD, 18.08.1842, p. 196-205), quando as Cortes reuniram sentou-se logo nos bancos da oposição.

³⁴⁴ «Essas questões se resolvem pelos princípios de Direito Público e pelas máximas escritas e adoptadas entre as Nações cultas: quem entrar nestas lides tem de forçosamente curvar-se à voz austera das verdades de consenso universais, e às regras eternas e imutáveis que nascem da natureza das coisas; e segundo essas regras, segundo essas máximas e dogmas de todas as idades, a Carta era ainda a Lei em 1837 e deixou de o ser em 1838. Por tanto aqueles que sustentaram a primeira reacção, e combateram até certo ponto a de 1842... se acharam nas fileiras do dever, e no posto da legalidade, que era o timbre, que era a divisa gloriosa do partido Cartista, pela qual ele se avantajava consideravelmente a todos os seus adversários políticos (*Apoiados*)» (idem, 9.08.1842, p. 45-49).

³⁴⁵ «No primeiro caso não estava ainda o Reino definitivamente constituído segundo a nova ordem de coisas, que por vias tumultuárias e sediciosas havia sido proclamada: a verdadeira, a legítima Constituição do Estado era ainda no rigor do Direito a Carta Constitucional tornando-se por conseguinte mais do que lícitos, justos, e ainda obrigatórios todos os esforços para a restaurar, e até esses esforços, tão habilmente concebidos, e tão desastrosamente postos em prática foram frustrados... Na segunda época tudo estava mudado; havia uma Constituição decretada por Cortes Constituintes, sancionada pela Coroa, promulgada como Lei Fundamental, aceita e jurada pela Nação. Estavam por tanto preenchidas todas as formas e solenidades de um Pacto Social».

³⁴⁶ «Como podia acreditar-se que o Sr. Ministro da Justiça, tendo modificado consideravelmente a exageração de seus princípios políticos, tendo-se pronunciado inimigo de revoluções, se lembrasse de destruir a Constituição vigente; porque o princípio dela era a Soberania Popular manifestada por uma revolução, e se pusesse à testa doutra, preferindo a Soberania Popular manifestada nas ruas, nas praças, nos Quartéis: aquela que se exerce pelo modo marcado na Constituição?» (idem, 9.08.1842, p. 50-54).

³⁴⁷ «Todos nós, Sr. Presidente, (excepto o Sr. Ministro da Justiça) pertencemos ao partido vencido em Setembro de 1836 sem combater (e não direi agora por culpa de quem), e em 1837 depois das acções do Campo da Feira, e de Ruivães: todos nós protestámos contra essa Revolução, que nos fez perder a Carta restaurada à custa de tanto sangue, de tantos sofrimentos, e de tantas fadigas; todos nós sofremos por causa dela; e todos nós resignámos os nossos empregos. Mas nós voltámos à vida pública; aparecemos de novo neste nosso mundo político; jurámos a Constituição de 1838; eleitos Deputados, ou Senadores em virtude dela, aceitámos mais de uma vez uma cadeira nas Câmaras; e chamados por Sua Majestade para os seus Conselhos aceitámos as pastas, para que Sua Majestade nos nomeou».

³⁴⁸ «Nós reconhecemos o peso imenso da responsabilidade que assumíamos, nós declaramos que em tempo algum nos esquiváramos a ele, fizemo-lo assim porque entendemos ser este o único modo de cobrir naquele momento a imputação a outro

Ministros envolvidos tinha autoridade para fazê-lo. Ao contrário do expandido no *Discurso do Trono* e na *Resposta*, a restauração da Carta fora aconselhada, não por se reconhecer que a revolução do Porto expressava o voto nacional, mas porque a *Lei de Salvação Pública* assim o demandava. Da natureza ditatorial deste acto, no qual as prerrogativas da Coroa tinham sido ultrapassadas³⁴⁹, decorreram a convocação de Cortes Constituintes que permitiria à Nação sancioná-lo num clima de total liberdade³⁵⁰.

Num momento extremo, o problema da Soberania voltava a ganhar actualidade. Esclarecê-lo importava à clarificação dos fundamentos da organização da sociedade política, e ao julgamento dos processos políticos. Com Mousinho, estamos longe dum cartismo reclamado em nome duma Soberania Régia, que a outorga da Carta em 1826 poderia apontar³⁵¹. Subestimando o acto de outorga, era a *religião do juramento* que valorizava³⁵², isto é, a natureza contratual da realidade constitucional, obrigando num mesmo compromisso reis e povos. Ao sustentá-lo, mostrava-se actualizado às leituras liberais do constitucionalismo cartista avançadas desde a Restauração francesa³⁵³, podendo, ainda, tê-lo apoiado com a própria Carta Constitucional

Poder mais alto, Poder fora do alcance de toda a imputação dentro dos limites da esfera constitucional. Aconselhando o Poder real a sair fora da Constituição, entendemos que devíamos pô-lo coberto com a nossa devoção completa, com a nossa declaração clara e solene, com a nossa antecipada resignação a todos e quaisquer futuros e possíveis resultados». Esta questão seria objecto de polémica no debate da *Resposta*... de 1844.

³⁴⁹ «Se dentro do regimen constitucional (e peço que me escutem) se dentro dos limites constitucionais o Trono é irresponsável e impecável; os Tronos, Sr. Presidente, são ocupados por homens, e fora dos limites constitucionais a impecabilidade a ninguém pode pertencer. Se por desgraça de qualquer Povo um Soberano injusto e tirânico ocupasse um Trono, não poderia ele com o abuso de um tal meio destruir todas as instituições do País, e calcar aos pés os direitos dos Povos?».

³⁵⁰ «A salvação pública exigia essa Ditadura, que aconselhámos devia ser o mais restrita possível, e a Nação devia sancionar este acto devia ser quanto antes convocada para esse fim, e nessa convocação devia haver a mais ampla liberdade.... Este adjectivo amplo [poderes] cumpre-me explicá-lo franca e lealmente no Parlamento, e como posso eu explicar o sentido que a ele foi ligado pela Administração que referendou o Decreto, senão pelo Relatório que precede o mesmo, onde expressamente se diz, que os poderes são necessários para fazer na Carta as alterações que fossem exigidas pelo bem do Estado, e pela vontade da Nação» (subl. nosso).

³⁵¹ «A queda do Antigo Regime, realista e absolutista, e a génese do liberalismo, constitucional e representativo, foi marcado por dois confrontos que representam em si e nas suas sequelas o cerne da problemática que estava em causa. Um punha frente a frente a soberania régia e a soberania nacional, o outro opunha a sociedade orgânica, corporativa, à sociedade atomista individualista. Isto é, confrontava-se uma concepção tradicional de poder e de sociedade, e uma concepção "revolucionária" da mesma. Ora, a Carta contemplava a tradição do poder e a revolução da sociedade. E o seu autor ao outorgá-la aliava a soberania régia à autonomia do estado e dos cidadãos. Isto significa que manteve intacta a tradicional teoria do poder, limitando e condicionando o seu exercício. E significa também que não alterou a distinção revolucionária entre o rei e o estado, entre o súbdito e o cidadão. Ao estado e ao cidadão foi reconhecido, assim, o estatuto de valores políticos. Deste modo, D. Pedro ultrapassou a questão da soberania, tornando-a, por vontade própria, constitucionalmente indiscutível» (Zília Osório de CASTRO, *Direitos individuais no primeiro cartismo* (texto manuscrito)).

³⁵² «A religião do juramento é, e há de ser para mim sempre sagrada (*Apotados*)» (DCD, *ibidem*).

³⁵³ «Aí, desde 1814, que «La vision que l'on avait de la Charte différait aussi selon que l'on considérait sa forme ou son esprit. La forme de l'octroi satisfaisait les partisans de l'Ancien Régime qui souhaitaient une prérogative royale aussi étendue que possible. A l'inverse, le contenu de la Charte conduisait les libéraux à la considérer comme un contrat.... Or, *en droit*, il était clair que la Charte avait été octroyée, et il était non moins incontestable qu'en fait, elle n'avait été qu'un compromis» (Pierre ROSANVALLON, *La monarchie impossible...*, p. 53). «Louis XVIII relativisa lui-même le sens de l'octroi de 16 de mars 1815. Parlant ce jour-là devant les Chambres, lors de la séance d'ouverture de la session parlementaire, il jura en effet de rester fidèle à la Charte donnée et de consacrer sa vie à la maintenir. C'était de fait reconnaître après coup une dimension contractuelle à la Charte, surajoutée à son caractère d'octroi initial. C'est pourquoi les libéraux n'oublieront jamais de se référer à se discours»

portuguesa, nomeadamente através do artigo 76³⁵⁴. Por outro lado, quando Mousinho apelava a Cortes Constituintes para a sancionar, mantendo-a ou revendo-a, ia ao encontro das mais radicais doutrinas sobre a Soberania Nacional, que, como anteriormente vimos, foram amplamente defendidas no advento da Monarquia de Julho³⁵⁵.

Mais cauteloso, Duarte Leitão preferiu sublinhar as prerrogativas régias quando defendeu a irrevogabilidade do decreto de 10 de Fevereiro. Por um lado, ao decretar a restauração da Carta a Rainha chamara a si o Poder Constituinte, por outro quando «determinou, que os Deputados viessem munidos dos mais amplos poderes para as reformas», não só o fizera em virtude desse mesmo poder, como fora ao encontro da Carta³⁵⁶. Isto é, contrariando o discurso de Mousinho, Duarte Leitão afirmava que o decreto fora um acto da Rainha, que o assumira por um direito soberano. Da natureza deste acto decorria, portanto, a ilegitimidade do Governo revogar a decisão³⁵⁷, e mesmo das Cortes o perdoarem em tal matéria.

O representante da esquerda parlamentar no debate³⁵⁸, José Alexandre de Campos, apresentou-se agradavelmente surpreendido pelo carácter democrático da linguagem utilizada no *Discurso*, embora tivesse de admitir que ele próprio não alinhava com o extremismo revolucionário das doutrinas enunciadas³⁵⁹. A conversão da Carta outorgada por virtude da Soberania Régia em Carta nacional votada «entre os acentos encantadores do teatro, e da harmonia», não podia deixar de lhe causar espanto. Partilhando embora, com os Conselheiros da

(idem, p. 54).

³⁵⁴ «O Rei, antes de ser aclamado, prestará na mão do Presidente da Câmara dos Pares, reunidas ambas as Câmaras, o seguinte Juramento – Juro Manter a Religião Católica, Apostólica Romana, a integridade do Reino, observar e fazer observar a Constituição Política da Nação Portuguesa, e mais Leis do Reino e prover ao Bem geral da Nação, quanto em Mim Couber» (Jorge MIRANDA (ed.), *As constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da constituição*, p. 111-112). Tal disposição deliberadamente não foi inserida na Carta francesa, daí que o juramento de Luís XVIII em 1815 tenha ganho tal importância simbólica para os liberais.

³⁵⁵ Cf. supra *A última revolução*.

³⁵⁶ «O que os Artigos 140, 141 e 142 da Carta determinam a respeito da Lei que deve preceder os poderes extraordinários dados pelos eleitores e o que Sua Majestade fez pelo Decreto de 10 de Fevereiro, supriu as formalidades que devem preceder; a sua determinação é essa mesma Lei com que a Carta prescreve que preceda às eleições com os poderes extraordinários dados aos Deputados» (*DCD*, 17.08.1842, p. 155-160).

³⁵⁷ «Com as circunstâncias, que deram nascimento a este Poder, cessou também o mesmo Poder, quando elas cessaram. Donde é que veio pois o Poder, que se arrogou o Governo para revogar uma determinação, que é filha do Poder Constituinte, de que a Soberana estava investida naquele momento, e que, deixando de existir aquelas circunstâncias, tinha totalmente cessado?» (*Apoiados*)» (*DCD*, ibidem).

³⁵⁸ Curiosamente o prolixo José Estevão excluiu-se do debate.

³⁵⁹ «A soberania do povo! Oh isso era uma frase dura e rude, era um vocábulo absoluto do velho dicionário de 89, as suas alusões parlamentares em que às vezes sucedia falarmos de passagem eram qualificadas como esse modo horrível e inculto que ainda que tolerado nos rudimentos da organização social, escandalizava todavia as piás orelhas dos modernos Doutrinários» (idem, 12.08.1842, p. 119-125).

Coroa, a ideia de que o «voto Nacional é a base de todo o Direito Político», vinculava-o à expressão da urna, ao contrário daqueles a quem bastava o *sufrágio universal* da rua³⁶⁰. Quando comparado com os princípios destes Conselheiros, o seu credo atirava-o para a direita política, aproximando-o, segundo as suas próprias palavras, do legitimismo doutrinário³⁶¹. Para serem coerentes, os Ministros deviam admitir que uma vez adoptado o princípio da Soberania Popular, a nova Constituição exigia a sanção por Cortes Constituintes, sem a qual o decreto instituidor carecia de legitimação³⁶². E inútil era afirmar que as Assembleias primárias indirectamente consentiram ao não rejeitar a restauração, pois tal tese era doutrinalmente indefensável³⁶³.

À falta da expressão presente do sentido do voto nacional, Campos afirmava que o referencial constituinte de 1837-1838 se impunha. A sua avaliação levava-o a reconhecer que a Nação era cartista e por isso adepta da Constituição de 1838. Afirmção que explicada deixa de chocar. Definindo a Carta pelo espírito reformista que o *Libertador* lhe imprimira, era na Constituição de 38 que o deputado encontrava a actualização constitucional ao Portugal nascido da guerra civil³⁶⁴. Sendo este o voto claro da nação, no plano pragmático, José Alexandre de Campos afirmava que a sua fé primeira, o constitucionalismo, o levava a defender que a melhor Constituição era aquela que tinha no poder o primeiro protector. Que a Constituição vigente fosse uma realidade reflectida na acção do poder, anunciava-se como o primeiro artigo do programa de vigilância pela esquerda parlamentar³⁶⁵.

³⁶⁰ «Levam por tanto imensamente mais longe as doutrinas democráticas, e à sua vista tenho eu direito de me qualificar um grande ordeiro, um refinado doutrinário».

³⁶¹ «Também creio, que as Constituições outorgadas, quando são abraçadas pelos Povos, fazem Lei Política, mas os Conselheiros da Coroa, não o crêem, porque para restaurar uma Constituição outorgada, apelam para o voto Nacional, em despeito do poder outorgante, que não reconhecem, nem julgam suficiente».

³⁶² «De outro modo pergunto, qual é hoje o princípio de legitimidade de Carta? É por ventura a Autoridade do Poder Real outorgante? Diz que não o diploma que a reabilitou, porque cita para isso o voto nacional. É pois por ventura o voto nacional? Onde estão os poderes que o deram, onde está registrado e arquivado? É o voto da Praça Nova, mas a Monarquia Portuguesa não está na Praça Nova».

³⁶³ «Por esse teor é inútil o Sistema Representativo, porque nos governos absolutos podem dizer-se feitas pelos povos todas as instituições a que eles não resistem».

³⁶⁴ «Pois eu posso acreditar que uma Nação que se diz Cartista, e que eu acredito que é, repulse, deteste a cláusula mais augusta, o pensamento mais filosófico, o dogma mais profundo, o sentimento mais ilustrado do seu grande Doador, que é a sua reforma sucessiva, o seu aperfeiçoamento gradual, a sua harmonia constante com os progressos da doutrina representativa?.... Cartistas foram e são os Legisladores da Constituição de 1838, que cumpriram a missão, e desenvolveram o pensamento do Autor da Carta. A Carta é isto, tudo o mais é obra de um Oficial da Secretaria do Imperador.»

³⁶⁵ «Em matéria de Constituições a que for mais religiosamente observa é melhor do que outra mais perfeita, mas mal observada. A Carta observada por um Ministério liberal, leal, e ilustrado que governe para o País e só para o País, pode fazer a prosperidade pública.... Eu, Sr. Presidente, tenho sido constitucional de todas as Constituições, que tem havido no País, tenho-as observado fielmente a todas, nunca trai nenhuma, porque aquilo que eu professo quando me ligo a uma Constituição são os princípios do Governo representativo, são as garantias do Cidadão e a responsabilidade do Poder que estão no espírito de todas.... Está agora a

Ciente de que a sua credibilidade passava por desfazer os argumentos da oposição ordeira e cartista, a maioria concentrou-se em demonstrar o carácter restaurador do movimento de 27 de Janeiro e o seu encontro com os sentimentos e aspirações nacionais. Em complemento, acusou a inconsistência da oposição que, ao unir na mesma bandeira homens cujas convicções em tudo separava, impossibilitara uma alternativa de poder.

No entanto, aqui como ali, a diversidade da fundamentação recorda-nos o perigo de cortar a direito na classificação deste Parlamento que colocou em campos opostos políticos que na véspera eram naturais aliados. Ao longo dos anos, a passagem para a oposição de nomes importantes da maioria, e o reencontro de muitas destas personalidades até à Regeneração, e depois de 1851, reforçam a dificuldade de traçar fronteiras.

O representante mais brilhante da ala tradicionalista, D. Marcos Vaz Preto, cujos serviços à causa monárquico-constitucional tinham valido o prestigiado cargo de confessor da Rainha, espelhou a filiação no conservadorismo de inspiração britânica quando defendeu a Carta por conjugar o reconhecimento dos direitos do povo e as prerrogativas do Soberano, a origem régia e a actualização das tradições legais e culturais portuguesas³⁶⁶. Duvidar do sentido do voto nacional ou estigmatizá-lo, seria duvidar ou estigmatizar o amor da nação pela causa por que tanto lutara, a causa do trono de D. Maria II indissociável da Carta³⁶⁷. Quanto à matéria do decreto de 10 de Fevereiro, embora rejeitasse as Cortes Constituintes, reconhecia a necessidade de rever a Carta, e só questionava a oportunidade de fazê-lo antes de se organizar o país.

Carta, pois execute-se fielmente a Carta».

³⁶⁶ «Sr. Presidente, quanto a meus princípios políticos, eu sou constitucional, e da tese passando à hipótese, eu sou Cartista. Eu amo e quero a Carta do Grande rei o Sr. D. Pedro IV. Pela causa da Liberdade fui perseguido, sempre que a liberdade o foi na minha Pátria, e nas perseguições e nos exílios pela Causa do Trono Constitucional; as faces se me encheram de rugas e de cãs a cabeça, sem que as promessas, nem as ameaças, me fizessem desviar dos meus princípios, que por intima convicção uma vez abracei. Sou amigo da Carta, porque ela é Legítima, Monárquica e Portuguesa. Pela sua origem verdadeiramente Real, porque foi dada por um Rei, que entre tantos e tão ilustres que a Portugal regeram, foi o único que no Povo reconheceu direitos, que lhos garantiu, que não quis reinar sobre escravos. Amo a Carta, porque ela é a mais análoga a nossos usos e costumes; porque é a mesma Lei de Lamego, com os aditamentos que os séculos e a civilização tornaram necessários.... Amo a carta, porque por ela o Trono de Minha Soberana tem toda a Majestade e Grandeza, porque o Povo tem ali garantidos seus direitos, porque em fim tem em si todos os elementos de prosperidade pública. Amo finalmente a Carta do Sr. D. Pedro, e nem posso crer que depois de nos haver sido dada, e com tão valioso sacrifícios restaurada pudéssemos ser felizes sem ela » (idem, 10.08.1842, p. 58-61).

³⁶⁷ «As nações. Sr. Presidente, não podem perder os títulos de sua glória, os brasões dos seus feitos e gentilezas. A nação não podia perder a Carta, porque ela lhe fora outorgada com a Sua Rainha e Carta nos dera o Imortal Rei D. Pedro, Rainha e Carta queria e quer a Nação Portuguesa.... Associadas Rainha e Carta, sobre esta se sustenta o Trono da Rainha».

Próximo desta posição, Carlos Bento da Silva³⁶⁸ defendeu que a prova do reconhecimento pela nação da legitimidade intrínseca da Carta, decorrente do poder que a doara, radicava no facto de ter sido o único texto constitucional a mobilizá-la na sua defesa³⁶⁹.

Mais doutrinário apresentou-se José Feliciano de Castilho que, para defender a restauração da Carta como «um facto, um direito, e uma necessidade», centrou o discurso na definição de Soberania³⁷⁰. A Soberania popular, ou era «o mais evidente e desnecessário dos axiomas» ou «a mais inadmissível das doutrinas». Como evidência da «frase banal de que os Reis foram feitos para os povos, e não os povos para os Reis», tinha por sinónimo a Soberania Nacional e exprimia a força da razão. Como direito de exercício permanente do poder constituinte³⁷¹, a Soberania Popular mais não era que a força do delírio. A primeira impulsionara a restauração da Carta Constitucional, a segunda comandara a Revolução de Setembro. Onde decorria que 1842 fora a consequência legítima de 1836.

José Maria Grande, um dos grandes oradores da maioria, que abandonou após a Revolta de 1844, discursou em favor da unidade entre os liberais cartistas, naturais membros do «partido legal e conservador», cujos princípios o tornavam igualmente equidistante das correntes revolucionária e reaccionária³⁷². O facto consumado devia pôr termo às reticências dos que viam nele uma revolução e não uma restauração, embora esta fosse defensável pelo direito violado, pela necessidade dos valores que representava e pelos sentimentos nacionais³⁷³. Nenhum cartista podia hesitar entre a bandeira da maioria, cujos valores eram a liberdade e o progresso

³⁶⁸ Redactor do *Diário do Governo* que acabaria por se apartar da maioria já em 1846.

³⁶⁹ «O Partido Constitucional queria a Legitimidade que se deu a estas Instituições que nos regem de uma generosidade monárquica aceita pela simpatia nacional, e tanto queria, quanto a pesar do Senhor D. João VI já lhe ter prometido uma Carta, nem por isso se lembrou de a exigir, por meios violentos...» (idem, 11.08.1842, p. 94-99)

³⁷⁰ «Bom seria que essas vãs discussões acerca de soberanias, fossem abandonadas aos bancos das escolas; bom seria que tão frequentemente se não repetissem máximas, a que muitos dão uma extensão, que não comportam» (idem, 11.08.1842, p. 78-81).

³⁷¹ «O jus pelo qual se confira às massas, a esse povo selvagem engravado no meio das sociedades... a autoridade de abalar toda a ordem social, de destruir a seu arbítrio, e de proclamar cegamente as Instituições».

³⁷² «Mas como pode um tão memorável acontecimento que parece devia reunir em torno de si os partidistas da Carta dispersa-os em dois campos, e arma-os para em luta fratricida de acometerem politicamente uns aos outros?... Folga com eles o partido, ultra liberal, folga com ele o partido do absolutismo, estes dois partidos que se afagam porque se assemelham, que se entendem porque se tocam como duas opiniões extremas» (idem, 16.08.1842, p. 130-134).

³⁷³ «Uma revolução se fez em 1836 que no seu princípio foi altamente ilegítima, porque não havia emanado de nenhuma das origens da legitimidade – a necessidade, o direito e o Voto Nacional... Agora a Carta que havia sido abolida numa noite de delírio e de tumulto foi restabelecida pela vontade Nacional; e neste empenho generoso ajudou-se a nação a si mesma, apoiada na sua força, e no seu direito».

moderado³⁷⁴, e a da oposição que unira os defensores da liberdade e do progresso indefinido³⁷⁵ aos representantes do retrocesso, isto é, as versões extremas do despotismo intolerável³⁷⁶. Sendo o primeiro a admitir a reforma da Carta, rejeitava, no entanto, a necessidade de Cortes Constituintes, pois o texto constitucional continha as disposições precisas de revisão.

Agostinho Albano da Silveira Pinto, outro dos mais pertinentes oradores da maioria, foi o único dos seus representantes a defender a legitimidade da Constituição de 1838³⁷⁷, embora duvidasse das suas disposições democráticas. E foi igualmente o que mais claramente rejeitou o princípio da Soberania Régia contra os deputados cartistas que, à semelhança de Duarte Leitão, exigissem o cumprimento do Decreto de 10 de Fevereiro em nome do Poder Constituinte assumido pela Soberana³⁷⁸. Segundo este deputado, o prestígio da Carta Constitucional radicava na dimensão contratualista conferida pela nação ao aceitá-la e chamá-la a si à custa do sangue vertido. No momento em que o poder a outorgara, assumira um compromisso que lhe vedava a capacidade de reivindicar o dom outorgante. O carácter nacional da Carta, era portanto o mesmo que ditara a sobrevivência da Magna Carta³⁷⁹, sendo nele que radicava a legitimidade do movimento restaurador³⁸⁰. Constituição impressa nos sentimentos da nação portuguesa, valia a pena sustentá-la, mais não fosse, pelo simples casamento da estabilidade com a intransigente defesa da liberdade que tal emoção garantia³⁸¹. Se por essa via o Decreto de 10 de Fevereiro era

³⁷⁴ «Era a Liberdade porque sempre havia pugnado; e o Progresso em que somente acreditava – o *Progresso tardigrado filho da marcha do tempo e do desenvolvimento das inteligências* (Apoiados)».

³⁷⁵ «Liberdade que me assusta, Progresso em que não creio».

³⁷⁶ «Estou pois deste lado porque sou Cartista; porque entendo que sem a Carta já não pode haver Liberdade neste País, que se ela cair, cai ela no Despotismo; tenho sido ministerial porque o Ministério é Cartista, não pode deixar de sê-lo: há de defender a todo o custo a Carta; vive por ela, tem de morrer abraçado a ela».

³⁷⁷ «Sr. Presidente, prestei à Constituição de 38 um juramento puro e simples, sem reserva nem restrição mental... não seria eu aquele que tratasse de a restabelecer fazendo uma revolução; mas a Carta apareceu, aceitei-a, estimei-a, abraciei-a e vitoriei-a, porque sempre fui Cartista» (idem, 17.08.1842, p. 166-173).

³⁷⁸ «Sr. Presidente, respeito muito a minha Soberana, mas Deus me livre que ela ou qualquer Soberano em Portugal possa ainda ser Poder constituinte! Não, Sr. Presidente, não somos nós os que nos sentamos neste lado esses Sacerdotes do direito divino, a que o ilustre Deputado iludiu, mas como ele bem sabe que nós somos liberais-cartistas, e como tais "não podemos, não queremos recorrer aos argumentos do motu próprio, do poder absoluto, da ciência certa"». «Eu, Sr. Presidente, sou daqueles que reconhecem o princípio da soberania nacional, não da soberania do povo, entenda bem o Sr. Deputado, e sou doutrinário neste ponto».

³⁷⁹ «Esse poder outorgante que entregou ao País essa doação augusta, adquiriu o que há de durar por todos os séculos, assim como ainda hoje a Magna Carta de Inglaterra faz a glória de Henrique 2º, ou talvez com mais razão a de Santo Eduardo».

³⁸⁰ «Os ilustres Deputados que são Cartistas, e que eu tenho por Cartistas, porque estou convencido que eles não podem renunciar aos seus princípios, dizem que a razão principal da sua resistência foi para consignar o princípio das insurreições... Eu, Sr. Presidente, não posso de maneira nenhuma aprovar o princípio da insurreição... Mas esta insurreição que teve lugar no Porto, não foi um movimento ilícito; foi um movimento espontâneo, vindo de longo tempo, duma reacção moral, excitada no momento em que se calçou aos pés a Carta Constitucional».

³⁸¹ Este tema da emoção foi constante nos discursos da maioria, a ponto de provocar o comentário impaciente de António José de Ávila: «Não se fazem revoluções por sentimentalismo» (idem, 16.08.1842, p. 134-143).

indefensável, também o era sob o ponto de vista constitucional e do respeito pela Soberania Nacional. Decretar Cortes Constituintes no mesmo passo em que se restaurava a Carta, importaria nada menos do que à sua destruição³⁸². Dando o exemplo da evolução constitucional francesa após a Revolução de Julho³⁸³, e as disposições reformistas da Carta portuguesa, Agostinho Albano demonstrava que as alterações visadas, algumas das quais igualmente queria, podiam ser feitas sem convocar Constituintes com poderes indeterminados.

Segundo Costa Cabral, onde radicava a legitimidade do movimento restaurador? No voto nacional, tal como se encontrava explicitado no *Discurso do Trono*. Voto substanciado nos sentimentos da nação longamente expressos, voto que longe de repudiado pelos cartistas já então no poder, fora não só consentido mas incentivado na sua manifestação³⁸⁴. Voto que no momento da verdade, apesar de todos os juramentos de fidelidade à Constituição de 1838, esses mesmos ministros não tinham tomado uma medida séria para contrariar³⁸⁵. Voto, ainda, que se reflectira na simplicidade com que o movimento restaurador, sob uma liderança segura, decorrera³⁸⁶.

Evocar a religião do juramento para justificar percursos ou julgar acontecimentos políticos afigurava-se a Costa Cabral tão absurdo, quanto perigoso. Absurdo porque saído da boca de homens que tantos juramentos já tinham feito, estando por apurar se a sua religião era

³⁸² «Pois e essa Constituição já existia, que era a Carta Constitucional, restaurada legitimamente, como é que se haviam eleger Cortes Constituintes? Para constituir o quê?» «pela Carta o Poder Legislativo compõe-se de duas Câmaras; e com os poderes constituintes que seria da Câmara hereditária? ficava absorvida» «Cortes Constituintes, Sr. Presidente, tendem nada menos que a uma reforma constitucional indefinida, e o voto nacional tinha sido mui definido, era a Carta Constitucional» (idem, 17.08.1842, p. 166-173).

³⁸³ «Uma das reformas a que se alude, foi feita no Parlamento francês; os ilustres Deputados sabem muito bem quem a fez, e como foi feita; não foram chamadas Cortes Constituintes para isso».

³⁸⁴ «Todos sabem que no dia em que a nova Câmara tomou posse se cantou o Hino de 26, e creio que sem reboço se deram vivas à Carta, mas nem todos sabem que recebendo o Sr. Aguiar esta comunicação em lugar de providenciar para que não progredisse o desenvolvimento deste acontecimento. 1º Louvou a Câmara pelos seus sentimentos de fidelidade, bem como pelos esforços dos habitantes do Porto, e da Câmara Municipal em acompanharem o Governo para a consolidação da ordem, da Monarquia Representativa, e Liberdade Legal (note-se bem). 2º que recebendo a participação oficial do que se havia passado no Teatro, bem longe de profundar a causa de tais acontecimentos, e o fim a que se dirigiam – contentou-se em escrever pela sua letra um Guarde-se no ofício do Administrador Geral!!! Eu não aponto estes factos para criminalizar o Sr. Aguiar da coadjuvação que ele próprio deu à Restauração da Carta.... mas para mostrar que da incúria e negligência de S. Ex.ª pode ter produzido a convicção para alguém de que os seus actos tendiam a promover o movimento de 27 de Janeiro, a não ser o mau fado que o persegue de lhe morrerem todas as Constituições na mão (hilaridade geral)» (idem, 10.08.1842, p. 54-72).

³⁸⁵ «Será verdade que antes de dado o grito a favor da Carta eu preveni o Sr. Aguiar? Não espero ser contestado. Será verdade que no dia em que se deu o grito eu o participei pelo telégrafo ao Sr. Aguiar? Ele próprio o confessou ontem eu não queria colocar os homens com quem estive ligado em uma posição falsa, eu quis que eles estivessem colocados numa posição de resistirem a tempo, se à resistência se decidissem, de abandonarem os seus lugares, se por ventura entendessem que não deviam combater aquilo que eles tanto mostraram desejar em outra época».

³⁸⁶ «Julgam os nobres Deputados, que será muito fácil mudar a Lei Fundamental do Estado, empregando tal meio – façam a experiência e colherão os resultados – para se fazer um movimento como o de 27 de Janeiro, é necessário inspirar grande confiança à maioria da Nação, e marchar de acordo com a sua vontade e sentimentos, e mesmo conhecer bem a época, em que a Nação está em circunstâncias de poder livremente mostrar a sua vontade».

filha da fé ou dos interesses³⁸⁷. E perigoso se usado para legitimar a revolução, estabelecendo a doutrina de que uma lei não jurada podia ser derrubada³⁸⁸. Ao contrário do que os revoltosos de 1837 tinham tentado demonstrar, a Constituição de 1822 regia então o país, e portanto encontravam-se nas mesmas circunstâncias dos restauradores de 1842. A diferença era que para uns a aventura redundara no exílio momentâneo, para os outros no restabelecimento da Carta. Os argumentos da oposição cartista serviam, no entanto, para declarar a imensa satisfação que sentia pela intuição que o guiara na recusa de convocar Constituintes. Fazê-lo, estava seguro agora, teria aberto as portas a todas as tentativas revolucionárias dos religiosos do juramento³⁸⁹. Sem querer, a oposição legitimara a decisão do poder, e provaria a eficácia anti-revolucionária da medida pelo ressentimento que mostrara.

Deste debate, que com poucas variantes e mais mornamente se reproduziu na Câmara dos Pares, cuja própria origem apelava a alguma contenção³⁹⁰, ressalta que a postura anti-revolucionária, comum à maioria governamental e à oposição ordeira e cartista, fez com que os argumentos de parte a parte sobre o acto restaurador e a história recente mutuamente se neutralizassem. Concordando a esmagadora maioria em reconhecer o princípio da Soberania Nacional, entendida como Soberania da Razão e/ou dos sentimentos e interesses nacionais, nas divergências sobre o modo de reconhecê-la e as formas legítimas de expressá-la, há que tomar em linha de conta as opções tácticas, que matizam as convicções.

Quanto ao próprio problema constitucional, vemos que a maioria valorizou o carácter

³⁸⁷ «Em certo tempo só se falava em consciência para se não prestar jamais outro juramento visto que um se tinha prestado à Carta. Depois pelas esperanças perdidas de Restaurar a Carta, e só para entrar no serviço que se foi prestar um juramento tão repugnante!.... Bem quisera eu que sobre o passado lançássemos um véu, bem quisera eu que em lugar de recriminações pessoais tratássemos de discutir alguma coisa útil: quem há aí que possa dizer-se sempre coerente em política desde 1820 até hoje? – Levante o dedo para o ar que eu vou fazer-lhe a devida anatomia. (O Sr. Garrett: - Aqui estão alguns). O Orador: - Se ainda fosse outro Orador o que levantasse a luva, passe, mas o nobre Deputado? Há de permitir que me ria».

³⁸⁸ «Assaz se demonstrou já, que desde que uma Nação adopta uma Lei Fundamental, qualquer membro dela que por ventura tenha deixado de jurar essa Lei, não pode reputar-se com direito de conspirar contra ela; se tal doutrina pudesse admitir-se, estaríamos sempre em contínuas revoluções, e todos os indivíduos que não tivessem prestado juramento à Lei Fundamental, teriam direito de atentar contra ela, o que não pode admitir-se» (idem, 19.08.1842, p. 224-229).

³⁸⁹ «Bem fiz eu em propor a Sua Majestade que não permitisse que os Deputados viessem com os poderes mais amplos, porque a pretexto de que a Carta não podia julgar-se completa, e proposta alguma emenda a qualquer dos seus artigos, o Sr. Aguiar e os seus amigos podiam julgar-se com o direito de a destruir, como pretenderam destruir a de 20! Bem fiz eu em proceder de tal modo, e se ainda estou convencido de que não era conveniente que esta Câmara se reputasse constituinte por mil considerações que é escusado enumerar – hoje congratulo-me do meu proceder, porque dei um passo que desarmou os que por título igual ao que empregaram em 37, podiam querer destruir a Carta» (idem, 10.08.1842, p. 54-72).

³⁹⁰ Como Palmela sublinhou «Será muito decoroso, decente, e até mesmo conveniente, o não lamentar agora um acontecimento que acaba de lhe dar o ser. Outros que o façam, (riso) mas não sejamos nós» (DCP, 2.08.1842, p. 82-85).

conservador da Carta, as lutas pela liberdade a ela associadas e o carinho dos portugueses pela doação do *Libertador*, factos que lhe conferiam um carácter verdadeiramente nacional e histórico, frente a uma constituição que pecava pela origem revolucionária e pela falta de clareza ideológica, reflectida no excesso de disposições democráticas. No entanto, ninguém recusou liminarmente a hipótese de revisão, e alguns até reconheceram a sua necessidade. A oposição sublinhou o potencial do Código de 1838 pelas soluções passíveis de gerar o desejável consenso nacional, a diferença de qualidade entre um texto maturado e um que tinha sido elaborado do dia para a noite, enfim, a inaceitabilidade da Carta sem passar pelo esteio da reforma. Sendo a convocação de Cortes Constituintes o pomo de discórdia, Costa Cabral, fiel ao seu estilo, desmontou mortalmente os argumentos com o contra-ataque despido de floreados, em que deixou subentendido o universo de valores que o moviam. Se o Decreto de 10 de Fevereiro continuou a ser evocado pela oposição, ora para afirmar a cisão entre a Rainha e o seu Ministério, ora para recordar a ilegitimidade dum Governo que tiranizava o país, foi-o sobretudo para exigir a reforma da Carta, por qualquer meio que se apresentasse³⁹¹.

No entanto, esta mesma oposição, que diariamente demandava no Parlamento e na imprensa, nenhuma iniciativa legislativa tomou para forçar a maioria a pronunciar-se sobre reformas concretas. E, num aparente paradoxo, o único projecto, apresentado por Silvestre

³⁹¹ É disso exemplo o debate da *Resposta ao Discurso do Trono*, em Janeiro de 1844, no qual a oposição uma vez mais pela pena de Garrett apresentou uma *Resposta* alternativa e reforçou a ideia de que o Decreto de 10 de Fevereiro era um acto régio irrevogável. Posição que foi reforçada na Câmara dos Pares, através da apresentação pelo Visconde de Fonte Arcada duma proposta semelhante (sessão de 11 de Janeiro, in *DG*, 12.01.1844, p. 54). O uso do nome da Rainha contra o Governo, motivaria um violento discurso de Costa Cabral: «Permita-me antes de tudo a Câmara, que eu mostre a minha admiração por ver o ilustre Deputado que (novamente direi) respeito pelos seus conhecimentos, invocar o cumprimento da palavra do Chefe do Estado, e de trazer assim *Esta Entidade Constitucional, sagrada, irresponsável* para o meio das discussões! A palavra do Rei nunca entre nós deixou de cumprir-se!... Oh! Sr. Presidente, e foi tudo isto dito pelo Sr. Garrett? E foi S. Ex. a quem assim faltou a todas as conveniências, a todas as regras Parlamentares! Naquele Decreto (10 de Fevereiro) como em todos os do Poder Executivo, eu não vejo senão Ministros responsáveis; esses que referendaram o Decreto, são os próprios a reconhecer, que só a eles cabe a responsabilidade de um tal acto! E necessário acautelar. Esta doutrina é perigosa (Apoiado). o que são *Poderes mais amplos na conformidade da Carta Constitucional*? Eis aqui uma entidade que a Carta não reconhece. Os Poderes de que os Srs. Deputados podem receber do Povo são ordinários, ou extraordinários; aqueles (e tais os nossos) não podem ser exercidos senão em conformidade, e de acordo com todas as disposições desta Carta; estes podem servir para alterar alguns Artigos da Carta, mas para isto é necessário que sejam conferidos pela forma que a mesma Carta prescreve» (idem, 18.01.1844, p. 142-147). Igualmente importante foi o discurso de Passos Manuel, em que aconselhou Costa Cabral à reforma evocando Fernandes Tomás quando afirmara que «nenhuma Lei ou Instituição humana é feita para durar sempre», e reproduziu o enunciado do *Programa da Coalizão*, de 1843: «Eu deploro sinceramente esta miséria – este fanatismo por designadas Constituições. Um quer a Constituição de 1820, outro a de 1826, outro a de 1838! O que seria da França se os seus homens de Estado, quando chamados ao Poder, tivessem uma Constituição dilecta, que fizessem prevalecer às outras?» (idem, 18.10.1844, p. 185-196P). *Entregar o Parlamento à classe média e a urna aos contribuintes*, usando as suas palavras, constituía a plataforma mínima para a construção do Estado liberal. Assegurada esta, uma Câmara dos Pares tornava-se aceitável por irrelevante, e quanto à irresponsabilidade e perpetuidade régia, ao veto absoluto, ao direito de dissolução, havia que reconhecê-los como prerrogativas legítimas que asseguravam as Coroas europeias. Passos Manuel vinha deste modo anunciar que o setembrismo moderado, contendo-se nos limites do

Pinheiro Ferreira, unanimemente referido nas Câmaras como o nosso maior constitucionalista, respeitou precisamente os artigos da Carta que regulavam a revisão, dos quais o mais polémico era o 144³⁹² que estabelecia a distinção entre os artigos constitucionais sujeitos aos artigos 140 a 143³⁹³, e os revisáveis segundo as regras das leis ordinárias.

Ao contrário do que sugeria Silvestre no relatório preliminar³⁹⁴, o artigo 144 evidenciava a sensibilidade da Carta a um debate que dobraria o século³⁹⁵. No plano dos princípios, tratava-se de estabelecer, não a imutabilidade constitucional, mas a historicidade de todas as matérias. Ao tratar a revisão e ao precisar as matérias de direito constitucional, o legislador teria obedecido ao duplo objectivo de evitar futuras polémicas e de consagrar o carácter não rígido da Carta, potenciando-a como constituição histórica e afastando tentações revolucionárias. Indirectamente, remetera uma vez mais para a doutrina contratualista, a um tempo prevenindo o que a Carta francesa não evitou - a crise das Ordenanças de Carlos X -, e declarando o próprio Poder Legislativo incompetente para decidir, sem o expresse consentimento da nação, sobre matérias que estruturavam o seu futuro. Isto é, negava que qualquer representante pudesse arrogar como

liberalismo monárquico, não via dificuldade em encontrar o consenso constitucional que assegurasse a estabilidade do regime.

³⁹² «É só Constitucional o que diz respeito aos limites e Atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos e individuais dos Cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas pelas Legislaturas ordinárias» (Jorge MIRANDA, *op. cit.*, p. 126)

³⁹³ Estes artigos estipulavam o seguinte: art. 140 «Se, passados quatro anos depois de jurada a Constituição do Reino, se conhecer que algum dos seus Artigos, merece reforma, se fará a Proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles»; art. 141: «A Proposição será lida por três vezes com intervalos de seis dias de uma a outra leitura, e depois da terceira deliberará a Câmara dos Deputados se poderá ser admitida a Discussão, seguindo-se tudo o mais que é preciso para a formação de uma Lei»; art. 142: «Admitida a Discussão e vencida a necessidade da reforma do Artigo Constitucional, se expedirá a Lei, que será sancionada, e promulgada pelo Rei em forma ordinária, e na qual se ordenará aos Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, que nas Procurações lhes confiram especial faculdade para a pretendida alteração, ou reforma»; art. 143: «Na seguinte Legislatura e na primeira Sessão será a matéria proposta e discutida; e, o que se vencer, prevalecerá para a mudança, ou adição à Lei fundamental, e juntando-se à Constituição será solenemente promulgada» (*idem*, p. 125-126)

³⁹⁴ «O eminente Jurisconsulto [refere-se provavelmente a José Joaquim Carneiro de Campos, futuro Visconde de Carcavelos, que se destacou nos trabalhos do Conselho de Estado], incumbido por Sua Majestade o Senhor D. Pedro IV de redigir para o Império do Brasil a Constituição protótipo da nossa Carta Constitucional, deixou-se iludir pelas subtilezas da escola, que alvitrou não sei que quimérica distinção de Leis constitucionais e imutáveis, e Leis governativas transitórias» (*DCD*, 15.01.1844, p. 73-74). Sobre a carta brasileira ver o estudo de Paulo BONAVIDES e Paes de ANDRADE, *História constitucional do Brasil*.

³⁹⁵ Cf. James BRYCE, *Constitutions*, que desenvolve a distinção entre constituições flexíveis e rígidas; e Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, para o caso francês, em particular as páginas 123 e ss. «Aliás, o artigo 144º, retoma uma ideia de Constant: faz a divisão do que nós chamamos hoje materialmente e formalmente constitucional. Apenas o materialmente constitucional deve ser submetido ao processo mais completo da revisão. O resto será de revisão simples, como a das leis ordinárias» (Paulo Ferreira da CUNHA, *Para uma história constitucional do direito português*, p. 401). A influência de Constant nesta matéria já tinha, de resto, sido apontada por Lopes Praça, sublinhando as intenções do constitucionalista francês: a constituição mínima, assente em disposições negativas, seria a que melhor se conciliaria com o princípio do progresso, por reduzir a doutrina constitucional às garantias contra movimentos políticos reactivos (José Joaquim Lopes PRAÇA, *Direito constitucional português*, v. I, p. XXII). A distinção entre disposições constitucionais e regulamentares, só merecerá hoje em dia polémica no contexto do questionamento do próprio conceito de constituição (cf. J. J. Gomes CANOTILHO, *Direito Constitucional*, em particular o ponto dedicado à *Crise e crítica do conceito de constituição*).

Guizot «hors de nous, il n'y a qu'usurpation ou révolution»³⁹⁶, ou como Silvestre que «é pois tão injurídico exigir, que os Deputados da Nação recebam autorização especial dos eleitores para se ocuparem de tais ou tais assuntos, como o seria exigi-la da parte dum menor para o seu tutor»³⁹⁷. Nesse sentido, como Silvestre bem viu, coarctava a «doutrina da onnipotência parlamentar», declarando que mesmo o poder moderador era inábil para ter a última palavra sobre a mudança, embora suficiente para impedi-la. No que respeitava «aos limites e Atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos e individuais dos Cidadãos», o art. 144, quando conjugado com o art. 142, estabelecia o consentimento da reforma pelos eleitores. Por outro lado, ao excluir as outras matérias do direito constitucional, a Carta facilitava a reforma pelas maiorias parlamentares.

A falta de iniciativa tanto da oposição quanto da maioria para modificar a Carta até à Maria da Fonte veio curiosamente sublinhar a importância do art. 144, tornando-o onnipresente nos escassos debates constitucionais decorridos neste período. Tal foi o caso da discussão do *Projecto de Lei da Regência*, apresentado em 1846, por este importar a uma derrogação das disposições da Carta, conforme admitia o Governo no relatório de Costa Cabral³⁹⁸. A intenção não era substituir o art. 92³⁹⁹ - que adequava a escolha do regente à ordem de sucessão dinástica -, mas reconhecê-lo como regra susceptível de sofrer as inflexões ditadas pelas circunstâncias. O debate evidenciou que estava longe de ser pacífica a delimitação dos artigos constitucionais. Sem entrarmos na especificidade dos discursos proferidos entre 26 e 28 de Março na Câmara dos

³⁹⁶ Afirmação pronunciada no Parlamento, no contexto da discussão da lei de sucessão ao trono «Si l'on prétend, dis-je, qu'il existe ou qu'il doit exister au sein de la société deux pouvoirs, l'un ordinaire, l'autre extraordinaire, l'un constitutionnel, l'autre constituant, l'un pour les jours ouvrables, permettez-mois cette expression, l'autre pour les jours fériés, on dit une parole insensée, pleine de dangers et fatale. Le gouvernement constitutionnel, c'est la souveraineté sociale organisée. Hors de là il n'y a que la société flottant au hasard, aux prises avec les chances d'une révolution... nous, les trois pouvoirs constitutionnels, nous sommes les seuls organes légitimes et réguliers de la souveraineté nationale. Hors de nous, il n'y a qu'usurpation ou révolution» (François GUIZOT, *Mémoires*, t. VII, p. 26-27)

³⁹⁷ DCD, *ibidem*. Silvestre acrescentava que o objectivo do legislador – evitar revoluções parlamentares – era conseguido em países como a França e a Inglaterra, que não possuíam tais prescrições, e nunca evitara, nos países que as tinham, as revoluções de rua. E ainda referia o facto de numerosas leis, tais como o Código judicial, tocarem os direitos e garantias dos cidadãos e nem por isso os eram os eleitores chamados a pronunciar-se.

³⁹⁸ «pela sua índole a questão da Regência nunca se podia classificar entre as disposições fundamentais, que fazem parte integrante de um código. Falta-lhe o carácter de permanência atribuído às determinações constitucionais. É uma lei de circunstância, que só provê a situações acidentais, que talvez se não repitam novamente do mesmo modo» (DCD, 20.03.1846, p. 1-2).

³⁹⁹ «Durante a sua menoridade o Reino será governado por uma Regência, a qual pertencerá ao Parente mais chegado do Rei, segundo a ordem da sucessão e que seja maior de vinte e cinco anos» (Jorge MIRANDA, *op. cit.*, p. 115)

Deputados e 3 e 8 de Abril na Câmara dos Pares, nem nas intenções do projecto, interessa-nos que o Governo se baseou na não constitucionalidade do art. 92 e na conformidade do *Projecto* ao art. 15§2⁴⁰⁰, esse sim constitucional, que conferia às Cortes o poder de eleger o Regente. A maior parte da oposição considerou o artigo constitucional por respeitar ao exercício temporário do poder moderador, e por atacar os direitos políticos individuais, ao excluir da regência os candidatos marcados na Carta. Daí que tenha reivindicado a obrigação do Governo assumir a iniciativa duma reforma constitucional.

Também o Projecto de Lei de Janeiro de 1843 regulando a nomeação de Pares, suscitara polémica motivada pelo art. 144. De iniciativa do Conde de Lavradio e modificado por uma *Comissão Especial* que integrava o Presidente da Câmara dos Pares, Duque de Palmela, e membros da maioria e da oposição, o projecto⁴⁰¹ distinguia os Pares hereditários e vitalícios e estabelecia regras de nomeação para cada caso. No debate, que obrigou ao regresso à Comissão, para além de apurar se a Carta separava ou cumulava as qualidades de hereditário e vitalício⁴⁰², buscou-se saber se o art. 39⁴⁰³ era constitucional já que estava directamente ligado ao art. 74§1⁴⁰⁴. Embora as posições não cortassem a meio a maioria e a oposição, esta quase em bloco defendeu o projecto, enquanto que as principais reticências surgiram daquela. Em termos gerais, a oposição, defendia que a prerrogativa respeitava apenas ao número ilimitado, e que, portanto, o artigo 39 podia e devia estar dependente duma lei regulamentar. A maioria, pelo contrário, recusava o direito da Câmara discutir o projecto⁴⁰⁵ por conter a interpretação dum artigo constitucional —a questão do pariato vitalício e hereditário—, e sobretudo por respeitar a um artigo que globalmente implicava a prerrogativa régia, comportando o estabelecimento de regras um ataque à livre nomeação. Em causa estava, a admissão dum projecto que não só considerava

⁴⁰⁰ Que estabelecia a atribuição das Cortes, estipulando o §2º : «Eleger o Regente ou a Regência, e marcar os limites da sua autoridade» (idem, p. 97).

⁴⁰¹ Cf. *DCP*, 20.01.1843, p. 88-89. O projecto foi discutido nos dias 24 de Janeiro e 3 de Fevereiro.

⁴⁰² Para sustentar as duas teses tanto a maioria como a oposição recorreram ao decreto de 1826, pelo qual D. Pedro designou os Pares hereditários que deviam integrar a Câmara.

⁴⁰³ «A Câmara dos Pares é composta de Membros vitalícios, e hereditários, nomeados pelo Rei, e sem número fixo» (Jorge MIRANDA, *op. cit.*, p. 102).

⁴⁰⁴ O artigo 74 respeitava ao exercício do poder moderador, estabelecendo o §1 que o Rei o exercia «Nomeando os Pares sem

o direito de interpretar a prerrogativa régia duma forma restrita, como consagrava a ruptura duma leitura tradicionalista, aristocrática, da composição da Câmara Alta, que o perfil dos pares nomeados após 1834 na prática já largamente desmentia.

Como o debate sobre a Restauração em 1842 provou, igualmente susceptíveis de polémica eram os art.s 140 a 143 que estabeleciam o processo de revisão dos artigos constitucionais⁴⁰⁶. Para além da irregularidade do Decreto de 10 de Fevereiro prescindir um prévio debate parlamentar para estabelecer as reformas a efectuar, subjacente à argumentação da maioria cabralista estava o apuramento da amplitude e conteúdo dos mandatos pedidos ao eleitorado. Conscientes de que Cortes Constituintes significavam a liberdade para uma reforma indefinida, evocavam os artigos constitucionais, que uma leitura restrita tornava incompatíveis com o pedido de amplos poderes, sem delimitar os artigos a reformar e o sentido da reforma pretendida. Vindo duma maioria onde fazia sucesso a divisa, *Carta e nada mais, Carta e nada menos*, a recusa do Decreto de 10 de Fevereiro apoiada pela Carta significava, na verdade, e ao contrário do que alguns dos seus oradores apontavam, o adiamento *sine die* da reforma. A oposição descobrindo no Decreto o espírito da Carta, privilegiava uma interpretação lata dos seus artigos: no art. 140 via a possibilidade de reforma ilimitada por não indicar o número de artigos revisáveis; no artigo 142 encontrava a possibilidade duma procuração indefinida por não precisar a fórmula. Ressalta que esta interpretação se encontra a meio caminho da doutrina da onipotência parlamentar, contrária aos mandatos imperativos, que vimos defendida por Silvestre, inspirado pelo constitucionalismo inglês e pelas teses prevaletentes na Monarquia de Julho. Se bem que a argumentação de ambos lados fosse mais insinuada que desenvolvida em 1842, ela seria recorrente no cartismo português da segunda parte do século⁴⁰⁷.

Na prática, à tendência para a leitura restrita ligaram-se os interesses do imobilismo

número fixo» (idem, p. 110).

⁴⁰⁵ A iniciativa constitucional cabia somente à Câmara dos Deputados.

⁴⁰⁶ «Como o art.º 144 da Carta Const. prende proximamente com os art.ºs 140 a 143 da Carta, e este com todos os outros tem aquele art.º 140 [sic] sido objecto de repetidas discussões e controvérsias. Se a Carta fosse, porém, expurgada da disposição compreendida no art.º 144, ainda assim, cremo-lo, não haveria maior concórdia quando se tratasse do modo porque deveriam

constitucional, tal como foi denunciado no Decreto de 25 de Maio de 1851 que convocava Cortes Constituintes⁴⁰⁸. As reticências apresentadas pela oposição cartista⁴⁰⁹ ao *Acto Adicional* de 1852, cujo conteúdo segundo nos conta Fronteira na verdade consideravam inocente, prenderam-se ao precedente de dispensar as disposições consignadas na Carta; pelos motivos contrários a esquerda terá apoiado o *Acto*, apesar de convencida da sua puerilidade⁴¹⁰.

No que respeita aos princípios reformistas da Carta Constitucional, os debates evidenciam a centralidade do art. 144, demonstrando que este servia mais de referência polémica a um constitucionalismo que se moldava na prática parlamentar⁴¹¹, do que o desejo de expurgar a ambiguidade do texto constitucional constituindo doutrina nesta matéria. Lopes Praça reforça esta ideia quando nos conta que Garrett, no momento em que preparava o *Acto Adicional*, confidenciou a Carlos Bento da Silva a intenção de esclarecer os artigos constitucionais da Carta⁴¹², mas cedeu ao argumento do amigo que «dessa forma dava-se à constituição do país uma imobilidade que podia ser prejudicial»⁴¹³. Enquanto Garrett buscava fixar os princípios do constitucionalismo liberal, Bento da Silva sublinhava o constitucionalismo como processo em aberto, favorável ao valor da reforma e à reforma dos valores que só a circunstância podia ditar. A postura de Bento da Silva ia, assim, ao encontro do que Zília Osório de Castro afirma como legado de D. Pedro, quando «definiu o regime em nome de direitos inalienáveis e incumbiu as

levar-se a efeito algumas reformas» (*idem*, p. XXIII).

⁴⁰⁷ *idem*, p. XXIX-XLVIII

⁴⁰⁸ «Entendendo eu que a suprema lei da salvação pública me impõe altamente o dever de preterir de acordo com o voto nacional, que de mim o reclama, as formalidades prescritas nos art.os 140, 141, 142 e 143 da Carta, cuja textual observância não poderia ter outro resultado senão o de adiar indefinidamente e sofismar na realidade a vontade da nação» (*idem*, p. XLI)

⁴⁰⁹ Naquele que provavelmente foi o último grande debate em Portugal em que se mantem a operacionalidade da divisão das famílias políticas setembrista e cartista.

⁴¹⁰ «Os oradores da direita, Barão de Porto de Moz, Viscondes de Castro, de Laborim, da Granja e de Algés, levaram à evidência, com os seus brilhantes discursos, que o *Acto Adicional*, votado e discutido pela maneira por que o propunha o Governo, era uma nova revolução, era a destruição pela raiz do Código de D. Pedro.... Os irmãos Passos, apesar de detestarem o inocente *Acto Adicional*, que achavam uma frivolidade, sustentaram-no com os seus discursos, combatendo os cartistas, e votaram-no com o fim de estabelecer o precedente, que infelizmente estabeleceram, de reformarem a Carta, quando obtivessem uma maioria nas duas Câmaras» (Marquês de FRONTEIRA, *op. cit.*, VII-VIII, p. 442-443).

⁴¹¹ A semelhança do que observa Rosanvallon sobre a Carta francesa: «Si la Charte est bien sous-tendue par l'alliage d'aspiration libérale et de sentiment royaliste qui caractérise alors l'air du temps, elle est plus marquée par la clarté des rejets qui la fondent que par la précision des principes constitutionnels qui la guident» (Pierre ROSANVALLON, *op. cit.*, p. 57). Mais adiante, precisa a ideia: «Cette dimension circonstancielle du texte était d'ailleurs vue comme un avantage pour certains. Dans son influent *Mémoire adressé au roi*, Carnot écrit ainsi que «la science du gouvernement se perfectionne insensiblement, comme toutes les autres, par l'expérience et la méditation». Chateaubriand rappelle aussi de son côté, dans ses *Réflexions politiques*, que «la Constitution anglaise est le fruit de plusieurs siècles d'essais et de malheurs, et nous en voulons une sans défaut dans six mois». C'était là encore ériger la patience en argument théorique» (*idem*, p. 61)

⁴¹² Pretensão que chegou a ser expressa na proposta apresentada pelo Governo mas que depois foi retirada (José Joaquim Lopes PRAÇA, *op. cit.*, v. II, p. 124).

⁴¹³ *idem*, v. I, p. XXIII.

Cortes e o Governo de o caracterizar pela prática do seu exercício»⁴¹⁴.

Sendo estes debates exemplares da resistência da maioria em considerar qualquer modificação da constituição, provam igualmente a estratégia da oposição parlamentar em forçar a discussão sem assumir uma iniciativa que pressentia à partida chumbada. Mais importante ainda, introduzem-nos à compreensão, mesmo pelos liberais mais sensíveis às ideias democráticas, do modo como os bastiões constitucionais da direita cartista, geralmente vistos como instrumentos do poder régio e do executivo, podiam ser interpretados em favor da sociedade e usados na reivindicação da liberdade civil e política. Finalmente, revelam-nos as matizes que sofriam entre os próprios defensores dos direitos da Coroa e dum executivo dotado dos meios para agir, indicativos do difícil equilíbrio perseguido, no pensamento liberal moderado, entre o poder e a liberdade. Considerando, dentro do universo liberal, o pendor para sublinhar o primeiro ou o segundo destes valores constitutivo da demarcação entre a esquerda e a direita, estamos convencidos de que se a experiência do setembrismo contribuiu para sensibilizar parte significativa da esquerda liberal às condições de exercício do poder no regime em que todos se situavam, a vivência do cabralismo obrigou a sua direita a repensar o lugar da liberdade, e a fronteira que a separava duma concepção despótica da ordem.

2.2. A vivência da Carta

Paradigmática desta problemática revela-se a leitura das prerrogativas régias, consagradas na Carta sob a ideia de Poder Moderador. Da competência privativa do Rei, o poder moderador era definido no art. 71º como a «chave de toda a organização política», tendo o seu exercício por objectivo «a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos»⁴¹⁵.

É suficientemente referida a influência de Constant na Carta portuguesa, em particular no

⁴¹⁴ Zília Osório de CASTRO, *op. cit.*

⁴¹⁵ Jorge MIRANDA, *op. cit.*, p. 109.

que concerne a concepção do Poder Moderador bebida na ideia de Poder Neutro e Intermediário do autor francês. Mas, como bem nota Afonso Arinos⁴¹⁶ sobre a Carta brasileira de onde o nosso artigo foi literalmente copiado, a redacção era suficientemente ambígua para permitir uma interpretação *constantiana* do poder régio, ou pelo contrário, para ligá-lo a uma visão tradicionalista desse poder, isto é, tornava-o susceptível de ser encarado como uma garantia da liberdade ou como uma reserva do poder. Em Constant, a ideia de poder neutro era indissociável desta outra ideia, que vimos tão combatida por Guizot, de que o Rei reina mas não governa⁴¹⁷. Pedra angular de toda a organização política⁴¹⁸, era-o enquanto ponto fixo, inatacável, inacessível às paixões, posição da qual decorria a sua autoridade mediadora entre a opinião pública e o Ministério⁴¹⁹. A abdicação de assumir publicamente a direcção do Governo, ou seja, a opinião pessoal, sendo a condição da irresponsabilidade régia, constituía-o a um tempo como reserva das instituições e como garantia da liberdade social. É sob esta luz que Constant reflecte sobre os direitos de sanção e veto das leis, de nomeação do Ministério, de dissolução do Parlamento, contra as teses realistas que neles viam as prerrogativas persistentes duma soberania régia convivente com um quadro político-institucional liberal. Como anteriormente desenvolvemos, intermédias entre estas posições, apresentam-se as teses de Guizot, que tendo por principal problema o reforço do poder executivo encontrou a resposta na peculiar teorização que fez do Governo parlamentar. Da forma como Guizot conceptualiza as relações entre o Ministério e o Rei, podemos inferir que, em última análise, o exercício do poder de dissolução decorreria da incompatibilização entre a opinião do Soberano e a dos seus Ministros, servindo o recurso ao voto nacional para confirmar o sentido da opinião pública.

⁴¹⁶Citado por Paulo BENEVIDES e Paes de ANDRADE. *Op. cit.*, p. 91.

⁴¹⁷ Os sentimentos da Rainha quanto a esta máxima encontram-se traduzidos nas anedotas contadas pelo Conde do Lavradio, que nos revelam uma D. Maria II cultora da arte do *non-sense*: «Dizendo-lhe ultimamente o Duque de Saldanha que me mandasse chamar para eu entrar no Ministério, respondeu-lhe Sua Majestade: Não mando, porque Eu reino, mas não Governo. Quando lhe disseram que parte dos Ministros saíam, disse Ela ao Soure: Não sei porque saem, mas, com isto, não quero dizer nem que saíam nem que fiquem» (Conde do LAVRADIO, *Memórias*, v. IV, p. 6).

⁴¹⁸ *Clef de voute* e não chave como no enunciado luso-brasileiro.

⁴¹⁹ «La séparation entre le «point fixe» et le gouvernement ouvre l'espace d'expression de l'opinion.... La souveraineté du roi – car il s'agit en fait de cela – n'est que celle de la puissance publique, de la protection due à l'intérêt général.... Dès lors il importe peu de dire si l'opinion est souveraine ou si le roi est souverain : la puissance royale, comme avait dit Mirabeau, n'est que le patrimoine de la nation» (Lucien JAUME, *L'individu effacé*, p. 188). «Cette conception était inadmissible pour les tenants d'une

No Parlamento português, o esforço da oposição, desde o debate do *Discurso do Trono* em 1842, em demarcar D. Maria II da acção do Ministério, bem como a insistência deste, com a sua maioria, em apresentar a situação vigente como a única que assegurava a dignidade e mesmo a sobrevivência do Trono, traduziam as divergências relativas à figura régia, ao mesmo tempo que sublinhavam o seu papel na vida política nacional. Divergências que se repercutem, antes de mais, nas expectativas sobre a acção do Trono.

Foi precisamente indo ao encontro da doutrina *constantiana* que cresceu o apelo da oposição à Rainha, buscando demonstrar a dissonância entre o Governo e a opinião pública, bem como o desrespeito sistemático da independência de poderes, dos direitos políticos e civis dos cidadãos, enfim das bases do sistema constitucional. Acusações suficientemente graves para justificar a queda do Ministério e a convocação de eleições imparciais que repusessem a verdade na representação nacional. À pressão fora do Parlamento, na imprensa, na resistência legal aos actos governativos, nas iniciativas dos corpos municipais, correspondia a oratória dos deputados denunciando a insuportabilidade da situação vivida. Com o tempo, a recusa em aprovar qualquer medida do Governo, passou, assumidamente, a ter por principal motivação ainda mais do que a falta de confiança política, o desejo de não compactuar com um poder declarado ilegítimo.

Sendo a discussão do *Discurso do Trono*, o lugar privilegiado para fazer o balanço político do comportamento do Governo e analisar a realidade nacional, não admira que a oposição o quisesse usar para se dirigir directamente à Rainha, colocando-a face e não ao lado do Ministério, e que o Governo forçasse a redução do debate à confirmação da confiança política do Parlamento. É disso exemplo o debate da *Resposta* de 1844.

Nesse ano, o Governo acabava de demitir e processar algumas Câmaras por representarem à Rainha a queda dos ministros, quando afirmou no *Discurso do Trono* que segundo a Carta os deputados eram os «legítimos intérpretes dos votos e da Opinião

souveraineté royale réduisant les ministres à de simples instruments de sa politique; et donc, si le roi se met dans la position d'un arbitre, qui lui-même est en attente d'une opinion qui lui est extérieure, la souveraineté lui échappe» (idem, p. 189).

Nacional»⁴²⁰. Com esta afirmação claro estava onde queria chegar. Secundando-o, a Comissão da Resposta reforçou a ideia, afirmando-os os «legítimos e únicos intérpretes da Opinião Nacional»⁴²¹. A reacção não se fez esperar, e a oposição ergueu-se em uníssono para acusar a tentativa de anular os meios do Poder Moderador informar-se sobre o verdadeiro estado da opinião pública, para saber se era chegada a altura de usar o direito de dissolução⁴²². Do lado da maioria, Carlos Bento da Silva chegou a evocar o teórico do Poder Moderador contra tal interpretação da prerrogativa régia⁴²³, para contra-atacar, afirmando doutrinariamente com Cousin, que o insucesso da oposição em convencer o povo tudo revelava sobre a justiça da causa⁴²⁴. Em reforço, Vaz Preto, resumiu a doutrina do Governo parlamentar⁴²⁵, acompanhando-a da afirmação da necessidade de respeitar o tempo dos mandatos constitucionalmente prescritos. E Costa Cabral, num dos raros momentos de humor com que agraciou o Parlamento, contou a história duma representação da *Coalizão* que corria o país: «segundo consta é levada por um galego, que leva a dita Representação de um lado, e do outro o barril da água; a primeira coisa que esta personagem diz, quando chega às casas dos indivíduos, cuja assinatura solicita, é o seguinte = *em nome da Nação assine o seu nome aqui para a demissão do Ministério, (Riso) em nome da Nação diz o galego!!!*»⁴²⁶.

⁴²⁰ DCD, 2.01.1844, p. 3.

⁴²¹ *idem*, 15.01.1844, p. 80.

⁴²² Beirão equacionava a questão, juntando a sua voz à do resto da oposição reunida em torno da Resposta alternativa apresentada e defendida por Garrett: «Disse o Sr. Deputado pela Estremadura [Garrett], a Carta concede à Pessoa do Chefe do Estado o poder de dissolver o Parlamento; é uma das prerrogativas do Poder Moderador; mas seria uma decepção que o Chefe do Estado dissolvesse a Câmara dos Deputados, senão quando tivesse a certeza, que ela não representava já a Maioria da Nação; aliás a Urna daria um lição bem severa a esse Príncipe, que assim abusasse do Poder que lhe foi confiado.... Como pode o Chefe do Estado reconhecer essa discordância entre a vontade do País, e a Maioria Parlamentar, se se vedar que subam ao alto do Trono essas Representações populares, se se chegar mesmo a declarar que tais Representações são subversivas, e revolucionárias.... Sr. Presidente, ainda mais, numa eleição da Câmara Baixa cuja duração legal é de quatro anos, não poderão dar-se hipóteses tais, que porto que essa Câmara representasse a vontade nacional no primeiro momento da sua existência, depois viesse a perder essa confiança popular e fosse necessário dissolver-se?» (*idem*, 16.01.1844, p. 95-99).

⁴²³ «Benjamim Constant, não fala do direito de dissolução como o entende o ilustre Deputado [Garrett]: pelo contrário Benjamim Constant não vê no direito de dissolução uma prerrogativa popular; nem o podia entender assim; o Voto Nacional supõe-se verdadeiramente representado durante o período que dura a Legislação (Apoiados), e a disposição que limita a duração do Parlamento essa é que dá ao Povo toda a possibilidade de ser representado devidamente; a garantia popular é a duração da Sessão. A dissolução, diz o Publicista citado, foi prerrogativa atribuída ao Rei para ter acção sobre o Voto Parlamentar sem recorrer ao Veto, meio na realidade mais irritante. Eis aqui qual é a inteligência que este Publicista dá a este ponto. Não sou cego admirador de Benjamim Constant, pelo que já me repreenderam; depois de Benjamim Constant tem-se escrito muito e bem; mas é verdade que citando a sua opinião sempre destruo a asserção da inteligência que se disse davam os Publicistas ao direito de Petição» (*idem*, p. 100-107).

⁴²⁴ «Dantes foi moda dizer que o resultado não provava nada, hoje o resultado principia a provar alguma coisa, até se entende e é teoria filosófica, o que *por fim* sucede o que deve suceder. Monsieur Cousin diz que o resultado tem razão, e a ser assim os trabalhos tão longos, tão continuados, mas tão improficuos da Oposição são a sua condenação».

⁴²⁵ «Se a urna favorece os Ministros, se a decisão do Povo lhes é favorável, eles continuam, senão retiram» (*idem*, 18.01.1844, p. 132-138).

⁴²⁶ *idem*, 19.01.1844, p. 149-156.

A um nível mais estrutural, assistiu-se à valorização das instâncias politicamente independentes e das que em torno do Trono pudessem fazer-lhe chegar o sentido da opinião nacional. Nesse contexto, o Conselho de Estado mereceu particular atenção, redescobrimo-se o potencial dum organismo que não tendo uma origem democrática, podia em momentos decisivos servir de contra-poder aos excessos do executivo. Que as vantagens de tal instituição num sistema representativo não se mostravam evidentes aos políticos liberais, ressalta da controvérsia que desde as Cortes vintistas o rodeou. Tendo sido abolido em 1838, em 1821 a sua criação vencera por uma escassa maioria, que cedera ao argumento de que no formato proposto – conselheiros temporários, indicados pelas Cortes e apresentados à decisão régia em listas triplices - constituiria «um órgão moderador entre o executivo e o legislativo, um corpo intermédio e observador, um contrapeso do executivo, e uma barreira do despotismo»⁴²⁷. Se o carácter temporário os sujeitava ao julgamento político, a ligação ao Parlamento assegurava o perfil ideológico dos escolhidos. Face a um executivo onde se pressentiam todos os perigos, uma das funções mais importantes do Conselho de Estado seria propor os empregados públicos, assegurando a sua fidelidade ao regime⁴²⁸. Além disso seria ouvido nos negócios administrativos graves, em particular na sanção das leis, na declaração de paz e guerra, e na elaboração de tratados. Contra ele tinham-se pronunciado os deputados que o viam como um corpo inútil por não ter carácter vinculativo, e mesmo «politicamente prejudicial: tirava ou o poder ao monarca ou a responsabilidade aos Ministros, complicava a actividade do executivo, favorecia o servilismo e fomentava a desordem»⁴²⁹. Segundo Manuel Alves do Rio, numa posição que poucos ecos teve no vintismo, melhor seria que vingasse o princípio dum Ministério politicamente responsável, com o qual o Rei obrigatoriamente despachasse⁴³⁰.

Na Carta Constitucional o formato do Conselho de Estado diferia substancialmente do

⁴²⁷ Zília Osório de CASTRO, *Cultura e política: Manuel Borges Carneiro e o vintismo*, v. I, p.132.

⁴²⁸ Como afirmava Borges Carneiro «suponhamos que não existe Conselho que proponha ao rei por listas triplicadas, etc. Acontecerá, segundo o pensar comum dos homens, que se escolherão para os empregos eclesiásticos e civis, pessoas do seu partido, pessoas inconstitucionais e que propugnem pelos princípios opostos aos que agora estabelecemos, e dentro de poucos anos teremos inimigos inumeráveis da Constituição» (idem, p. 135).

vintista⁴³¹. Nomeados pelo Rei a título vitalício, além de ouvidos nos negócios administrativos graves, na declaração de paz e guerra, e nas negociações com nações estrangeiras, os Conselheiros deviam ser consultados em todas as matérias compreendidas no exercício do Poder Moderador, com excepção feita à nomeação do Ministério (art.110). Embora fossem, como em 1822, criminalmente imputáveis pelos conselhos dados, o carácter vitalício do cargo tornava-os politicamente irresponsáveis e colocava-os a salvo das contingências políticas.

A independência oferecida pela perpetuidade que, como vimos, em outros contextos poderia ser negativamente encarada, oferecia-se agora como uma vantagem que a realidade comprovava no facto de se sentarem no Conselho diversos pares e deputados da oposição. Sendo voz corrente a tensão em diversos momentos manifestada entre o Conselho de Estado e o Governo, os deputados por mais duma vez pediram o conhecimento oficial das actas, ou insinuaram as opiniões veiculadas nas suas sessões. Como é sabido, a queda do Ministério em 1846 acabaria por ser decidida em reunião do Conselho de Estado, quando vingou a ideia, que o futuro não provou, de que a retirada de Costa Cabral poria fim ao movimento revolucionário.

Justifica-se, assim, que nos detenhamos no debate, decorrido entre Fevereiro e Março de 1845, sobre o Projecto de Lei que autorizava o Governo a organizar o Conselho de Estado. A história deste projecto mostra a endurecimento centralizador do Ministério, espelhado na reticência em permitir um poder efectivo a uma instituição que não controlava. Os dois anos que decorreram entre a Proposta de Lei, lida por Costa Cabral a 25 de Fevereiro de 1843, e a discussão do Projecto da Comissão de Administração Pública, é em si reveladora da falta de vontade em pressionar a discussão⁴³². Que o motivo radicou na mudança do pensamento do poder foi-nos apontado por Silva Cabral, porta-voz da Comissão já expurgada dos membros da oposição, que, ao apresentar a 26 de Fevereiro de 1845 um novo parecer que alterava

⁴²⁹ *idem*, p. 133.

⁴³⁰ *Diário das Cortes*, 28.02.1821 e 2.03.1821.

⁴³¹ Capitulo VII, art. 107 a 112 (Jorge MIRANDA, *op. cit.*, p. 118-119).

⁴³² O projecto entrou em discussão a 22 de Fevereiro de 1845 (*DCD*, 22.02.1845, p. 2-9). A Comissão que contava com deputados da oposição - Silvestre Pinheiro Ferreira e Mousinho de Albuquerque -, e ainda com José Maria Grande que como

significativamente a proposta original, assumiu tê-lo acordado com Costa Cabral.

Para além da função de aconselhamento técnico e político do Governo e do Poder Moderador, o primeiro projecto, que ia ao encontro da proposta do Ministro, constituía o Conselho de Estado em tribunal de 2ª instância do contencioso administrativo, quando reunida a secção de contencioso, e em Supremo Tribunal Administrativo, quando reunido em sessão plenária. Segundo o relatório da Comissão, este organismo era, «o mais próprio, não só para auxiliar o Governo com sua ilustrada experiência nos graves assuntos de administração pública, mas também para decidir em última instância como tribunal de recurso as importantes questões do contencioso administrativo; reconhecendo que a criação de um supremo tribunal administrativo é absolutamente indispensável, não só como a chave de toda a organização administrativa, mas também como uma garantia dada aos cidadãos contra as invasões da autoridade: e que é da mais urgente necessidade fazer cessar a anomalia, em virtude da qual corpos menos qualificados [os conselhos de distrito] exercem a excessiva prerrogativa de decidir em primeira e última instância gravíssimas questões contenciosas». Inspirado pelo modelo francês⁴³³, o novo projecto eliminava a distinção entre os dois níveis de apreciação das causas, e, mais importante ainda, retirava às sentenças o carácter vinculativo, sendo reduzidas a meras consultas submetidas à decisão do Governo (art. 14). A alteração era justificada por Silva Cabral, no discurso de apresentação do projecto por «que não devia haver diferença entre a secção administrativa e a contenciosa, e que nenhuma devia ter o direito de executar por sua própria autoridade as suas decisões, por isso mesmo que isto não podia deixar de embaraçar o Governo na sua acção, e torná-lo um verdadeiro autómato»⁴³⁴. As implicações políticas e constitucionais de tal decisão apresentam-se evidentes, quando em causa estava a resolução dos conflitos entre os cidadãos e o Estado, e entre o poder judicial e administrativo (art. 12).

sabemos em 1844 se separaria da maioria -, deu o parecer era a 20 de Março de 1843, o que significa que não lhe cabia a responsabilidade deste debate tardio.

⁴³³ Pais onde o Conselho de Estado era significativamente diferente, pois carecia da componente de aconselhamento político do Rei, essencial no caso português. sendo um órgão sobretudo administrativo, esta competência encontrava-se reforçada no facto dos Ministros nele terem assento. Para além disso, o cargo de conselheiro era amovível e reconhecido como carecendo de

Do lado da oposição, Manuel Lobo de Mesquita Gavião, combateu isolado contra a autoridade da Câmara prosseguir a discussão, alegando que o projecto importava a uma alteração da Constituição, por atribuir ao Conselho de Estado funções não previstas, devendo o princípio que o consignava ser submetido ao processo de revisão constitucional. Por outro lado, o projecto ia contra o espírito da Carta, por colocar os Conselheiros na dependência do poder executivo quando esta os concebera como conselheiros do poder moderador⁴³⁵. Ao contrário do evocado caso francês, o Conselho de Estado tinha em Portugal uma função meramente política, e era sabido que mesmo naquele país o sistema vigente estava a ser vivamente contestado. Na sua opinião o contencioso administrativo era uma figura jurídica por explicar, e as controvérsias para a definir, bem como as autoridades que a contestavam, serviam para apoiá-lo⁴³⁶. No entanto, uma vez decidida a discussão, este deputado setembrista, que considerava o modelo centralista francês longe de aconselhável, opôs-se veementemente ao art. 14 considerando que através dele se colocavam nas mãos do executivo todos os poderes do Estado.

Por seu turno, José Maria Grande, que assinara o projecto primitivo e que foi o deputado da oposição mais interveniente neste debate, propôs, igualmente sem sucesso, a discussão dos dois projectos em vez da simples substituição⁴³⁷. Discursando sobre a matéria, o deputado divergiu da opinião de Gavião, defendendo a pertinência das funções administrativas do Conselho de Estado, tanto do ponto de vista da teoria do direito administrativo⁴³⁸ como da realidade portuguesa, que desde a extinção dos Conselhos do antigo regime desprovera o Governo do apoio de especialistas na condução dos negócios do Estado. Mais argumentativo do que Gavião na defesa do carácter vinculativo das sentenças, justificou-a pelos princípios do

confiança política.

⁴³⁴ idem, 26.02.1845, p. 9.

⁴³⁵ idem, 28.02.1845, p. 6-7.

⁴³⁶ idem, 8.03.1845, p. 6-9.

⁴³⁷ idem, 28.02.1845, p. 5.

⁴³⁸ «Os escritores franceses têm encarado a organização do Conselho de Estado como um dos assuntos mais importância, e as primeiras notabilidades de França se têm ocupado já no parlamento já pela imprensa de esclarecer este importante ponto de direito administrativo. *Cormenin, Degerando, Henrion de Pensy, Bavoux*, nas suas obras – *Dallon, Dumont, Martin du Nord* nos seus discursos e relatórios nas câmaras francesas têm sobre modo esclarecido este assunto» (idem, p. 8-10).

direito⁴³⁹. Ao reconhecer funções administrativas a este órgão, não se podia deixar de considerar, pelo carácter inamovível dos conselheiros, que se constituía um braço independente do poder administrativo. Este carácter, tornava-o a instância própria para julgar conflitos que, pela sua natureza, nunca deveriam ser entregues aos tribunais judiciais⁴⁴⁰. Dias depois, J.M. Grande precisava as ideias sobre a matéria quando discutiu o artigo 14, sendo nele que radicou o problema constitucional. Consagrar este princípio seria atentatório dos direitos individuais, pois, elevar o Governo a parte e juiz contra os princípios elementares da justiça⁴⁴¹. Mais, pelas questões compreendidas nestas atribuições, entre elas a importante matéria do recenseamento, a decisão importava num perigo à liberdade, pois dava ao Governo todos os meios de sofismar a representação nacional. Para este admirador das instituições francesas, nas quais reconhecia que o excessivo centralismo era contrabalançado por mecanismos de controlo que favoreciam as práticas liberais, nenhuma esperança podia ser depositada no acatamento pelo Governo dos pareceres do Conselho de Estado, quando era conhecida a forma como o ignorava nas deliberações em matéria política⁴⁴².

Entre os deputados da maioria que falaram em defesa do art.14 destacou-se Francisco António da Silva Ferrão, que considerou o artigo como o único compatível com a Carta Constitucional que conferia ao Conselho de Estado um carácter meramente consultivo, e o único passível de respeitar o princípio da responsabilidade política do Ministério⁴⁴³. Agostinho Albano, evocou igualmente a Carta para afirmar que reconhecer aos pareceres do Conselho de Estado a

⁴³⁹ «Em administração, Sr. Presidente, há duas gestões essencialmente distintas, uma é a acção; outra é a deliberação. A acção não pode deixar de ser cometida a magistrados próprios e singulares, e singulares, a deliberação não pode deixar de ser cometida a corpos colectivos, a acção deve vir do centro para a circunferência [os agentes do poder], o centro da acção é o Governo, a deliberação deve vir da circunferência [os conselhos de distrito] para o centro, e o centro da deliberação deve ser o Conselho de Estado».

⁴⁴⁰ «as questões do contencioso administrativo se fossem em último recurso (como se tem querido) julgadas pelos tribunais judiciais seguia-se que o Governo ficava à mercê desses tribunais, seguia-se que acabava a independência do executivo».

⁴⁴¹ *idem*, 6.03.1845, p. 13-15.

⁴⁴² *idem*, 7.03.1845, p. 6-12: «em França existe de direito a provisão que a Comissão quer consignar de serem somente consultivas as decisões do Conselho de Estado, mas o facto tem corrigido o direito; e a prática constante daquele país faz respeitar pelo Governo estas decisões, como se fossem sentenças de tribunais judiciais. Ora perguntarei eu, se podemos esperar outro tanto?..... Que caso tem feito o Governo do voto deste corpo político, nas questões graves que ultimamente lhe submeteu! Todos nós sabemos».

⁴⁴³ *idem*, 8.03.1845, p. 9-11.

força das decisões judiciais, seria criar um poder que ela não consignava⁴⁴⁴.

Foi, no entanto, Carlos Bento da Silva quem mais extensamente respondeu a J.M. Grande⁴⁴⁵. Para este deputado, que via na responsabilidade política o contrapeso da ampla liberdade de acção imprescindível a uma administração eficaz, a defesa por J.M. Grande dos interesses e direitos dos cidadãos nunca poderia ser usada em tais matérias, porque o contencioso administrativo visava precisamente resolver o conflito de interesses individuais e sociais, e entre eles não havia que duvidar para onde devia pender a balança. Sendo o Governo, no sistema representativo, o representante dos interesses sociais, quem senão o ele podia julgar o conflito de interesses. Julgar os actos administrativos fazia parte da acção de administrar, ao contrário do que pretendia J.M. Grande. Esta tese era tão dificilmente contestável, que mesmo os autores franceses que defendiam o fim do carácter consultivo do Conselho de Estado, logo rodeavam a exigência de numerosas excepções em que reservavam ao Governo o direito de veto. Por fim, o facto da prática francesa mostrar que o Governo tendia a respeitar as decisões do Conselho quando ponderadas em favor do interesse público, constituía uma garantia adicional de que em Portugal o mesmo aconteceria⁴⁴⁶.

Passando o projecto à Câmara dos Pares, onde começou a ser discutido a 7 de Abril, a oposição teve por principal porta-voz o Conde de Lavradio, tal como a sua defesa contou, ao contrário do que acontecera na Câmara electiva, com uma intervenção assídua e fundamental do Ministro do Reino, já então, Conde de Tomar. Para além da discussão na generalidade, aqui o grande debate decorreu em torno do art. 1º, sobre a composição, e do art. 12, que como já referimos versava as atribuições da sessão de contencioso.

Na linha do que Gavião apontara na Câmara dos Deputados, Lavradio sublinhou o facto do Conselho de Estado em Portugal ser um corpo político de apoio ao poder moderador, ao contrário da França, elevada a modelo do projecto, onde era um tribunal e um conselho

⁴⁴⁴ *idem*, p. 12-14.

⁴⁴⁵ *idem*, p. 2-6.

administrativo⁴⁴⁷. Num caso, o conselho era independente porque vitalício, podendo ser visto como dependente do Rei porque por ele era directamente nomeado e a ele cabia aconselhar, no outro estava sujeito ao Ministério. Dando-se ao Conselho atribuições que nunca tivera, inovava-se relativamente à Carta e invertia-se a posição hierárquica em que sempre se relacionara com o Ministério. Reconhecendo embora a utilidade da existência dum Conselho idêntico ao francês, defendia que de modo nenhum devia confundir-se com o Conselho político. Concedida a união, abriam-se as portas à absorção de todos os poderes do Estado pelo Executivo. Aquando da discussão do art. 1º⁴⁴⁸, insistiu nestas teses, sublinhando que a confusão das duas esferas criava o dilema entre violar a Carta recusando aos Conselheiros o princípio vitalício e respeitar a Carta mantendo o carácter vitalício dos Conselheiros, recusando ao Governo o poder de demitir os seus empregados sem decisão judicial, tese que era bastamente impugnada pelos Ministros.

Quanto às atribuições do Conselho, Lavradio via como principal problema a demarcação entre a esfera do contencioso judicial e administrativo, constituindo a tendência para resolver a questão em favor do poder administrativo, uma perigosa ameaça aos direitos sociais que a independência de poderes assegurava⁴⁴⁹. Evocar a responsabilidade ministerial contra estas prevenções, constituía, como era sabido, o maior dos sofismas da prática dos governos representativos⁴⁵⁰. Se o poder executivo era a *Sociedade em acção*, como ouvira num aparte, o poder judicial era a *Sociedade falando*, sendo mais de temer quem tinha o domínio da acção. Todos esses motivos levavam-no, portanto, a apresentar uma substituição que consagrava o carácter vinculativo das decisões do contencioso administrativo.

Respondendo aos discursos do seu mais fiel adversário na Câmara dos Pares, o Ministro do Reino afirmou que o Conde partira dum equívoco, o qual era considerar que o Conselho de

⁴⁴⁶ «Quando, Sr. Presidente, o exemplo, a experiência, e as razões votam a favor do objecto parece-me, que estão autorizados aqueles, que o accitam, a manifestarem altamente a sua aprovação».

⁴⁴⁷ Sessão de 7 de Abril (JG, 9.04.1845, p. 374).

⁴⁴⁸ Sessão de 9 de Abril (idem, 10.04.1845, p. 378).

⁴⁴⁹ Sessão de 11 de Abril (idem, 12.04.1845, p. 393-394).

⁴⁵⁰ «E voltando à tão proclamada responsabilidade ministerial, disse que ninguém sabia melhor que os Ministros que teriam de responder perante os seus amigos, e nada importaria ao Ministério qualquer acusação que no Parlamento lhe fosse feita... (O Sr. Ministro do Reino observou que o Digno Par estava fazendo o processo do Governo representativo). O Orador prosseguiu que

Estado pelo art. 110 da Carta tinha a exclusiva função de aconselhar o poder moderador, o que as palavras *medidas gerais de pública administração*, claramente desmentiam⁴⁵¹. Não tendo Lavradio conseguido, igualmente, provar as vantagens da existência de dois conselhos, um político e outro administrativo. Pueril também lhe parecia o argumento de que o projecto findava com a independência dos conselheiros, porque na lógica de ideias utilizada, o simples facto, previsto na Carta, de consultar nos negócios administrativos acarretaria tal perigo.

Este argumento fazia-lhe lembrar o boato de que passando o projecto a Câmara dos Pares ficaria nas mãos dos Ministros. A esse propósito, Costa Cabral oferecia a sua visão da tendência natural desta Câmara, que tomava por uma espécie de braço legislativo da Coroa. Esta tendência decorria não do projecto, que nem sequer tratava das matérias referentes ao aconselhamento do Poder Moderador, mas da própria Carta. Sendo a nomeação dos Pares atribuição da Soberana, natural era que seguissem os seus pontos de vista, e, «ou o sistema que ele [Ministério] segue agrada à Soberana, e nesse caso nomeia os pares segundo o conselho dos Ministros, ou esse sistema não agrada à Coroa, e então o meio de que lança mão é a demissão deles»⁴⁵².

Quanto à questão do poder demissório e do carácter vitalício dos Conselheiros, esta não tinha a simplicidade que Lavradio pretendia, nem sob o ponto de vista constitucional, nem dos interesses do Poder Moderador. No primeiro plano, se era certo que a Carta os declarava vitalícios, havia que notar que, contrariamente a outros empregados públicos vitalícios - como o caso dos juizes, sobre os quais o texto constitucional era expresso em determinar que só podiam ser demitidos por decisão judicial -, nada referia relativamente aos Conselheiros. A própria Carta dava, assim, azo à interpretação de que podiam ser demitidos sem recurso, opinião que, até em seu próprio interesse, preferia ceder em favor do forte argumento do Conde. No segundo plano, era, na sua opinião muito questionável o artigo da Carta que estabelecia este princípio, pois parecia-lhe absurdo obrigar a Coroa a ter conselheiros perpétuos. Mais saudável ao

se fazia algum processo era aos *falsos* governos representativos, e não aos verdadeiros: que nestes últimos os Ministros são a expressão das Câmaras, mas que no nosso as Câmaras eram a expressão dos Ministros».

relacionamento entre a Coroa e o seu Conselho seria consagrar a mais ampla liberdade de mudar de Conselheiros.

Discursando sobre as objecções levantadas ao art. 12, apontou que este era motivado pelo princípio de que a matéria de contencioso administrativo pertencia ao Governo, e que sob o ponto de vista das garantias dos cidadãos a sua base de sustentação era o princípio da responsabilidade política do Ministério⁴⁵³. Querer, como fizera o Conde de Lavradio e outros membros da oposição, destruir este último princípio, significava colocar em processo o Governo representativo⁴⁵⁴. Quanto ao primeiro princípio, concordava na necessidade de delimitar o campo do contencioso administrativo, e nesta matéria seguia a opinião dos mais reputados publicistas franceses, considerando que «sempre que se trata de prover, por actos do Governo, à execução das leis, à segurança do Estado, à manutenção da ordem pública, em fim, às diferentes necessidades da sociedade, que este negócio deve ser classificado como puramente administrativo». De igual modo, lhe cabia decidir sobre os conflitos com os particulares, porque entregar tais decisões ao poder judicial seria destruir toda a possibilidade de acção administrativa, mostrando-se para o caso indiferente que o poder decisivo fosse um tribunal normal ou o Conselho de Estado elevado a tribunal. Reconhecer-lhe tal poder, seria na verdade criar um poder absoluto, capaz de pôr em causa qualquer acto do Governo, qualquer decisão do poder legislativo. A acrescentar a todos o autores que sustentavam este ponto de vista, havia a Carta Constitucional que definia como função do Poder Moderador o velar *sobre a manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes políticos*. Ora perguntarei aos Dignos Pares, que seguem a opinião contrária, que é um conflito entre a autoridade judicial e administrativa? Não será a desarmonia entre os funcionários dos dois Poderes? Não será querer cada um deles arrogar-se atribuições que lhe não competem? Creio que ninguém o negará: mas

⁴⁵¹ Sessão de 7 de Abril (*idem*, 9.04.1845, p. 374)

⁴⁵² Ideia que, como vimos, vai ao encontro das teses de Guizot sobre as relações entre o Rei e o Ministério.

⁴⁵³ Sessão de 11 de Abril (*idem*, 14.04.1845, p. 397-398).

⁴⁵⁴ «Sr. Presidente, o princípio fundamental que dirige os Governos constitucionais é que as maiorias, em última análise, são quem governa, são a quem compete decidir os negócios públicos; mas se por ventura se quiser seguir a doutrina que se acaba de

se o Poder Moderador é que compete harmonizar esses Poderes, como havemos de fugir desta doutrina da Carta, e por tanto da provisão do projecto?». Costa Cabral, por um passe de magia passava as funções do poder moderador através das pessoas dos conselheiros para a decisão do poder executivo nas pessoas dos Ministros.

Ter-nos estendido na exposição de alguns dos mais interessantes argumentos desenvolvidos neste debate, foi impulsionado pela riqueza de problemas constitucionais nele colocados, e pela pertinência circunstancial que os motivou. Demonstrativos, uma vez mais, da plasticidade da Carta, e portanto do seu potencial para a vivência do liberalismo enquadrado pelo regime monárquico-parlamentar. É precisamente este carácter que permitia sustentar a convicção que Lavradio expressou mais tarde, em missiva dirigida à Câmara dos Pares no momento da revisão, que mais eminente que a reforma da Carta era a reforma do País, contrapondo assim à reforma dos princípios a reforma das práticas políticas⁴⁵⁵.

estabelecer, seguir-se-ia necessariamente que o Governo representativo, que admite semelhante principio como principal base. é o pior do mundo, e que devia ser banido dentre nós».

⁴⁵⁵ «Reconhecendo a prudência, sabedoria e patriotismo da Câmara dos Pares, estou certo de que ela defenderá com energia a Monarquia Constitucional e Representativa e se oporá a toda e qualquer alteração dos artigos da Carta Constitucional, onde se encontram todas as garantias necessárias para a liberdade e para a ordem. Do que se carece, quanto a mim, é de boas leis orgânicas: faltam ainda muitas, e talvez as essenciais, e a maior parte das vigentes não as considero boas. Muitas vezes manifestei publicamente a minha opinião sobre a parte essencial da Carta Constitucional, opinião que ainda hoje conservo, e é que a Carta não carece de ser reformada, mas sim executada. Seria muito para desejar que o Poder Legislativo, em lugar de reformar a Carta Constitucional, se ocupasse da organização da Fazenda, da Administração, da Instrução Pública, do desenvolvimento do Comércio, da Agricultura, da Indústria nacional, da construção de estradas, do melhoramento das nossa riquíssimas colónias, etc.» (Conde de LAVRADIO, *op. cit.*, v. IV, p. 70-71).

3. O GOVERNO DO PARLAMENTO

3.1. O Governo, a maioria e a oposição: partidos e programas políticos

Em um rascunho de discurso, existente na Torre do Tombo, Costa Cabral reflectia sobre o posicionamento dos deputados no seio dos partidos e sobre os custos da disciplina partidária para a liberdade individual⁴⁵⁶. Defendendo embora esta necessidade, conjugava-a com o debate construtivo assente no princípio de que se o Governo era o poder pela maioria, como tal devendo ser respeitado, a oposição representava a pressão reformista, que o poder não devia ignorar⁴⁵⁷. O discurso ia ao encontro das ideias que ao longo dos anos aprofundou, alimentado por uma polémica que remontava ao tempo em que ascendeu ao Governo, para assumir a pasta da Justiça.

O Ministério de 26 de Novembro de 1839⁴⁵⁸, no espírito da Constituição de 38 hasteara a bandeira da união nacional e da reforma visando conciliar a liberdade com a ordem, expurgando as instituições dos vestígios radicais que a experiência condenara. Mas fora desde logo duramente condenado por querer erguer-se acima dos partidos em nome do nubloso princípio do justo meio. Neste contexto polémico particularmente significativa fora a discussão da *Resposta ao Discurso do Trono*, em inícios de Julho de 1840, quando reabriu o Parlamento após umas eleições convocadas para consolidar o apoio do Ministério. Apesar do carácter programático do *Discurso*, que retomava as linhas enunciadas em Janeiro quando pela primeira vez se apresentara

⁴⁵⁶ «A disciplina dos partidos é uma necessidade, que desconhecem os que estão fora das Câmaras legislativas. Uma assembleia compõe-se sempre de elementos muito diverso. Todas as questões podem ser encaradas por muitos modos – mas não há senão duas espécies de bolas – pretas que reprovam, brancas que aprovam. Há por tanto opiniões que não podem ser resolvidas – infelizmente não há bolas pardas – se existissem, quem sabe? Talvez aparecessem destas um maior número na urna. Os homens de boa fé ordinariamente lançariam na urna essa bola. Quem duvida de que o medo, nos voos políticos é muitas vezes maior do que a coragem? Todo o eleito comparece sempre nas assembleias com projectos de independência, e de imparcialidade e em pouco tempo é obrigado a reconhecer que isso é um sonho, e uma ilusão, e que é necessário antes de tudo ser do seu partido. Este princípio (de ser dum partido) é e tem sido geralmente reconhecido nos Países, que citamos por exemplo. Um membro do Parlamento inglês disse «tenho assistido muitas vezes a discussões, que me têm feito mudar de opinião mas não assisti nunca a uma que me fizesse mudar de Credo». Casimir Perier disse a um Deputado que mostrava indecisão para aprovar certa medida. Oh! Grande mérito de votar as minhas medidas, logo que merecem a vossa aprovação? Os nossos inimigos políticos deixam eles de nos combater mesmo quando temos razão? Sustentai-me pois quando não tenho razão. É um jugo político às vezes muito pesado, mas que remédio. Tem a seu favor a prática em todos os países» (ANTT, APCC, Arg. A- Costa Cabral, Cx. 120).

⁴⁵⁷ «Com inteligência, e perspicácia lembra-se o Governo de que não pode ter melhores conselheiros que os seus inimigos políticos. Não mostre tenacidade se da oposição vem uma boa ideia, adopte e reduza a medida, e ponha em prática. É sempre tempo para um Governo admitir uma reforma, que a opinião pública reclama, como boa; Sei que há espíritos fracos que tomam sempre, como fraqueza, o admitir as ideias da oposição.... mas é esta uma falsa maneira de considerar a posição dos Governos, e até das minorias. Que somos nós todos sem a nação? Não é o Governo poder pela maioria? Não é a maioria o resultado da adesão dos eleitores? Tentar introduzir o amor próprio em tais situações, querer resolver os negócios por birra (seja permitida a frase) é não calcular com prudência as consequências dum procedimento, é não dar atenção a advertências que aproveitadas podem ser de grande utilidade» (idem, ibidem).

⁴⁵⁸ Apoiado pelo centro parlamentar, com uma ligação tensa com os ordeiros. Tendo promovido a reintegração cartista nos quadros do Estado e na vida política nacional, com o tempo consolidou esta ligação em sede parlamentar. O Ministério que lhe seguiu, de Junho de 1841, em que continuaram a pontuar as figuras de Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, já era

ao Parlamento, o Governo não escapara à acusação de indefinição política.

José Estevão, à denúncia da origem anómala do Ministério⁴⁵⁹, unira a crítica política do *juste-milieu*. Incompatível com a realidade portuguesa⁴⁶⁰, as ambiguidades que o “terceiro partido” alimentava⁴⁶¹, na verdade, escondiam um credo centralizador apoiado por contestáveis doutrinas sobre as leis do progresso, que em França tinham a sua origem⁴⁶². O deputado setembrista advertia, ainda, que o monopólio que pretendia estabelecer do valor da ordem era um absurdo, que arrastava um perigoso olhar sobre a liberdade⁴⁶³.

Fora, no entanto, José Alexandre de Campos quem antes avançara com a reflexão sobre o lugar dos partidos no Governo representativo, num discurso em que associara este governo à existência de partidos que, rivalizando nos princípios e projectos, tinham em comum a aspiração ao poder⁴⁶⁴. Um Governo sem partido, era um estranho ao Parlamento, uma aberração dentro do sistema, um factor de destabilização e não de união como pretendiam os seus defensores⁴⁶⁵. Segundo J.A. de Campos, o Governo parlamentar constituía um imperativo que o país demandava, e o único passível de obrigar à responsabilização política os partidos parlamentares⁴⁶⁶. Corroborando esta opinião, Alexandre Herculano⁴⁶⁷, afirmara que um Governo

composto por uma maioria cartista, sendo presidido, como assinalámos, por Joaquim António de Aguiar.

⁴⁵⁹ «Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que os Ministérios marcham do Parlamento para o Paço, e não captam as prerrogativas da Coroa; nem as assaltam, nem as conquistam.... Numa sessão histórica, que teve lugar no Parlamento inglês, Mr. Peel censurando Lord Palmerston pela sua pouca influência em Portugal, disse ao mesmo tempo que ele tinha sido o autor da formação do Ministério de 26 de Novembro» (DCD, 7.07.1840, p. 79-93).

⁴⁶⁰ «Sr. Presidente, a história dos nossos Ministérios prova que a Nação não pode suportar uma terceira entidade política entre estes dois partidos [setembrista e cartista], por quem tem sido governada, bem e mal, mas sempre governada».

⁴⁶¹ «Sr. Presidente, o carácter dos partidos centrais é o quase: quase liberdade, quase legalidade, e este é o de quase publicidade».

⁴⁶² «um homem eminentemente progressista entende que a reforma é de dia, isto é, que os graus de diferença de civilização podem suceder-se de um modo tal, tão rápido, e tão sucessivo que o dia de amanhã, e o mês que vem crie novas necessidades; mas encerram esses Projectos uma doutrina, que regule este progresso? Não, Srs., o princípio, e o pensamento deles, é o deste lado da Câmara (apontando para o centro) é a expressão de todos os livros franceses, e das teorias parlamentares de 4 ou 5 governos, é dos livros das leis progressistas, em uma palavra é de todos os homens, que sabem que é preciso concentrar o Poder para esmagar e governar».

⁴⁶³ «Não serão demagogos da ordem aqueles que não vêm no sentido da liberdade senão uma massa enorme, que a atenua?... E se nós somos censurados de aspirarmos ao poder, é uma contradição manifesta dizer que não queremos ordem; a ordem é de todos os governos desde o começo do poder até que se percam todos os partidos, e não pode ser monopólio de um só partido».

⁴⁶⁴ «Os partidos políticos que no campo legal são a alma, a vida, e a força dos governos representativos não se limitam a exigir protecção do Governo; cada partido político tem seus princípios, as suas convicções, os seus meios governativos, meios que ele julga preferíveis a todos os outros para o bem do Estado; e então quando chega a estar representado no Parlamento em número assaz forte para formar o seu Ministério se não o forma, então ou é egoísta e não quer carregar com a responsabilidade de governar, ou é imbecil, ou não é partido político, é outra coisa: ora eu estou persuadido de que os nossos partidos são verdadeiros partidos políticos, que diferem na escolha dos meios mas que todos têm em vista o bem do Estado» (*idem*, 2.07.1840, p. 24-28).

⁴⁶⁵ «Sr. Presidente, o Ministério tem ostentado a sua bandeira de nenhum partido, e pretende por este meio unir a grande família Portuguesa.... há de necessariamente ter tantas oposições quantos são os partidos políticos por que não há nenhum partido político que tenha suficiente resignação para ser governado (quando está suficientemente representado no Parlamento) por homens que não são das suas simpatias».

⁴⁶⁶ «a exigência de um Governo que pudesse dizer eu sou o depositário da confiança da grande maioria dos parlamentares, os meus adversários políticos respeitam as minhas convicções, combatem para esclarecer, mas estão certos da minha força e da minha lealdade, é a primeira necessidade do país. Apresente-se quem puder, mas a necessidade é reconhecida por todos».

sem partido era um Governo sem princípios, sem lugar na arena política⁴⁶⁸.

À integração partidária, a oposição acrescentava a exigência de definição programática e de respeito pelo Parlamento. Se em Fevereiro o debate da *Resposta* fora marcado pelo impacto do *Relatório* do Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos⁴⁶⁹, agora a oposição demandava os relatórios que faltavam de modo a basear a discussão da *Resposta* nas medidas propostas pelos ministros. Para além da intempestividade de algumas das intenções reformistas anunciadas, igualmente muito criticada pelo novo chefe da oposição moderada, Joaquim António de Magalhães⁴⁷⁰, fora a intenção de Costa Cabral de concertar com as comissões as modificações que quisesse introduzir nos projectos, lançando a confusão sobre as opções do Governo e faltando à homenagem devida às práticas parlamentares.

Respondendo às acusações, Costa Cabral afirmara a indiferença do Governo pelo número de oposições que tivesse de enfrentar, conquanto a maioria continuasse a apoiá-lo⁴⁷¹. Às críticas programáticas de J.A. de Magalhães, contrapusera o encontro do Governo com os sentimentos do eleitorado⁴⁷². A crítica do método escolhido para alterar os projectos rebatera com o tempo poupado, que não invalidava o conhecimento da origem governamental das mudanças. E a acusação de falta de pensamento próprio por o seu conteúdo responder às pressões das autoridades, combatera com o programa do Governo, no qual a prova da experiência

⁴⁶⁷ Descontente com a condução dos negócios estrangeiros, num momento particularmente delicado para Portugal, afastara-se do Governo, apesar da natural integração na família ordeira deste cartista profundamente influenciado pela corrente doutrinária (cf. António José SARAIVA, *Herculano e o liberalismo em Portugal*, p. 97-114).

⁴⁶⁸ «Entre os frades franciscanos, todos os padres de missa que tinham estudado alguma coisa de teologia, ainda que não fosse mais que o Larraga, dividiam-se em diferentes parcialidades, que eram conhecidas por nomes tão extravagantes como estes nossos de chamorros, patriotas, vintistas, etc. Uns eram os mocambos, outros os caraças, etc.... Os únicos que não pertenciam a eles eram os leigos, que tinham é verdade o direito de escorropichar as galhetas na Sacristia, de andar com a sacola ao peditório e de sizar alguns seis vinténs; que tinham em fim a gerência das minguadas riquezas de um convento de franciscanos, mas que apesar disso, nunca passavam de leigos» (*DCD*, 6.07.1840, p. 64-68).

⁴⁶⁹ No relatório apresentado a 24 de Janeiro, Costa Cabral esclarecera a intenção de avançar com uma profunda reforma retomando alguns projectos já apresentados pelo ministro que o antecederia e avançando com outros. As críticas que aí tecia à organização do júri, e a intenção de regular as transferências e responsabilidade dos juizes, trouxeram para o centro da polémica o problema da independência do poder judicial. No dia 8 de Fevereiro, Costa Cabral seria formalmente acusado por J.A. de Campos de violar a Constituição nas transferências a que já procedera, vendo a acusação renovada e reenviada para a comissão de infracções após a reabertura do Parlamento.

⁴⁷⁰ *idem*, 2.07.1840, p. 19-22.

⁴⁷¹ «Sigam seu caminho a antiga e a nova oposição, apareçam milhares de oposições, que o Ministério firme em seu sistema, e fiel ao seu programa há de encarar com denodo os ataques de uns e de outros; em quanto esta Câmara nos prestar o seu apoio havemos de trabalhar para arrancar nossa bem desgraçada Pátria do Estado em que foi sepultada.» (*idem*, 3.07.1840)

⁴⁷² «Convenho que com o nobre Deputado em que os Projectos apresentados pelo Governo na sessão passada não são a ciência das ciências, que carecem alterações e modificações – mas quanto aos princípios o Governo está firme – os princípios daqueles Projectos foram a bandeira que todos levantaram para se fazer eleger Deputados – eu não faço injúria a ninguém, mas parece-me que se alguém antes das eleições declarasse que a lei do censo é intempestiva e que é retrógrado o pensamento que tende a restringir os jurados no civil e no crime não seria eleito Deputado. (*Apoiados*)».

fundamentava a avaliação política dos princípios⁴⁷³.

Em Fevereiro de 1841, no rescaldo da crise do Douro, Costa Cabral voltara a pronunciar um extenso discurso no âmbito da discussão da *Resposta ao Discurso do Trono*. Ocupando-se de defender o poder sujeito às mais graves acusações⁴⁷⁴, reiterara a disposição de enfrentar todas as oposições enquanto representasse a opinião nacional, através da maioria que sustentava o Governo⁴⁷⁵. Interessa-nos, no momento, não tanto a defesa do Governo e do seu programa, mas a demarcação que fez entre a oposição legítima e ilegítima. A primeira, independentemente da diversidade dos princípios, conformava-se com as regras do sistema e dispunha-se ao debate construtivo. A segunda, sistemática, destacava-se pela veleidade das acusações⁴⁷⁶, e por aproximações tácticas incompreensíveis à coerência dos princípios⁴⁷⁷. Finalmente, era uma oposição que combatia os meios do Governo, sem alternativas, não podendo ser seriamente considerada.

Apesar das reiteradas afirmações de solidariedade ministerial ao longo do ano que se seguira, a dissidência dentro do Ministério de 26 de Novembro, entre a ala fiel ao projecto de diálogo ao centro, e a que queria retirar todas as consequências duma viragem à direita do cenário político, acabaria por redundar na sua queda. O Ministério de 9 de Junho de 1841 saíra do parlamento, tendo a Rainha encarregue os dois opositores no antigo Ministério, Fonseca Magalhães e Costa Cabral, de encontrar uma solução política para a crise, quando os Duques da

⁴⁷³ «Quem há aqui que ignore que o Governo disse no seu relatório que vinha trazer à Câmara o resultado da experiência, e ponderar os inconvenientes, que as novas leis ofereciam na prática, inconvenientes notados principalmente pelos próprios executores dessas leis? Quem se apresentou nesta Câmara porventura às honras da invenção? Esta é só para o nobre Deputado que tem a fortuna de andar sempre adiante dos outros. O que o Ministério fez foi apresentar-se nesta Câmara com coragem, - notando defeitos na legislação que uns pretendiam fazer passar por modelos, e que outros para não perderem uma falsa popularidade se não atreviam a combater - falsa popularidade que ainda hoje se pretende conservar, proclamando como intempestivas, leis que na sessão próxima passada se apresentavam como a salvação do Governo Monárquico Representativo».

⁴⁷⁴ «é necessário que se reconheça que estas cadeiras não são ocupadas para unicamente serem os Ministros injuriados e desonrados: pela minha parte declaro que hei de responder pelo mesmo modo porque for atacado. Espero que os Srs. Deputados me não coloquem na dura posição de dizer coisas que por ventura não seriam agradáveis a alguns, estou resolvido a não deixar manchar a minha honra, e dos meus colegas» (idem, 1.02.1841, p. 5-14).

⁴⁷⁵ «se nos Governos representativos as maiorias é que representam a opinião nacional... a existência de muitas oposições não prova senão que é grande o número de ambiciosos, e que efectivamente existem alguns conscienciosos (*muitos apoiados*)»

⁴⁷⁶ «O nobre Deputado [J.A. de Campos] acusou o Governo de ter exercido uma ditadura monstruosa. Os ditadores... não se apresentam voluntariamente no Tribunal da Nação para serem julgados».

⁴⁷⁷ «A Oposição cartista pretende apresentar-se como tendo arrastado à sua política a oposição setembrista; esta pretende fazer acreditar que a Oposição cartista, se lhe unirá em tudo e para tudo; eu não sei o que se passou na realidade, o que eu sei é que a Oposição cartista, como alguém escreveu com graça, entoa os hinos na mesquita do Sr. José Estevão... desgraçada Carta, se conta só com a defesa e apoio do Sr. Deputado [Vicente Ferrer], e dos seus amigos políticos! (*muitos apoiados*)».

Terceira e de Palmela⁴⁷⁸ recusaram a missão. Contando embora com uma forte presença cartista, o novo Ministério longe de clarificar o cenário governativo representara um compromisso tenso, quando nas instâncias extra-parlamentares a ruptura já se consumara⁴⁷⁹, e no Parlamento surgiam os ecos anedóticos da dissidência⁴⁸⁰. O *juste-milieu* tão procurado, era simbolicamente afirmado com a retirada, no dia da apresentação do novo Governo, do contestado projecto de organização dos batalhões nacionais, visto como preliminar da extinção da guarda nacional. Recuo que marcava uma momentânea derrota de Costa Cabral, que em sede parlamentar continuou a defender o projecto⁴⁸¹. Cerca de seis meses depois, rompia com esta solução, apelando à união em torno da Carta Constitucional. Com este passo, Costa Cabral pressionava não só a adesão a um princípio constitucional coerente com o regime defendido, mas igualmente a clarificação do espectro político nacional. De algum modo, o futuro Conde de Tomar dava razão ao antigo companheiro político quando afirmara que, no quadro constitucional, o lugar natural das convicções radicava na bipolarização partidária. Em Março de 1843, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gomes de Castro resumiria esta visão ao afirmar perante o Parlamento que «não conheço senão dois Partidos, Direita, e Esquerda, não conheço Partidos improvisados, estimo muito que existam estes dois Partidos em força, porque não conheço País Constitucional algum onde não haja Partidos»⁴⁸²

Composta por setembristas radicais e moderados, por parte significativa dos ordeiros, por cartistas que reconheciam as virtudes da constituição de 38 ou que simplesmente não confiavam numa situação política dirigida por Costa Cabral, e, ainda, por um deputado miguelista, eleito pela Coalizão, a oposição que recebeu Costa Cabral na reabertura do Parlamento em Julho de 1842, distanciava-se das expectativas que rodearam o movimento de Janeiro. Para a maioria governamental, difícil de entender era a dissidência entre os cartistas, tendo J.M. Grande, no

⁴⁷⁸ *idem*, 5.06. 1841, p. 106-107 e 7.06.1842, p. 117.

⁴⁷⁹ Cf. Fernando CATROGA, «A maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842» *Revista de História das Ideias*, Coimbra, nº 7 (1985), p. 155-170.

⁴⁸⁰ Discurso de José Estevão (*DCD*, 11.06.1841, p. 177-178).

⁴⁸¹ *idem*, p. 174.

discurso já citado, sintetizado essa perplexidade⁴⁸³. Tal como lhe era particularmente delicioso salientar a excêntrica aliança entre a revolução e a contra-revolução.

Esta heterogeneidade seria um dos motes do discurso pronunciado por Costa Cabral, após a votação da *Resposta ao Discurso do Trono* de 1842. Nele afirmou, contra as acusações de ambição política, que o seu desapego ao poder ia ao ponto de estar desejoso para resignar a pasta, e que só o retinha a vontade de fazer um favor à oposição. Em que embaraços esta não se encontraria se fosse chamada a formar Governo⁴⁸⁴? Passando para um registo sério, Costa Cabral esclarecia que era o interesse nacional, ameaçado pelas consequências da queda do Governo, que o mantinha preso à cadeira⁴⁸⁵. Tal como era a causa da monarquia constitucional que ditava a hegemonização do partido cartista representado na maioria⁴⁸⁶. No ano seguinte, respondendo a um violento discurso de J.A. de Campos, quando se debatia um bill de indemnidade, mais uma vez definia o papel duplamente crítico e construtivo da oposição num Governo representativo⁴⁸⁷, para acusar, agora respondendo a José Estevão, a falta de seriedade da oposição nacional⁴⁸⁸. No

⁴⁸² idem, 3.03.1843, p. 67.

⁴⁸³ Cf. supra, p. 165

⁴⁸⁴ «Vejo a antiga Monarquia representada por um só Cavalheiro, e qualquer que seja o talento e os merecimentos desse nobre Cavalheiro, ele não levará a mal que lhe diga que não o posso julgar nas circunstâncias de poder conduzir a Nau do Estado. Que vejo eu mais? Vejo o Partido que se chama Cartista por Excelência, que se acha composto de partes inteiramente heterogêneas, porque vejo ali homens que em 1835 principiaram a largar estas cadeiras, e foram para a esquerda, e hoje professam princípios de pura democracia; outros que, quando se formou a Administração de 26 de Novembro, e depois das eleições da Câmara de 1840, principiaram gritando contra aquela Administração, porque não correspondia ao fim que se teve em vista naquelas eleições, e porque não era suficientemente forte, atendendo que não demitia todos os Setembristas.... Depois, vejo ainda nesta Oposição pessoas, a quem respeito muito, pelos seus talentos, pelo seu merecimento, e pelos serviços que podem prestar ao País; ressentidas por motivos que elas lá sabem, mas que por se terem separado dos seus antigos amigos, não podem aspirar por isso a governar o País (Apoiados). Depois, que vejo eu mais? Vejo um Partido que se declarou *dorminhoco*, que nos quer explicar todos os acontecimentos humanos pelo instinto dos povos, que declarou igual ao dos animais; e vejo este próprio Partido declarar, que não pode ocupar-se de negócios sérios (Apoiados numerosos). E ultimamente vejo o Partido que se pode chamar puramente Setembrista, o qual ainda contando no seu seio alguns dos que já combateram os seus excessos, está tão diminuto que não tem a gente suficiente para todas as Pastas (Apoiados)» (DCD, 19.08.1842, p. 229-236).

⁴⁸⁵ «Consideradas as quatro Oposições, não posso resolver-me a largar-lhes esta cadeira, porque em primeiro lugar, não posso saber a qual delas pertencerá o primeiro lugar na divisão da presa, em segundo lugar porque não considero nenhuma delas em circunstâncias de poder marchar com esta Câmara, e teria, ou de cair nas primeiras 24 horas, ou de dissolver a Câmara, o que eu julgo muito perigoso nas circunstâncias em que se acha o País (*Vivos apoiados*)»

⁴⁸⁶ «Nós temos ainda presentes as declarações feitas por um meu antigo Colega sobre as recomendações feitas por Frei Fortunato de S. Boaventura, aos absolutistas de Portugal, o homem mais zeloso servidor de D. Miguel, que disse ele aos seus correligionários políticos? - «Uni-vos aos populares, aos anarquistas, como ele lhes chama; uni-vos, separai-vos dos Cartistas, porque estando eles no Poder; estando eles fortes, é impossível que o nosso amado Rei possa ir ao Trono de seus Avós». Esta ideia de que a queda de Costa Cabral significaria a anarquia revolucionária ou o despotismo miguelista, ou ainda, a união de ambos, seria repetida à exaustão, e particularmente vinculada em momentos de crise política.

⁴⁸⁷ «Eu estou convencido da necessidade de uma oposição que analisando os actos do Governo, mostre as suas ilegalidades se por ventura são ilegais, mostre o prejuizo que deles possa resultar ao País, se por ventura são prejudiciais. Eu sei que as oposições, se elas têm em vista o bem público, ao passo que combatem o Governo, o seu sistema, devem substituí-lo, mostrar a excelência dos seus princípios e sistema, mas eu não sei como alguém se persuade de que promove o bem do País, não digo já em substituir, mas em se ocupar de banalidades, e generalidades acompanhadas de personalidades? (*Apoiado*) (idem, 23.01.43)

⁴⁸⁸ «Para conseguir algumas migalhas nas eleições recorreu a oposição, por via dos seus Jornais, por via dos seus emissários em todo o Reino, por via de todas as suas correspondências à invenção dos Dizimos, dos Forais, e dos Frades: segundo a oposição seria restabelecido apenas abrisse o Parlamento. As Cortes abriram-se, e o Ministério desmentiu formalmente tais asserções; e os frades, e os Dizimos, e os Forais não foram restabelecidos, e o despotismo não o será também, e bem o sabe a própria oposição (*apoiados*)».

debate da *Resposta* de Janeiro de 1844, apoiar-se-ia na circular programática da oposição para afirmar que enquanto a oposição não abandonasse o campo das banalidades, quando não da falsidade, «em quanto não mostrar que tem um pensamento governativo, em quanto não convencer o Povo de que lhe fala a verdade, muito mal irá a oposição»⁴⁸⁹. Em Outubro, respondendo às denúncias sobre o procedimento do Governo após a revolta de Torres Novas, admirava-se de não lhe ter sido imputado o próprio acto revolucionário⁴⁹⁰. E afirmava que a irresponsabilidade e incapacidade da oposição conformar-se ao papel que lhe cabia no sistema, ditava a impossibilidade de com ela dialogar⁴⁹¹.

Em Janeiro de 1846, no debate das eleições, e em Fevereiro durante a discussão *Resposta* ao *Discurso do Trono*, o papel da oposição no Governo representativo voltaria à discussão, provocada por um discurso de Costa Cabral. Neste, o Ministro do Reino, novamente insistira na obrigação da oposição «levantar a sua bandeira, proclamar o seu sistema, e dizer – eis aqui o que nós entendemos que é preferível ao que apresenta o Ministério»⁴⁹². Para de seguida, o posicionamento assumido por Luís Mousinho de Albuquerque, lhe valer a recusa de aceitar a existência de deputados independentes⁴⁹³. Sendo o sistema representativo, a consagração da diversidade de opiniões sobre o Governo do país, implicava o enquadramento ideológico e programático dum partido disposto a assumir a responsabilidade de ser Governo⁴⁹⁴. De igual modo, essa excentricidade estendia-se à existência de coalizões. Tal como um deputado isolado

⁴⁸⁹ *idem*, 18.01.1844, p. 142-147.

⁴⁹⁰ «da falta de chuva sei eu que já tenho sido acusado (*Riso geral*); das chibatadas, que os Srs. Comandantes de Corpos são algumas vezes forçados a mandar nos seus soldados, também já tenho sido acusado (Espanto na Direita, dúbida na Esquerda): aí estão as colunas dos seus Jornais – leiam, e verão que ainda não há muitos dias me honraram com esta calúnia – calúnia tanto mais vil, quanto ela não tem outro fim senão o de indispor a soldadesca contra um Ministro da Coroa (*Apoiados*)» (*idem*, 18.10.1844, p. 196P-Z).

⁴⁹¹ «Quem acreditaria que a Oposição batida na Tribuna e no campo, abandonada em fim da Nação, senão mostraria mais moderada e sisuda? E não pode o nobre Deputado [achar razão ao meu ilustre amigo o Sr. Albano, em quanto asseverou que as Oposições se não *convencem*, mas que se *vencem*? Eu partilho a opinião do meu nobre Amigo»

⁴⁹² *idem*, 17.01.1846, p. 15-17.

⁴⁹³ «não venham dizer muito alegres da sua vida - «Eu reprovo o que vós fazeis, e não tomo a responsabilidade do que têm feito os partidos que me elegeram, mas que não represento».

⁴⁹⁴ «Sr. Presidente, nos Governos Representativos ninguém pode aspirar ao Governo do país sem pertencer a um partido, (*apoiados*) que o sustente, e ao sistema que proclama: portanto os homens que dizem não pertencer a partido algum, que não têm cor nenhuma política, nem tomam a responsabilidade dalgum sistema de política, e de administração, não podem de maneira alguma governar um país. Estes homens são excêntricos, não significam nada!» (*idem*, *ibidem*). Obrigado a responder a um novo discurso de Mousinho, o Ministro clarificava o seu pensamento: «não sei como o Sr. Deputado possa dizer que não representa partido nenhum, que não pertença a crença alguma política, e entretanto assevere que representa a opinião nacional. Pois que é a nação, senão um composto desses diferentes partidos, que têm diferentes princípios, diferentes opiniões e programas? Acaso o nobre Deputado representa aqui todos esses programas, todos esses princípios e opiniões?» (*idem*, 23.01.1846, p. 21-22).

não podia aspirar a ser Governo, os partidos só podiam aspirá-lo clarificando um programa, necessidade incompatível com a coalizão de credos divergentes⁴⁹⁵. Esta impossibilidade tornava-se ainda mais gritante quando entre os partidos se encontrava um que trabalhava para derrubar o próprio sistema representativo. Diferente era o caso da Coalizão que albergava um inimigo da rainha e adepto do absolutismo, do caso da maioria, que aceitara empregar ou mesmo chamar ao partido os miguelistas que tivessem renunciado ao seu credo. Neste caso revelava-se tolerância, no primeiro falta de princípios⁴⁹⁶. As coalizões eram condenadas por toda a política europeia, porque reduzir a oposição à vontade de derrubar um Governo não podia ser tomado a sério nem pelos responsáveis do poder, nem pela nação.

Consolidando esta imagem duma oposição que substituíra o debate de ideias pelo ataque pessoal, Agostinho Albano recorria ao exemplo francês para demonstrar as consequências de tal postura para a manutenção do Governo⁴⁹⁷. E Castilho, citava o deputado da esquerda francesa, Odillon Barrot, pelo contraste entre as suas ideias e os hábitos dos correligionários portugueses⁴⁹⁸.

Respondendo aos ataques à Coalizão, o líder dos ordeiros nas constituintes de 1837, José Inácio Pereira Derramado, lembraria na ocasião a coligação dos whigs e radicais em 1827, o acordo da oposição desde o combate a Villèle até ao advento da Monarquia de Julho, a coalizão

⁴⁹⁵ «Oh! Sr. Presidente, que lições nos não tem dado há pouco o país em que o Sistema Representativo se acha estabelecido há muito mais tempo que o nosso? Que exemplo nos não acaba de dar a Inglaterra sobre este ponto importante?... Uma crise se apresentou, a oposição foi chamada a formar uma administração, e porque não pôde formá-la, ou por que não possuía os meios de fazer triunfar um sistema, que julga preferível ao dos seus contrário, nem se quer se atreveu a aceitar o Poder! Como seria para desejar que a nossa oposição seguisse estes exemplos! (*apoiados*)» (idem, 17.01.1846, p. 15-17)

⁴⁹⁶ Já a 14 e 15 de Janeiro, Costa Cabral pronunciara-se sobre esta matéria.

⁴⁹⁷ «As oposições não são grandes ou pequenas pela sua quantidade numérica no Parlamento; são grandes ou pequenas segundo as opiniões evidentemente manifestadas fora do Parlamento. É desta maneira que Casimir Perrier [na Restauração], um dos membros de um oposição bem limitada porque só se compunha de 19 homens, dos quais então existiam unicamente seis no Parlamento, provocado um dia pela maioria, que lhes lançava em rosto «ils ne font que six»! Possuído de nobre entusiasmo, respondeu «sim somos unicamente seis, mas atrás desses seis estão trinta milhões de franceses que professam as nossas opiniões!!!». E poderá dizer outro tanto a nossa actual oposição – nós somos nove ou dez, mas atrás de nós existem três milhões e quinhentos mil portugueses amantes dos nossos princípios, que apoiam as nossas ideias, e que professam as mesmas opiniões!» (idem, 10.02.1846, p. 2-15).

⁴⁹⁸ «Se a oposição outra função não tivesse no Governo Representativo, senão a de advertir o Governo dos seus erros, e transmitir-lhe os gravames do país, fora já grande e difícil missão a sua; mas não é a isso que se limitam os deveres da oposição num Governo Representativo. Ai cada sistema político tem os seus representantes, que devem subir com ele ao Poder, e cair com ele. = As pessoas sem as coisas, as coisas sem as pessoas = não são expressões parlamentares», e continuava a citar, para demonstrar a obrigação de ter uma postura de poder «A oposição deve, sem cessar lembrar-se de que a podem desafiar um dia para pôr em prática, no Governo do país, os princípios e opiniões que proclama. Deve também calcular que atacando um sistema político, cujas tendências condena, importa respeitar sempre o Poder, que um dia lhe pode cair nas mãos; duplicada preocupação, cuja salutar influência impedirá que, de uma nem outra parte, as coisas cheguem nunca às extremidades (idem, 10.02.1846, p. 10-19).

para derrubar o Governo Mole em 1839, e citaria Fox e Guizot, para justificar coligações assentes no princípio negativo de derrubar ministérios sem que para isso as diversas forças tivessem de renunciar aos princípios que as distinguiam⁴⁹⁹. Já em 1842, José Estevão justificara no mesmo sentido a diversidade albergada na Coalizão, a união dos partidos em torno do combate a um poder cujas tendências despóticas se pressentiam⁵⁰⁰.

O estado de desrespeito pelos mecanismos do sistema representativo, encabeçado pela fraude e violência eleitoral⁵⁰¹, a violação das leis, a confusão dos poderes, a crise financeira do país, seriam temas a servir de alimento à oposição negativa ao longo dos anos. No plano programático, por um lado, havia que pensar a actualização do texto constitucional à evolução da realidade nacional, por outro, havia que realizar eleições livres que devolvessem a opinião à nação, das quais decorreria a escolha dum projecto governativo. A sensibilidade, no entanto, ao peso político da insistente acusação da maioria e do Governo, acabaria por pressionar a famosa circular da Coalizão publicada em diversos jornais em Outubro de 1843, cujo enunciado, embora denunciasse o peso setembrista na coligação, não deixava de ter amplitude suficiente para espelhar consensos na família liberal⁵⁰².

Num contraponto a esta insistência, e até antecipando-se a ela, a oposição desde logo quis conhecer o programa do Governo para o país. A vaga afirmação de cumprir o “programa” cartista deixava de chegar, num momento em que cartistas se pressupunham todos os que tinham

⁴⁹⁹ «Deixem-me ser anarquista com Thiers, e com Guizot; e imoral com Fox, e Chateaubriand» (idem, 7.07.1846, p. 2-8).

⁵⁰⁰ «Sr. Presidente, a Coalizão, esse monstro horrível, esse monstro de que o Sr. Deputado faz parte, esse monstro que ele combate, que ele afaga, que não vê, que não pressente, está em volta dele: o Sr. Deputado tem em roda de si o testemunho da possibilidade da união destes princípios heterogêneos... é necessário facilitar alguma coisa a união dos partidos; é necessário não sermos tão rigorosos para uns, quando somos indulgentes para outros; confesse-se a possibilidade para ambos os lados, só com a diferença de que em um domina o princípio da honra, no outro o princípio do interesse» (idem, 26.07.1842, p. 143-153).

⁵⁰¹ Comentando a representatividade e qualidade da Câmara saída das eleições de 1842, Garrett afirmaria: «Sr. Presidente, eu sem a menor afectação, sem o menor artifício oratório, declaro que respeito em todos os Srs. que estão sentados por essas cadeiras as qualidades e virtudes que os ornaram; respeito-os como tendo por si a presunção da eleição popular; mas só a presunção, não posso admitir mais. Estas eleições foram feitas por um método sintético; pelo analítico, não. A síntese provou bem; admito. Encheram-se estas cadeiras de distintos cavalheiros, de nobres cidadãos, de dignos, respeitáveis, fiéis ao seu partido, sustentadores dos seus princípios; mas, pelo método analítico, a minha opinião é que não vieram cá (*Riso*)». Mais adiante traçava o retrato dum país onde as eleições livres eram um mito: «Portugal é um país oficial coberto de Empregados Públicos, em que todos nos conhecemos uns aos outros em que se sabe em Lisboa como votou o Manoel José de Moimenta da Beira (Risadas), e se o pobre Manoel José tem a desgraça de ser Regedor de Paróquia, e não votou no sentido do Governo, ou do partido que há de vir a ser Governo, mais tarde ou mais cedo espere Manoel José pelo castigo (*Hilaridade*)» (idem, 22.07.1842, p. 115-125).

⁵⁰² Cf. Jorge Borges de MACEDO, *op. cit.*, p. 411-419. O texto é atribuído a Garrett, que no discurso acima citado afirmara a sua predisposição para se aproximar do setembrismo, face ao evoluir dos acontecimentos nacionais.

jurado a Carta e não pediam a sua queda⁵⁰³. Retomar a exigência de abrir a sessão das Cortes com a apresentação de relatórios, que permitissem conhecer o estado do país, as medidas do Governo e as suas intenções para o futuro, tornava-se ainda mais pertinente quando, ao contrário do hábito dos Ministérios anteriores à proclamação da Carta, os Discursos do Trono perdiam o carácter programático⁵⁰⁴. Se em 1843, a oposição optaria por desvalorizar o debate do *Discurso do Trono*, em favor da discussão dum *bill de indemnidade* a conceder ao Governo, em 1844, Mousinho⁵⁰⁵ avançaria com o pedido de adiamento do debate até o Ministério apresentar os relatórios a que estava obrigado.

A opção do Governo era claramente estratégica. Por um lado ao esvaziar e desvalorizar o *Discurso do Trono*, buscava restringir o debate à confirmação da confiança política, evitando pretextos para ocupar a sessão parlamentar numa discussão infrutífera e bloqueadora da acção legislativa⁵⁰⁶. Por outro, o Governo não se comprometia aos ritmos duma intenção política global anunciada perante as Câmaras. Os relatórios ministeriais apresentados em tempo próprio, acompanhando pacotes legislativos, o anúncio da sua apresentação ou a sugestão da conveniência da Câmara avançar com um projecto legislativo, permitiam direccionar o debate para a apreciação casuística das reformas.

⁵⁰³ «Disse-se [Garrett]: que o Governo não tinha apresentado o seu programa! Que falsidade, Sr. Presidente!!!... Pois o programa do Governo não estava apresentado quando proclamou a Carta Constitucional, quando a restaurou?!... (Apoiados)» (discurso de Agostinho Albano – DCD, 23.07.1842, p. 125-133).

⁵⁰⁴ Silva Sanches, fazendo um balanço dos discursos dos Ministros no debate sobre o Discurso do Trono, tocava o dedo na ferida: «Tinha apenas falado o Sr. Ministro do Reino, e o seu discurso, como todos sabem, reduziu-se unicamente a combater os Oradores, que o tinham precedido; e nem uma só palavra nele foi dita a respeito do principal objecto, o Sistema do Governo. O Sr. Presidente do Conselho não fez mais... Ultimamente o Sr. Ministro da Justiça limitou-se a dar também explicações sobre as negociações com a Corte de Roma... Em vista disto já vê S. Exa. que nada foi suficiente para que a Câmara soubesse bem qual é o sistema político, e financeiro dos Srs. Ministros. Pelo próprio Discurso do Trono não se podia isso conhecer... Era por tanto importante, que os Srs. Ministros nos dessem a esse respeito amplos esclarecimentos... Desejo pois, que os Srs. Ministros nos digam; primeiramente que impedimento fortíssimo tem obstado ao cumprimento da obrigação, que eles têm de apresentar os Relatórios às Cortes, logo que a Sessão fosse aberta?» (idem, 23.08.1842, p. 273-4).

⁵⁰⁵ idem, 15.01.1844, p. 80-82.

⁵⁰⁶ Em 1843, aquando da discussão do bill de indemnidade, Costa Cabral apontava esta leitura sobre o lugar do debate do Discurso do Trono: «Quando observei, que a oposição abandonou a discussão da Resposta ao Discurso da Coroa, e disto já não pode duvidar-se, tendo em vista o que se passou nesta Câmara, e especialmente as observações feitas sobre tal objecto por um dos meus honrados colegas, entendi, que existia daquele lado da Câmara propósito, e disposição firme para ocupar-se da discussão dos objectos materiais do País. Eu convenci-me de que a Oposição, escarmentada do abandono, que havia recebido da parte da Nação, estava decidida, para ganhar boa fama e opinião, a mudar de procedimento, ocupando-se do exame dos actos do governo, e pondo de parte as provocações, as personalidades, as banalidades enfim. Enganei-me» (idem, 23.01.1843, p. 213-219). Afirmação que repetiria em 1844: «À vista do que se tem passado, estou quase convencido de que é impossível evitar que na discussão da Resposta ao Discurso da Coroa apareçam longos, e prolixos discursos, pela maior parte compostos de matéria velha... Cheguei a conceber a esperança de que na presente Sessão a discussão da Resposta ao Discurso da Coroa seria curta, e que a câmara passaria a ocupar-se das diferentes Propostas de Lei que estão pendentes e de que a Nação deve tirar algum resultado proveitoso... É na verdade espantoso que acusando-nos a Oposição diariamente porque não tratamos da organização do País, e dos arranjos da Fazenda Publica, seja ela a que diariamente nos procura embaraços, e nos obriga a discussões cujo resultado será nenhum em favor da Nação (Apoiados) (idem, 18.01.1844, p. 142-147).

Sendo as propostas legislativas encaradas como a objectivação dum programa de Governo, apresentavam-se com significados políticos não uniformes. As medidas podiam ser anunciadas como tendo uma dimensão política, concretizadora do credo político do partido do Governo, ou nacional, pela simples declaração de serem ou não ministeriais. Através desta afirmação, o Governo esclarecia a margem de abertura ao contributo da oposição, bem como as expectativas relativamente ao comportamento da maioria. No primeiro caso, a disciplina de voto devia funcionar, no segundo, normalmente acompanhado do desejo do Governo “acertar” na decisão, abria o campo da discussão, apelando à Câmara o apoio na reflexão sobre a matéria.

Esta era normalmente a ocasião em que a oposição aproveitava para denunciar a inexistência dum pensamento político e dum programa governativo. Podendo-se multiplicar os casos do uso político dessa arma, o mais exemplar talvez seja o debate sobre o projecto de restabelecimento da Companhia das Vinhas do Alto-Douro, em particular quando se tratou de decidir a questão do exclusivo, que arrastava toda a polémica oitocentista sobre os limites do liberalismo económico num país estruturalmente atrasado, no caso específico agravada pelo conflito de interesses entre o agricultor e o comerciante, e pelas tensões regionais. A modesta declaração de Costa Cabral de que o próprio Governo se encontrava dividido sobre a matéria⁵⁰⁷, serviria de mote à reacção da oposição, invocando logo J. A. de Campos a necessidade do Governo ter uma opinião sobre as grandes questões que afectavam o futuro nacional⁵⁰⁸. Seguindo-o, José Estevão, afirmaria que o Governo estava a destruir as bases do sistema representativo, ao subverter as regras de relacionamento dos poderes, ao apresentar uma inconstitucional divisão interna, ao abdicar, enfim, do dever de dirigir a opinião nacional⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ «é uma questão, Sr. Presidente, em que eu entendo, (não tenho dívida de o dizer) que não fica mal ao Governo o apresentar-se aqui dividido entre si; porque, Sr. Presidente, é uma das questões que não está, para assim dizer, baseada sobre qualquer dos princípios que se julgam o pensamento da Administração» (idem, 3.02.1843, p. 37).

⁵⁰⁸ «Sr. Presidente, que Governo é aquele, que não tem opinião acerca dos objectos, que afectam os grandes interesses materiais do País? Não sei; mas o que eu digo é que o bom Governo deve ter opinião, que é difícil tê-la, que é preciso tê-la, e que é grande responsabilidade ter essa opinião, mas que é das condições do Governo Representativo que a Administração carregue com a responsabilidade dessa opinião, é para isso que ocupa aqueles bancos, é para isso que é Governo, e não satisfaz só com os desejos de acertar» (idem, p. 37-38).

⁵⁰⁹ «Sr. Presidente, deixemos a questão política, seja Ministerial, ou não Ministerial; mas não nos deixemos de ideias políticas, que são constitucionais, e das quais não podemos prescindir, sem estabelecermos um caos entre todos os Poderes do Estado; essas ideias são um Governo com opiniões, e com convicções; um Governo que apresente a experiência e os factos; um Governo

Da declaração de não ministerialidade, que podia afectar todo um projecto ou um aspecto específico, é possível retirar diversas ilações. Sendo a primeira o estabelecimento, por oposição, das opções estruturais ao programa administrativo, cuja rejeição significaria a retirada da confiança política do Parlamento. A segunda, que existiam matérias em que as opiniões atravessavam as fronteiras partidárias. Nalguns casos a declaração era meramente estratégica, para a Câmara avançar com uma medida cuja autoria o Governo não queria assumir⁵¹⁰, noutros reflectia simplesmente o potencial polémico no seio da própria maioria. Como aconteceu na questão da Regência que tinha evidentes implicações na estabilidade do regime, o objectivo podia ser, ainda, usar o debate parlamentar para esclarecer a opinião pública que se considerava exaltada por uma pré-campanha da oposição. Em qualquer situação reconhecia-se que das implicações políticas, económicas ou sociais de certas medidas decorria a premência da força do Governo aliar-se ao comprometimento da vontade e dos interesses nacionais. Se por vezes o debate parlamentar e a liberdade de voto eram considerados suficientes, noutras ocasiões o Governo chegava a exigir o adiamento da decisão legislativa para dar tempo à expressão da sociedade civil, como foi este caso das vinhas do Douro⁵¹¹.

que se apresente em todas as questões do País com a influência da sua situação, e com os seus esclarecimentos particulares. Esta é que é a missão de todos os Governos em toda a parte; se a não tivessem, ninguém sustentava esses Governos; mas no nosso País é indispensável, porque não se pode substituir por meio algum: todas as estatísticas, todos os factos são essencialmente monopolizados pelo Governo.... esta sede de receber todos os esclarecimentos, e adoptar todos os conselhos, o que prova é que o Governo é eminentemente versátil, e um Governo versátil é o pior dos Governos, antes nenhum Governo!.... Mas o Governo ainda nos dá esperanças de vir dividido nesta questão, e diz que não há coisa mais natural que em uma questão tão difícil apresentarem-se os Ministros divididos; não permite a Constituição do Estado, nem os princípios deste Sistema semelhante divisão; a obrigação dos Ministros é acharem esse ponto de contacto nas suas opiniões, e não virem lançar a divisão no Corpo Legislativo, substituindo à sua influência, como Governo, a influência individual de cada um dos Ministros sobre as parcialidades da Câmara: a sua obrigação é reunirem-se num só pensamento, num só fim governativo; e já nós somos bastante tolerantes em lhes permitir tão absurdas declarações, sem fazer contra elas uma demonstração parlamentar, que certamente encontraria sobre si a Maioria da Câmara, mas que havia de achar a seu favor o senso, a razão deste Sistema, e as luzes de todos os Publicistas!... (Apoiados)» (idem, p. 38-40).

⁵¹⁰ Recordemo-nos do caso do Conselho de Estado, em que a mudança de opinião foi apresentada como um reconhecimento pelo Governo dos argumentos avançados pela Comissão.

⁵¹¹ No discurso já citado, Costa Cabral afirmaria que «A Administração, Sr. Presidente, está esperando o desenvolvimento das opiniões das Províncias, porque o seu desejo é fazer todo o bem ao Douro, mas sem fazer mal às outras Províncias, para se obter este resultado é que eu entendo que o Projecto apresentado pelo Sr. Deputado [Dias de Azevedo, que levantara o problema] deve ser remetido à Comissão.... o Governo pois espera os debates para ser convencido, e escolher depois aquilo que entender que é melhor a benefício do País». Dias depois respondendo a Alves Martins que acusava as hesitações do Governo, recordava que fora o desejo de conhecer a opinião da sociedade civil que o levava a incentivar a formação duma associação de agricultores do Douro, do mesmo modo que a necessidade de ponderar os interesses que iria afectar o favorecimento da região levava-o a marcar o compasso de reflexão (idem, 13.02.1843, p. 165-166).

3.2. Disciplina partidária e confiança política: governamentalização do parlamento, partidarização da administração e da sociedade

A declaração das questões ministeriais remete-nos para o núcleo dum debate que a ultrapassava e que persistiu durante Ministério de Costa Cabral. Num primeiro plano reportava-se à concepção dos poderes e seu relacionamento. Num segundo plano estendia-se ao próprio relacionamento dos poderes com a sociedade civil. No conjunto reflectiu uma visão do sistema representativo defendida pelo Governo e pela maioria, que encontramos sintetizada pelo deputado Jerónimo José de Melo, eleito em 1846, quando o definiu como um sistema de mútuas concessões e de confiança⁵¹². Princípio coerente com uma concepção positiva do poder sobre a qual reflectimos na primeira parte deste trabalho. As vastas consequências retiradas deste princípio pelo poder, valeu-lhe a grave acusação de reduzir o sistema representativo a uma farsa.

A 19 de Junho de 1843, Diogo António Palmeiro Pinto justificava a passagem à oposição e o pedido de demissão do cargo de Secretário Geral do Distrito de Portalegre por não poder suportar as pressões do Governo para com os deputados⁵¹³. Com esta declaração Palmeiro Pinto vinha confirmar o que na Câmara fora vezes sem conta denunciado, isto é que a eleição dum elevado número de deputados comprometidos com o aparelho de estado, constituía um instrumento poderoso de subordinação do Parlamento. Reagindo à intervenção, Costa Cabral perguntou onde estavam os documentos que comprovavam tais exigências⁵¹⁴, sabendo que tais provas nunca poderiam apresentar-se. Afirmando que «o Governo nunca exigiu dos seus Empregados que votassem contra a sua consciência e rasgassem a sua procuração (*risadas da Esquerda*)», Costa Cabral distinguia a liberdade de voto muitas vezes exercida sem que nenhum empregado tivesse ainda perdido o cargo, do caso do empregado que anunciava não ter confiança

⁵¹² «não se diga que um Sistema Representativo, é um sistema de desconfiança, bem pelo contrário é um sistema de mútuas concessões e confiança, e tanto assim que não estamos aqui representando a vontade de uns poucos milhões de habitantes, unicamente pelo princípio da confiança; poderá sim dizer-se que é um sistema de antagonismo» (*idem*, 3.03.1846, p. 2-3).

⁵¹³ «Pedi a minha demissão, porque julguei não poder forçosamente apoiar o Ministério contra a minha consciência, e aderindo às condições do Sistema Político do nosso País, dei o primeiro passo para ficar honestamente senhor de mim» (*idem*, 19.06.1843, p. 245-247).

⁵¹⁴ «Espero que o Sr. Deputado apresente esses documentos à Câmara, à Nação inteira, e ao Mundo, para provar que o Governo exigiu o sacrifício da sua consciência, que anulasse o seu pensamento, e rasgasse a sua procuração, para esta apresentação o

no Governo e até mesmo pedia a sua demissão⁵¹⁵. Insistindo, Palmeiro Pinto descreveu uma reunião da maioria convocada logo após ser votada uma moção de Passos (Manuel), na qual o Ministro da Justiça, Sousa Azevedo, ameaçara os empregados públicos e Silva Cabral afirmara que «o Governo não quer intenções quer factos, - isto depois de ter censurado altamente a Maioria por haver aprovado uma Proposta da Esquerda!.... toda a Administração que faz exigências tão ilimitadas, não merece o apoio de Deputado independente». Antes de encerrar o incidente, Costa Cabral reafirmou-se como o primeiro defensor da liberdade de voto⁵¹⁶, após ter matutado em voz alta se era a falta de liberdade dos deputados ou a consciência do ex. secretário distrital que datava de há quatro ou seis dias.

A disciplina de voto levantava problemas complicados, que impediam Costa Cabral de defendê-la perante o Parlamento com a segurança que afirmava o direito do Governo demitir qualquer empregado da oposição que não ocupasse um cargo vitalício. Ambos os casos tocavam o princípio da liberdade do deputado opinar e decidir em conformidade com a sua consciência. Não só o sistema eleitoral valorizava os pressupostos de independência, capacidade e responsabilidade política individual, mas o próprio mecanismo de votação nominal nas discussões importantes das Câmaras para eles apontava.

No entanto, relativamente ao deputado da oposição mais fácil se tornava defender a tese governamental. Este último princípio político começava a ser universalmente aceite, debatendo-se sobretudo a sua latitude. A responsabilidade do Governo, enquanto chefe da administração pública, pôr em prática um programa político, supunha uma confiança binária na hierarquia administrativa. Havendo mesmo quem defendesse, como Costa Cabral, que o empregado que quisesse fazer oposição activa ao Governo devia em coerência demitir-se.

emprazo: espero por eles, porque quem vem apresentar uma asserção desta natureza ao Parlamento, é preciso prová-lo» (*idem*, p. 247-248).

⁵¹⁵ «O Governo tem declarado muito francamente nesta Câmara e em toda a parte que o Empregado que aqui vem declarar que não tem confiança no Governo, não pode esperar que o Governo tenha confiança nele. Estes são os princípios que regulam em todos os Países em que há Governo Representativo (*apoiados*)».

⁵¹⁶ «apelo para esse honrado Barão que se senta ao lado do nobre Deputado, a quem eu ainda há poucos dias disse, explicando o comportamento do nobre Deputado, que o Governo não exigia, nem podia exigir de nenhum seu amigo político que votasse à carga cerrada com ele, porque muitas questões havia em que não era possível, que o Deputado, quer fosse empregado, quer não

A disciplina de voto era mais problemática, antes de mais, porque quando um deputado da maioria contrariava uma tese do Governo não estava a retirar-lhe a confiança política, mas simplesmente a expressar uma divergência pontual. Por outro lado, a teoria partidária que, rodeada de polémica, começava a desenvolver-se nesta fase prévia à institucionalização dos partidos políticos com estatutos e estruturas definidas, tendia a reconhecer, como vimos no capítulo segundo, a necessidade da disciplina partidária em sede parlamentar, apelando-se ao deputado que pontualmente abdicasse da opinião pessoal para servir uma estratégia de grupo. O próprio carácter informal destes partidos ou grupos políticos, como preferimos chamá-los, fazia com que no caso da oposição o apelo disso não passasse, visto que nenhuma consequência práticas tinha o desacatamento. Diferente era o caso da maioria, pois aí o Governo tinha uma arma de peso, o poder demissório que podia expressamente assumir perante o seu grupo parlamentar ou simplesmente fazer pairar como ameaça. Tal como podia contar com o receio de futuro preterimento político, num grupo cuja própria natureza e tamanho tendia a aliar as figuras de primeiro plano, que asseguravam a dinâmica política, a uma maioria sem rosto cuja principal função era aprovar as medidas governamentais. No caso estudado, não era de desprezar a arrogância duma maioria que se sabia esmagadora, havendo momentos em que o excesso de zelo obrigava o próprio Ministro a intervir num sentido moderador prestando homenagem às prerrogativas da oposição. Finalmente, era a fé política e a confiança na capacidade do líder assegurar a manutenção dum *status quo*, que em última instância acabavam por determinar o comportamento do deputado.

A tendência, que no cabralismo foi amplamente verdadeira, para que o peso do funcionalismo se fizesse sentir no conjunto da maioria, seria particularmente favorecida pela aliança da realidade estrutural dum país em que parte significativa da burguesia, depositária da capacidade eleitoral, vivia dependente do aparelho de estado, com o princípio das eleições

fosse, pela sua posição especial, deixasse de discrepar do Governo. E depois disto, Sr. Presidente, vem-se aqui contar o que se passou a um cantinho, no corredor ou em alguma reunião?!... Isto é coisa que nunca se praticou!»

indirectas que permitiam um apuramento do controlo dos resultados eleitorais. Assim, o recurso à disciplina de voto sublinhado pela oposição equivalia à denúncia dum Parlamento reduzido à qualidade de braço do Governo, no qual não só a representação nacional era sofismada, mas igualmente a independência do deputado impossível. Do mesmo modo que a contestação da ampla interpretação conferida pelo Governo à ideia de confiança política para justificar o recurso ao poder demissório⁵¹⁷, dava consistência à acusação de querer transformar todo o aparelho de estado num braço do partido que governava.

Esta ideia de confiança acabava por estender-se à determinação do relacionamento com a sociedade civil, particularmente com o sector económico e principalmente sentido quando decorria do interesse do Governo em promover um sector de actividade. Tal como surge defendido, tratava-se mais do que um simples caso de tráfico de influências, que nenhum poder teria coragem de admitir, mas, de algum modo, a inversão da sua lógica. Isto é, um relacionamento privilegiado com determinada empresa podia justificar-se como mero caso de confiança política.

O caso paradigmático desta situação foi a polémica em torno da Companhia Confiança Nacional. Em Novembro de 1844, Costa Cabral viera apresentar ao Parlamento uma proposta de lei de incentivo às caixas económicas, considerando-as fulcrais ao incentivo da pequena poupança⁵¹⁸, acompanhando-o dum contrato de privilégio celebrado com a companhia, passe a expressão, Confiança Nacional. O privilégio era justificado pelo facto desta companhia se dispor a assegurar uma vasta rede nacional de caixas económicas. A 6 de Fevereiro do ano seguinte o respectivo Projecto de Lei entrava em discussão. Silvestre Pinheiro Ferreira, membro da Comissão, assinava um parecer em separado contra a concessão do privilégio, que não sendo de

⁵¹⁷ chegando ao caso de defender que o porteiro de qualquer repartição era um cargo de especial confiança política por ser ele o encarregue da distribuição de correspondência e portanto controlar a fuga de informação.

⁵¹⁸ «Todos reconhecem as suas vantagens, todos sabem que elas são uma escola dos bons costumes, um socorro, nos dias de desventura, para as classes menos abastadas, um meio de lhes criar um futuro, e adiantar a sua prosperidade: todos concordam, em que os pequenos capitais, que as caixas económicas acumulam, se engrandece e frutifica a riqueza do país, e que a ordem pública vê nelas um elemento de segurança e de força, que tem tanto de valioso, como de suave, e benéfico... Para que a instituição das caixas económicas se plantasse no solo do nosso País, se arreigasse, e produzisse frutos, era preciso uma acção viva e poderosa de um grande estabelecimento. Que as fundasse com zelo, que as protegesse com a sua influência, que lhes

utilidade era expressamente proibido pela Carta Constitucional.

A discussão versou logo o facto desta proposta colocar em causa os interesses da companhia União Comercial, encabeçada por conhecidas figuras da oposição o Conde de Farrobo, o Barão de Rio Tinto e José Inácio de Seixas, que já se encontrava estabelecida em diversos pontos do país. Rebatendo estas teses, Silva Cabral discursaria longamente para demonstrar não só o interesse público na concessão desse privilégio, como, igualmente, que naquele momento a companhia União Comercial se encontrava à margem da lei, visto que os estatutos aprovados em nenhum parágrafo anunciavam a extensão da sua actividade às caixas económicas, estando por provar a sua capacidade de oferecer um serviço semelhante ao da outra Companhia⁵¹⁹. Nesse momento o deputado Faustino da Gama, representante em Lisboa da União Comercial, pediu a palavra para fazer uma declaração em nome da companhia, de que se obrigava a tudo o que a Companhia Confiança Nacional prometia, prescindindo, no entanto, dos privilégios e isenções por esta reclamados, justificando assim o pedido de adiamento do projecto para análise desta proposta⁵²⁰.

No dia seguinte, Costa Cabral apresentava-se perante o Parlamento para declarar que o Governo considerava que a questão era de confiança política no Ministério contra o adiamento da decisão, sendo de esperar que o debate esclarecesse sobre as vantagens do contrato. «Nem se diga que são de tremer os argumentos de confiança, pois é o próprio presidente da respeitável associação que hoje apresenta uma proposta, o que já tem declarado não ter confiança no Governo, e estar persuadido de que em quanto ele durar, mal irá aos interesses do País; e então que estranheza pode haver que o Governo não tenha confiança no mesmo Sr. Deputado para com ele contratar?»⁵²¹.

A afirmação bastou para confirmar que o debate dos princípios económicos era considerado pelo Governo, como subsidiário da questão política. Como seria de esperar a

chamasse clientela» (idem, 29.11.1844, p. 263-264).

⁵¹⁹ idem, 6.02.1845, p. 7-12

reacção da oposição foi violenta, tendo Alves Martins discursado estupefacto pela extraordinária tese apresentada pelo Ministro: «Mas, Sr. Presidente, que diferença não há da confiança política à confiança de contratos? Deus nos livre de semelhante sistema; por tanto eu rejeito tal tese (O Sr. Ministro do Reino: - Faz bem).... A confiança política não pode entrar em linha de conta para os contratos civis»⁵²².

Dias depois, Costa Cabral voltava a tocar na matéria, no âmbito da discussão. Respondendo directamente a Alves Martins, afirmou que tal como este tinha declarado também ele afirmava que enquanto indivíduo tinha toda a confiança no deputado para com ele encerrar qualquer negócio particular, no entanto, como Ministro não podia deixar de considerar que «confiança no Governo é confiança política e é confiança financeira.... se eu não mereço confiança ao nobre Deputado para administrar as rendas da nação, que são aplicadas ao serviço e despesas públicas, pode o ilustre Deputado não me merecer a mim confiança administrando os fundos das caixas económicas, porque estes são de facto do público»⁵²³. Evocar, como se tinha evocado, que em outra ocasião o Governo tinha demonstrado confiança na Companhia União Comercial por a ela recorrer para um empréstimo, não era argumento, pois nesse caso quem tinha demonstrado confiança fora a companhia ao Governo quando o considerou capaz de honrar as condições contratadas. Indo ao fulcro da questão, Costa Cabral recordaria que a confiança demonstrada pela companhia num momento de estabilidade, não fora reiterada num momento de crise, pois quando ocorrera a revolta de Torres Novas a companhia abandonara o Governo, ao passo que outras companhias e indivíduos lhe tinham valido na aflição. O pretexto que utilizara fora a incapacidade de reunir capital para satisfazer o miserável empréstimo pedido pelo Governo. Podia, pois, o Governo ter confiança na capacidade da companhia para montar uma estrutura financeira nacional, essa sim envolvendo grossos cabedais?

⁵²⁰ *idem*, p. 12-13.

⁵²¹ *idem*, 7.02.1845, p. 9.

3.3. A ditadura da confiança

Ao longo do ano de 1844, o Presidente do Supremo Tribunal, Conselheiro José da Silva Carvalho, foi registrando os acontecimentos em que esteve envolvido, numa série de notas que nos permitem assistir à tensão institucional entre o Governo e o Conselho de Estado⁵²⁴. Constituindo um testemunho relevante dos sentimentos do Governo sobre o papel do Parlamento na actividade legislativa, confirmam que o adiamento das Cortes nesse ano derivara da vontade de usar a crise aberta pela revolta para providenciar algumas medidas de carácter permanente, fora do âmbito das leis de excepção⁵²⁵.

Com este passo o Governo ultrapassava os poderes ditatoriais que lhe tinham sido conferidos pelo Parlamento⁵²⁶, em clara violação da Carta Constitucional⁵²⁷. O Governo que agira com mão de ferro na repressão da revolta, com mão de ferro pretendia castigar os revoltosos. No caminho queria resolver o problema duma imprensa que se ria das perseguições movidas, e disciplinar um corpo judicial que insistia em não se deixar governamentalizar. A

⁵²² *idem*, 8.0.1845, p. 3-9.

⁵²³ *idem*, 12.02.1845, p. 4-7.

⁵²⁴ «[Conselho de Estado] *Dia 28 de março* [1844]. – Propôs o ministro do reino a continuação da suspensão das garantias, mas não do uso de poderes extraordinários; pelo que votei até ao ponto da extinção da rebelião. Os poderes extraordinários acabarão no fim de março. Apresentou um requerimento o conde de Lavradio, José Jorge Loureiro, e Mousinho, pedindo a demissão do ministério. Não votei, porque a Carta faz isso dependente livremente da coroa» (António Viana da Silva CARVALHO (comp. e anot.), *José da Silva Carvalho e o seu tempo*, v. II, p. 432).

⁵²⁵ «*Dia 7 de maio*. – Fomos os conselheiros de estado convidados pelo duque da Terceira para irmos à secretaria do reino ter com os Ministros uma conferência: fomos, e o Ministro do reino fez a sua fala sobre o adiamento das cortes até ao principio de novembro, alegando não ter feito, por falta de tempo, os seus relatórios, e a falta de deputados para as abrir. Falou o conde de Vila Real contra o adiamento; seguiu-se R. da F. Magalhães contra, elogiando as conveniências que havia, para os ministros mesmo, em as abrir, etc. Cardeal Patriarca opinou pelo adiamento! sem dar alguma razão. Eu contra, mui principalmente por não estarem votadas as leis de receita e despesa. Duque de Saldanha disse que votaria pelo adiamento, se os ministros o não quisessem para *legislar* no intervalo; foi então que o ministro Cabral se abriu e disse que queria fazer lei de liberdade de imprensa e outras que ele julgava necessárias e que nas cortes se não fariam sem grave demora. Seguiu-se o ministro Castro e depois de falar algum tempo concluiu que queriam fazer meia dúzia de leis para organizar o país! O da fazenda falou sem sentido em um sistema de fazenda: repliquei que sistema se necessitava, mas era de organização geral, etc. Duque da Terceira nada, nem o ministro da justiça, etc. Acabou ficando nós em nossa opinião. *Dia 17 de maio*. – Houve Conselho de Estado regular sobre a matéria antecedente: todos votaram o mesmo que tinham votado. O governo não fez caso da opinião do Conselho e nesse mesmo dia 17 saiu com o decreto do adiamento das cortes, adiando-as até ao fim de setembro. Nunca mais tornarei com os Ministros a conferências senão em regular sessão do Conselho de Estado!!» (*idem*, p. 432).

⁵²⁶ Conferidos a 6 de Fevereiro e dias depois prorrogados até 31 de Março. Na altura o Governo tivera em Fonseca de Magalhães um poderoso defensor: «Ouvi dizer que o Ministério caminhava para o absolutismo. Estes Ministros, que ali estão, a caminhar para o absolutismo? Seria necessário que todos fossem bem desgraçadamente estúpidos para conceberem essa ideia! Que esperariam eles desse crime? Exercer por suas mãos o poder despótico? Não creio essa tendência, porque não creio que o Ministério tenha perdido o juízo, ou ao menos o instinto da própria conservação... é porém certo que há quem espere dos resultados de nossas contendas a perda das nossas liberdades, e a substituição delas por um regimen vigoroso e livre de tropeços – expedito, e cabal, que queira, e obre sem intervalo» (*DCD*, 6.02.1844, p. 52).

⁵²⁷ «Quem pode julgar da necessidade da ditadura? Será aquele que a toma? Não: seria isso uma usurpação. Em Roma o ditador era eleito por um dos cônsules, precedendo um decreto do senado, e no silêncio da noite, como se a pátria se envergonhasse de dar em pleno dia a um homem tão grande poder. Algumas vezes o senado investiu os cônsules do poder ditatorial pela fórmula conhecida – *caveant consules ne quid detrimenti res pública patiatur*. Em nosso sistema é necessário o concurso dos três poderes» (António Viana da Silva CARVALHO, *op. cit.*, p. 434).

resistência legal encetada pelos juizes verificar-se-ia fundamental para refrear o Governo⁵²⁸, apesar de ter valido a Silva Carvalho a demissão de Presidente do Supremo⁵²⁹. Medida impopular que geraria um perturbador mal estar entre os próprios apoiantes de Costa Cabral, que desde Junho desse ano até Maio do ano seguinte, acumularia a pasta da Justiça.

A ideia era simples: adiar as Cortes, legislar, reabrir as Cortes com um pedido de perdão e de confirmação da matéria legislada. Era o chamado *Bill de indemnidade*, a que já nos anos anteriores recorrera, em homenagem às prerrogativas do Parlamento no campo legislativo. Com este recurso, o Governo evitava os longos dias perdidos em debates duplicados nas duas Câmaras, os intermináveis discursos da oposição resumiam-se a uma discussão, e deixava de ser um perigo a eventual resistência passiva da maioria a medidas com alto potencial de controvérsia. A intenção, anunciada no ano anterior, de retirar ao poder judicial o julgamento de certos crimes de abuso de liberdade de imprensa, entregando-o à Câmara dos Pares, já lhe valera a experiência de vê-la perdida entre os pareceres das comissões⁵³⁰. Todo o processo legislativo se simplificaria, resumindo-se à confirmação da confiança nas boas intenções do Governo, que errava visando o interesse nacional, e na sua capacidade de comandar uma situação política de acordo com os princípios e o programa da maioria.

Para a distância entre as medidas que quisera tomar, dentro e fora do âmbito das leis de excepção, as que legislou e as que tornou efectivas, provavelmente pesara o reconhecimento, pressionado sobretudo pela resistência legal, de que insistir numa determinada via o levaria a uma irreparável ruptura com a monarquia constitucional, que estava longe de desejar, e a uma

⁵²⁸ «A imprensa incomodava o ministério, não a podia sofrer. – Fizeram (mas não publicaram) uma lei em que criavam um tribunal excepcional, composto dos três presidentes dos tribunais. Mandaram sondar-me. Respondi que não aceitava tal comissão. Os juizes não lhe sentenciavam os implicados nos processos de liberdade de imprensa, e na Relação não lhe davam provimentos. – Veio o decreto do 1.º de agosto, como para abrir caminho com as transferências, e estava preparado o das aposentações, mas o Tribunal Supremo de Justiça alçou a sua voz, e fez parar essa torrente que estava próximo a despenhar-se. Reduziram-se somente à transferência de alguns juizes e escrivães, para preparar o caminho para as eleições; desconfiados da maioria, querem dissolver a Câmara, procurando outra que satisfaça seus desejos... Diz Costa Cabral que eu fui o seu mestre, que as ideias do decreto eram minhas. Respondo que muitas vezes conversei com ele, mostrando-lhe a necessidade de uma organização geral, onde entrava o poder judiciário, mas que para isso era necessário um voto de confiança.... E nessa ocasião [Conselho de Estado de 7 de maio] me disse o Costa Cabral, depois da conferência: «Estão o senhor quer reforma no poder judiciário, e não quer o adiamento?». Respondi: «Quero a reforma, mas não por este modo» (idem, p. 433-434).

⁵²⁹ «Que os presidentes são comissários do Governo! Em que lei vem isso? Os comissários do governo são os magistrados do ministério publico. Não há muito que do governo francês foi uma insinuação ao presidente do *Cour de Cassation* dizendo-lhe que a *Cour* faria um grande serviço se julgasse tal pleito de tal maneira, etc. Respondeu o presidente do tribunal: *La Cour juge, ne*

mais que previsível guerra civil, que sobretudo queria evitar. Os avanços e recuos do Governo de Costa Cabral, não revelavam, neste ponto, cobardia política ou o desejo de regresso ao absolutismo, mas uma postura de jogador que testava os limites de suportabilidade do sistema ao cerceamento da liberdade, motivado pelas ideias que faziam sucesso na Europa sobre a necessidade dum poder forte como condição para gerir e reformar o país.

Por outro lado, os recursos usados, sobre os quais não podia reclamar direitos de autoria, e o carácter de algumas das medidas que tentara, acabavam por sublinhar, ao maximizar, a ambígua relação da corrente liberal com o império dos princípios que queria consagrar. Ambiguidade esta decorrida da sensibilidade à complexidade circunstancial, adquirida desde a revolução francesa. Sacrificar a árvore para salvar a floresta, remete sempre para um problema de equilíbrio e de problemática avaliação de fronteiras. Pode-se mesmo afirmar que constitui o grande dilema do indivíduo chamado a viver com o instrumento das convicções.

Rodrigo da Fonseca Magalhães quando defendia no Parlamento a necessidade de entregar poderes discricionários ao Governo para debelar a revolta, estava a atender à circunstância. Quando se opunha, em Conselho de Estado, ao adiamento das Cortes, evocava os princípios. Mas quando, uma vez aberto o Parlamento, criticava os abusos apesar de declarar-se convencido de que o Governo não queria o despotismo, onde se situava? A conjugação destas posições, não é redutível à provecta ambiguidade que lhe valeu o apodo de *Raposa*.

De igual modo, não era a falta de convicções políticas que levava o herói da revolução de 1820, Silva Carvalho, a acompanhar a denúncia do mau hábito do Governo legislar à margem do Parlamento, da reflexão de que esses actos ainda seriam perdoáveis se fossem para consolidar as instituições liberais⁵³¹.

Tal como Carlos Bento da Silva, não se sentia menos fiel aos princípios, quando declarava que o decreto de deportação e arresto das propriedades dos revoltosos se tornava

rend pas services. Em França são inamovíveis os presidentes dos tribunais» (*idem*, p. 435).

⁵³⁰ Proposta de Lei apresentada por Costa Cabral a 25 de Novembro de 1843.

tolerável por o comportamento do Governo provar que o usara apenas como arma de intimidação⁵³².

José Maria Grande, em Outubro de 1844, resumira o dilema ao separar-se da maioria, sem ainda se querer sentar nos bancos da oposição. No eloquente discurso que proferiu reconheceu o papel do Ministério na repressão da revolta de Torres Novas⁵³³. «Mas, Sr. Presidente, a Carta está sobre tudo, os princípios estão acima de tudo, porque os princípios são a essência, são a salvação dos Governos Representativos. Nos Governos despóticos (todos o sabem) os homens são quase tudo; nos Governos Representativos os princípios estão acima de tudo; os homens nestes Governos são acidentes mais ou menos felizes; surgem na cena política, figuram por um momento e logo desaparecem; mas os princípios ficam permanecendo como balizas eternas, que dizem pelo andar dos séculos a governantes e a governados – *Daqui não passarás!*» Para José Maria Grande, a fronteira fora ultrapassada quando o Governo decidira a prisão temporária de dois deputados sem ser em flagrante delito.

José Maria Grande, como os outros políticos citados, era um homem convencido de que a bondade da monarquia representativa residia no pendor anti-radical, que recomendava a aliança entre a força do poder e as garantias da lei à liberdade. Vivendo no universo do político, e buscando conciliar o irreconciliável, as respostas que iam encontrando constituem o espelho dum pensamento, como dizia Charles Rémusat, situado entre Platão e Maquiavel, entre o idealismo e o puro pragmatismo. Reflectindo sobre as leis de excepção, que de resto se orgulhava de nunca ter usado, Guizot afirmava que a virtude destas para a salvaguarda dos princípios, radicava precisamente na homenagem à regra que necessariamente pressupunham.

Integrado neste universo, era sem dúvida com esta teia de ponderações que Costa Cabral contava ao desencadear o mecanismo do *Bill de indemnidade*. Quando em Janeiro de 1843,

⁵³¹ António Viana da Silva CARVALHO. *op. cit.*, p. 437.

⁵³² DCD, 16.10.1844, p. 159-166.

⁵³³ «hei de declarar me voz alta que salvou o País, quando esmagou com pé de ferro as cem cabeças da hidra da revolução – e bem feliz é um dos Cavalheiros que se senta nos Bancos Ministeriais em ter feito já por duas vezes este grande serviço ao seu País» (idem, 15.10.1844, p. 138-142).

apresentava à Cortes o *Bill*⁵³⁴ sobre actos relativos à fazenda pública, o relatório que o acompanhou e a discussão que o seguiu, ritualizavam o processo parlamentar.

Preliminarmente ao *Relatório*, o Ministro do Reino justificava as medidas pela necessidade de cumprir as obrigações do Estado e pelas reclamações da opinião pública⁵³⁵. Reconhecendo que por esse acto assumira poderes discricionários, ou seja, uma ditadura, afirmava que fora «movido somente pelo intenso e sincero desejo de dar impulso aos interesses do País, e garantias à felicidade pública», como preliminar do pedido de benevolência da Câmara para perdoá-lo e confirmar a matéria legislada. Dias depois, respondendo às acusações da oposição, em particular a José Estevão que tinha um particular gosto pela imagem da estrada de Vila-Franca, perguntava qual a compatibilidade do absolutismo com um Governo disposto a apresentar-se perante o Parlamento com um pedido de desculpa pelo abuso e a sujeitar-se aos mais violentos impropérios da oposição⁵³⁶. Invertendo a questão, num movimento que lhe era tão próprio, colocava a oposição em julgamento por contestar o interesse político das medidas tomadas para a consolidação da liberdade⁵³⁷.

Os argumentos que ia avançando permitem-nos acompanhar as objecções da oposição. Entre elas as duas teses surgidas sobre a importante questão da legitimidade da ditadura, face a situações excepcionais. A primeira, em conformidade com a Constituição, restringia-a aos casos de rebelião ou invasão. «Outros para salvarem a contradição em que caíam, combinando o seu procedimento de agora com o de outra época, ainda admitem que a Ditadura pode ser tolerada,

⁵³⁴ Em 1842, concordara na modificação dum projecto relativo à cobrança de impostos, de forma a perdoar a cobrança efectuada antes da reunião das Cortes. Em Setembro, acabaria por apresentar um *Bill* relativo aos actos praticados nessa altura.

⁵³⁵ «Eram também reclamadas, desde longo tempo, por todos os interesses, e por todos os votos do País, dentro e fora das Câmaras Legislativas, como um grande acto administrativo, essencialmente ligado à ordem pública, e à consolidação das nossas instituições políticas» (idem, 4.01.1843, p. 33-34).

⁵³⁶ «Há três anos que as palavras magicas = vamos na estrada de Vila Franca = soam nos nossos ouvidos; há três anos que o governo tem o pensamento de proclamar o absolutismo; há três anos que a liberdade esta agonizante, e há outro tanto tempo que os factos têm desmentido tão falsas, como infundadas acusações. (apoiados). Será porque essa decantada Vila Franca esteja a muitas milhas da Capital? Será porque não haja entre aqueles que por ai se dizem puros liberais, muitos que não desejariam acompanhar o préstito? Não, Sr. Presidente, é porque este governo, e os que o têm precedido, bem longe de quererem plantar o absolutismo, querem mais, e mais firmar a liberdade» (idem, 23.01.1843, p. 213-219).

⁵³⁷ «Eu entendo por tanto que a Oposição andou muito bem, em quanto tratou de analisar as tendências de todas as medidas em que o governo exorbitou; quem não deixará no entanto de acreditar que pela supressão de lugares, inúteis, pela fixação dos quadros, e pela cessação de despesas inúteis o Governo mostrou as maiores tendências para o absolutismo? Quem não deixará de acreditar que por tais medidas aso ofendidos os direitos civis e políticos dos cidadãos, e que delas se segue em fim a morte da Liberdade? Da desordem das finanças pode sim resultar a desordem pública, desta pode também resultar a morte da Liberdade; eu não sei por tanto se pode ser reputado inimigo da Liberdade quem se esforça por organizar as finanças, se quem ataca o Governo tão violentamente, como temos presenciado, pelo simples motivo de ter feito cessar uma grande verba na despesa

pode ser consentida no caso de mudança de Lei Fundamental, uma vez que ela se limite a pôr as Leis e o serviço em harmonia com a nova Constituição jurada.» Referindo-se obviamente aos setembristas, pasmava com o sentido lato dado à harmonização da Constituição pelos governantes da época⁵³⁸. Nas exigências que fazia, afinal, a oposição ia no sentido dessa interpretação lata, pois ao afirmar que não duvidaria conceder o *Bill* no caso do Governo ter organizado um sistema completo de finanças, estava a admitir-se disposta a abdicar da primeira das prerrogativas de todas as Câmaras, o lançamento de impostos⁵³⁹. A forma como concluiu o discurso, marcava toda a diferença do debate que ocorreria no ano seguinte, na sequência da série de medidas legislativas que tomou ao longo de 1844⁵⁴⁰, do qual o decreto de 1º de Agosto seria sem dúvida o imediatamente mais polémico.

A impaciência pelos ritmos próprios à vivência constitucional, que a alternância entre o convívio com o parlamento e a passagem à ditadura espelhava, teria ainda expressão no pedido de voto de confiança, assentadas determinadas bases, para legislar em diversas matérias. Acrescidas a uma eficaz disciplina parlamentar que obtivera da maioria, apesar do desconforto instalado após a revolta de Torres Novas, cuja grave consequência fora motivar uma radicalização da postura do poder trazendo a polémica para o meio da própria maioria, explicam que nem uma só voz se levantasse para prestar o elogio fúnebre dum Ministério, que afinal só pudera sustentar-se por via da confiança parlamentar de que era depositário.

Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, conhecido pelo apoio constante dado ao Governo, escrevia após 1846 uma *Nota para lembrança*: «É sabida a História parlamentar de 1845 a 1846.

pública? (Apoiados)»

⁵³⁸ «Sr. Presidente, seria harmonizar as Leis, harmonizar o serviço, quando pela queda da Carta, e aclamação da Constituição de 22 se legislou, criando Academias de Belas Artes, criando Panteões, criando Conservatórios Dramáticos, e por fim legislando sobre impostos (apoiados). Sr. Presidente, eu não venho combater aqui as Pautas; mas devo dizer que naquela época se legislou, usurpando-se a atribuição mais importante do corpo legislativo, a de lançar impostos, e no entanto naquela ocasião não se mostraram tantos escrúpulos da parte de alguns Srs. Deputados (apoiados)»

⁵³⁹ «Tamanha responsabilidade não quis o Governo tomar sobre si»

⁵⁴⁰ «Concluo dizendo que me resta a satisfação de poder dizer à Câmara – que o Governo não é atacado por haver denegado a justiça; que o Governo não é atacado por haver ofendido os direitos individuais e políticos dos Cidadãos; que o Governo não é atacado por haver embaraçado a livre comunicação do pensamento – mas que o Governo é só atacado porque se arrogou o poder legislativo para fazer economias, para diminuir a despesa; para organizar, em uma palavra, a fazenda Pública: e que o Governo não pode por tal motivo ser considerado inimigo da liberdade: bem pelo contrario que a prova de que o Governo se conforma com as conveniências do Governo representativo é que vem pedir o bill de indemnidade; é que voluntariamente vem entregar-se nas mãos dos seus juizes, de que espera o julgamento legal, porque o julgamento da Opinião Pública há muito tempo que o

– C. Cabral obteve o título de Conde e passou, como Par do Reino, para a Câmara Alta. Perdeu, inegavelmente muita da influência, que tinha na parte popular dos Cartistas⁵⁴¹; mas ninguém o abandonava, apesar do esfriamento e desgosto, que em muitos havia. Vieram os acontecimentos de Maio, e a Câmara Electiva não hesitou em comprometer-se votando por grandíssima maioria os Projectos de extraordinárias autorizações ao Ministério, não obstante que pouco lhe merecia de confiança em parte. Mas o affecto ao Conde de Tomar, e um sentimento profundo de adesão à causa constitucional da Carta, por que sempre combateram, prevaleceu sobre todas as considerações..... As reuniões da Terra Santa entre os Ministros, e as duas maiorias das câmaras revelaram, que as coisas haviam, chegado a tal ponto de desacordo nos Ministros⁵⁴², que quase tiravam toda a esperança de as concertar. O Conde de Tomar e seu irmão deverão ter sempre de memória esses dias nefastos, por lhes servir de experiência como homens Políticos, no futuro»⁵⁴³.

Governo o tem, a prova está no crédito adquirido dentro e fora do País (*Numerosos apoiados*)»

⁵⁴¹ O Marquês da Fronteira explica que a nomeação de Costa Cabral para a Câmara dos Pares, fora uma opção estratégica para aumentar a influência do poder numa Câmara onde o Ministério não tinha nenhuma voz influente para defender as suas posições (cf. Marquês da FRONTEIRA, *op. cit.*, VII-VIII, p. 37-38).

⁵⁴² Desacordo que as cartas de Costa Cabral para o Paço, publicadas por Júlio Dantas, confirmam (cf. António Bernardo da Costa CABRAL, «Treze cartas políticas inéditas de Costa Cabral (1842 a 1850)» ed. e apres. Júlio Dantas, *Anuário das Bibliotecas e Arquivos*, v. II, nº6, p. 1-18).

⁵⁴³ ANTT, *APCC, Arg. B – Bartolomeu dos Mártires, Correspondência geral*, nº9.

4. O PENSAMENTO POLÍTICO DE COSTA CABRAL

4.1. Da esquerda para a direita: a experiência do poder

«Comment, en effet, doit-on envisager d'interpréter les trajectoires individuelles des hommes politiques contemporains ? Peut-on se satisfaire de rester sous le couvert de choix strictement personnels, à peine entamés par les circonstances et échappant à toute classification pour expliciter les ralliements et les transfuges, les apostasies et les «trahisons» qui hantent et peut-être qui font (?) la vie politique ?»⁵⁴⁴

«De gauche à droite ensuite, étant entendu que cette catégorie constitue la règle et la précédente.... Et c'est bien cette idée d'une véritable acculturation politique, amorcée, selon les individus et les circonstances auxquelles ils sont confrontés, sous les coups d'une prise de conscience plus ou moins brutale, qui permet de mieux appréhender les itinéraires des hommes d'Etat, aussi bien que des simples militants.»⁵⁴⁵

A passagem de Costa Cabral da extrema esquerda setembrista para a direita cartista, com um breve, mas importante, descanso pelo círculo moderado, corresponde a um processo cuja primeira expressão pública foi a aceitação do cargo de Administrador Geral de Lisboa em 1838, com a missão de repor a ordem na capital. Se ao próprio facto do convite pelo setembrismo moderado está subjacente uma aproximação que o antecedeu, a evolução política do futuro Conde de Tomar remete para uma tomada de consciência brutal, da necessidade de trocar as crenças políticas em nome dos valores da ordem⁵⁴⁶. A ligação ao cartismo surge na sequência desta evolução, pela coerência ideológica entre o princípio constitucional e os princípios políticos que com o tempo foi definindo como seus.

Sendo certo que a mudança expressava uma opção de fundo, na esfera da qual se manteria coerente até ao fim da vida, não deixaria de implicar os custos inerentes à má impressão pública que sempre causam as grandes reviravoltas, em particular quando associadas à conquista

⁵⁴⁴ Rémy HANDOURTZEL, «Sur les trajectoires individuelles dans la vie politique», *Problemes & methodes de la biographie : actes du Colloque, Sorbonne 3-4 mai 1985*, p. 88

⁵⁴⁵ *idem*, p. 89.

⁵⁴⁶ No já citado discurso de resposta a Passos (Manuel), em Outubro de 1844, Costa Cabral agradecerá o testemunho do adversário político sobre o seu comportamento ao longo da Revolução de Setembro: «Agradeço cordialmente ao nobre Deputado a espontânea declaração de que em todo o tempo que S. Ex.ª ocupou o Poder me encontrou sempre no caminho da ordem, e disposto a sustentá-la com repressão dos excessos desgraçadamente praticados nessa época.... mas não se espere apesar de tudo, que eu não continue a ser apresentado como o motor, como o excitador da anarquia que o génio do mal naquelas épocas fez espalhar por todo o País; nunca tratei de defender-me de tão caluniosas acusações, sempre esperei que o tempo me justificaria, e neste momento a minha justificação aparece mais brilhante, porque não é um Amigo Político que me defende, nem sou eu que sustento a minha defesa, é um inimigo Político, por que apesar da amizade pessoal que tenho ao Sr. Deputado, como tal o considero, que, sem ser rogado, vem no meio de uma importante discussão, no centro do Parlamento, fazer-me justiça que tantos indignamente me têm negado» (DCD, 18.10.1844, p. 196P-Z).

de cargos políticos. A acusação de inconsistência e oportunismo que o acompanhou, obrigá-lo-ia, desde 1839 a 1846, a uma constante, e por vezes já impaciente, explicação. Nela, revelava-se fundamental a análise da circunstância para uma pragmática adopção de princípios políticos.

Reaberta a Câmara dos deputados após o juramento da Constituição de 1838, Costa Cabral a 5 de Fevereiro de 1839 pronunciou o primeiro discurso neste âmbito, chegando a afirmar que se candidatara a deputado para explicar à Câmara a aceitação do cargo de Administrador Geral de Lisboa, e a acção desenvolvida após Março de 1838. Tendo assumido, como não podia deixar de reconhecer, ao longo do Congresso Constituinte, os princípios da Constituição de 1822, entendera, «que estando próxima a época em que devia ser jurada a Constituição de 1838, se devia pôr termo à Revolução, que teve lugar em 9 de Setembro, e que todo o Deputado que fosse amante do seu País era obrigado a empregar todos os meios conducentes a esse fim, que todo o procedimento em contrário tendia a conservar-nos na oscilação, e na incerteza, o que nos impedia de poder organizar o País, primeira necessidade, porque sem isso a nossa completa ruína é certa»⁵⁴⁷. Permitir a existência da nova ordem Constitucional, no âmbito da qual se abria a esperança de organizar o país, passava, antes de mais, por terminar com a revolução. A ordem constitucional, e a ordem revolucionária eram realidades incompatíveis. Combater a ordem revolucionária passava por reconhecer que o país se encontrava dividido entre a opção setembrista e cartista, donde decorria a legitimidade de ambas reclamarem o poder, sem que qualquer delas tivesse condições para o assumir sozinha⁵⁴⁸.

Dias depois explicitava as implicações daquela análise, congratulando-se com a oportunidade, conferida pelo decorrer do debate político, dos deputados definirem as suas opções. Nestas, considerava duas atitudes possíveis: o entrincheiramento nos campos adversários que tinham por consequência uma impossível pacificação nacional, ou a promoção, em conformidade com o espírito da Constituição de 1838, do encontro da família liberal. Coerente

⁵⁴⁷ DCD, 5.02.1839, p. 180-188.

⁵⁴⁸ «A política dessa Comissão [eleitoral] foi o fazer recair a eleição em notabilidades dos dois partidos políticos em que a Nação

com a segunda opção era a postura política do centro parlamentar, que adoptando uma atitude pragmática, não deixava de sublinhar a importância dos princípios, mas exigia submeter a avaliação da sua bondade aos resultados da aplicação⁵⁴⁹.

Quando já era Ministro da Justiça do Ministério de 26 de Novembro, no âmbito da discussão da *Resposta ao Discurso do Trono*, avançaria na legitimação da mudança de opinião⁵⁵⁰, despersonalizando-lhe o sentido através da sua nacionalização. Isto é, tratava de integrar a opinião pessoal na corrente da razão pública, cujas opiniões bebiam nos resultados da experiência⁵⁵¹, sendo a questão de fundo que subjazia à mudança o reconhecimento da necessidade de reunir condições de governabilidade do país⁵⁵².

Finalmente, acabaria por radicar a substância da mudança na experiência do poder, que ditava a postura própria ao homem de estado⁵⁵³. A este, cujo principal impulso devia ser o serviço da causa pública, o único caminho que convinha era o da moderação⁵⁵⁴, reflectida na capacidade de mudar a opinião em vista das circunstâncias e das conveniências⁵⁵⁵.

tem estado dividida, Cartistas e Setembristas – porque a Comissão tinha a consciência de que nenhum destes partidos pode exclusivamente governar o País, e só por si concluir a organização do nosso País, uma das nossas primeiras necessidades»

⁵⁴⁹ «Esta Câmara, segundo a opinião de alguns Srs. Deputados, acha-se dividida em três campos de batalha, sendo os dois lados ocupados por duas potências numerosas, mas ao que parece de igual força, no centro existe um pequeno potentado, ou para em servir da expressão dum Sr. Deputado por Penafiel, um partidito insignificante, um pequeno grupo de homens que na opinião destes Srs. (direita) não representa coisa alguma; e que na opinião destes Srs. (esquerda) representa o principio aristocrático, um partido que na opinião destes Srs. (direita) tem de inocular-se em uma das duas grandes potências, e que na opinião destes Srs. (esquerda) há de votar com a mão direita para a direita, com a esquerda para a esquerda, e com a cabeça para o centro.... Sr. Presidente, eu não sei, nem quero saber o principio que se acha inscrito na bandeira, que conduz à vitória os dois lados da Câmara.... o que eu sei, e conheço muito bem é que o centro não é guiado senão pelo principio que presidiu ao Decreto de 4 de Abril, o qual chamou à roda da Constituição de 1838 toda a família liberal Portuguesa, o que eu sei é que o centro não tem outros desejos senão o de desenvolver os principios nele consignados aproveitando as lições da experiência, e os factos» (idem, 18.02.1839, p. 316-320).

⁵⁵⁰ Em matérias determinadas como a extensão do principio electivo e a existência do júri.

⁵⁵¹ «Poderá ser acusada de deserção política a Nação inteira, que reclama uma mudança em tais objectos, porque a experiência mostra que a não se fazer a mesma mudança a sua morte é infalível? (viva aprovação)» (idem, 9.07.1840, p. 114-116).

⁵⁵² «Se é deserção política a que eu cometi unindo-me aos homens, que têm a peito organizar o país, combinando as teorias com os factos, (longos apoiados) como poderá ser taxado o comportamento do nobre Deputado [José Estevão] procedendo deste modo [unindo-se aos homens que antes considerava os representantes da tirania]?.... Sr. Presidente, o precipício em que eu caí para todo o sempre [a aceitação do cargo de Administrador de Lisboa], e de que o ilustre Deputado me quis tirar pegando-me pela gola do casaco foi aquele em que eu entrei com denodo para destruir uma facção armada, que tinha o Chefe de Estado em coacção (longos e numerosos apoiados), e que empecia a marcha governativa promovendo a anarquia (vozes: - ouçam, ouçam)».

⁵⁵³ «Sr. Presidente, por ocasião de se emitirem estes principios [sobre a relação entre o poder executivo e judicial], passou-se em revista as opiniões, que eu tinha sustentado no Congresso Constituinte.... não sou eu o homem, que neste Parlamento já por diferentes vezes tenho dito que eu sustentei opiniões, que eu sustentei principios, que hoje não tenho, porque desde que entrei na governança, desde que entrei na administração, desde que fui Ministro, entendi que esses principios não podiam servir de bem algum à organização do País» (idem, 21.10.1840, p. 481-487).

⁵⁵⁴ «Poderá ser reputado um crime sustentar principios moderados, quando a experiência tem mostrado que os exaltados não convêm à causa pública?... principios (seja-me permitido dizer), que a maior parte dos velhos liberais, que aqui estão sustentaram em 1820, principios, que hoje não devem vogar, e que estão abandonados pelos homens moderados, pelos verdadeiros homens de Estado?».

⁵⁵⁵ «Mudei de algumas das minhas opiniões, e nesta parte não faço mais do que seguir a estrada que têm seguido homens muito grandes. Sr. Presidente, um Ministro inglês dos maiores homens que tem a Inglaterra [Robert Peel], e que sempre havia combatido o bill dos Católicos, este grande Ministro, sustentou com todas as suas forças aquela bill, que aliás tinha combatido como Representante da nação, foi-lhe esta contradição lançada em rosto pelos seus adversários, e ele respondeu, que se envergonharia se persistisse sempre nas mesmas opiniões, quando as circunstâncias, quando as conveniências exigiam que as

Como explicar, pois, o abandono do centro político, da via da moderação representada no projecto político saído da Constituição de 1838, em favor da viragem à direita representada na adesão ao cartismo? Costa Cabral, nunca chegou a explicá-lo ao Parlamento⁵⁵⁶. Para fundamentar o movimento restaurador, remeteu-o, como vimos, para o reconhecimento dos sentimentos e vontade nacional⁵⁵⁷. Quanto ao abandono do projecto centrista, ainda foi mais omissivo. cremos, no entanto, poder radicar esta mudança nos novos sentidos que conferiu à ideia de moderação. Informado pelo aprofundamento do valor da ordem e duma concepção de Governo nele assente, a moderação, ou o centro político, deixava de significar o ponto de encontro entre o setembrismo e o cartismo, para passar a situar-se entre o radicalismo democrático e o absolutismo. De onde decorria, que no campo liberal, a bipolarização dos projectos partidários surgia como o lugar natural de expressão de duas concepções de Governo para o país: uma representava o valor da ordem servido pelo Governo moderado; a outra o valor da revolução, que acreditava só poder desembocar na anarquia democrática.

Em 1846 dava a última explicação, enquanto membro do Governo, sobre o sentido da mudança política da esquerda para a direita, do poder da anarquia para o poder da ordem, que de algum modo confirmava esta tese: «Se por ventura não aparecessem esses erros que foram praticados pelo partido a que eu pertencia, e visse que bem longe de conservar a ordem no país e promover a prosperidade pública, só tendiam, a transtornar a mesma ordem, a ter o Governo em coacção; e a haver um Governo de baionetas, e de machados, eu continuaria a sustentar esse

modificasse, e mesmo as mudasse».

⁵⁵⁶ Muito mais claro foi na condenação da Constituição de 1822, que pecava pelo dogmatismo doutrinal com que consagrara a absorção de todos os poderes do Estado pelo poder legislativo: «a política deles [dos setembristas radicais] é uma política dogmática, não é uma política de prática e experiência. — Ora que se queiram sustentar as ideias da Constituição de 1820 é impossível, é um absurdo, aquilo não é Constituição não é nada, ali não há independência de Poderes, ali não há Poder Executivo, ali não há nada; entretanto há cabeças que dizem que aquilo é obra prima da sabedoria humana!» (idem, 21.09.1841, p. 217). Na já citada carta a Guizot, Costa Cabral, avançaria com uma explicação: «Le besoin d'ordre qui se faisait partout sentir amena au pouvoir le Charte de 26. Novembre 1839, dont je faisais partie. comme Ministre de la Justice.... Grâce aux efforts de cette administration l'ordre se rétablit, la Magistrature fut respectée, et l'institution du Jury fut reformée et améliorée par une loi votée en Cortès. Mais tous ces efforts devaient être inutiles et leur résultats incertaines tant que la Constitution essentiellement démocratique restait imposée à la Couronne et au Pays. Cette nécessité, les cris qui de toutes parts s'élevaient pour demander le rétablissement de la Charte de 1826, et la crainte qu'un mouvement mal dirigé, représentait de sérieux dangers, m'engagèrent à me mettre moi-même à sa tête à Janvier 1842; et en peu de jours, sans aucun effusion de sang et sans qu'on eût à déplorer de nouveaux désordres, la Charte de 1826 fut proclamée dans tout le Royaume» (ANTT, APCC, Arq. A - Costa Cabral, nº 120).

⁵⁵⁷ «Sr. Presidente, o nobre Deputado quis fazer persuadir, que se por ventura o Ministério, a que S. Ex.ª presidia, quisesse proclamar a Carta, o poderia ter feito; Sr. Presidente, eu digo que é verdade, eu digo que sim, que todos os Governos o podiam fazer, porque a Carta estava no coração de todos» (idem, 19.08.1842, p. 229-236).

Governo, e essa política, se fosse modificada pela experiência; mas logo que vi que as tendências eram mais para a desordem, e anarquia, do que para a ordem, e prosperidade do país, apartei-me desse partido, e apartei-me para todo sempre... Não é digno de estranheza, nem sei que seja admirável que um homem largue o mau para abraçar o bom, o que é censurável é que o homem largue o bom para abraçar o mau, a experiência pode convencer a dar o primeiro passo – o segundo é injustificável»⁵⁵⁸.

4.2. Poder e Liberdade na monarquia constitucional

A mudança de campo político traduzia-se na reflexão sobre os poderes no regime monárquico constitucional, no olhar sobre a participação da sociedade civil nas instâncias de poder e, ainda, sobre os outros mecanismos em que a corrente liberal radicava as garantias à liberdade. Se relativamente à primeira questão, Costa Cabral apelava à definição dos princípios políticos, quanto às restantes, defendia a necessidade de enquadramento na realidade nacional. Trocar o campo da experimentação pelo campo da experiência, constituía uma das formas de traduzir a passagem do espírito revolucionário para o espírito da ordem.

Abandonar os valores da revolução em favor dos valores da ordem, antes de mais, significava restituir a força ao poder executivo. O que passava por sublinhar a legitimidade de desenvolver uma acção de acordo com os sentimentos nacionais⁵⁵⁹, com as prerrogativas constitucionalmente reconhecidas⁵⁶⁰, e interpretar, à luz desse imperativo, a divisão, independência e equilíbrio de poderes. Vimos como a teoria da confiança em que assentava a ideia de governo parlamentar, serviria a Costa Cabral não só para reforçar o poder do executivo nas relações com Parlamento, tendo por principal instrumento a disciplina partidária, mas

⁵⁵⁸ idem, 19.01.1846, p. 14-16.

⁵⁵⁹ «Não é conveniente vir aqui acusar o Governo porque toma medidas que, na opinião do Governo, e seja-me permitido dizê-lo, na opinião da maioria da Nação, têm sido tomadas com acerto, e têm apresentado resultados muito vantajosos» (idem, 7.10.1840, p. 141-142).

⁵⁶⁰ «Sr. Presidente, não é novidade o trazer-se ao Parlamento a circunstância de que o Governo excedeu as suas atribuições, em quanto nomeando os Bispos eleitos, tomou sob a sua responsabilidade o fixar-lhes uma cóngrua que entendeu.... Está bem visto que o fixar ordenados pertence às Cortes; mas, Sr. Presidente, queria o nobre Deputado privar a Coroa de uma prerrogativa, que lhe compete, a da nomeação dos Bispos?.... O Governo com a constituição na mão pode dizer aos Srs. Deputados: - Usei uma

igualmente para fundamentar a invasão do poder legislativo através dos mecanismos dos *Bill de indemnidade* e dos votos de confiança para legislar em matérias declaradas demasiado complexas para serem decididas em sede parlamentar⁵⁶¹.

À semelhança do que reclamou nas relações com o Parlamento, isto é, latitude na acção governativa enquanto mantivesse intacta a confiança nacional, Costa Cabral, ao chamar ao Governo a responsabilidade de dar uma organização definitiva ao país⁵⁶², clarificou a disposição de resolver as eventuais tensões entre os poderes em favor do reforço do executivo. Organizar a monarquia constitucional para a estabilizar, passava por investir numa codificação que conferisse uma coerência interna ao emaranhado legal e o adequasse aos pressupostos do regime, por regular os diversos ramos da administração e disciplinar os agentes do poder, por dar resposta ao sentimento de insegurança que atravessava a sociedade portuguesa... Tanto quanto implicava instalar a convicção de que revestido da legitimidade conferida pelo apoio da nação, o Governo se sentia com força para assumir a mudança⁵⁶³. Nesse âmbito, o essencial do que tinha a transmitir sobre os princípios que fundamentavam a acção política, e a sua visão da arquitectura do regime, expressou-o antes de 1842.

Fulcral nesta problemática revela-se a consideração do lugar do poder judicial, cujo estatuto estava longe de se apresentar claro no pensamento liberal⁵⁶⁴. Vimos, a propósito do debate sobre o Conselho de Estado, como considerava a necessidade de assegurar à

prerrogativa que me compete – e eu não sei como se possa fazer uma censura ao Governo por usar de uma prerrogativa, que lhe concede a Constituição»

⁵⁶¹ «Diga-se o que se disser, num Parlamento é impossível poder votar com acerto uma lei de divisão do território (apoiados) a maior parte dos Srs. Deputados, não podem ter conhecimentos realmente das localidades, e nisto não lhes faço injúria.... quero é, que fique declarada essa autorização, porque o Governo entende que sem ela não pode fazer uma divisão do território» (idem, 23.09.1840, p. 366).

⁵⁶² «O ilustre Deputado considerando a Nação numa fase muito perigosa na posição mesmo de Retrogradação, sustentou que não é esta a melhor ocasião de reformar a legislação, porque as paixões terão por certo influência nas alterações, sendo antes de opinião que se acusa ao estado das coisas com providências provisórias! (sensação) Confesso que fiquei espantado quando ouvi este modo de discorrer! Eu estava persuadido de que os nossos males provinham de termos estado muito tempo em estado provisório (numerosos apoiados), e que sem dele sairmos nunca poderão ser evitados os males que sofríamos (apoiados)» (idem, 3.07.1840, p. 48-54).

⁵⁶³ «O Sr. Deputado estranhou fortemente que eu houvesse dito que o Governo tinha a força e disposições necessárias para fazer manter a Constituição! Eu, entendia, Sr. Presidente, que merecia ser acusado se dissesse o contrário (apoiados numerosos).... há grande diferença entre um acto do Governo contra a lei, e fora das suas atribuições, como aconteceu em França, ou um acto do Governo em conformidade com a constituição, e com as decisões desta Câmara, em matéria da sua privativa competência» (idem, 10.10.1840, p. 216-217).

⁵⁶⁴ Guizot, por exemplo, desligava a magistratura do âmbito dos poderes políticos: «Les grands pouvoirs politiques ne naissent qu'à deux sources, l'élection ou l'hérédité; hors de là, il n'y a que des magistratures» (François GUIZOT, *Mémoires...*, t. II, p. 226).

Administração a resolução dos conflitos que a opunham aos cidadãos, bem como a solução das tensões com o poder judicial. E assistimos à evolução da ideia de criar um Tribunal Superior Administrativo para a defesa dum Conselho Superior que não vinculasse a decisão do Executivo⁵⁶⁵. Mas o questionamento despontado por Costa Cabral ia mais longe, batendo no fulcro das polémicas em torno da inamovibilidade ou amovibilidade, da responsabilização pelas decisões e da autoridade dos juizes na interpretação da lei. Polémicas estas, que revelavam as dificuldades de esclarecer as relações entre os poderes responsáveis pela elaboração e execução das leis, e o judicial, a quem cabia a sua aplicação na resolução dos conflitos. Conciliar a independência dos magistrados com a necessidade de garantir que a lei não seria sofismada pela resistência do aparelho judicial, era uma preocupação herdada do vintismo. Dilema tanto mais sensível, quanto no plano da gestão dos recursos a magistratura se encontrava dependente do executivo e, no plano político, a responsabilidade pelo funcionamento do sistema era directamente imputável ao Governo.

No relatório apresentado ao Parlamento em Janeiro de 1840, Costa Cabral afirmava a vontade de clarificar o problema, tendo sublinhado a urgência duma lei orgânica da magistratura judicial, bem como dum regulamento disciplinar «a fim de que a independência dos Juizes se não converta em perfeita arbitrariedade e anarquia»⁵⁶⁶. Mudar a situação vivida passava por esclarecer as regras de exercício desse poder e de relacionamento com os outros poderes, e por impor sanções ao incumprimento das obrigações.

Em Outubro de 1840, aquando da discussão do Projecto de Lei regulando as penas a aplicar aos juizes transferidos que não obedecessem às ordens do Governo⁵⁶⁷, Costa Cabral,

⁵⁶⁵ A ideia criar um Supremo Tribunal Administrativo, vinha de 1840. O *Discurso do Trono* de Janeiro desse ano já anunciava a necessidade dum Tribunal Superior que funcionasse como Conselheiro Régio e do Executivo, e que fosse a última instância no contencioso, porque «os actos que a Administração pratica nessa qualidade, só pela Administração podem ser devidamente avaliados» (idem, 2.01.1840, p. 1-2).

⁵⁶⁶ DCD, 24.01.1840, p. 136-141. A proposta seria apresentada a 19 de Novembro desse ano (idem, 19.11.1840, p. 283-285).

⁵⁶⁷ Projecto que surgia na sequência da polémica iniciada com a acusação formal de J. A. de Campos ao Ministro da Justiça, acusando-o de violação da constituição por transferir alguns juizes antes do prazo regulamentar (idem, 8.02.1840). Reabertas as Cortes a acusação fora renovada (idem, 2.07.1840, p. 24-28), tendo o Ministro sido ilibado por votação nominal, a 31 de Julho. A 10 de Agosto Rebelo Cabral apresentara um Projecto de Lei para regular a transferência dos juizes, que seria discutido ao longo do mês de Agosto, e decidido em Setembro. Paralelamente tinham sido levantados os primeiros processos aos juizes que recusavam obedecer à ordem de transferência, tendo os juizes da relação declarado-se incompetentes para julgar a matéria. O

equacionaria a relação do legislativo e executivo com o poder judicial, defendendo a necessidade de terminar com a situação de total independência e impunidade dos juizes, o que os erguia acima dos outros poderes do Estado⁵⁶⁸. Tendo o Governo conseguido convencer o Parlamento a votar o direito de adequar a prática das transferências às conveniências do serviço⁵⁶⁹, não podia, agora, admitir que a magistratura reivindicasse o princípio de resistência legal, para arrogar o direito de julgar a constitucionalidade das leis ordinárias. Sendo uma reclamação totalmente incompatível com o governo representativo⁵⁷⁰, atendê-la equivaleria a liquidar a separação dos poderes, que vivia da delimitação das respectivas esferas de acção⁵⁷¹. Considerando inquestionável que ao poder judicial coubesse, «determinar tudo o que toca às relações dos cidadãos entre si», Costa Cabral encontrava-se igualmente seguro da doutrina, «que aos outros Poderes Políticos é que pertence determinar tudo o que toca às relações dos cidadãos com o Estado, ou às dificuldades, que se decidem pela lei política». Admitir o direito dos juizes interpretarem a constituição, abriria o caminho à ruptura do sistema ou à submissão dos poderes políticos ao judicial, tornando impossível qualquer acção legislativa ou governativa que não recebesse a sua caução⁵⁷².

A intenção de Costa Cabral era combinar o controlo da acção da magistratura com o reforço das suas atribuições⁵⁷³, no qual pesava a decisão de diminuir o papel dos jurados na

pomo da discussão era a consagração do direito reclamado pelo Governo de transferir os juizes por conveniência de serviço, mesmo antes de cumprirem três anos num lugar, como apontava a Constituição de 38.

⁵⁶⁸ «Qual é a acção que hoje tem o Governo sobre os Juizes? Eu pelo menos não a conheço.... enquanto se não fizer a lei da responsabilidade dos Juizes, e os regulamentos disciplinares, os Juizes estão inteiramente independentes do Governo, o Governo não pode exercer acção alguma sobre eles, enfim o Poder Judicial actualmente é um *Estatus in Estatus*, como aqui já se disse» (idem, 21.10.1840, p. 481-487).

⁵⁶⁹ Embora fazendo depender a decisão governamental do Supremo Conselho de Magistratura.

⁵⁷⁰ «O que eu pretendo é fazer conservar inteiramente o equilibrio dos Poderes, o que eu entendo, Sr. Presidente, é que o Poder Legislativo possa fazer leis segundo os termos da Lei Fundamental do Estado, e que o Poder Executivo, possa fazer executar as leis, e as suas ordens, e os seus mandatos quando eles forem conformes à lei».

⁵⁷¹ «Sr. Presidente, todos nós sabemos o respeito que devemos ter para com a lei fundamental do Estado; todos nós sabemos que é a lei das leis: (apoiados) mas todos sabemos que por essa Constituição do Estado, que os Srs. Deputados dizem defender, o poder de fazer leis só compete ao poder legislativo com a sanção real; sendo certo que.... a nenhum outro Poder é permitido anular, revogar, e declarar sem efeito essa mesma lei»

⁵⁷² «Suponhamos que o Poder Legislativo confirmava a sua primeira decisão, e que o Executivo marchava de acordo: pelos princípios dos nobres Deputados ainda o Poder Judicial podia negar a sua sanção uma segunda vez, e não estávamos então em um círculo vicioso? Querem os nobres Deputados elevar-nos aos extremos de usar da força quem a tiver? Meditem bem as consequências de tal doutrina... Será necessário, Sr. Presidente, que o Governo, e os Srs. Deputados, que têm a iniciativa pela Constituição, antes de apresentarem um Projecto qualquer, vão prestar homenagem ao poder judicial, e se assegurarem antes de tudo da sua opinião... O Poder Legislativo expõe-se a que o Poder Judicial interponha o seu veto, veto, que só tem o chefe do Estado pela Constituição, e mais ninguém».

⁵⁷³ «A segunda tendência má que o Sr. Ferrer descobriu nos actos do Governo, foi o apresentar e fazer vencer Propostas, tendentes a concentrar nos Juizes de Direito toda a autoridade judiciária.... Pois o Sr. Deputado, censura o Governo porque acumulou, porque concentrou nos Juizes de Direito, que são um Poder independente, atribuições das quais algumas até eram

administração da justiça. Através desta decisão, o político vinha colocar em causa um dos pilares do sistema liberal. Recolhendo o sucesso desta *instituição* em Inglaterra, a defesa do júri alimentava-se da polémica contra a magistratura - na qual o poder absoluto encontrara uma aliada natural⁵⁷⁴ -, para frisar a distinção entre a avaliação da justiça e a acção de aplicar a lei, ou seja entre a competência moral e a competência técnica. Partindo destes pressupostos, e da maior probabilidade de uma reunião de homens independentes chegar ao apuramento da verdade, o júri era considerado como uma garantia fundamental à liberdade e ao direito dos cidadãos intervirem na consagração do império da justiça. Sendo este princípio geralmente aceite tanto pelos liberais mais radicais quanto pelos mais moderados⁵⁷⁵.

Fundamentando a proposta, que percorria o projecto de reforma judicial, Costa Cabral não questionava a bondade teórica do júri em certas situações, nem a sua eficácia no caso anglo-saxónico. Alertava, sim, para uma realidade nacional que tornava a instituição dos jurados, em muitos casos, um autêntico pesadelo para a aplicação da lei e da justiça. Ao defender a abolição da ratificação de pronúncia pelo júri, o Ministro da Justiça apoiar-se-ia no relatório do Procurador Geral, para marcar as diferenças entre a situação portuguesa e inglesa⁵⁷⁶ e demonstrar a incapacidade dos jurados portugueses compreenderem a simples diferença entre a pronúncia e o julgamento⁵⁷⁷. Sendo com base nessa análise que propunha, a conciliação dos princípios com a

exercidas por autoridades amovíveis, e debaixo da imediata influência do mesmo Governo, e por outras sobre cuja eleição o Governo pode sempre influir pelos muitos meios que tem à sua disposição?» (idem, 1.02.1841, p. 5-14 – debate de *Resposta ao Discurso do Trono*).

⁵⁷⁴ «O espirito 'jurisdicista', associado ao Antigo Regime intelectual, político e social, também repugnava aos legistas doutrinados pelos manuais do Direito moderno» (João Carlos Pires BRIGOLA. *Ciência e política do Pombalismo ao Liberalismo...*, p. 84-85). Brigola fornece indicações importantes sobre a polémica, enquadrando-a não só no confronto entre o direito positivo tradicional e o jusnaturalismo liberal, mas igualmente no conflito entre as ciências e as letras.

⁵⁷⁵ Guizot colocava-o entre as garantias da liberdade dos cidadãos, ao lado da liberdade de imprensa.

⁵⁷⁶ «Diz ele: = «O júri de acusação a que os Ingleses ligam tão grande importância não tem respondido às vantagens, que dele se prometiam em países que o têm adoptado: assim sucedeu em França, assim tem acontecido nestes reinos: tanto é certo que para ser transferida com proveito qualquer instituição de um povo para outro, é mister criar primeiro nestes as mesmas ideias, hábitos, costumes, em que ela assenta, e até os elementos materiais com que tem relação. Em Inglaterra o grande júri é composto dos principais proprietários de todo o Condado, das pessoas mais distintas por sua fortuna e posição social; e é tal a estima e apreço que se dá a este serviço, que não há obstáculos que não vença, incómodos que não sofram os cidadãos inscritos jurados... para o que também muito contribui a facilidade dos caminhos, e a prontidão dos transportes. São portanto juizes absolutamente estranhos aos réus, sem nenhuma parcialidade a favor ou contra, e com todas as garantias de independência; ao revés os nossos jurados das Províncias nem podem ter as mesmas qualidades, por falta de suficiente número de indivíduos com elas habilitados, nem podem deixar de ser geralmente os próprios moradores dos julgados, em que se cometem os delitos» (idem, 29.09.1840, p. 451-452).

⁵⁷⁷ Continuando a citar o Procurador Geral: «Debalde o juiz lhe explica o dever, acostumados no júri de sentença a manifestar o resultado da convicção, procuram neste ponto do processo provas, que a determinem, e como as não encontram... eles mesmos o julgam, decretando a absolvição»

realidade⁵⁷⁸, através da abolição do júri de pronúncia nos processos criminais e da manutenção do júri de sentença⁵⁷⁹. Mais adiante na discussão, ao defender o júri facultativo nas causas cíveis, Costa Cabral clarificou a opinião pessoal, pondo em causa quer a ideia de que os litigantes o sentiam como uma garantia⁵⁸⁰, quer a convicção de que a *instituição* servia melhor a causa da justiça do que a magistratura⁵⁸¹. Isto é, no plano pessoal, Costa Cabral mostrava poucas dúvidas sobre a preferência a dar à magistratura, quando ponderadas as garantias à afirmação da justiça, oferecidas pelo júri e pelos juizes. Dum lado da balança, encontrava um conjunto de cidadãos cujo número não isentava da probabilidade de erro, relativamente aos quais se tornava uma verdadeira lotaria assegurar as capacidades intelectuais. Mais, cuja integração na sociedade tornava passíveis de todo o tipo de pressões. Do outro lado, encontrava um corpo dotado do domínio técnico, de responsabilidade criminal e administrativa pelos actos, e sabendo a decisão passível de ser revista.

Esta mesma ligação à realidade e valorização do domínio de competências para ponderar princípios políticos conflitantes, suportava o discurso a favor da centralização administrativa contra a defesa das liberdades locais, expressada na multiplicação de cargos electivos. Em Fevereiro de 1840, no âmbito da defesa do *Discurso do Trono* e da intenção já anunciada de coordenar com o Ministério do Reino a reforma administrativa e judicial, Costa Cabral, mais uma vez se apoiaria em abundantes relatórios das autoridades administrativas para fundamentar o sentido das reformas propostas⁵⁸². Os factos revelavam o panorama dum país pouco instruído

⁵⁷⁸ Ainda citando o relatório: «A convicção de homens que entre os quais não há ligação alguma, que têm ideias, hábitos, e até preconceitos diferentes, observando cada um a seu modo os factos apresentados, produz maior segurança, maior grau de certeza moral, que a de alguns juizes permanentes.... e é esta a principal razão da conveniência, que na impossibilidade de prova legal, justifica a intervenção dos jurados; mas aquela utilidade desaparece inteiramente, quando se lhes não pede a convicção, mas um raciocínio quase sempre superior às suas capacidades»

⁵⁷⁹ «Daqui se deve concluir muito bem, que o artigo se deve adoptar, se para o futuro a moral do País se melhorar, na nossa mão está o remédio revogando o que agora fizemos».

⁵⁸⁰ «Porque se diz geralmente que os jurados são uma garantia, e que são muito apetecidos em toda a Nação, eu digo o contrário, e tenho na secretaria as provas disso» (idem, 30.09.1840, p. 481-482)

⁵⁸¹ «Os jurados julgam segundo a sua consciência, não dão contas a ninguém, e deles não há recurso nenhum; e a respeito dos juizes de direito se algum se deixar corromper, há o recurso para a relação, e o corromper uma relação, que tem de julgar em segunda instância, é muito dificultoso, e quase impossível».

⁵⁸² «O Ministério que se decidiu a apresentar as medidas ao Parlamento, tendo em vista os *factos*, não podia demorar por mais tempo a sua apresentação... o Governo seria *muito e altamente criminoso* se não viesse ao Parlamento pedir as medidas que eram solicitadas por *quase todas as Autoridades*, nomeadas pela maior parte por *Administrações daquele lado*» (idem, 7.02.1840, p. 89-92).

sem capacidade de responder às solicitações decorrentes do sistema electivo⁵⁸³. E alertavam para o perigo de importar modelos, sem atender às limitações nacionais⁵⁸⁴. Modelos que os próprios povos rejeitavam abandonando a urna, em sinal da falta de vontade cívica de os assumir⁵⁸⁵. Passando do plano dos factos ao dos princípios do direito administrativo claro era que estes desaconselhavam a desarticulação entre as instâncias locais e a administração central⁵⁸⁶. Bem como apontavam a necessidade de apurar competências⁵⁸⁷ e fortalecer uma hierarquia de confiança técnica e política, desde o Governo até ao agente local⁵⁸⁸. Só deste modo se tornava exequível exigir o apuramento de responsabilidades dos agentes do poder, e desenvolver uma política de rigorosa aplicação da lei⁵⁸⁹. Vemos, assim, desenhada a justificação da adequação da realidade nacional à bondade teórica do modelo centralizador francês, que nos momentos próprios seria amplamente assumido. Em matéria de princípios, havia que não confundir o desejo de centralização política com a defesa do absolutismo⁵⁹⁰, e a preferência dada ao modelo centralizador verificava-se duplamente pertinente no caso português, pela falta de matéria prima humana, que assegurasse o sucesso do sistema que sustentava as liberdades inglesas.

⁵⁸³ Citando o relatório de Henriques Ferreira, Administrador Geral de Aveiro em 1836: «A falta de capacidade é a condição presente do País; em quanto o tempo e a influência de leis sensatas não conseguirem o aumento de uma população instruída, civilizada e patriótica, não convém multiplicar os empregos de eleição.... o estado presente da instrução pública não habilita para os cargos suficiente número de homens hábeis, e muitos desses cargos não são precisos, e existem como entidades superfluas».

⁵⁸⁴ «Eis aqui o que diz um Deputado meu amigo, Deputado muito digno, e que é Administrador Geral (leu). «Parece-me que foi calculado o sistema administrativo para circunstâncias muito diversas das nossas, e por isso deu ao povo demasiada ingerência na administração, supondo nele a riqueza, instrução, e espirito público formado, como em Inglaterra e França»

⁵⁸⁵ voltando a citar Henriques Ferreira «o excessivo movimento eleitoral, que os Povos tacitamente condenam, abandonando a Urna, e deixando por consequência em franquia as pretensões sinistras»

⁵⁸⁶ Citando o falecido Administrador Geral de Lisboa: «o maior defeito do Código consiste em fazer ele dependente da urna eleitoral a nomeação dos cargos dos Administradores dos Concelhos e Regedores de Paróquia, e da nomeação das Câmaras Municipais os cabos de Polícia; por quanto, sendo estes agentes dos Administradores Gerais, em quanto a sua nomeação não for do Governo, ou da autoridade delegada, e se lhes não der um ordenado ou gratificação, que proveja a sua sustentação, jamais os Administradores Gerais deixarão de encontrar tropeços e obstáculos invencíveis na execução das Leis Administrativas»

⁵⁸⁷ «não lhes pode também ser suspeito o dito doutro digno ex-Administrador Geral que foi de Braga; parece-me que é o Sr. Teixeira, o qual diz - «para que o sistema Administrativo possa progredir com vantagem, é mister, que para certos cargos se exijam certas habilitações; não é isto por certo restringir o direito de votas, mas antes insinuar ao povo, que tais cargos não podem ser exercidos senão por homens de tais conhecimentos científicos, ou tal aptidão»».

⁵⁸⁸ Costa Cabral prosseguia na citação do Administrador de Braga: «O Administrador Gera, que merecer a confiança do Governo, necessita ser ajudado por engenhos de igual, ou superior capacidade; e longe de lhes ministrar alguma ideia útil um Conselho de Distrito, composto de leigos, e de pessoas sem as precisas qualidades, é o maior flagelo, e o maior açoitamento para que se pode conceder em compensação de uma vida já pensativa e mortificante. Os Administradores de Conselho estão em relação para com os Administradores Gerais, assim como estes estão a respeito do Governo. O Código Administrativo em esqueleto [1836], é uma obra, que honra muito seus autores, porque é baseado em princípios liberais... mas a sua construção final apresenta elementos, que lhe não deixam fazer movimento proveitoso».

⁵⁸⁹ «eu com franqueza devo dizer à Câmara, que se o Governo tivesse procedido rigorosamente contra todos os empregados que cometem pequenas faltas na execução da lei, em pouco tempo ficava o Reino sem empregados nenhuns, porque tal é a organização que tem actualmente o país: e as autoridades eleitorais, que concorrem para a execução desta lei, são de tal maneira inábeis, que na realidade se o Governo procedesse rigorosamente contra elas, e lhes pedisse estrita responsabilidade, em pouco tempo o Governo não tinha autoridade nenhuma destas por todo o Reino» (idem, 23.07.1840, p. 362-363).

⁵⁹⁰ «Disse em primeiro lugar o nobre Deputado que o Governo mostrava tendências para o absolutismo, porque as suas Propostas sobre a organização Administrativa tendiam a concentrar em grande parte a autoridade administrativa no mesmo Governo; ora eu admito que o Sr. Deputado ignore tudo quanto os melhores autores, (os que não vivem de fantasmagorias) têm escrito sobre esta

Seriam os mesmos princípios que ditavam a esfera de separação dos poderes e das competências inerentes a cada instância, que levariam Costa Cabral, já em 1844, a rejeitar sem concessões, a legitimidade dos poderes locais exercerem o direito de petição para proceder ao julgamento político do poder central. Para tal, mais uma vez, ancorava-se na opinião dum *Parecer* do Procurador Geral da Coroa, «que os nobres Deputados são os primeiros que neste Parlamento têm prestado homenagem aos talentos, à sabedoria, à integridade e independência daquele Magistrado»⁵⁹¹. Reconhecer ao poder local o direito de petição, para protestar contra factos alheios às suas competências, constituía uma grosseira interpretação dum direito constitucional individual⁵⁹², não assimilável às corporações ou às autoridades públicas⁵⁹³. Ainda mais grave se tornava o crime quando esses poderes arrogavam o direito de pôr em causa a legitimidade dos Corpos superiores do Estado⁵⁹⁴.

Recordando o perigo de incentivar processos próprios a um passado que se queria deixar para trás⁵⁹⁵, Costa Cabral afirmava a necessidade de banir, «a inteligência que alguém pretende dar à Carta, a inteligência que alguém pretende dar a esse direito de Petição, e cujo resultado seria a confusão de todos os Poderes, seria a própria destruição da Lei de todas as Leis, da Lei Fundamental da Monarquia». Continuando a citar a Carta, reforçava a tese através do artigo que

importante matéria» (idem, 1.02.1841, p. 5-14).

⁵⁹¹ Idem, 19.01.1844, p. 149-156.

⁵⁹² Citando o *Parecer*: «A acção das Câmaras Municipais não é suprema e absoluta na sociedade.... só nos pontos da sua legal competência podem entender, consultar, e representar às Autoridades superiores; e todo o acto, que exceder estes limites, é manifesto excesso de autoridade e usurpação de poder alheio»

⁵⁹³ «Em vão se pretende disfarçar este abuso com o direito de Petição assegurado na Lei Fundamental da Monarquia; porque este direito só é facultado no artigo 145§28 da Carta Constitucional aos Cidadãos, aos indivíduos, e não às Corporações, e Autoridades Públicas, que nos negócios alheios à sua competência não podem exercer nenhuma acção, não têm nenhuma capacidade, nem ainda existência. Daquele direito podiam sem dúvida usar os Vereadores da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, como indivíduos, como particulares, ficando sempre responsáveis por qualquer crime, que no exercício dele cometesse; porque a inviolabilidade da manifestação de todas as opiniões é exclusivamente própria dos Membros dos Corpos Legislativos»

⁵⁹⁴ «Os Vereadores signatários da Representação inclusa descrevendo a Maioria das Câmaras Legislativas, não como o resultado da livre e espontânea eleição dos Povos, mas sim como o efeito da fraude, da violência, e do desperdício das honras, e dos dinheiros públicos, irrogam [sic] a mais atroz injúria a estes Corpos superiores do Estado, negam-lhes todo o carácter e autoridade legítima, apresentando-os como bandos de facinoras, que à custa de crimes e malefícios, de que foram autores ou cúmplices, arrebatarem a autoridade que lhes não competia, para deste modo iludirem a Nação»

⁵⁹⁵ Passando ao comentário do *Parecer* e da situação analisada: «E éramos nós acusados de irmos para Vila Franca, e a Oposição foi estabelecer o seu quartel general em Vila Franca!... (Risadas) É ali, Sr. Presidente, em Vila Franca donde há de vir a regeneração para este desgraçado País, para este desgraçado País, que não tem Liberdade, e em que a Lei não é respeitada!... Foi assim, Sr. Presidente, foi assim que começaram as Câmaras a pedir a D. Miguel, que se aclamasse rei (Apoiados), não sei se neste número conta também a Câmara de Vila Franca (O Sr. José Estevão: - E alguns Cidadãos)... Sim, pode ser que o nobre Deputado se considere com tal direito, porque quem se encarrega da defesa dos homens que negam os direitos à legítima Soberana de Portugal, e que sustenta que um tal procedimento não é criminoso, está habilitado para aconselhar estas usurpações. (Muitos apoiados)»

marcava os limites da competência das Câmaras municipais⁵⁹⁶, sob pena de verem anuladas quaisquer decisões que as ultrapassassem. A acrescentar à questão de direito, havia que considerar os factos. Evidenciando eles que autoridades que se assumiam incompetentes para interpretar os mais elementares princípios legais, não podiam ser reconhecidas competentes para julgar os actos do poder central, que lidava com a complexidade própria à amplitude nacional da realidade que geria⁵⁹⁷.

Sempre informado pela necessidade de conjugar os princípios políticos e as realidades nacionais, e nunca perdendo de vista as perspectivas defensáveis por qualquer político colocado na órbita de reflexão da governabilidade, Costa Cabral tinha poucas hesitações sobre o lugar da liberdade no confronto ou questionamento do poder, apoiado por uma realidade constitucional que consagrava um delicado equilíbrio entre a ordem e a liberdade. Relevante, nesta problemática, mostra-se o posicionamento sobre a liberdade de opinião assegurada no princípio da liberdade de imprensa, cujos limites deveriam ser regulados por uma lei de imprensa que alertasse para o abuso, da sujeição à responsabilização civil e criminal.

Abstraindo-nos das acusações que o acompanharam, sobre uma política persecutória, abrigando com benevolência os abusos dos agentes do poder, mencionemos as opiniões de Costa Cabral emitidas numa discussão sobre a suspensão das garantias, em Setembro de 1840, e concentremo-nos na Proposta de Lei que apresentou a 25 de Novembro de 1843, cuja pouca relevância merecida⁵⁹⁸, se explica pelo facto de não ter chegado à discussão parlamentar.

Em Janeiro de 1840, Costa Cabral já sublinhara, no *Relatório* do Ministério, a necessidade duma nova lei que pusesse fim ao impune abuso da liberdade de imprensa a que o

⁵⁹⁶ «Sr. Presidente, eis aqui o que ela diz no Art. 133 (Leu) «Em todas as Cidades, e Vilas haverá Câmaras, às quais compete o Governo Económico, e Municipal das mesmas Cidades, e Vilas»

⁵⁹⁷ «Hão de as Câmaras Municipais, que pela maior parte são compostas de homens que para se decidirem sobre a inteligência e cumprimento de uma Lei precisam consultar um Advogado, ser capazes de avaliar os negócios graves do Estado?!... Se é verdade, que falta a estas Câmaras a capacidade intelectual para poderem avaliar os negócios do Estado, também é fora de dúvida que lhes falta a capacidade legal, faltando-lhes estas duas capacidades elas não podem julgar-se com semelhante direito (Apoiados)»

⁵⁹⁸ José Tengarrinha refere o impacto desta proposta, através do parecer de Silvestre Pinheiro Ferreira, publicado pela Revolução de Setembro de 22 de Dezembro de 1843 (José TENGARRINHA, *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 161).

país, indignado, diariamente assistia⁵⁹⁹. Como sabemos, em Agosto desse ano os tumultos de Lisboa e a Revolta de Castelo Branco motivaram a suspensão das garantias, tendo o Governo visto aprovada a proposta de suspender a liberdade de imprensa, cuja revogação iria adiar até à publicação da lei de imprensa. A 10 de Setembro, o Conde da Taipa, apresentaria um projecto à Câmara que endurecia as garantias exigidas à autorização de circulação dos periódicos, aumentava o censo exigido ao júri de sentença e abolia o júri de pronúncia⁶⁰⁰. Seria, pois, no intervalo entre a apresentação do projecto do Conde da Taipa e a sua discussão iniciada a 21 de Setembro, que Costa Cabral discursaria sobre o problema da liberdade de imprensa no dia 12 desse mês. Analisando a situação vivida, os constantes abusos verificados, sustentavam a tese da necessidade mantê-la suspensa enquanto não terminasse a revolta. Ao fazê-lo unia-se à opinião inúmeras vezes emitida pelo Corpo Legislativo e pela nação, «que ela não era mais que uma provocação à desordem»⁶⁰¹, com directa ligação ao estado revolucionário vivido no país⁶⁰². Respondendo à acusação de que a suspensão só prejudicava a imprensa política que queria mover-se na esfera da legalidade, não conseguindo impedir a imprensa clandestina, demarcaria a profunda diferença de impacto, entre, «papéis que vêm ter a essas pessoas, que são espalhados às escondidas, e os Periódicos que são espalhados por muita gente, segundo os partidos para onde escrevem». A clandestinidade não o assustava, assustava-o a capa duma legalidade diariamente violada, sem punição.

Servindo o *Relatório* de Janeiro e esta intervenção para enquadrar os sentimentos do político sobre o problema da liberdade de imprensa desde o momento em que chamou a si a pasta da Justiça, é, no entanto, através do *Relatório* que acompanhou a Proposta de Lei de 1843 que podemos aprofundar a visão de Costa Cabral. Se a própria existência da proposta

⁵⁹⁹ «Não se trata da proveitosa discussão sobre opiniões políticas, nem da censura dos actos públicos; invade-se a vida particular; invertem-se e desfiguram-se os factos: numa palavra, a imprensa está convertida em fragua de insultos, de indecências, e de calúnias..... é preciso que a Liberdade de Imprensa sirva a cada um para comunicar livremente os seus pensamentos; mas ao mesmo tempo indispensável que se tomem medidas efectivas e enérgicas para a punição dos indivíduos que abusarem deste direito» (DCD, 24.01.1840, p.136-141).

⁶⁰⁰ O projecto seria discutido pela Câmara dos Deputados durante o mês de Setembro e pelos Senadores em Outubro, sendo convertido o fruto do debate na Carta de Lei de 19 de Outubro.

⁶⁰¹ idem, 12.09.1840, p. 187-189.

correspondia ao reconhecimento da incapacidade de garantir o funcionamento da lei vigente, a extensão do relatório, denotava o pressentimento da polémica que poderia abrir. A fundamentação denunciava a preocupação de provar a necessidade de conciliar as garantias à liberdade com a severa repressão do abuso, mesmo que os meios propostos ultrapassassem os pressupostos da divisão dos poderes.

Abria ele com o juramento de fé liberal na liberdade de expressão do pensamento⁶⁰³, da qual decorria o encarar uma imprensa livre como «uma necessidade, um direito natural, essencial, inviolável, e imprescindível dos povos». Sendo antes de tudo um direito social condizente com um Estado liberal⁶⁰⁴, revelava-se incompatível com a existência da censura prévia⁶⁰⁵. Constituía pois um dever do Poder defender a imprensa livre, e defendê-la significava afastar todos os perigos que a impediam de medrar⁶⁰⁶.

A imprensa visada era claramente aquela imprensa periódica política, que vivia dos ataques às instituições, aos fundamentos da monarquia constitucional, à dignidade individual e à moral social. Imprensa que arrogava títulos de imunidade iguais aos dos representantes da nação, mas que na verdade estava povoada de indivíduos ignorantes, servindo interesses obscuros, alimentados por inesgotáveis fontes de dinheiro, que em qualquer guerra era a mais usada arma de corrupção⁶⁰⁷. Violando os mais íntimos sentimentos morais, universais a todos os homens porque inerentes à sua natureza, o indivíduo, transformado em jornalista, caluniava, mentia,

⁶⁰² «todos sabem, Sr. Presidente, que em todos os tempos, e épocas as facções têm sempre pugnado pela liberdade de imprensa».

⁶⁰³ «O Governo crê firmemente, como vós, como todos os Portugueses dignos de tal nome, nos Artigos de fé, e nos mandamento de que se compõe a Religião Política, não só deste Reino, mas de todos os Reinos, e Povos reformados. O primeiro destes mandamentos, o primeiro destes artigos de fé, foi, é, e será sempre a liberdade do pensamento» (idem, 25.11.1843, p. 48-62).

⁶⁰⁴ «A imprensa é a voz da Nação, Nação sem imprensa era antigamente um ente moral incompleto, mas a quem ao menos um espírito ascético, passivo e resignado por necessidade, lhe não permitia sequer lembrar-se de desejar o exercício da palavra que lhe tolhiam.... Os povos monges passaram de todo: povos sem língua poucos há já: Portugal, cremo-lo firmemente, nunca mais o tornará a ser».

⁶⁰⁵ «A almotacaria das ideias, denominada *censura prévia*, era talvez quase pior que um absoluto silêncio imposto à imprensa: porque no silêncio absoluto, se as verdades arrojadas e generosas, se as reivindicações dos direitos e foros caídos da humanidade não podiam levantar-se, também as máximas falsas e os erros interesseiros não podiam propagar-se a seu sabor».

⁶⁰⁶ «por isso mesmo que é simultaneamente árvore da ciência e da liberdade, é dever religiosos dos Representantes do Povo defendê-la de toda a sorte de perigos; e estes perigos existem, e são graves, e gritam por urgentíssimo remédio. A censura prévia impedia esta árvore de frutificar, assombrando-a; mas a licença carcome-a; devora-a por dentro; envenena-lhe os frutos em quanto os dá; ameaça-lhe e vai-lhe roer até às raízes.... Da censura prévia consolava-a a esperança do provir: da licença que a consola?».

⁶⁰⁷ «Que é o Jornalismo? Tribunal? Magistério? História? Tribunal? Que é dos seus títulos? Magistério? Que é da habilitações provadas? História? Onde estão os documentos da sua imparcialidade e do seu conhecimento dos factos? O Cidadão mais corrompido e mais ignorante pode arvorar-se de repente em Jornalista. Para isso bastam-lhe três coisas que Turenne dizia serem necessárias para a guerra; e pelo comum não é senão guerra o que ele vai fazer. Dinheiro, dinheiro, e dinheiro. Dinheiro para pagar um Editor; dinheiro para uma fiança; dinheiro para suprir a falta de leitores, se a tiver; e dir-se-á que a este homem deva a

investivava, escudado num meio que o colocava a salvo do confronto directo com as suas vítimas⁶⁰⁸. A pena, o anonimato, «a excitação dos consócios no bando», ditava a febre que se apoderava do jornalista no momento em que entrava no escritório, a ponto de «adormentar essa mesma consciência»⁶⁰⁹.

A intenção da lei não era, pois, proibir a exposição da verdade e da opinião, mas «que se diga o que se não pensa, quando isso induzir o público em erro perigoso, e se afirme o que se pode e deve saber que não é». Não era o ataque aos direitos individuais, mas à «usurpação flagrante dos direitos individuais e públicos.... Os limites racionais da Liberdade, que tem um Cidadão para imprimir, chegam só até onde começa a Liberdade dos outros Cidadãos, a cujo respeito escreve». Quando se atacavam os direitos de toda a sociedade, evocar os direitos da liberdade de expressão, «até em aritmética fora um absurdo, quanto mais em Moral e em Política». A corrosão gerada pela *imprensa licenciosa* sobre a *civilização política*, sobre a coesão social, acabaria por ter efeitos perversos na própria liberdade que dizia querer segurar. Salvar a imprensa de si própria, impunha-se neste contexto como um imperativo moral e político.

O dever do Governo ultrapassava os dum mero executor de leis. Bem pelo contrário, enquanto depositário da confiança nacional, entre os seus principais deveres encontrava-se a obrigação higiénica de diagnosticar «o corpo inteiro e a fisionomia da sociedade», de detectar as enfermidades, de prevenir as consequências. Reunidos os factos, cabia-lhe apresentar ao Corpo Legislativo o inventário dos males, «que um longo e prolixo estudo lhe tem feito conhecer», e os remédios para os curar.

A lei pretendia, pois, alcançar uma nova eficácia na punição dos abusos contra a «Religião, Trono, Poder Legislativo, Ordem pública», ou seja, visava dar uma mais ampla

Sociedade uma protecção absoluta, ela que proíbe a venda dos punhais e dos venenos?»

⁶⁰⁸ «Há dentro no homem um princípio de sociabilidade, ou de justiça, ou de honestidade, que, independentemente do medo, lhe veda chamar de palavra ladrão ou falsário a outro homem. Este princípio de honestidade, tem-no todo o Jornalista no trato comum da vida»

⁶⁰⁹ «Camille Desmolin [Redactor do *Courier de France*, entre outros periódicos, no Terror], fora do jornalismo, era ameno e bom; com a pena de Jornalista na mão, num tempo de anarquia e de licença, transformava-se num tigre. Dir-se-ia que não era o Escritor o que forçava a Imprensa a prostituir-se, mas a Imprensa a que tiranizava o Escritor!»..

protecção aos direitos da sociedade⁶¹⁰. As antigas regras mantinham-se para os abusos contra os agentes do poder e contra os particulares⁶¹¹, pois estes não tinham as mesmas consequências para a «moral e ordem pública», os primeiros bens a preservar.

Para os abusos de ordem moral e política, o projecto do Governo era retirar o julgamento da esfera do poder judicial, e remetê-los para o poder político. Aparte os ataques à Câmara dos Deputados, que ficava responsável pelo julgamento dos abusos que a afectavam, todos os outros, seriam julgados pelo «mais elevado Tribunal, por aquele a quem a natureza das nossas instituições confiou em depósito mais especialmente o grande princípio da conservação social, cuja permanência atacam os quase criminosos de lesa Nação», isto é, à Câmara dos Pares.

Ao apresentar a proposta, o Governo conhecia os riscos políticos que incorria, mas em nome da responsabilidade moral, que comprometia os representantes da nação, apelava à união em torno do projecto político que motivava a maioria da Câmara⁶¹². O facto de nunca ter chegado a apresentar-se um parecer sobre a matéria, insinua-nos que este terá sido um dos raros momentos em que Costa Cabral não conseguiu o apoio da maioria parlamentar. O ensaio em 1844 de publicar uma lei de imprensa quando assumiu a ditadura, apoia este pressentimento, tendo sido, como vimos, dessa vez travado pela resistência do corpo judicial.

O destaque que conferimos ao relatório, decorre da sua leitura constituir um dos discursos mais doutrinários proferidos por Costa Cabral perante a Câmara, e da clareza com que parametriza uma ordem de valores no equacionar da liberdade. O indivíduo face à sociedade, os princípios políticos face ao regime, enfim, a liberdade face à segurança, à ordem, à moral..., eram dilemas que atravessavam o pensamento prático liberal. Pensamento que, pela sua estrutura essencialmente moderada, buscava solucioná-los num delicado exercício de equilibrismo, tendo por referência primordial o valor do indivíduo, sujeito de liberdade, e por isso mesmo, moral e

⁶¹⁰ «A crença, a moral e o culto da religião: o incitamento à rebelião ou anarquia; o ataque à ordem da sucessão ao Trono, ou à autoridade e inviolabilidade legítima do Chefe do Estado, ou à autoridade das Câmaras; e em fim à excitação do ódio ou desprezo contra o Sistema Constitucional fundado na Carta»

⁶¹¹ «Injúria a Soberano estrangeiro, ou ao seu Representante, ofensa a Tribunal, a autoridades, a empregados, e a particulares»

⁶¹² «Continuemos a seguir a estrada larga da liberdade, conservemos os indispensáveis esteios sociais, não permitamos que o

socialmente responsável.

No momento em que Costa Cabral classificava a *almotaçaria das ideias* como limite externo do liberalismo, situava-se no plano dos princípios indiscutíveis, apontando o único caminho legalmente coerente, o da repressão do abuso. Mas quando sublinhava a liberdade de imprensa como garantia social, implicitamente negava um estatuto à liberdade de expressão individual emancipado da função social. Ao valorizar os perigos escondidos numa expressão sem freio, desacreditado quer da capacidade judicativa do cidadão comum, da virtualidade autorreguladora do sistema, e da capacidade deste sobreviver aos ataques infligidos; situava-se no coração duma direita liberal com tendência para ancorar o *status quo* nas temáticas da ordem, da segurança, do respeito devido às instituições e à moral, temente de qualquer movimento que o questionasse. Finalmente, quando se propunha chamar ao poder político o julgamento dos abusos de opinião que tocavam o conceito de *lesa majestade*, estava a admitir o falhanço do sistema. E estava, igualmente, a lançar a confusão sobre o sentido da expressão *primeiro tribunal da nação*, tão grata à retórica liberal, que só podia querer expressar a dignidade do direito, reconhecido à nação, de efectivar, através dos seus representantes, o julgamento político dos governantes.

4.3. Civilizar a nação para a libertar: aspectos dum projecto político

A história da não votação duma lei eleitoral desde a restauração da Carta Constitucional até à queda de Costa Cabral, traduz um deliberado adiamento do debate político sobre a matéria, evidenciando a estratégia utilizada, a requintada arte do jogo de confiança em que assentou as relações parlamentares¹. Esta teimosa recusa vivia da certeza de que qualquer modificação à lei

¹ Quando em 1842 a Câmara dos Deputados se reuniu pela primeira vez após a Restauração, a maioria, quebrando alguma tradição que existia de abrir as comissões parlamentares à Oposição, prestando homenagem ao lugar da diversidade na formação da opinião, afastou radicalmente os deputados da minoria das comissões eleitas. Que esta terá sido uma estratégia combinada com o Presidente da assembleia, ao qual reservaram a escolha dos membros de algumas comissões, reflecte-se no facto deste ter generosamente distribuído a oposição por estas comissões, não aceitando a escusa pedida pelos deputados em protesto concertado contra o favor que fora negado pela Câmara. Espantosamente, entre estas comissões encontrava-se a de elaboração da Lei Eleitoral, essencial para adequar o articulado legal às disposições da Carta Constitucional, sendo reconhecido pelo próprio Governo o carácter provisório das disposições estabelecidas para a convocação das eleições desse ano. Não tendo o Governo ou a maioria apresentado qualquer proposta ou projecto de lei eleitoral, não conseguimos perceber porque é que a própria Comissão se escusou de apresentar um projecto, que mesmo que fosse chumbado pela Câmara forçaria a discussão. De qualquer maneira parece claro que o Governo e a maioria terão jogado com a expectativa do impasse gerado pela situação. Em 1846 as acusações

favoreceria o alargamento do universo eleitoral e a revisão do viciado processo de recenseamento. Por outro lado, muito provavelmente arrastaria o debate sobre a pertinência do princípio das eleições indirectas, que muitos defendiam poder ser revogado por uma simples lei parlamentar, já que era uma disposição constitucional que não tocava os limites e atribuições dos poderes, sendo discutível o suposto de que estava compreendido na matéria dos direitos políticos e individuais dos cidadãos.

Aparte o interesse do Governo numa situação que lhe garantia fáceis reeleições, preocupá-lo-ia, sobretudo, a polémica discussão sobre os critérios de capacidade política, que dividia mesmo os adeptos do censo eleitoral. Sendo eles que espelhariam a vontade de abertura ou fecho do regime, a uma representação que fugisse à esfera das elites da burocracia e do dinheiro para uma consideração mais alargada da classe média. Debate este, que em Inglaterra se ia resolvendo no sucessivo alargamento do universo eleitoral, e que como sabemos a França vinha sustentando desde os anos 30, sem solução à vista.

A posição de Costa Cabral não pode ser desligada da reflexão, que em outras ocasiões expressou, sobre a oportunidade das cedências ao princípio democrático, num país em que o atraso educativo, cultural, económico, ditava uma fraquíssima competência judicativa sobre os problemas políticos básicos. Realidade que, como vimos ilustrava, com a fuga sistemática à urna, juntamente com a incapacidade das autoridades locais e com a impossibilidade de cidadãos, na maioria atrozmente incultos, exercerem uma cidadania responsável em matérias tão sensíveis como a aplicação da justiça. O receio que o alargamento do universo eleitoral correspondesse à tomada do poder pelo radicalismo, decorria do pressuposto de que um discurso populista, difícil de medrar junto aos cidadãos “sensatos”, recolheria outros frutos perto das “massas”.

da oposição por o Governo não ter tomado a iniciativa de publicar ou propor uma lei eleitoral que revisse os graves defeitos da anterior, Costa Cabral responderia que «o Governo considerou sempre que havia dois pontos em que não devia de maneira alguma exercer ditadura, ainda nas ocasiões em que foi forçado a usar dela, liberdade de imprensa, e lei eleitoral (idem, 15.01.1846, p. 10-12). Quando a 20 de Janeiro de 1845, aproximando-se o prazo limite de publicação duma lei eleitoral, Silva Sanches apresentou finalmente um projecto à Câmara, não procurou pôr em causa qualquer das disposições da Carta nessa matéria, concentrando-se nas medidas que garantissem a liberdade da urna e uma mais larga representatividade nacional. A proposta de revisão do processo de recenseamento, de alargamento dos critérios de consideração da décima, de entrega ao poder judicial a resolução dos conflitos decorrentes do recenseamento e das eleições. O projecto seria remetido para a Comissão de

Antes de abrir o sistema a uma mais ampla participação social, havia que civilizar. A liberdade era um bem a conquistar e não um bem adquirido, a modernização era prioritária à democratização. E perante uma sociedade sem hábitos de liberdade, sem iniciativa civil e com uma burguesia incapaz de autonomamente dinamizar o progresso económico e social, a iniciativa central adquiria pertinência e a febre organizadora tornava-se uma condição de sobrevivência.

A impaciência de Costa Cabral pelo parlamentarismo, o fastio sentido pela arte oratória², a veemência com que combatia uma retórica política que acusava falsear a realidade³, e recusava as estratégias para prolongar os debates⁴, encontravam alimento nesse sentimento de urgência. O estilo telegráfico que normalmente adoptava⁵, sublinhava-o ao ligá-lo às responsabilidades de governante⁶. O conhecimento do país com que lidava, o necessário contacto com o palco da política internacional, e as competências adquiridas, primeiro como Ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos e depois como responsável da pasta do Reino⁷, conferiam uma autoridade particular ao seu discurso, que em grande medida justificavam a confiança que mereceu da

Legislação em vez da Comissão eleitoral, e nela morreria entre os pedidos de esclarecimento sobre as dificuldades levantadas pela reconsideração da décima, e os protestos da oposição contra o adiamento da decisão.

² «Sr. Presidente, o nobre orador que acaba de preceder-me, tendo falado por espaço de oito horas em duas Sessões consecutivas, coloca-me numa posição bastante difícil. A Oposição, Sr. Presidente, acusa o Governo de tendências para o despotismo, mas o Governo, e a maioria acabam de ser vítimas do despotismo oratório, exercido pelo Sr. Aguiar com grande detrimento da Nação, a qual nenhum proveito tem a esperar dum tal procedimento. (vivos apoiados) na minha opinião o Governo Representativo bem longe de tirar vantagem de discussões, que se pretendem tornar eternas, só terá de sofrer descrédito; espero portanto que semelhante abuso se não repita» (idem, 2.11.1844, p. 24-25).

³ «É mister que se fale a linguagem da verdade ao Povo, para que ele não seja iludido.... Sr. Presidente, é uma verdade que mais duma pessoa me tem dito que a Oposição é quem mais tem concorrido para acreditar o Governo e o seu Sistema (Apoiados).... Sr. Presidente, por mais de uma vez tenho dito que os factos são um terrível argumentador contra a Oposição» (idem, 19.01.1844, p. 149-156).

⁴ «Sr. Presidente, a Oposição achou no método e sistema de mandar para a mesa centenaes de Emendas o meio de embarçar a discussão; eu quero como Chefe da Maioria (porque assim me devo reputar, sendo membro do Governo) destruir esse meio» (idem, 17.06.1843). «É na verdade espantoso que acusando-nos a Oposição diariamente porque não tratamos da organização do País, e dos arranjos da fazenda Pública, seja ela a que diariamente nos procura embarços, e nos obriga a discussões cujo resultado será nenhum em favor da Nação (Apoiados). O Governo poderia em muitos dos pontos que têm servido de base aos discursos da Oposição, remeter os Srs. Deputados para os Diários da Câmara» (idem, 18.01.1844, p. 142-147).

⁵ «Nomeações de Bispos e motivos que o Governo teve para as fazer; o direito que lhe está consignado na Constituição. Restituições dos Párocos apresentados durante a usurpação; o Governo observou a lei, e se o Sr. Deputado está convencido do contrário, peça contas ao Governo, que se há de defender completamente. *Negociações com a Inglaterra a respeito do Bill*; estão pendentes. *Negócio de Casa Monça*; está pendente. *Ilhota do Guadiana*; pendente. *Reclamações da liquidação geral com o Brasil*; pendentes.... logo que sejam concluídas serão apresentadas à Câmara, a qual julgará o comportamento do Ministério» (idem, 26.01.1841, p. 195).

⁶ «Não espere a Câmara um discurso, uma peça de eloquência, acompanhada das belezas oratórias... fique isto reservado para os Srs. Deputados que têm mais tempo do que eu para fazer esses discursos: na minha posição de Ministro mal posso ocupar-me de outras questões que não seja rebater as acusações, que são feitas ao Governo, restabelecendo os factos, e esclarecendo a Câmara sobre eles» (idem, 18.01.1844, p. 142-147).

⁷ O reconhecimento desta competência pelo poder político, ultrapassaria, de resto, o período deste consulado. Já não falando das embaixadas da década de 40 e do regresso ao poder em 1849, ainda contextualizável na luta política anterior à Regeneração, posteriormente, Costa Cabral seria chamado a representar Portugal na problemática embaixada brasileira, e a resolver junto à Santa Sé o difícil negócio do padroado (que lhe valeu o título de Marquês de Tomar, atribuído por Rodrigues Sampaio). Bem como seria nomeado por Fontes Pereira de Melo, a 8 de Agosto de 1867, para uma Comissão encarregada de propor as reformas convenientes em todos os ramos da Administração Pública (a carta de nomeação, assim como o ofício que a acompanhou, encontra-se na Torre do Tombo – ANTT, APCC, Arq. A - Costa Cabral, nº120).

maioria parlamentar, e a condescendência desta para com os excessos autoritários. Na síntese dos princípios com a experiência e com o conhecimento adquirido no estudo dos *dossiers*, formava-se o pensamento e o projecto político de Costa Cabral. Sendo todo o discurso cabralista percorrido por ideias chave sobre o que considerava serem as responsabilidades do Governo, neste encontro entre os princípios e as realidades.

A consciência de que a integração do país num cenário europeu, em larga medida determinava a possibilidade de estabilização nacional, levava-o a defender a aposta no bom relacionamento externo. Por outro lado, havia que conciliar essa necessidade com a ideia de que, no palco da política externa, a primeira obrigação do Governo era velar pela integridade, independência e decoro da nação⁸. O pragmatismo que devia pesar em toda a acção governativa consciente dos reais recursos portugueses⁹, mostrava-lhe as vantagens de defender a equidade na direcção das relações exteriores¹⁰, assim como, reforçava a vantagem de se integrar numa dinâmica internacional impulsionada para a paz¹¹. Sendo o complexo destas ponderações que lhe apontavam as soluções encontradas, nomeadamente nas relações entre o Estado e a Igreja em que deu continuidade a uma política regalista, assumida como uma herança do absolutismo pelo liberalismo¹². Nesta matéria, buscou conciliar uma negociação internacional, feita dum jogo de

⁸ Na já citada carta escrita no exílio, o antigo Ministro sublinhava esta postura perante Palmerston: «J'ai agi avec la plus parfaite indépendance du représentant de l'Angleterre, mais je dois en même temps constater un fait vrai et positif: C'est que le même esprit d'indépendance m'a guidé dans les rapports qui j'ai eu avec les représentants de toutes les autres Nations- Si je suis donc accusé d'être l'ennemi de l'Angleterre à cause de cela, il faudrait pour être juste, que l'on me présentât tout le même comme l'ennemi de toutes les Nations de l'Europe!» (ANTT. APCC, *Arg. A - Costa Cabral*, nº120). Tal como lamentava perante Guizot, na outra carta igualmente citada, a insensibilidade da França à ruptura que abriu: «L'Angleterre avait de fait gouverné mon pays: Les conciles du ministère de S.M.F. étaient des ordres et comme tels toujours obéis. Je me proposai d'émanciper le gouvernement portugais de la tutelle dans la quelle il avait vécu jusqu'alors, tout en conservant avec le cabinet anglais des relations bonnes et amicales, mais que je ne voulais plus voir dégénérer en complète soumission..... On aurait eu lieu de croire que ma conduite et mes constants efforts pour mettre un terme, à l'influence exclusive de l'Angleterre, aurait fait cesser l'hostilité que les agents du gouvernement français.... Mais bien loin de là; tandis que je m'aliénais l'appui de l'Angleterre, sur lequel j'aurais pu compter comme mes prédécesseurs, je voyais s'augmenter chaque jours l'animosité de la France contre moi et ses sympathies pour le parti révolutionnaire» (idem).

⁹ «Verdade é que o Sr. deputado nos apresentou logo a resposta que o governo daria à Inglaterra em satisfação às suas exigências: disse S. Ex.^o que tendo o Governo uma forte oposição, estava habilitado a responder sempre: - o Governo nada pode fazer, porque a oposição não quer - A questão não era dar essa resposta, a questão era procurar remédio para as consequências que ela podia ter, e nesse objecto não quis entrar o Sr. deputado» (idem, 3.07.1840, p. 48-54).

¹⁰ A propósito da crise da navegação do Douro: «Se a Oposição se acha autorizada para dizer ao Governo que o mau andamento que deu ao negócio do regulamento é causa da crise, porque não há de o Governo achar-se autorizado a dizer à Oposição, que se esta não tivesse sustentado e defendido com todas as suas forças um sistema falseador dos Tratados, que éramos obrigados a cumprir, o regulamento teria sido aprovado na sessão passada, e não teria aparecido o protesto de procrastinação e má fé, com que fomos atacados?» (idem, 1.02.1841, p. 5-14).

¹¹ «O Ministério não disse que queria a guerra. O Ministério o que disse foi que em quanto pudessemos arranjar os negócios, pela paz, nunca votaria pela guerra» (idem, 7.02.1840, p. 24-28). «Não é mandando uma embarcação de guerra a Meliapor que se há de decidir o direito que tem a Coroa Portuguesa no provimento daquele Episcopado» (idem, 19.05.1843, p. 274-275).

¹² «O Governo nesta parte [das dispensas matrimoniais] não quer ter ideias mais liberais do que tinha o nosso teólogo o Padre António Pereira» (idem, 13.07.1841, p. 203-206).

paciência que a Santa Sé dominava com uma sabedoria milenar, com a urgência de resolver um problema tanto moral, quanto político que dividia a sociedade portuguesa¹³.

No plano interno, como vimos repetindo, considerava prioritário assegurar as condições de governabilidade, o que significava lutar contra a ideia de que era possível organizar o país sem ceder ao reforço do poder¹⁴. O discurso do Governo forte, atlético, que se popularizava nos mais liberais países europeus, abria caminho no cenário político nacional. Os representantes da nação, tal como esta, tinham de aceitar que a luta pela estabilidade implicava coragem nas decisões, e a disposição de assumir as consequências dos meios usados para responder às prioridades consagradas¹⁵.

Se da entrada na esfera da ordem, decorria a prioridade de responder às exigências das oposições a todos os governos sobre a problemática matéria da segurança pública¹⁶, então havia que dotar o Governo dos meios para agir, mesmo que isso significasse a inflexão de alguns princípios. Adaptar a lei à realidade assegurando que esta fosse exequível¹⁷, apostar numa política preventiva¹⁸, disponibilizar as verbas necessárias à acção¹⁹, reconhecer a necessidade de

¹³ Sobre esta questão ver a importante tese de mestrado de Luís Manuel Perdigão DÓRIA, *Do Cisma ao Convénio (Estado e Igreja de 1831 a 1848)*, que avança com dados fundamentais para o esclarecimento da acção de Costa Cabral para o ultrapassar do problema, nomeadamente na estratégia adoptada para com o clero miguelista, negociando caso a caso as condições de restituição de paz à igreja nacional, sem abdicar da sua submissão à dinastia e ao estado liberal, e, indo mais longe, apostando no seu comprometimento com a dinâmica política nacional.

¹⁴ «O Sr. Deputado tem um bom argumento no seu princípio político – que em matéria de Governo, quanto menos poder e menos dinheiro tanto melhor – e devo dizer a S. Ex.ª que se ele é verdadeiro, estamos felizes, (riso) porque poder quase que é coisa que não há, e o dinheiro é pouco» (idem, 7.02.1840, p. 92).

¹⁵ «Não direi como o nobre Deputado que abriu esta discussão [Garrett] que entro com dificuldade no debate, e muito menos me acho dominado desse sentimento de melancolia, de que S. Ex.ª se mostrou tão afectado: bem pelo contrário eu, como todos os meus Colegas, e a própria Maioria, que o honra com o seu apoio, entramos alegres, satisfeitos no debate, porque servirá ele de mostrar que os inimigos do Governo foram ainda mais uma vez injustos, porque as suas infundadas acusações aqui serão julgadas improcedentes» (idem, 16.10.1844, p. 196 P-Z).

¹⁶ Problema já muito presente no vintismo, a ponto de chegar a ser pedida em plenas Cortes, justiça sumariíssima no combate ao banditismo; desde essa altura vinha sendo agravado pela miscigenação com a guerrilha política. A imagem oferecida no Parlamento, de certas regiões do país como um autêntico *far-west* onde o Estado tinha fraquíssimas possibilidades de intervir, reflectia uma situação vivida em que a circulação interna constituía um verdadeiro problema de sobrevivência, sendo os cidadãos forçados, quando viajavam, a recorrer ao suborno dos bandos ou à formação de escoltas.

¹⁷ Daí toda a insistência na supressão dos jurados: «Sr. Presidente, devo falar com franqueza, que não falei ainda com nenhum juiz de direito que tenha sido executor da lei de 17 de Março que não reconheça que o seu principal defeito está nos jurados, está também nos recursos que se estabelecem na lei, e está nos prazos longos que se estabelecem, para os criminosos serem julgados... o princípio da lei é vicioso; em quanto ele existir, em quanto ele não for tirado da lei, não é possível que se possa colher o resultado que nós queremos, que vem a ser o conseguir a punição dos criminosos» (idem, 23.07.1840, p. 356).

¹⁸ «É muito melhor prevenir os delitos do que castigá-los» (idem, 3.10.1840, p. 63-64). Declaração que reflecte a subalternização das garantias individuais aos interesses da sociedade, em ruptura com um dos fundamentos do credo liberal (cf. Lucien JAUME, *L'Individu effacé*, p. 19).

¹⁹ «Eu sei, Sr. Presidente, que é desagradável pedir uma soma para este serviço, e que pelo contrário é quase sempre muito agradável... não direi para o público, mas para muita gente que se diz – público; - o combater toda e qualquer verba, que se empregue neste serviço... Muitas vezes nesta Câmara, e na outra se tem acusado o Governo, de não ter tido conhecimento de muitos acontecimentos que têm tido lugar, e grita-se – o Governo tem política, - o Governo faz despesas com essa policia, e porque não teve o Governo conhecimento dos acontecimentos, e de outros que tiveram lugar? Sr. Presidente, se o Governo tivesse só conhecimento desses acontecimentos, e de outros, unicamente pelos meios que lhe têm sido votados para esse objecto, digo, Sr. Presidente, que nada ele conheceria, e não poderia habilitar-se para poder prevenir outros muitos que tem prevenido»

fortalecer a imagem de segurança no lugar simbólico da força do poder²⁰, e aceitar, até, que casos havia em que os mais elementares direitos tinham simplesmente de ser rasgados²¹. Para Costa Cabral, estes eram meios que reflectiam opções de fundo, relativamente às quais não havia lugar para posições sofismadas.

De igual modo, no combate às veleidades revolucionárias, o Governo tinha de revelar-se forte a reprimir e indisposto a perdoar²². Fossem elas os tímidos ensaios de reclamação de direitos ofendidos²³, os tumultos populares contra aspectos específicos do comportamento do poder²⁴, ou, as insurreições que periodicamente destabilizavam o país. Neste campo, dizíamos, só a diversidade dos movimentos ditava os métodos, sem que a postura fundamental se alterasse. Os cidadãos, as autoridades subordinadas, os poderes concorrentes, a oposição, tinham de convencer-se que enquanto o Governo mantivesse a confiança parlamentar, estava disposto a

(idem, 3.10.1840, p. 63-64).

²⁰ «Sr. Presidente, o Governo devia tirar forças da Capital, sem uma grave necessidade? Não se quer entender, que as forças que até agora têm estado na Capital eram de absoluta necessidade, que aqui estivessem (apoiados). Não se quer entender, que era de absoluta necessidade, que o Governo tivesse aqui uma força respeitável, com que impor a estes indivíduos, que constantemente têm tramado contra a ordem pública, que não têm cessado de tramar, que não cessam?» (idem, 13.10.1840, p. 264-265. «Eu entendo que a força militar é necessária em toda a parte; reconheço, que no estado, em que nós estamos só aonde há Exército é que há Segurança; mas reconhecendo eu isto, não me parece que possa censurar-se o Governo por conservar em Lisboa uma grande força em prejuízo da Província onde devia estar» (idem, 28.08.1841, p. 399).)

²¹ «Há unicamente uma classe de indivíduos a respeito dos quais todos os Governos têm adoptado a medida de os ter presos sem culpa formada, e eu digo: estou réu deste crime, estou réu deste crime seguindo o exemplo de todos os meus antecessores. Quer a Câmara saber a quem dizem respeito as disposições do Governo esta parte, a 5 ou 6 facinorosos que em sendo soltos há mortes e roubos em Lisboa... diga ele [Rodrigo da Fonseca] se para fazer um serviço à Capital, para livrar esta massa de Cidadãos de um grande flagelo que pesava sobre eles, se não viu na necessidade de mandar um navio carregado destes facinorosos para as Províncias do Ultramar... Lá jazem no Limoeiro creio que 6 ou 8 destes indivíduos, porque, apenas saem, o Comandante da Guarda Municipal, o Governador Civil, todas as Autoridades dizem: não podemos responder porque amanhã não haja assassinatos, roubos e desordens. Eu quero ser julgado pela Câmara, e se a Câmara tomar outra deliberação, eu executo-a, os homens vão para a rua, mas verão dentro de 8 dias as desgraças que vão na Capital» (idem, 23.10.1844, p. 252-253).

²² «É necessário, Senhores, pormos termo às revoltas (*Apoiados*) é necessário que, por uma vez, a nossa Pátria goze de ordem e de estabilidade (*Apoiados*) só assim poderemos gozar o que há de agradável no Sistema Representativo» (idem, 16.10.1844, p. 196P-Z).

²³ Paradigmático foi o caso duma greve (conceito inexistente na linguagem de qualquer dos deputados) duns operários do Arsenal do exército por atrasos no pagamento, redundar no despedimento de 150 trabalhadores. A interpelação ao Governo sobre o facto, mereceria uma dura intervenção de Costa Cabral, espantado com a ousadia da oposição em interrogar o Governo sobre um acto da sua estrita competência: «O nobre Deputado o Sr. Sá Nogueira disse... que em países onde se executam melhor as leis que no nosso, empregados da mesma ordem e até praças de pret se levantavam contra o Governo... (O Sr. Sá Nogueira: Não se levantam, deixam de trabalhar) isso mesmo; pois deixarem de trabalhar e levantarem-se, é não cumprirem com os seus deveres, é deixar de obedecer aos superiores; não sei quais são os países onde se pratica o que diz o Sr. Deputado, mas se há algum em que isso se faz, não se deve fazer cá: (*Apoiados*). Isso não se pode de maneira nenhuma admitir-se em um país onde há regularidade no serviço e execução de Lei; enquanto eu for Ministro do Governo não hei de maneira nenhuma consentir que se tolere um semelhante comportamento» (idem, 23.09.1841, p. 231-232). E mais adiante continuava, respondendo a uma intervenção de Garrett: «O nobre Deputado não aprova que se pratiquem estes actos de insubordinação; mas quer que não se castiguem, e que fique a porta aberta para outros se repetirem; que é o mesmo que querer que eles se pratiquem. (*Apoiados*)... porque não vão esses cidadãos exercer os seus officios em outra parte?... Sr. Presidente, neste caso não há vítimas, não há senão justiça, e execução da Lei» (idem, p. 232-233, subl. nosso).

²⁴ «É necessário que se entenda por uma vez que a ninguém é permitido levantar-se assim contra as Autoridades, e levantar-se contra aquilo que se acha estabelecido na Lei (*Apoiados*)... Sr. Presidente, eu quero acreditar que os acontecimentos do Porto na parte de alguns indivíduos foram somente devidos ao excesso, que eles consideraram existir no lançamento da Décima... quero acreditar, que erraram em quanto podendo usar de um, dois, e até três recursos, que a Lei lhes faculta, se deixaram arrastar a empregar um meio, que não pode por modo algum ser julgado Legal? (*Numerosos apoiados*): mas como se ousa afirmar, que os tumultos, que acabam de ser reprimidos, possam apresentar-se como insinuações das Autoridades, e do Governo?... Eu reconheço, que o direito de Petição compete pela Lei a todo o Cidadão; mas este direito deve ser usado na conformidade da Lei; quando se emprega tumultuariamente, deixou de ser direito converte-se em crime» (idem, 6.02.1843, p. 86-88).

usar a força advinda desse apoio. A oposição, sobretudo, tinha de reconhecer que não era considerada pela maioria da nação, de nada lhe valendo os subterfúgios para convencer a opinião pública do contrário²⁵, nem as estratégias para forçar a vitimização daqueles que “aliciava” a infringir a lei²⁶. E nem o amadorismo que revelava nas tentativas revolucionárias²⁷, levaria o poder a descuidar a atenção ou a fazer concessões.

Esta aceção da governabilidade anunciava-a coeva à necessidade de estruturar o Estado, dando prioridade à reorganização judicial e administrativa, como os primeiros instrumentos do Governo para promover a justiça²⁸, o ‘bem estar’, os interesses gerais do país. A centralização constituía a condição essencial para o Governo desempenhar as funções a que era chamado. *Trazer o país a um centro*, o mote do projecto ordeiro que iniciara Costa Cabral na governança, reportava-se evidentemente à resolução da cisão política, mas poderia ser extrapolado à dimensão administrativa do seu programa e ao papel reservado ao Governo na transformação da realidade nacional.

Se na qualidade de representante da nação, o Ministério tinha a obrigação e a autoridade de definir um projecto governativo adequado ao estado do país, então devia ser capaz de lhe traçar o retrato - inventariando-o, auscultando os interesses e aspirações, diagnosticando os males que o afectavam. O propósito de ultrapassar o voluntarismo da aplicação de princípios políticos na actividade legislativa, à revelia do país, só poderia concretizar-se submetendo a

²⁵ «Depois de tudo isto permita-me a Oposição que eu lhe dê um conselho, e vem a ser que recomende aos seus agentes que sejam mais cauteloso no modo de alcançar assinaturas para essas Representações: aliás o resultado ou é contraproducente, ou vergonhoso! Aparece por exemplo a Oposição a fazer um grande alarde com a Representação de Setúbal, que tem quatrocentas e tantas assinaturas.... [entre não eleitores, menores, estrangeiros, duplicados e os que se declararam iludidos] liquido a favor da Oposição... 50!!!» (idem, 19.01.1844, p. 149-156).

²⁶ A propósito dum grupo de deputados que se tinha deslocado a Vila Franca de Xira: «Pretendia-se cumprimentar essas desgraçadas vítimas do despotismo do Ministério entre ferros, e elas ainda estavam em suas próprias casas, nos braços de suas famílias. Os nobres Deputados estiveram quase para exclamar, *operam et impensa perdid!*.... Toda a qualidade de afagos e promessas, tudo foi posto por tanto em prática para que o Oficial de Diligências, que tinha o mandato de prisão em seu poder, o apresentasse aos réus, e serem levados em triunfo à casa da Câmara. A Deputação viu então coroados os seus esforços, e lá marchou para a cadeia a cumprimentar as vítimas do despotismo! (*O Sr. José Estevão*: - É falso, é mentiroso, é calunioso). É verdade. Então houve lugar para lhes recitar essa eloquente peça, produto de uma cabeça talentosa.... Ora eu ouvi dizer na outra Câmara, que muitas vezes o ridículo, e o sublime se confundem, e é verdade (*apoiados*)» (idem).

²⁷ «Por esta ocasião direi aos Senhores que combinaram a cifra que serviu para a correspondência dos revoltosos, que se estão a dispostos a entrar noutra sejam mais cautelosos – às 24 depois de apanhada a primeira carta, fazia eu ler a tal cifra como se fosse de letra vulgar (*Riso geral*)» (idem, 16.10.1844, p. 196P-Z). Costa Cabral lamentaria em 1846 esse conselho pois na altura os revoltosos passaram a comunicar através de agentes espalhados pelo país.

²⁸ Discutindo sobre a importância relativa das questões da fazenda e das judiciais, Costa Cabral não tinha dúvida em bater-se para que a Câmara desse prioridade à reforma judicial: «Ninguém duvida que a nação carece que quanto antes sejam levadas a efeito as reformas de que precisa a administração da justiça; é coisa sabida que sem uma boa administração da justiça não se consegue a felicidade de qualquer nação» (idem, 25.09.1840, p. 375-378).

decisão política ao conhecimento dos factos. Cabia ao Ministério revelar o país aos representantes da nação²⁹ e de acordo propor soluções para os problemas, para que pudessem, em presença dos factos, aprovar ou desaprovar as opções traçadas ou mesmo ajudá-lo a ensaiar o melhor caminho³⁰. Largar o campo da aplicação de modelos teóricos pelo campo da experiência, não significava que para todas as situações existissem soluções mágicas, mas uma ordem no relacionamento entre a teoria e a realidade, que na prática ditava o recurso ao método de ensaio e erro.

A consagração destes princípios vinha sublinhar a dimensão técnica da arte governativa, como domínio de competências³¹ e de factos³². Dimensão esta, que fazia do Ministério sobretudo o coordenador da acção das diversas instâncias, devendo, por um lado, poder confiar nas informações fornecidas pela máquina administrativa³³ e contar com o seu empenho em obtê-las, e, por outro, recorrer aos especialistas que nas diversas áreas o pudessem aconselhar³⁴. O Ministro não era o especialista, mas o político responsável por decidir em última instância, o

²⁹ Ver o *Relatório da proposta de lei de Imprensa de 1843*.

³⁰ «O Governo há de entrar com franqueza e mais ainda, há de adoptar aquelas emendas ou substituições, que entender devem ser adoptadas; porque em objecto de tanta importância, como reconhece o nobre Deputado, não é muito de admirar que o Governo possa ter enganado em algumas disposições desse Projecto, mas isso, repito, é para a discussão, então nós veremos» (idem, 16.01.1841, p. 92-93).

³¹ Ver a polémica sobre a consagração do princípio electivo nas instâncias locais.

³² «Eu sou o Ministro, (permita-se-me o dizer) que eu tenho mais concorrido para haver Estatísticas no País.... Sr. Presidente, por muitos anos se clamou nesta Câmara que não se podiam votar impostos sem se saber qual era o peso que recaía sobre o Povo em consequência da dotação do Clero, ou das Cóngruas dos Párocos, quem foi o Ministro que elaborou e apresentou esse trabalho? Quem fez esforços para que ele apparecesse, senão tão perfeito como podia ser, ao menos como foi possível.... o Sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães quando foi pela primeira vez para o Ministério do reino, e logo pela primeira vez ordenou à Secretaria que fossem remetidos dados estatísticos, e esclarecimentos sobre rendimentos de Câmaras, sobre impostos que elas recebiam, diga V. Ex.ª as dificuldades que encontrou para o conseguir... tenho sido constante para levar a efeito esta medida, e tenho a esperança de que em breve, talvez nesta Sessão, hei de poder dar conhecimento à Câmara do estado dos rendimentos, e de todas as contribuições Municipais, o que é importantíssimo, para que esta Câmara tomando-as na devida consideração possa também conhecer o verdadeiro estado do País; isto sim, Sr. Presidente, são trabalhos de que o Corpo Legislativo pode tirar todo o proveito.... o Governo tem, por exemplo, a Estatística Criminal dos Distritos do Reino e Ilhas Adjacentes, e não se dirá que isto é desnecessário. O Governo tem suscitado a execução do Decreto de 23 de Fevereiro de 1843, para que as Autoridades Administrativas mandem ao Governo o Relatório circunstanciado do estado da Administração.... O Governo tem exigido esclarecimentos mensais sobre o Provimto dos Professores do Ensino Público. O Governo tem exigido esclarecimentos sobre a existência e importância das contribuições para estradas, pontes e outras obras publicas, autorizadas por medidas de execução permanente. O Governo tem exigido esclarecimentos sobre o estado da laboração das Minas. O Governo tem exigido esclarecimentos sobre a Tabela mensal do preço médio dos Cereais. O Governo também tem exigido um Mapa das contribuições Municipais, sua natureza e applicação. Tem exigido esclarecimentos sobre o estado das rendas, e encargos de todas as Confrarias e Irmandades que administram Estabelecimentos de Beneficência, e sobre a descrição e avaliação dos bens da Universidade, para o cumprimento da Lei de Novembro de 1841» (idem, 19.01.1844, p. 149-156).

³³ «Eu entendo que como Ministro dos Negócios Ecclesiásticos, não posso andar a correr as diferentes paróquias do reino, e é necessário que eu confie nas informações officiaes que chegam à Secretaria da Justiça» (idem, 9.10.1840, p. 195).

³⁴ «O que digo é que o Governo tem já nas suas secretarias dados, que lhe parecem sufficientes para fazer uma boa divisão do território. Apesar destes dados que o Governo já tem, o Governo há de encarregar a pessoa ou pessoas muito hábéis este negócio, porque eu da minha parte ao menos, declaro que não tenho conhecimentos sufficientes para fazer uma boa divisão do território, o que é muito difficil. Estas pessoas encarregadas pelo Governo de levar a efeito as disposições deste artigo hão de ser mandadas pelo Governo às localidades para poderem verificar, se a divisão projectada está ou não em harmonia com as comodidades dos povos: porque eu entendo que uma divisão do território não se pode fazer numa secretaria, que é preciso ir às localidades para verificar se essa divisão está bem feita» (DCD, 21.09.1840, p. 363-364).

chefe de orquestra capaz de conferir um sentido às notas que se sucediam na pauta e de obrigar os músicos a tocá-la. Simultaneamente, eram princípios que vinham evidenciar a impossibilidade do próprio poder legislativo, decidir os aspectos específicos dos princípios gerais consagrados nos projectos legislativos³⁵, e portanto a necessidade de confiar na vontade e capacidade do Governo para tomar as melhores decisões. A acusação, que sempre acompanhou Costa Cabral, de pressa em forçar as autorizações legislativas e de demora em resolver as questões, sendo por isso repetidamente apodado de falta de pensamento governativo, surge como reflexo das consequências práticas desta postura³⁶.

Finalmente, revela-se constante em todo o discurso de Costa Cabral, fosse na fundamentação da política administrativa, económica, ou tributária, a preocupação de afirmar o Governo como Governo nacional³⁷ para em nome da justiça, submeter os interesses particulares aos gerais³⁸, conciliar interesses conflitantes³⁹, atender tanto aos novos quanto aos antigos interesses sociais, encontrando para isso apoio nos mais sagrados princípios liberais⁴⁰ e fazer

³⁵ «A divisão dos concelhos, como diz o nobre Deputado, é a arca Santa em que os povos não desejam que se toque com facilidade: mas com quanto seja arca santa Sr. Presidente, com quanto os Corpos Legislativos anteriormente não tivessem querido dar autorização ao Governo a este respeito, não me parece que possa servir de argumento.... diga-se o que se disser, num Parlamento é impossível votar com acerto uma lei de divisão do território (apoiados)».

³⁶ «Disse-se que o Governo devia apresentar os Relatórios dos votos de confiança que recebeu, e menciona-se e acusa-se especialmente o Ministro do Reino, por não ter ainda levado a efeito o voto que pedira para a supressão de cinco Distritos Administrativos. Sr. Presidente, a resposta que dou ao nobre Deputado, é que eu não estou disposto a proceder com precipitação num objecto de tanta importância; o nobre Deputado devia primeiramente perguntar o que o Governo tem feito sobre este ponto, porque o Ministério aqui estava para lhe dizer que nomeou uma Comissão de homens entendidos, que têm colhido esclarecimentos dos Conselhos, das Juntas de Distrito, e das pessoas conhecedoras do País, para que, com conhecimento de causa possa apresentar uma divisão Administrativa conveniente, proficua aos interesses dos Povos.... uma divisão Administrativa não pode fazer-se de repente (*Apoiados*); cansados estamos nós de divisões Administrativas, mal feitas; é necessário que por uma vez ela se faça com conhecimento de causa (*Apoiados*)» (idem, 15.01.1844, p. 84-86).

³⁷ «O Governo ouviu os Lavradores do Douro, cujos interesses tem muito a peito; mas o Governo não quer, nem podia querer, que o pensamento único e exclusivo dos Lavradores do Douro fosse aquele que decidisse esta questão, que o Governo não é, como o nobre Deputado, Governo de um cantinho.... não [quer] dizer como o nobre Deputado: - «a caridade para ser bem regulada deve principiar por nós...». Os princípios do nobre Deputado não são os do Governo, nem podem ser os desta Câmara (*apoiados*). Digo mais, não podem ser os dos próprios Lavradores do Douro (*Apoiados*).... o nobre Deputado, apesar de ser a mais vital questão do País, entende que o Governo com a espada de Alexandre devia por um acto ditatorial resolver esta questão, e pelo não ter feito dirigiu uma grande acusação ao Governo!» (idem, 13.02.1843, p. 165-166).

³⁸ «Tendo perdido a mania das popularidades, hoje é minha intenção caminhar pela estrada da justiça, e direito ao bem geral da Nação, e em vista desta declaração já se vê, que se eu entendesse, que os interesses dos Párocos estavam em oposição com os interesses gerais, havia de votar a favor destes contra aqueles (*Apoiados*)» (idem, 14.08.1841, p. 190-194).

³⁹ A propósito da questão dos forais: «Quando chegar a ocasião conveniente mostrarei ao Sr. Deputado que os interesses dos povos somente são sustentados quando se combinam com a Razão, e princípios de Justiça, que quando assim não acontece podem sim sustentar-se os interesses de alguns indivíduos, mas ofendem-se ao mesmo tempo os interesses de outros, o que é contra todo o direito» (idem, 16.01.1841, p. 92-93).

⁴⁰ Reflexão que podia levá-lo a separar-se do próprio Ministério, colocando-se adoptando uma posição minoritária na Câmara: «Devo explicar a razão do meu voto por isso mesmo que votei em uma grandíssima minoria: creio que apenas 5 Deputados votaram juntamente comigo, votei contra a Proposta, Sr. Presidente, porque entendo e entendi sempre que o Decreto de 13 de Agosto nesta parte tinha sido uma medida violadora do direito de propriedade, e entendo que nenhum Legislador ainda mesmo em Ditadura pode violar o direito de propriedade, nem se pode supor que esta fosse a mente do Libertador em presença da Carta Constitucional que o mandava respeitar, e que no caso do seu sacrificio decretava uma prévia indemnização. É esta entre outras razões porque votei neste sentido estando todavia disposto a votar uma moratória [aos antigos foreiros] nos termos os mais razoáveis que se puderem apresentar com relação aos [pagamentos] atrasados» (idem, 26.08.1841, p. 280).

chegar os benefícios da ordem a todos os cantos do território⁴¹. Bem como se revelava constante, a importância que conferia à racionalização dos recursos, num país em que estes tanto escasseavam⁴².

No que tocava o plano programático, a restauração da Carta não representaria para Costa Cabral uma ruptura mas a segurança oferecida ao governante de poder agir de acordo com uma linha traçada desde finais da década de trinta. Neste campo, tal como na reflexão sobre os parâmetros de acção do Governo, as opções de fundo reflectiam a forte inspiração *orleanista* que as ditavam, e que os relatórios e discursos que acompanharam os grandes projectos da época facilmente confirmam. Constituindo-se como exemplos significativos os projectos de reforma judicial e administrativa, de organização do Conselho de Estado. E até os projectos de desenvolvimento das comunicações, que tinham sido primeiramente reclamados pela oposição através de Mousinho de Albuquerque, pelo papel reservado ao Estado no fomento de infraestruturas que a iniciativa privada não conseguia por si só assumir. Em todos eles esta filiação foi claramente assumida, mas seria a proposta de reforma da instrução, aquela em que mais clara e completamente se expressaria, até por maior latitude poder ser dada aí à conciliação da análise da realidade nacional com a dimensão utópica, inerente à construção dum legado para as gerações futuras.

Ao lermos as páginas do extenso *Relatório* que acompanhou a Proposta de Lei de reforma da instrução primária e secundária apresentada por Costa Cabral⁴³ à Câmara dos Deputados em 1843⁴⁴, revimos a arquitectura francesa e a fundamentação doutrinária sobre os

⁴¹ «O que são leis votadas por especulação?... A especulação está por ventura em reduzir Comarcas que tinham 15 léguas de comprido, reduzi-las a termos dos Povos poderem ter a justiça bem administrada, tendo Juizes perto das suas portas? A especulação está por ventura em aumentar o número de Delegados, a fim de que possam facilmente perseguir os criminosos?» (idem, 2505.1841, p. 14-15).

⁴² «O Governo apresentou esta Proposta, porque se convenceu das razões que a Comissão [das Misericórdias] fez chegar ao seu conhecimento, em virtude das suas consultas... Aqui não se trata de querer substituir os Estabelecimentos que existem por outros de luxo: é o contrário; o Governo quer remediara os males que existem hoje, tratando de melhorar a Administração daqueles Estabelecimentos, de a simplificar e tornar mais económica, pondo-se em contacto uns com os outros, o que actualmente não existe. Sr. Presidente, o Governo, neste negócio, há de dirigir-se pelos conhecimentos dos homens práticos na matéria, dos homens que constantemente têm estado à testa destes Estabelecimentos, e dado provas do seu zelo, honra, e probidade» (idem, 27.11.1843, p. 76-77).

⁴³ Ao contrário do que acontecia em França onde existia um Ministério da Instrução Pública, em Portugal este pelouro estava submetido ao Ministério do Reino.

⁴⁴ DCD, 7.03.1843, p. 114-149.

pressupostos do sistema. José Maria Grande, que o Ministro do Reino assumiu como um dos principais intervenientes na elaboração do projecto, ao lado de Agostinho Albano, confirmaria perante a Câmara essa impressão ao defender o projecto em nome da Comissão parlamentar em que fora, entretanto, integrado⁴⁵.

Independentemente da intervenção de Costa Cabral na elaboração do *Relatório*, que não estamos em condições de apurar, o simples facto de abrigá-lo como responsável da pasta chega para inferir a concordância com os pressupostos e propósitos, e, portanto, integrá-lo no pensamento e projecto político do Ministro do Reino. Percorrendo-o, vemos o papel reservado ao Estado na direcção da instrução pública, assumindo-a como prioridade política pela importância na determinação do futuro nacional. Como explicava, tratava-se de deixar obra para o futuro, prover uma vivência aos netos que os filhos talvez já não pudessem gozar⁴⁶.

Tratando de sublinhar a importância dum bom sistema para a educação da cidadania⁴⁷, para a aceitação do império da ordem⁴⁸, para o incentivo do desenvolvimento material⁴⁹; esta filiação doutrinária, espelhava-se, ainda, na leitura sociológica da organização da instrução⁵⁰.

⁴⁵ «Consultou os escritos de Cousin, os trabalhos de Guizot, de Montesino, de Cormenin e de Girardin. Adoptou substancialmente muitos pensamentos destes autores, e sobre tudo do último deles. Não os citou porque não é uso fazermos citações nas Leis e nos seus relatórios... aqueles que afirmam que o Plano de Estudos apresentado pela Comissão, ou antes pelo Governo é o Plano de Estudos de Girardin [na altura ainda ligado à monarquia de Julho] asseveram um solene e insigne despropósito, e mostram que nunca leram os escritos deste célebre moralista» (idem, 15-05.1843, p. 216). Manuel Maria Carrilho confirma a nova orientação eclética da filosofia no ensino secundário, instituída pelo decreto de 20 de Setembro de 1844, rompendo, assim, com a anterior orientação "ideológica" decretada em 1836 (Manuel Maria CARRILHO, *Razão e transmissão da filosofia*, p. 202).

⁴⁶ «Modificando e aperfeiçoando o actual Sistema de Instrução, entendeu o Governo que era dever seu levá-lo um pouco além da civilização do País, por quanto se é certo que as Leis devem em geral marchar a par daquela civilização, é também indubitável que a Lei orgânica da Instrução Pública deve precedê-la, visto que essa Lei é feita menos para a geração presente, do que para as futuras».

⁴⁷ «É princípio há muito reconhecido que se a instrução dos povos entorpece a acção, e compromete a existência dos Governos Absolutos, a sua ignorância, ao contrário, põe em risco, e enfraquece os Governos Representativos. Desde o momento em que se fazem conhecer às sociedades os seus direitos, um único meio se apresenta para bem governar – é o de instruí-las, e moralizá-las: só por este meio pode acabar com essa anarquia moral, com esse estado provisório no meio do qual a Nação se agitara por longo tempo sem poder organizar instituição alguma que não fosse logo ou desacreditada, ou destruída, sem poder nada fundar de permanente, e de sólido.... É preciso formar a intelectualidade nacional para o desempenho das funções públicas a que é chamada no Regimen Representativo, de outro modo este Regimen há de necessariamente ser afectado de um vício constitutivo, e originário. Se a razão pública não for esclarecida, como há de ela entender, e prover nos Negócios Públicos a que é chamada por Lei?... Até o princípio eleitoral ganhará em eficácia se os Eleitores souberem procurar, e encontrar os sufrágios nas inspirações de uma mão iluminada».

⁴⁸ «Mas os povos não carecem só ser educados para poder exercer com discernimento os direitos, e as funções a que são chamados pela Lei – precisam também instrução para saber obedecer, e moralidade para se deixar governar – é então que as Leis têm força, as Autoridades prestígio, e as instituições estabilidade». «Então um poderoso meio tem o Governo para estabelecer e firmar a Ordem, e para conservar o ascendente moral necessário ao exercício da Autoridade de que as Leis o investem – este meio é o de regenerar a população por um sistema de Instrução Pública que penetre todos os espíritos da época – a população deve, para assim dizer, ser baptizada e confirmada a nova fé política».

⁴⁹ «Por outro lado o trabalho, e a indústria são o grande elemento da civilização, e da riqueza das Nações, e é preciso tornar aquele livre, e expeditivo, e esta esclarecida e inteligente para que ambos sejam proveitosos».

⁵⁰ «A Instrução Primária é não só aquela que convém à primeira idade em que os meninos podem começar os estudos, mas juntamente a que é necessária e conveniente a todos os homens para o seu bem-estar, e da sua família, e especialmente daquelas classes que dependem principalmente do exercício das forças físicas para o seu modo de vida. A Instrução Secundária começa

Leitura esta, que chegava ao requinte de literalmente reproduzir as expectativas relativamente à ligação dos professores ao meio social em que iriam agir⁵¹.

Aí todo um projecto de reforma nacional adquiria coerência, enquanto esforço de encontro dum país com um projecto político ⁵², demarcando a necessidade dos governantes assegurarem a vivência das expectativas políticas e morais do sistema⁵³. Se o liberalismo assentava os pressupostos do regime no direito e dever dos cidadãos intervirem nos destinos políticos do país, e no direito dos indivíduos determinarem os seus destinos, então sobre o Estado recaía uma responsabilidade acrescida na preparação da nação para esse futuro.

4.4. Do conservadorismo burkiano ao conservadorismo de Costa Cabral

A estrutura deste trabalho apresenta-se como reflexo assumido do percurso duma investigação, impulsionada pelo desejo de esclarecer a pertinência da filiação de Costa Cabral numa corrente conservadora do liberalismo europeu.

A experiência inglesa e o enunciado conservador burkiano revela-se um referente fundamental na reflexão teórica oitocentista, tendo influído em Portugal desde o início do século os círculos reformistas do poder absolutista, até à ruptura com o regime de muitos dos seus

naqueles estudos que são especialmente próprios para os indivíduos que nos seus diversos trabalhos e ocupações hão de fazer mais uso da inteligência que das forças, inclui os estudos que predisõem e preparam geralmente para o estudo das Ciências, e termina aonde começa os conhecimentos próprios das profissões Industriais e Científicas. A Instrução Industrial tem por fim habilitar especialmente as classes industriais com profundos conhecimentos artísticos para o exercício e aperfeiçoamento de suas profissões. A Instrução superior é aquela que, dependendo de vários estudos preparatórios, habilita para o exercício das profissões facultativas, que exigem alta Ciência, e um elevado exercício das forças intelectuais». «A Instrução elementar é, ou deve ser para todos: a intermédia somente para as Classes de uma certa abastança social».

⁵¹ «O Curso das Escolas Normais deve compreender os objectos que os Professores hão de ensinar nas suas Escolas.... As Escolas Normais devem ser o centro de toda a luz da instrução primária.... o lugar talvez mais próprio para o estabelecimento da Escola Normal do Distrito de Lisboa seja a Casa Pia.... A natureza do estabelecimento, o espectáculo de uma população de fortuna decadente são circunstâncias próprias para inspirar resignação a um estado tão pouco brilhante, posto que digno da gratidão universal.... Para alunos da Escola não se deve esperar que concorram indivíduos das classes abastadas.... Os alunos da Escola Normal não hão de provavelmente sair das classes mais remediadas. Todavia é mui fácil encontrar nas condições humildes mancebos sem esperança de fortuna, e ao mesmo tempo pela sua boa inteligência e são costumes dignos do respeitável Sacerdócio da instrução da mocidade»

⁵² «O primeiro dever de um Governo, que tem a peito o progressivo desenvolvimento e a segura estabilidade do Sistema Representativo, é o de difundir e aperfeiçoar a Educação Pública, porque as Instituições Liberais assentam sobre a moralidade e Instrução dos Povos andando sempre a verdadeira ilustração a par da verdadeira Liberdade».

⁵³ «Se o sistema de instrução não harmoniza com o sistema político, este fica sempre inseguro, e minado nos seus fundamentos. O nosso antigo sistema de instrução era sobremaneira próprio para o Governo que então regia. Ele tinha por fim educar, e instruir quase exclusivamente os que deviam tomar parte na Administração, e Governo do País, e deixar na mais profunda ignorância os que tinham de ser governados. A instrução superior era principalmente atendida; parecia que a instrução primária, e secundária só existia como preparatória para os estudos maiores.... Querer conservar este sistema da Monarquia antiga, e querer irmaná-lo com as tendências, e precisões da Monarquia nova seria um absurdo, seria querer mudar somente com palavras a indole, e a constituição da sociedade – e com tais elementos era preciso esperar ou pelo retrocesso para o absolutismo, ou por uma democracia insensata e feroz, sempre precursora do obscurantismo, e da tirania»

protagonistas⁵⁴. Mas o enorme fosso que separava o carácter do percurso liberal saxónico e continental, levava a que, sem nunca esquecer o modelo inglês, adquirisse particular interesse a atenção à reflexão francesa pós-revolucionária, consciente, ela própria, da impossibilidade de cingir-se a uma fundamentação tradicionalista para fundar uma ordem liberal europeia.

Salvando do enunciado inglês a profissão de fé anti-radical e a desconfiança face aos excessos especulativos em favor da atenção à história e à realidade coeva, a necessidade de fechar o círculo revolucionário, através da rejeição da luta mortal entre o princípio democrático e monárquico, obrigaria o círculo moderado francês a avançar no campo filosófico. A ideia era buscar um terceiro princípio que permitisse ultrapassar a linguagem dos absolutos, a partir do qual pudesse fundar um projecto político. Com esse passo o grupo doutrinário iniciava uma aventura intelectual, que terminaria, como vimos, na criação dum projecto político validado no plano filosófico, histórico e sociológico, cuja coerência interna se tornaria impossível de apreciar sem detalhar a simplicidade barroca desta construção teórica. Tal como tornaria difícil não reduzir o projecto político resultante, como tantas vezes aconteceu, a uma imensa manta de retalhos, transformada na prática num individualismo sem ideais nem propósitos universais, validador da egoísta hegemonia burguesa na sociedade oitocentista.

Estamos convencidos que foi tanto o fascínio intelectual quanto a operacionalidade do projecto doutrinário para a fundação duma ordem liberal, que ditou o poder de contágio fora das fronteiras francesas, tanto na Europa quanto no continente centro e sul americano, constituindo o estudo do seu impacto um campo de investigação ainda em aberto, nomeadamente em Espanha e no Brasil, dois países tão importantes no universo intelectual português. Para os políticos portugueses coevos, cuja formação teórico-prática foi largamente informada pelas experiências dos exílios, que lhes permitira não só frequentar as lições dos grandes oradores e acompanhar o movimento editorial europeu, mas assistir ao vivo às convulsões, aos grandes debates da agenda

⁵⁴ Cf. a tese de Adelaide Vieira MACHADO, *O Investigador Português em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813)*.

política europeia, o conhecimento decorria natural, se bem que não necessariamente aprofundado, ou ditado pelas mesmas preocupações especulativas dos seus congéneres. Cada um podia ir buscar à doutrina os aspectos que mais directamente respondiam às suas inquietações.

A proposta doutrinária de fundação definitiva do regime que conciliando as prerrogativas nacionais com as prerrogativas régias, o império dos princípios com o império da realidade, os direitos individuais com os direitos sociais, os valores irreversíveis da revolução com o respeito pela tradição, permitia o convívio da ordem com a liberdade, e apresentava-se particularmente sedutora a uma classe política cansada das armas e da aparente impossibilidade de reunir a família liberal portuguesa em torno de um projecto de governo. Especialmente interessante lhe surgia a devolução duma positividade ao poder, sem fazer perigar os fundamentos do regime, antes tornando-a decorrente dos princípios que o informavam. Os anos que sucederiam a aprovação da Constituição de 1838, seriam de experimentação das potencialidades do princípio do Governo parlamentar, bem como de reflexão sobre o significado da inovadora aplicação da ideia de conservação aos princípios liberais.

Acompanhando este movimento da sociedade política portuguesa, Costa Cabral, ascenderia ao poder no próprio momento da elevação do valor da ordem a princípio dinamizador da acção política, conseguindo, através das suas qualidades de homem de estado, encarnar o projecto político do momento. Na carta a Palmerston que por mais duma vez já citámos, Costa Cabral, ao rever um percurso, parametrizava o sentido que conferia ao conservadorismo liberal, no encontro entre os valores da ordem política e da reforma nacional:

«Milord, si vous vous intéressez sincèrement pour le trône de la Reine de Portugal, pour l'ordre public et pour la prospérité de cette nation malheureuse, je vous prie de presser en [---] (?) avec moi (mais sans aucune prévention) les différents époques des dernières vingt années. **Quand est-ce que la Reine a été plus libre et plus respectée que pendant le temps que j'ai eu l'honneur de la servir comme ministre?** Le pays tout entier répondra pour moi et j'en

appellerais même à S.M., S'il m'était permis d'invoquer à mon appui un si auguste témoignage. **Quand est ce que la Nation portugaise a joui de plus d'ordre et de tranquillités que pendant le temps de mon administration? La statistique criminelle répondra aussi pour moi.**

Quand est ce que le gouvernement a plus scrupuleusement observé les prérogatives du parlement toutes les garanties de la liberté civile? Les différents parlements librement élus et librement égrisant, la presse trop respectée peut être, pas une seule goutte de sang versé pour des crimes politiques, toutes les mesures du gouvernement pris d'accord avec les chambres, sont là Milord, pour porte un témoignage de justice au Ministère donc j'ai eu l'honneur de faire partie.

Quand est-ce que **le commerce et l'industrie** ont été portées à un plus haut degré de prospérité? Le revenu toujours croissant des douanes et le développement des fabriques manufacturières pendant l'époque de mon gouvernement vous répondrons, Milord, pour mois. Quand est-ce que **l'esprit d'association et d'entreprise** s'est développé en Portugal? Quand est-ce que le crédit public, entièrement miné par les révolutions et par les administrations incapables a été restauré? ...

Et maintenant, Milord, qu'est-ce que tout cela est devenu? J'ai présenté ma démission au mois de mai de 1846: treize mois se sont donc écoulés, et qui pourra reconnaître le Portugal d'alors au Portugal de 1847? **Le respect traditionnel pour le Souverain, l'exercice de la prérogative royale, les fonctions régularisées de la représentation nationale, l'ordre, la prospérité du pays, le commerce, l'industrie, le crédit public jadis si florissant, ou sont ils allés? Que sont-ils devenues?** Tout a disparu, Milord; et au lieu de tout cela, nous avons eu sous l'administration des hommes qu'on appelle populaires, l'anarchie, les droits sacrés de la reine attaqués et méconnus, l'autorité des Cortés méprisée, le commerce et l'industrie anéantis, le crédit public ruiné pour long temps!

Voici Milord, de quelle manière je réponds devant vous à mes accusateurs, de

quelle manière je répondrai plus tarde devant l'Europe!»⁵⁵.

Tendo assimilado em larga medida, como pensamos ter demonstrado, os aspectos essenciais do projecto doutrinário, paradoxalmente, sobrevive uma sensação de desafinamento relativamente à busca da harmonia da ordem liberal que inspirara a construção doutrinária. Ao levar às últimas consequências o valor da ordem que informava este projecto, Costa Cabral relevaria para o plano formal o valor da liberdade que o acompanhava, dele se descartando sempre que impedia a marcha governativa ou a estabilidade do país. No momento da sua famosa resposta ao discurso de Passos (Manuel), em Outubro de 1844, seria a Royer-Collard que o político recorreria para fundamentar a necessidade de prescindir dos princípios para salvar os princípios, no balanço dum ano de dramática tensão entre os princípios da ordem e da liberdade.

«O Sr. Passos leu a passagem de um autor que favorece as suas vistas – eu hei de seguir o exemplo de S. Ex.^a, e lerei também, porque vem a propósito, parte de um discurso de Roger-Collard que por ser o Patriarca dos Doutrinários não deve ser suspeito ao nobre Deputado o Sr. Garrett. – Peço por tanto a atenção de S. Ex.^a eis aqui.

‘É fácil, Senhores, triunfar na defesa dos princípios da Carta, que são o princípios da razão e da justiça. Todavia, quando asseveramos absolutamente que estes princípios não podem jamais ser suspensos, afirmamos uma de duas coisas, ou que as Nações não caem nunca numa situação que prescreva este doloroso sacrifício, ou que, quando chegam a esse estado, cumpre que pereçam, ou pelo menos que corram o risco de perecer, mais depressa do que desviá-las um dia só das regras estabelecidas em outros tempos, e para outras circunstâncias.

A primeira destas asserções é desmentida a cada página da história; a segunda, isto é, que as Nações devem antes expor-se a morrer do que a salvar-se contra as regras, é um conselho que só podem dar ao Governo os seus mais cruéis inimigos. Assim vemos na história a doutrina dos princípios absolutos defendida assiduamente pelas facções, que, tendo provocado as circunstâncias que reclamam medidas extraordinárias, fogem contudo – sofrer o seu peso, e se

⁵⁵ ANTT, *APPC, Arq. A-Costa Cabral*, cx. 120, subl. nosso.

aplicam a descobrir contra elas os epítetos e as denominações mais odiosas’

E continuando:

‘Eu digo que os imprudentes amigos da liberdade, que abraçam cegamente as doutrinas inflexíveis, falam como as facções, falam em proveito delas. Digo que, sem o querer de certo, conspiram com as facções para a ruína do Governo. Ah! E a revolução, Senhores, não nos ensina por ventura como nos ensina a história? Não é com a arma dos princípios absolutos que as facções atacam o trono, para depois se digladiarem entre si? Lembrai-vos que as facções, à medida que se apossam do Poder, postergam com uma audácia inaudita os mesmos princípios que haviam proclamado na véspera com tanto fausto. Nós pois, que temos envelhecido no meio destes factos dolorosos, não podemos dormir ao som das declamações, que gritam pela Carta em toda a sua *plenitude* – e quando nos dizem: *Antes percamos as Colónias do que se ofenda um princípio* – sabemos que as Colónias perecendo não salvam os princípios; mas que os princípios e as Colónias se abismam juntos’

.... Civilizemo-nos como S. Ex.^a [Fonseca Magalhães] recomendou, e seja a Oposição a primeira a dar o exemplo, não saindo do campo legal; militem pela Lei, que o Governo por ela e só por ela há de governar»⁵⁶.

Paradoxalmente, esta dramatização, encetada por Costa Cabral, do valor da ordem e da estabilidade, contribuiria de forma decisiva para a reflexão sobre o necessário equilíbrio que a direita liberal portuguesa teria de encontrar com os, igualmente fundamentais, valores da liberdade e da mudança. Num país em que o debate político se colocava ainda no campo da monarquia liberal, e por tanto no campo dos valores da moderação, abria-se a possibilidade de abandonar a artificial radicalização do confronto político, em prol dum pragmática reforma da sociedade portuguesa. Por uma estranha via o carácter prático e dialogante com a dinâmica da realidade que informava o conservadorismo inglês, vinha evidenciar a sua virtualidade para a resolução do problema português, sem que o Estado tivesse de abandonar os frutos da reflexão

francesa.

U

⁵⁶ *idem*, 16.10. 1844, p. 196P-Z.

BIBLIOGRAFIA

Fontes citadas

Manuscritos:

ANTT, *Arquivos Particulares: Costa Cabral, Arq. A - Costa Cabral*, Cx. 120

ANTT, *Arquivos Particulares: Costa Cabral, Arq. B – Bartolomeu dos Mártires*, Correspondência geral, nº 9

Impressos

BURKE, Edmund, *Reflections on the revolution in France and on the proceedings in certain societies in London relative to that event*, introd. Conor Cruise O'Brien, s.l., Penguin, 1983

CABRAL, António Bernardo da Costa, «Treze cartas políticas inéditas de Costa Cabral (1842 a 1850)» ed. e apres. Júlio Dantas, *Anuário das Bibliotecas e Arquivos*, v. II, nº6, p. 1-18

CARVALHO, António Viana da Silva (comp. e anot.), *José da Silva Carvalho e o seu tempo*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, vol. II

Diário do Governo. Lisboa, 1839-1846

Diário das Cortes. Lisboa, 1821-1823

Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1839-1846

Diário da Câmara dos Pares. Lisboa, 1842

Diário da Câmara dos Senadores. Lisboa, 1841

FRONTEIRA E ALORNA, Marquês de, *Memórias...*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, 6 Vols.

GUIZOT, François, «Histoire de la révolution en Angleterre», *Oeuvres choisies de M. Guizot*. Bruxelles, Meline, Cans et Comp., 1848

«Philosophie Politique: de la souveraineté», *Histoire de la civilisation en Europe*, Paris, Hachette, 1985

«Trois Générations», *Histoire Parlementaire de France*, Paris, Michel Lévy frères, 1863, v. I

Cours d'histoire moderne, Bruxelles, Société Belge, 1841

Des moyens de gouvernement et d'opposition dans l'état actuel de la France, introd. de Claude Lefort. s.l., Belin, 1988

Essais sur l'histoire de France. Paris, Didier et C^a, 1857

Histoire des origines du gouvernement représentatif et des institutions politiques de l'Europe, Paris, Didier, Libraire, 1855, 2 vols.

Histoire générale de la civilisation en Europe, Bruxelles, Langlet et C^a., 1838

Meditations sur l'essence de la religion chrétienne, 2^aed., Paris, Michel Lévy frères, 1866, 3 vols.

Mémoires pour servir a l'histoire de mon temps, Paris, Librairie Nouvelle, 1875, 8 vols.

LAVRADIO, Conde do, *Memórias...*, coment. pelo Marquês do Lavradio D. José de Almeida Correia de Sá, rev. e coord. por Ernesto Campos de Andrada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1934

REID, Thomas, *An inquiry into the human mind, on the principles of common sense*. s.l., Thoemes Antiquariun Books, 1990

Folhetos de Costa Cabral

CABRAL, António Bernardo da Costa, *Letter from Count Thomar to the Duke of Saldanha*.

Londres, James Ridgway, 1851

Discursos na sessão ordinária de 1850. Lisboa, Impr.

Nacional, 1850

Documento importante. Vigo, s.n., 1851

Lettre du Comte de Thomar au Duc de Saldanha. Paris,

Imp. Centrale de Napoléon Chaix, [1851]

[CABRAL, António Bernardo da Costa], *Resposta à «Irreflexão» do Sr. Silva Sanches*. Bruges,

typ. De Felix de Pochteve, 1831

Reflexões à exposição apologética dos portugueses

emigrados na Bélgica... Bruges, typ. De Felix de Pochteve, 1830

Outras fontes

[AZEVEDO, D. João de], *Quadro político, histórico e biográfico*, por um eremita da serra d'Arga, Lisboa, Tip. Manuel J. Coelho, 1845

Costa Cabral em revelo, ou memória biographica deste ministro, para servir de auxiliar à história do dia. Lisboa, typ. De M.J. Coelho, 1844

AL AUX, G. D', *Portugal en 1850 et le comte de Thomar*, Paris, G.Stapleaux, s.d.

BAVOUX, Évariste, *A.B. da Costa Cabral, Comte de Thomar notes historiques sur sa carrière politique et son ministère, extrait de l'ouvrage publié à Lisbonne sous le titre: apontamentos históricos*, Paris, Amyot, Libraire, 1846

*Biographia de Antonio Bernardo da Costa Cabral trad... por****

C., J. R. d., *Soneto a s. Excellencia o Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios ecclesiasticos e de Justiça*, Antonio Bernardo da Costa Cabral. S.l., s.n., s.d.

CASIMIRO, Padre, *Apontamentos para a história da revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte escritos pelo padre Casimiro finda a guerra em 1847*. Lisboa, Antígona, 1981

Costa Cabral: passado, presente e futuro. Lisboa, s.n., 1850

O conservador. Lisboa: Typ. da Silva, 1851-1852

Duque (O) de Saldanha e o Conde de Tomar. Porto, typ. De Faria Guimarães, 1850

Estatutos do Club Conservador. - Lisboa: Typ. da Soc. Typ. Franco-Portugueza, 1862

GERÚNDIO, *Vida de Costa Cabral*. Lisboa, typ. M. J. Coelho, 1844

J.M.M., *Desesperação de Costa Cabral*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1846

[LACERDA, J. Maria Correia de], *A. B. da Costa Cabral apontamentos históricos*. Lisboa, Tip. de Silva, 1844, 2 vols.

Considerações políticas pelo autor do hotem, hoje e amanhã

Lamentação do Costa Cabral à sua camarilha. Lisboa, s.n., s.d.

[LEAL, José da Silva Mendes], *O conde de Tomar e o duque de Saldanha, apontamentos para a história contemporânea*, Lisboa, Tip. da Lei, 1850

LEITE, Manuel José Mendes, *O Conde de Thomar ou os efeitos brilhantes da sua administração*. Lisboa, Manuel José Mendes Leite, 1850

Ode saphica: ao Illm^o e Exm^o Senhor A. B. da Costa Cabral. Lisboa, typ., Lusitana, 1843

MATOS, Caetano Machado de, *Apontamentos para a biographia de um novo Mecio*. Lisboa, typ. Gratis, 1844¹

¹ Em Julho de 1848, Luís Augusto Rebelo da Silva, assinou uma declaração, assumindo ser o autor do folheto, fora o título e a nota explicativa (ANTT, APCC, Arq. B – Bartolomeu dos Mártires, Correspondência geral, nº9).

Páginas negras da história do Conde de Thomar : analyse critica da carta escripta de Vigo pelo valido, corrupto, concussionário e déspota ao... Duque de Saldanha. Lisboa, Typ. de José Justino de Andrade e Silva, 1851

SARAIVA, António Ribeiro, *Carta ao Illmo. e Exmo. Snr. A.B. da Costa Cabral...*, Londres, Simpkins, 1842

RIBEIRO, José Maria do Casal, *A imprensa e o Comde de Thomar*, Lisboa, Tipografia da Rua da Bica de Duarte Bello, 1850

Son Excellence António Bernardo da Costa Cabral, Separata do *Annuaire Historique et biographique*, Paris, Archives Historiques, s.d.

O conde de Thomar ou os feitos brilhantes da sua administração, Lisboa, tip. Manoel José Mendes Leite, 1850

Estudos

ANTUNES, Luís Filipe Colaço, «Partido e programa no constitucionalismo português (1820-1850)» *Economia e Sociologia*, nº29-30, Évora, 1980, p.71-90

AZOUVI, François (dir.), *L'Institution de la raison, la révolution culturelle des idéologues*. S.l., Vrin, 1992

BENETON, Philippe, *Le conservantisme*, Paris, PUF, 1988

BENOIST, Joselyn e MERLINI, Fabio [et al.], *Après la fin de l'histoire temps, monde et historicité*. Paris, Vrin, 1998

BERLIN, Isaiah, *Quatro ensaios sobre liberdade*, trad. Wamberto Hudson Ferreira, Brasília, Editora Univ. Brasília, s.d.

BILLARD, Jacques, *De l'école à la république: Guizot et Victor Cousin*. Paris, PUF, 1998

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes de, *História Constitucional do Brasil*, Brasília, 1990

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, «1834-42: a Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes)», *Análise Social*, vol. XX (83), 1984-4º, p.467-488

«Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário», *Análise Social*, vol.XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), p.1043-1091

Apologia da história política, Lisboa, Quetzal Editores, 1999

Seis estudos sobre o liberalismo português. Lisboa, Editorial Estampa, 1991

BRANCATO, Braz Augusto Aquino, *A Carta Constitucional Portuguesa de 1826 na Europa: um exame a partir de documentos espanhóis*. Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988

BRISSOS, José, *A insurreição miguelista nas resistências a Costa Cabral, 1842-1847*. Lisboa, Colibri, 1997

BROGLIE, Gabriel de, *Guizot*, Paris, Perrin, 1990

BRYCE, James, *Constitutions*. Reimpressão da edição Nova Iorque e Londres 1905, Darmstadt, Scientia Verlag Aalen, 1980

BURDEAU, Georges, *O liberalismo*. s.l., Publicações Europa-América, 1979

Traité de science politique, 3ªed., Paris, Librairie Générale de Droit e Jurisprudence, s.d., Tomo VI

CAETANO, Marcello, *Constituições Portuguesas*. 4ª edição, actualizada com a Constituição de 1976, São Paulo, Verbo, 1980

Manual de Ciência Política e Direito Constitucional. 6ªed., reimp., Coimbra, Almedina, 1996

CAMPINOS, Jorge, *Carta Constitucional de 1826*. s.l., Decibel, 1975

CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz, *Liberais moderados e constitucionalismo moderado (1814-1852)*, Lisboa, INIC, 1988

CARRILHO, Manuel Maria, *Razão e transmissão da filosofia*, Lisboa, Imp. Nacional Casa da Moeda, 1987

CASTRO, Zília Osório de Castro, *Manuel Borges Carneiro e o vintismo*. Lisboa, INIC, 1990, 2 vols.

Direitos individuais no primeiro cartismo (manuscrito)

CATROGA, Fernando, «A maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842», *Revista História das Ideias*, Coimbra, nº7 (1985), p.155-181

CLAUZADE, Laurent, *L'idéologie ou la révolution de l'analyse*. s.l., Gallimard, 1998

COLOQUE DE LA VALEË-AUX-LOUP. *Liberté, libéraux et constitutions*, dir. Jean-Paul Clément, Lucien Jaume e Michel Verpeaux. Paris, Economica, 1997

COLLOQUE INTERNATIONAL. *Victor Cousin les idéologues et les écossais: de février 1982*. Paris, Presses de l'École Normale Supérieure, 1985

COLLOQUE DE LA FONDATION GUIZOT-VAL RICHER. *François Guizot et la culture de son temps*, apresent. textos de Marina Velensise, pref. François Furet. s.l., Gallimard Seuil, 1991

COLLOQUE DE LA FUNDATION GUIZOT-VAL RICHER. *Guizot, les doctrinaires et la presse (1820-1830), Le Val Richer, 23-24 septembre 1993*. Val Richer, Fondation Guizot-Val Richer, 1994

CORTINA, Manuel Suárez (ed.), *La restauración entre el liberalismo y la democracia*, Madrid, Alianza, 1997

CUNHA, Paulo Ferreira da, *Para uma história constitucional do direito português*, Coimbra, Almedina, 1995

- DÓRIA, Luís Manuel Perdigão, *Do cisma ao convénio: estado e igreja de 1831 a 1848*, Lisboa, 1998 (Tese de mestrado policopiada)
- FAUQUET, Éric (dir.), *Victor Cousin homo theologico-politicus, philologie, philosophie, histoire littéraire : journée d'études de Lyon de Novembre 1996*. Paris, Kimé, 1997
- FOUCHER, Louis, *La philosophie catholique en France au XIXe siècle avant la renaissance thomiste et dans son rapport avec elle (1800-1880)*, Paris, Vrin, 1955
- FRANÇA, António Pinto da, «Costa Cabral nos dias da queda da Roma papal em 1870», *Cultura Revista de História das Ideias*, vol.XI, 2ªsérie, 1999, p.141-160
- GASH, Norman, *Pillars of government and other essays on state and society 1770-1880*, Londres, Edward Arnold, 1986
- GOUHIER, Henri, *Études sur l'histoire des idées en France depuis le XVIIème siècle*, Paris, Vrin, 1980
- HAMILTON, Paul, *Historicism*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996
- HARRIS, Ian, «Rousseau and Burke», *Routledge History of Philosophy*, Vol.V, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996, p. 354-378
- HIRSCHMAN, Albert, *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*, trad. Pierre Andler, s.l., Fayard, 1991
- JAUME, Lucien, «La raison politique chez Victor Cousin et Guizot», *La Pensée Politique*, Junho 1994, p. 242-253.
- L'Individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*, s.l., Fayard, 1997
- KIRK, Russel, *The conservative mind from Eliot to Burke*, Chicago-Washington,DC, Regnery Books, s.d.
- Edmund Burke a genius reconsidered*, Nova Iorque, Arlington House, 1967

- KIRK, Russel, *The conservative constitution*, Washington, DC, Regnery Gateway, 1990
- LOUSADA, Maria Alexandra, «O miguelismo um discurso contrarevolucionário» *Do antigo regime ao liberalismo*, 1750-1850. Lisboa, Veja, s.d., p. 112-127
- MACEDO, Jorge de, *O aparecimento em Portugal do conceito de partido político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1971. Separata da *Revista Portuguesa de História*, 13.
- MACHADO, Adelaide, *O Investigador Portuguez em Inglaterra, nos primeiros anos de publicação (1811-1813)*. Lisboa, 1996 (tese de mestrado policopiada)
- MANENT, Pierre (comp. e apres.), *Les Libéraux*. Paris, Hachette, 1986, 2 vols.
- Histoire intellectuelle du libéralisme*, s.l., Calmann-Lévy,
1987
- MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*. s.l., Círculo de Leitores, 1987, v. II
- MIRANDA, Jorge (ed. e introd.), *As Constituições Portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição*. 2ªed., Lisboa, Livraria Petrony, 1984
- MONICA, Maria Teresa, «O dilema miguelista (1834-1851)» *Do antigo regime ao liberalismo*, 1750-1850. Lisboa, Veja, s.d., p. 156-165
- OLIVEIRA, Maria Luísa Brandão Tiago de, *A imprensa em Portugal em 1846-1847*. Lisboa, s.n., 1987 (texto policopiado)
- PEREIRA, José Esteves, *Silvestre Pinheiro Ferreira o seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974
- PERRON, Jacques du, *Droite e Gauche tradition et révolution*. Pardés, Puiseaux, 1991
- PINHEIRO, Magda, *Luís Mousinho de Albuquerque um intelectual na revolução*, Lisboa, Quetzal, 1992

POLIN, Claude e ROUSEAU, Claude, *La cité dénaturée (cité classique contre cité moderne)*, s.l., PSR éditions, 1997

PRAÇA, José Joaquim Lopes, *Direito constitucional português*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, 3 vols (Bol. Faculdade de Direito. Studia Juridica, 25, Classici Lusitani-1).

REED, Edward S., «The separation of psychology from philosophy: studies in the sciences of mind 1815-1879», *Routledge history of philosophy*, v. III, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994, p. 297-356.

RÉMOND, René, *Les droites en France*, Paris, Aubier, 1982

Rémy HANDOURTZEL, «Sur les trajectoires individuelles dans la vie politique» *Problèmes & Méthodes de la Biographie : actes du Colloque, Sorbonne 3-4 mai 1985*. Paris, Publ. de la Sorbonne, 1985, p. 88-92

Revolucion, conservadorismo, tradición: actas de la XII Reunión amigos de la Ciudad Católica. Tarragona, Speiro, 1974

ROSANVALLON, Pierre, *La monarchie impossible, les Chartes de 1814 et de 1830*. s.l., Fayard, 1994

Le moment Guizot, Paris, Gallimard, 1985

SAITTA, Armando, *Costituenti e costituzioni della Francia rivoluzionaria e liberal (1789-1875)*, Milão, Giuffrè Editore, s.d.

SANTOS, Manuel José Pinto dos, *Estruturas Políticas do Cabralismo (1842-1846)*, manuscrito, (1990)

Monarquia Constitucional organização e relações de poder governamental com a Câmara dos Deputados, 1834-1910, Lisboa, Assembleia da República, 1986

- SANTOS, Manuel José Pinto dos, «Sobre o cabralismo». *Do antigo regime ao liberalismo*, 1750-1850. Lisboa, Veja, s.d., p. 149-155
- SARAIVA, António José, *Herculano e o liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977
- SCRUTON, Roger (ed.), *Conservative Texts an anthology*, s.l., Macmillan, 1991
- Conservative thoughts: essays from the Salisbury Review*. Londres e Lexington, Claridge, 1989
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. s.l., Iniciativas Editoriais, 1979, 6 vols.
- SILVA, Júlio J. Rodrigues da, *O Liberalismo de "O Constitucional" (1838-1839) a ordem e a liberdade*. Separata de *Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. VIII (2ª série), s.d.
- As cortes constituintes de 1837-38 liberais em confronto*, Lisboa, INIC, 1992
- SILVEIRA, Luis Espinha da, «Revolução liberal e pariato (1834-1842)», *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º e 3º) p.329-353
- TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum., Lisboa, Caminho, 1989
- TORGAL, Luís Reis, *Tradicionalismo absolutista e contra-revolução (1820-1910). Do antigo regime ao liberalismo*, 1750-1850. Lisboa, Veja, s.d., p. 93-103.
- VARGUES, Isabel Nobre, *Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851) subsidios para uma cronologia e bibliografia*
- VIEIRA, Benedicta M. Duque, «Correntes políticas na constituinte de 1837» *Do antigo regime ao liberalismo*, 1750-1850. Lisboa, Veja, s.d., p. 156-165
- A Revolução de Setembro e a discussão constitucional de 1837*. Lisboa, Salamandra, 1987